



**Jéssica Santos da Silva**

**Nas tramas das pseudoconcreticidades:**  
Quando discursos emancipatórios mascaram a  
real condição de precariedade e superexploração  
do trabalho feminino na Rocinha-RJ

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro

Julho de 2017



**Jéssica Santos da Silva**

**Nas tramas das pseudoconcreticidades:  
quando discursos emancipatórios mascaram a  
real condição de precariedade e  
superexploração do trabalho feminino na  
Rocinha-RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Regina Célia de Mattos**

Orientadora

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof. Álvaro Ferreira**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Profa. Inez Terezinha Stampa**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade, da autora e da orientadora.

### **Jéssica Santos da Silva**

Bacharel e licenciada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2014. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Participou do Programa de Educação Tutorial da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (PET/MEC-SeSU). Tem interesse pelos estudos de trabalho e gênero, assim, participou também do LABORES - Grupo de Estudos e Pesquisa em Produção do Espaço, Trabalho e Gênero.

#### Ficha Catalográfica

Silva, Jéssica Santos da

Nas tramas das pseudoconcreticidades: quando discursos emancipatórios mascaram a real condição de precariedade e superexploração do trabalho feminino na Rocinha-RJ / Jéssica Santos da Silva ; orientadora: Regina Célia de Mattos. – 2017.

195 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2017.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Pseudoconcreticidade. 5. Emancipação feminina. 6. Cooperativismo. I. Mattos, Regina Célia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Dedico às mulheres trabalhadoras que fazem de sua existência, sua luta. Em especial, àquela que me ensinou o que é amar e lutar, minha mãe Ilca. A mulher da minha vida.

## Agradecimentos

Agradeço à professora Regina Célia de Mattos pela amizade nas horas mais difíceis, pela parceria, pelos conselhos, pela dedicação em tornar esse trabalho possível.

Aos professores e funcionários do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pelo aprendizado, pelo carinho e acolhimento.

À CAPES e à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela bolsa de estudos adquirida durante o mestrado, que possibilitou a pesquisa e a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso pelo aprendizado e colaboração durante esses anos de pós-graduação.

A minha querida amiga Bárbara que possibilitou a realização das entrevistas que compatibilizamos nesse trabalho. Muito obrigada pela prontidão em ajudar e pela eterna parceria.

Às mulheres artesãs e costureiras da COOPA-ROCA que inspiraram a elaboração desse trabalho.

Aos meus amigos mais amados e familiares.

Especialmente, a minha mãe e a meu pai. *In memoriam*. Com profundo amor e gratidão.

## Resumo

Silva, Jéssica Santos da; Mattos, Regina Célia de. **Nas tramas das pseudoconcreticidades: quando discursos emancipatórios mascaram a real condição de precariedade e superexploração do trabalho feminino na Rocinha-RJ.** Rio de Janeiro, 2017. 195p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nos interessamos aqui por pesquisar o trabalho feminino a partir das noções do trabalho como afirmação e negação do ser em si, permeado por processos das pseudoconcreticidades, nos termos de Karel Kosik (1969), que se erguem em sociedade sob as mais variadas formas, incluindo os discursos emancipatórios. Pensar em pseudoconcreticidades, exige um pensar crítico e interessado. Nesse caso, interessado e interesseiro sobre o espaço. Assim, temos que olhares lançados sobre o mundo devem ser na tentativa de desvendá-lo, de ultrapassar suas aparências, frisando sempre que aparência e essência não são separadas e ambas compõem o real, o verdadeiro. A partir disso, propomos uma discussão e reflexão sobre as condições do trabalho feminino constantemente ‘naturalizadas’. Assim, nos inquietamos em investigar o trabalho da mulher, vez que nos interessamos por um cotidiano onde desenvolvem múltiplas atividades notadamente no âmbito do lar. Para tal, achamos conveniente nos debruçar e iniciar desenvolvendo um tópico sobre Trabalho e Espaço. Pretendemos nesse tópico levantar algumas considerações para, a partir disso, propormos uma discussão de gênero; em seguida, introduzimos um estudo de aproximação a partir do trabalho doméstico não-remunerado e em domicílio desenvolvido por mulheres da COOPA-ROCA (Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha LTDA); acreditamos que o trabalho desenvolvido por essas mulheres é uma excelente oportunidade de aproximação, observação e pesquisa.

## Palavras-chave

Trabalho; gênero; pseudoconcreticidade; emancipação feminina; cooperativismo.

## Abstract

Silva, Jéssica Santos da; Mattos, Regina Célia de. (Advisor) **In the works of pseudoconcrete: when the emancipatory discourses cover the real condition of precariousness and overexploitation of female work in Rocinha – RJ.** Rio de Janeiro, 2017. 195p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

We have an interest in researching the female work through the notions of affirmation and negation of the self. Permeated by the process of pseudoconcreticidade, in the terms of Karol Kosik (1969), Which is raised in the society by so many varied forms, including the emancipating discourses. Thinking about pseudoconcreticidade requires a critical and interested thought. In this case, interested and curious about the space. Thus, we believe that the looks released upon the world should be trying to uncover the world, overcoming its appearances, always emphasizing that appearance and essence aren't separated and both are part of the real, the true. From that on, we suggest a discussion and reflexion of the usually 'naturalized' female work. Thus, we matter to investigate the female work, once we are interested about a routine where multiples activities are developed notably at homeworking. For that, we thought appropriate to analyse and start developing a topic about work and space. On this matter we intend to raise some considerations to suggest a gender discussion; following, we introduced a study of approximation beginning from the unpaid homeworking developed by the women of COOPA-ROCA (cooperative of homemade work and sewing of Rocinha LTDA); we believe that the work developed by these women is an excellent opportunity of approach, observation and research.

## Keywords

Work; Gender; pseudoconcrete; emancipation of women; cooperativism.

## Sumário

1. Introdução	10
2. Trabalho e Espaço: uma oportuna e necessária reflexão	21
2.1. Da pseudoconcreticidade ao espaço abstrato: compreendendo o trabalho como negação e afirmação do ser em si	40
3. Refletindo sobre a categoria gênero e o trabalho da mulher	55
3.1. A mulher brasileira e o mercado de trabalho: as pseudoconcreticidades forjadas como <i>conquistas</i> femininas	60
3.1.1. As particularidades do trabalho doméstico não-remunerado e do trabalho em domicílio	73
4. COOPA-ROCA: uma chance de observação e aproximação sobre o trabalho da mulher	92
4.1. Breve histórico sobre a COOPA-ROCA	92
4.2. Espetacularização do cotidiano e reificação do trabalho feminino	105
4.2.1. O oportunismo mascarado de bem-estar: apontamentos sobre uma cooperativa especificamente ‘ <i>de mulheres</i> ’ e ‘ <i>na Rocinha</i> ’	110
4.3. Entrevistando as cooperadas	115
4.3.1. Cooperada A - “ <i>A cooperativa ficou entre dois mundos</i> ”	122
4.3.2. Cooperada B - “ <i>Às vezes tinha época em que eu dormia em cima da máquina, porque eu tinha que dar conta</i> ”	135
5. A falácia da emancipação feminina e a apropriação dos discursos	145
5.1. Práticas do Cooperativismo: a COOPA-ROCA seria de fato uma cooperativa?	145
5.2. O “ <i>refúgio</i> ” <i>dos sem opção</i> : a perversidade da informalidade e precariedade do trabalho da mulher	156
5.3. Quando <i>empoderamento</i> se torna um vocábulo ‘vazio’ de sentido: a desvalorização e invisibilidade do trabalho da mulher	164
6. Considerações Finais	173
7. Referências bibliográficas	179
8. Anexo	193

## Lista de tabelas

Tabela 1: As tendências da classe-que-vive-do-trabalho no mundo contemporâneo	34
Tabela 2: Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens – (2003 – 2011)*	71
Tabela 3: Renda anual com afazeres domésticos e percentual sobre o PIB (em R\$ milhões)	81
Tabela 4: Horas semanais por pessoa com afazeres domésticos	82
Tabela 5: Pagamento de INSS pelas costureiras na cidade do Rio de Janeiro (2011)	88
Tabela 6: Principal problema da indústria para costureiras externas na cidade do Rio de Janeiro (2011)	89
Tabela 7: Importância da renda como costureira externa na cidade do Rio de Janeiro (2011)	90
Tabela 8: Vantagem na profissão de costureira externa na cidade do Rio de Janeiro (2011)	90

## 1. Introdução

Um grupo de mulheres. Trabalhadoras, todas elas. Em múltiplas jornadas. Em casa, a mulher cuida dos filhos, acorda, faz café, põe a mesa, dá banho, veste o uniforme, leva pra escola – “Tem que estudar, crescer, ser alguém na vida. Há esperança!” -, volta pra casa, ainda tem muita coisa pra arrumar, tudo está uma bagunça. Lava a roupa, limpa o chão, tira o pó. Logo chega a hora de começar outra jornada. Separa o material. São muitos panos, muitos fios, muitas linhas. E começa o trabalho. Um outro trabalho. Muito trabalho. A comida está no fogo, daqui a pouco o filho volta com fome querendo almoçar. Não pode se distrair, tem que dar conta de tudo. Não pode falhar. Não pode de modo algum errar o bordado, tem que seguir o modelo. Se errar, é obrigada a refazer. Dá muito trabalho desfazer toda a costura e começar tudo do zero. Não pode se distrair. Não pode falhar. Quanto trabalho... Tem prazo pra entregar o material, não pode passar do prazo. Não pode deixar de fazer, afinal esse dinheiro faz falta. Assim segue a rotina, assim se dão os dias, assim se leva a vida. E é a partir disso que essa investigação se desenvolve, é aqui que mora o nosso interesse: no trabalho dessas mulheres. Muito motivado também pela vida da própria pesquisadora que cresceu observando uma mulher que muito trabalhou, só trabalhou. Dentro e fora de casa. Os trabalhos de ‘dentro’ e os ‘de fora’ se confundiam, fosse pelo bolo que optava por fazer em casa e já levar pronto pra casa da patroa; fosse pela roupa da patroa que levava pra lavar em casa; fosse pelas toalhas de mesa de tricô feitas em casa e que levava pra vender na rua. Sempre muito trabalho. E assim surge a motivação.

A inquietação e a vontade surgem do cotidiano, do dia a dia, da casa, da vida. Assim, nos interessamos por compreender os processos e as dinâmicas do trabalho feminino, propondo uma crítica que nos permita analisar esse trabalho e seus fenômenos a partir de uma perspectiva mais aprofundada. Para tal, precisamos assumir o desafio de ir além do que esses fenômenos parecem nos indicar, percebemos ao longo de toda essa investigação a necessidade de *ir além*. Mas para *ir além*, é necessário de antemão que se construa a base de sustentação dessa análise, assim logo de início temos que compreender quais são as dinâmicas gerais e concretas do trabalho feminino e disso construir nossa crítica.

Sendo assim, propomos aqui agora justamente a introdução dessa temática. Partindo, desde já, da noção de que o trabalho é uma realidade para as mulheres

desde sempre, nunca esteve apenas restrito ou designado aos homens, isso quando fazemos uma análise crua e simplista que foque apenas da divisão sexual do trabalho. Aferimos isso, visto que mulheres negras e brancas pobres sempre trabalharam. Começar nossa discussão a partir dessa noção é fundamental, visto que evidencia que a temática aqui tratada exige uma crítica mais aprofundada, que seja a partir de princípios da ininterseccionalidade, percebendo o mundo e os fenômenos em sua complexidade. É no espaço que essas dinâmicas acontecem, é no espaço que as contradições da realidade se expressam, o espaço é um produto social. E também produtor. Assim como a humanidade produz o espaço, o espaço produz a humanidade. A produção do espaço não cessa, é constante e sob o modo de produção capitalista transforma o espaço em mercadoria, penetrando sua lógica nos interstícios sociais.

Cabe aferir que o espaço é, portanto, um constructo social determinado e dominado pelo modo de produção desenvolvido. É também um emaranhado complexo de vida social e de suas tensões. É exatamente por isso que o espaço pode mais encobrir do que mostrar, ou seja, não mostra diretamente a realidade de seus fenômenos, por isso a necessidade de investigação, uma investigação que conforme já apontamos, *vá além* do que se pode perceber primariamente.

Sendo assim, temos que esse cotidiano que nos inquieta e nos convida a ação é espaço de tensões, de conflitos, de forças, de poderes. E todas as práticas sociais desenvolvidas e empregadas são espaciais, todas as relações sociais são espaciais. Esses conflitos e tensões do cotidiano seguem uma lógica de espaço de dominantes e dominados. É um cotidiano que aliena, mas que também desaliena por *intermediações*, por assim dizer. As nossas assimilações e apreensões sobre o real, estão inseridas nessa lógica de poderes. Em que os que detém o poder dominam, tentam ocupar os espaços o máximo que podem e ainda subjagam e submetem os dominados às suas condições e exigências. Além de subjugar e submeter ainda invisibiliza, anula, encobre, camufla, tomando a sua forma e se colocando como o ‘real’.

Destarte, para todos os efeitos de explicação, esse espaço que encobre e tenta penetrar por todos os outros trata-se, aqui, do espaço abstrato indicado por Henri Lefebvre.<sup>1</sup> É a partir dessa noção espacial que estabelecemos uma ponte com as

---

<sup>1</sup> Henri Lefebvre (1974)

colocações postas por Karel Kosik (1969), vez que o autor também tinha uma proposta de análise que partia do real, do concreto, indicando que as forças dominantes empregam seu poder sobre os espaços os dissimulando do modo que achar conveniente, em prol da sua perpetuação e propagação. Assim, encobrando os fenômenos em sua essência real, se erguem as pseudoconcreticidades (que serão trabalhadas ao longo de toda essa investigação).<sup>2</sup>

Dessa forma, consideramos de fundamental importância esclarecer, desde já, que nessa pesquisa estamos compreendendo as pseudoconcreticidades como inerentes e expressão máxima do espaço abstrato. Sendo, portanto, o estudo de Karel Kosik (pseudoconcreticidades) absolutamente complementar ao de Henri Lefebvre (tríades espaciais, espaço abstrato). É a partir dessa concepção que essa pesquisa se estrutura. Quando nos referimos as pseudoconcreticidades ao longo de nossa investigação estamos compreendendo que são inerentes e intrínsecas ao espaço abstrato. Assim, temos que o espaço oculta, mas também revela. A constatação de que o espaço é construído social e historicamente, embora pareça, não nega o fato de que esse está centrado na materialidade do mundo, o que por si só já rompe com as ideias dicotômicas de objetividade e de subjetividade.

Assim sendo, temos que as noções lefebvrianas evidenciam esses conflitos, permitindo ao pesquisador e observador perceber que por mais que o espaço abstrato penetre e domine outros espaços, domine e se aproprie dos espaços absolutos ainda assim esses últimos permanecem, mesmo que em forma de resquícios.

Temos que a análise lefebvriana nos é de serventia, vez que esse espaço abstrato se assenta, mas não elimina por completo o espaço absoluto. Além disso, temos que o espaço abstrato com seus imperativos contraditórios acaba por fomentar a formação de um outro espaço: o espaço diferencial. Assim, temos uma tríade (espaço absoluto; o espaço abstrato; espaço diferencial) e através dela podemos lançar nosso olhar para o mundo, entendendo como funciona o jogo entre esses três espaços. De início, é preciso notar que esses espaços seguem um curso histórico, em que o espaço absoluto nos parece remeter ao passado, ao antigo, ao que já foi; o espaço abstrato, nos remete ao presente, ao agora, ao que se desenvolve, cresce e se espalha no momento atual; e, o espaço diferencial que nos remete a um

---

<sup>2</sup> Ver Karel Kosik (1969)

vir a ser, ao futuro que será garantido através do fazer transformador, é um projeto, um devir. Esses espaços são todos inerentes ao real, estão no mundo e são do mundo, em sua concreticidade e materialidade. Portanto, podemos dizer que nos espaços abstratos, as abstrações são concretas.

Todos esses espaços, então, se desenvolvem sobre uma mesma materialidade coexistindo ao longo de épocas. Assim, temos que por mais hegemônico, dominante, poderoso que seja o espaço abstrato, ainda assim, o espaço absoluto ainda resiste – por vezes em forma de resquícios – e essa imposição acaba por provocar movimentos contrários, formando os espaços de resistência.

Do espaço abstrato já sabemos várias coisas. Produto da violência e da guerra, ele é político, e instituído por um Estado, portanto institucional. Numa primeira abordagem, ele parece homogêneo; e realmente, ele serve de instrumento àqueles poderes que fazem tabula rasa daquilo que lhes resiste e os ameaça, - brevemente, as diferenças. Estes poderes esmagam o que estiver em seu caminho, eles apagam; o espaço homogêneo lhes serve à maneira de um cepilho, de uma escavadeira, de um tanque de guerra. Esta homogeneidade instrumental provoca ilusões, e a descrição empírica do espaço a consagra, aceitando o instrumental como tal. (LEFEBVRE, 1974, p. 224)

Dito de outro modo, temos que os espaços abstratos com seus princípios de homogeneização, buscando incorporar o todo a sua lógica, mas efetivamente não consegue destituir as heterogeneidades dos espaços, promove ainda novos conflitos que fortalecem as forças de resistências, surge o espaço diferencial ou das diferenças, conforme já indicamos anteriormente. Essas diferenças não são coagidas nem abafadas pelas abstrações do espaço.

Assim,

O espaço abstrato não é homogêneo; ele tem a homogeneidade como fim, como sentido, como “objetivo”. Ele a impõe. Por si mesmo, ele é plural. O geométrico e o visual se completam e se opõem, visando diferentemente o mesmo efeito: a redução do “real” por um lado ao “plano”, no vazio, sem outra qualidade, por outro ao aplainamento do espelho, da imagem e do puro espetáculo sob o puro olhar congelado. [...] Conceber o espaço abstrato como homogêneo, é portanto uma representação que toma o efeito pela causa e a finalidade pela razão. Ela dá a ilusão de um conceito enquanto ela é apenas uma imagem, um espelho e uma miragem. Ela reflete ao invés de recusar refutando. O que reflete tal representação especular? O resultado visado. “Por trás da cortina não existe nada para se ver” diz Hegel em algum lugar com ironia, a menos que “nós” penetremos por trás da cortina nós mesmos, pois é necessário que exista alguém para ver para que haja algo a ver visto. No espaço, por trás dele, não há nenhuma substância desconhecida, nenhum mistério. E, todavia, a transparência engana, tudo se fecha: o espaço se torna armadilha. Sua armadilha consiste precisamente na sua transparência. Por consequência, há outra coisa além do jogo de reflexos e espelhos: um jogo de poder e de saber, que percebemos entrando neste espaço depois de ter levantado a cortina. (LEFEBVRE, 1974, p. 226)

Resumidamente, temos que essas abstrações do espaço se materializam, são concretas, são pseudoconcretas. E assim retomamos e firmamos o gancho de sustentação de toda análise que será aqui desenvolvida, mais uma vez para título de fundamentação teórica, frisamos que quando nos referimos a pseudoconcreticidade, em outras palavras, estamos falando do espaço abstrato.

Dito isso, considerando a complexidade da temática e da análise que buscamos desenvolver, acreditamos que o método dialético é o que melhor contribui e possibilita uma análise aberta, ampla, geral e ao mesmo tempo particular dos fenômenos. Assim, temos que as combinações, os conflitos, as disparidades e proximidades, que formam a conjuntura de uma relação de contraditórios e complementares, se revelam na essência e na aparência dos/nos espaços concomitante e complexamente. Sendo válido lembrar que ambas (tanto essência quanto aparência) constituem o real, o verdadeiro. Além de, é claro, terem essências nas aparências e aparências nas essências. Assim, é através do método dialético que construiremos nossos caminhos conceituais.

A proposta de análise do método dialético e suas dimensões de possibilidades se configuram no que consideramos ideal e melhor indicado para a análise que buscamos desenvolver, indicando a nossa postura e guiando o nosso olhar. Em síntese, guiamos nosso olhar a partir de um método analítico de re-construção do real por intermédio do pensamento e da crítica a esse próprio real. Compreendemos que a dialética é a própria realidade e concomitantemente é também o pensamento, a consciência, as noções dessa realidade. Assim, compreendendo que os processos históricos não pairam sobre os espaços, pelo contrário, são caros a ele e relacionados às suas materialidades.

Marx (2003) esclarece que a investigação teórica se apodera do real, e só depois de concluído esse primeiro movimento do pensamento é que se consegue descrever a essência do objeto de análise. Fica claro que nesta concepção o objeto de conhecimento vai se anunciando ao longo do movimento do pensamento, ou seja, o trajeto define-se a partir do concreto, do real. Neste ponto, Lefebvre inclui as representações mentais como virtualidades que simulam a vida e dissimula à realidade concreta, desta forma, o autor acredita que o pensamento, sem omitir o real, deve orienta-se também em direção ao possível, aproximando-se da utopia. [...] Contudo, o mundo real é caracterizado pelas desigualdades sociais, pelas crises financeiras, pela fragmentação das ciências, pelas necessidades distintas e, sobretudo, pelo agravamento do conflito entre o capital, o trabalho, assim como pelo avanço do espaço como um componente dialeticamente definido dentro da economia política. Logo, as contradições são cada vez mais agudas dentro desta nova realidade, indicando a precariedade das respostas da lógica (formal) para entrever o real. Ao retomar a dialética, é necessário atentar-se justamente para o núcleo explicativo do método, ou seja, a percepção da realidade depende da práxis do concreto.

(GEMAQUE SOUZA, 2009)

Portanto, consideramos que o método dialético é um valioso procedimento de investigação e exposição crítica. Isso porque entendemos que é de fundamental importância uma análise que parta do concreto, da materialidade, indo ao encontro de teorias que fundamentam a sua compreensão, é por isso, que compatibilizamos nessa investigação uma empiria, com todo um aporte metodológico que julgamos necessário.

Assim, retomamos ao trabalho, cotidiano e à vida das mulheres que descrevemos lá no início, percebendo que esse tema nos impõe a necessidade de se realizar uma contextualização acerca do trabalho feminino e de suas particularidades. Para tal, achamos conveniente nos debruçar e iniciar desenvolvendo um tópico sobre Trabalho e Espaço.

No primeiro capítulo formulamos uma concepção mais ampla, considerando a pertinência de se discutir Trabalho e Espaço, o que nos leva a discussões que envolvem a pseudoconcreticidade, a cultura do simulacro, o cotidiano. Seguimos nossa análise introduzindo uma discussão acerca da categoria gênero e debruçando com mais afinco ao trabalho feminino. Em seguida, inserimos nossa empiria, no intuito de estabelecer uma aproximação, nos debruçando sobre o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho em domicílio (veremos melhor mais adiante) desenvolvido por algumas mulheres da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha LTDA (COOPA-ROCA), de modo a estudar os processos e os fenômenos associados ao trabalho de suas cooperadas. Acreditamos que o trabalho desenvolvido pelas mulheres dessa cooperativa é uma excelente oportunidade de aproximação, observação e pesquisa.

Assim, temos por objeto de pesquisa: os processos associados referentes ao trabalho doméstico não-remunerado e ao trabalho em domicílio desenvolvido pelas mulheres artesãs e costureiras da COOPA-ROCA. Sendo fundamental ressaltar que nosso objeto não é a cooperativa em si; mas sim, o trabalho, o cotidiano, as condições de vida de suas cooperadas. Considerando as noções levantadas, pode-se seguir aferindo que neste trabalho procura-se elaborar um protocolo multimetodológico que possibilite uma pesquisa empírica de caráter qualitativo. A complexidade do tema nos leva a estruturar a pesquisa utilizando diferentes técnicas investigativas: análise textual, documental, bibliográfica, trabalho de campo,

aplicação das entrevistas, transcrições e tratamento de dados. A pesquisa é composta por coleta de dados secundários em fontes oficiais, em material que circula pela favela da Rocinha (jornais, revistas, sites comunitários), em dados fornecidos pela própria COOPA-ROCA. Em seguida, realizamos visitas de campo e observação participativa, elaboramos e aplicamos entrevistas com as cooperadas, depois transcrevemos.

As entrevistas foram gravadas, com a devida autorização, e depois foram transcritas para análises posteriores. É importante ressaltar que, embora encontradas algumas dificuldades, conseguimos estabelecer uma relação de confiança a ponto de a entrevistada ter total liberdade para falar sobre o que considerava pertinente. Fundamental frisar que, no que se refere à quantidade de entrevistas e de entrevistadas, não temos o nosso foco em uma análise quantitativa e sim qualitativa. Nesse sentido, nos interessamos por identificar as pessoas-chave na cooperativa, a fim de se obter as informações mais relevantes sobre o tema em estudo. Assim, os critérios de seleção utilizados para selecionar as entrevistadas foram: a) ter vontade e querer falar sobre sua vida particular; b) ter vontade e querer falar sobre suas condições de trabalho; c) ter tempo e disponibilidade para a entrevista; dentre alguns outros critérios que serão verificados mais a frente nessa pesquisa, notadamente no capítulo sobre as entrevistas desenvolvidas.

Cabe ressaltar, neste momento, que esta técnica investigativa de aplicação de entrevistas, o *survey*, não substitui a observação participante como recurso metodológico, mas lhe é complementar. A interpretação dos dados coletados a partir dos *surveys* compreende que a vida em sociedade ocorre em sua complexidade, em suas produções e reproduções, e não como uma relação de causa e efeito. Assim, não se trata de fazer entrevistas buscando chegar em uma conclusão ‘A’ ou ‘B’, mas sim de a partir das entrevistas compreender ou ter uma outra visão acerca da vida dessas mulheres, definitivamente não estamos à procura de conclusões cartesianas. É nesse sentido que buscamos compreender como as ações da cooperativa mudaram, se é que mudaram, a vida das mulheres participantes, reconhecendo que são mulheres dotadas de particularidades, com históricos de vida, cotidianos, práticas, ideais, opiniões, símbolos e significados próprios e múltiplos.

Através desses procedimentos metodológicos tentamos alcançar nosso objetivo geral de analisar os processos que estão associados ao trabalho feminino, para tal partimos de uma empiria específica, que é o trabalho doméstico não-

remunerado e o trabalho em domicílio artesanal e de costura desenvolvido pelas mulheres da COOPA-ROCA. Como objetivos específicos elencamos: identificar as condições de trabalho das costureiras e artesãs; analisar se a percepção a respeito das práticas do artesanato sofrem mudanças frente às condições do mercado; observar e analisar como as mulheres se veem inseridas na COOPA-ROCA; analisar como se estabelece a relação entre as mulheres que participam da cooperativa; analisar a importância das ações da cooperativa a partir do trabalho da mulher na favela da Rocinha; analisar se houve alterações no cotidiano, nas práticas diárias, na organização da casa, no cuidado com os filhos das mulheres que trabalham ou que trabalhavam na cooperativa. Tais objetivos norteiam nossa questão central: Quais são as condições do trabalho não-remunerado doméstico e em domicílio das mulheres trabalhadoras da COOPA-ROCA?

A indagação central nos coloca uma gama de outras inquietações que, indubitavelmente, compõem e aparecem na pesquisa em momentos distintos e que paradoxalmente estão completamente interligadas. Assim, são questões secundárias, mas não menos importantes: buscar uma compreensão geral de como a COOPA-ROCA atua, e se efetivamente suas ações repercutem na Rocinha; qual a efetiva importância (de que e para quem) do estabelecimento desta cooperativa na Rocinha; como as mulheres participantes estão inseridas nos processos comunitários; como as integrantes se veem inseridas no contexto do grupo e fora dele. Coloca-se também como importante questionamento se o ‘fazer artesão’ se modifica ao visar atender as necessidades do mercado através do desenvolvimento de novas habilidades e técnicas exigidas pelos projetos encomendados à cooperativa. Nessa medida, cabe aqui compreender se as habilidades artesanais que foram adquiridas por meio da convivência familiar, tradicional, passaram a ser ditadas pelo mercado, uma vez que a cooperativa começa a se inserir em uma cadeia produtiva que envolve estilistas, lojas, desfiles, fornecedores, seguindo, portanto, a lógica de produção empresarial.

Assim, é preciso de antemão notar que esse tema nos impõe a necessidade de se realizar uma contextualização acerca do trabalho da mulher. Para tal, achamos conveniente nos debruçar e iniciar nosso debate desenvolvendo um capítulo que abarcasse a amplitude e a complexidade da temática sobre Trabalho e Espaço, para depois introduzir a questão de gênero, seguindo para nossa empiria, depois para os desdobramentos do nosso fazer empírico e teórico e a conclusão.

Por isso, estruturamos nosso trabalho da seguinte forma:

Capítulo 1 (Introdução) – Este presente capítulo configura-se como de organização e preparo para um entendimento geral da pesquisa. Onde de um modo geral fazemos uma visita breve nas temáticas que posteriormente serão mais desenvolvidas ao longo dos capítulos.

Capítulo 2 – A finalidade desse capítulo é a de desenvolver o embasamento teórico que norteia todo nosso fazer investigativo. É nesse capítulo que está o cerne da nossa discussão. Assim, nesse capítulo, buscamos desenvolver um debate sobre a categoria trabalho, sua construção e as pontuações que são exigidas pela temática como um todo. Então, para efeitos analíticos e teóricos, partimos de uma concepção conceitual sobre o trabalho, entendendo a categoria a partir da noção básica de que o trabalho é a negação e a afirmação do ser em si. Nos conhecemos e nos reafirmamos a partir do trabalho que produzimos deixando nossas marcas nos espaços (em alusão a paisagem-marca proposta por Augustin Berque). Mas também nos negamos, quando não nos vemos no produto do nosso trabalho, assim o produto se ergue estranho a quem o produz. Essa discussão será amplamente travada em nosso trabalho.

Além disso, neste capítulo também nos propusemos a avançar o debate para chegar na questão que consideramos aqui central que são as pseudoconcretidades que se erguem na sociedade camuflando e criando simulacros de representações que são meras aparências, e não essências do fenômeno (também veremos isso amplamente sendo posto ao longo de toda nossa investigação). Não são o real, o verdadeiro, são uma farsa dele, às vezes mudando completamente seu significado original. É a formação do espaço abstrato em sua tentativa de se espalhar pela abrangência da totalidade, se impondo e dominando. Assim, precisamos ultrapassar as imediatidades do espaço, recorrendo a mediações, fazendo desse espaço um espaço consciente, um cotidiano que embora aliene também desaliena e liberta, que nos convida para a ação.

Já nesse início propomos uma viagem que nos leve das pseudoconcretidades ao espaço abstrato, percebendo que o cotidiano e as práticas são historicamente produzidos e impregnados de intencionalidades, que são o reflexo das ideologias dominantes. Vive-se um espaço onde se imperam as relações de poder, em que as práticas, os desejos, as vontades são as práticas, desejos e vontade da classe dominantes, e isso é fundamental de ser frisado. Assim, pretendemos nesse capítulo

levantar algumas considerações para, a partir disso, introduzirmos uma discussão sobre a categoria gênero, onde especificamente destacaremos o trabalho da mulher.

Capítulo 3 – Nesse capítulo, partimos para a discussão de gênero, vez que nos interessamos por pesquisar o trabalho feminino, então a discussão teórica em gênero se faz necessária. Aqui, é preciso frisar de antemão que se entende a mulher não enquanto uma noção cristalizada, pelo contrário, entende-se por mulher, o plural, o conflitante. Desse modo nos interessa pesquisar o trabalho de mulheres que não precisam sair de suas casas para garantirem um acréscimo em sua renda mensal. E, sendo assim, nos propomos a lançar um olhar sobre uma empiria.

Capítulo 4 – Nesse capítulo vamos diretamente ao encontro de nossa empiria (embora em todos os momentos e capítulos a empiria se faça presente e constante na análise). Assim, propomos um estudo de aproximação a partir do trabalho doméstico não-remunerado e do trabalho em domicílio (veremos melhor mais adiante) desenvolvido por algumas mulheres da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha LTDA (COOPA-ROCA). Acreditamos que o trabalho desenvolvido por essas mulheres é uma excelente oportunidade de aproximação, observação e pesquisa.

Capítulo 5 – Neste capítulo, visamos apresentar alguns desdobramentos feitos a partir de nossa experiência empírica. Um capítulo de caráter crítico rumando para a finalização da discussão. É nesse capítulo que buscamos com maior afinco promover uma análise absolutamente crítica sobre as impressões que obtivemos a partir de nossa empiria. Só pra que se tenha uma noção, de antemão, do nosso fazer-crítico, tem-se que já no início desse capítulo nos colocamos a indagar, inclusive, sobre a pertinência da COOPA-ROCA em ser uma cooperativa de fato.

Conclusão – Aqui, tratamos dos fins do debate que propusemos em nossa investigação. Não de modo a fechar a discussão, pelo contrário de perceber que estamos longe de finalizar o assunto em sua complexidade.

Assim, resumidamente, temos que no primeiro capítulo formulamos uma concepção mais ampla, considerando a pertinência de se discutir Trabalho e Espaço, o que nos leva a discussões que envolvem a pseudoconcreticidade, a cultura do simulacro, o cotidiano. Seguimos nossa análise introduzindo uma discussão acerca da categoria gênero e debruçando com mais afinco ao trabalho da mulher. Em seguida, inserimos nossa empiria, no intuito de estabelecer uma aproximação sobre o trabalho da mulher, nos debruçando sobre a COOPA-ROCA, de modo a estudar

os processos e as dinâmicas de trabalho de suas cooperadas.

É preciso frisar de antemão que se entende a mulher neste presente trabalho, não enquanto uma noção cristalizada, enquadrada, fechada, pelo contrário, entende-se por mulher, o plural, o diverso, o conflitante. Isso perpassa, transcende em todo seu cotidiano, em toda sua vida, cabendo aqui uma análise específica do trabalho da mulher. É neste sentido que nos interessamos em pesquisar sobre a lógica que envolve um trabalho onde as mulheres não saem de suas casas, não se isentam dos cuidados de seus filhos, e ainda assim conseguem desenvolver uma atividade que lhes garantam um acréscimo na renda mensal.

## 2. Trabalho e Espaço: uma oportuna e necessária reflexão

O trabalho é fundamental para a existência humana. É a condição humana para a transformação da natureza e a satisfação de suas necessidades. Assim,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1985, p. 149)

É a partir do trabalho que o homem se reproduz e cria suas formas de viver, ultrapassa os limites impostos pela natureza, sempre que possível a submete às suas vontades e necessidades; transformando-a e se transformando; produzindo e sendo produzido. Segundo Moraes et al. (2010), Marx confirma a “prioridade ontológica da práxis na vida humana, reafirmando o trabalho como pressuposto onto-histórico, fundante do ser social”.

Desse modo, o trabalho é inerente somente ao homem, pois é dotado de racionalidade, intencionalidade, finalidade. Somente o homem pratica a ‘ação’, uma vez que prescinde o caráter racional. O animal, segundo essa perspectiva, não detém a racionalidade, não planeja, elabora, monta, constrói seguindo apontamentos racionais. Detém a inteligibilidade, a capacidade de agir e de construir, mas não a de raciocinar. Por isso,

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1985, p. 149-150).

Assim,

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 1985, p. 50)

Assim, nos estudos marxianos, o trabalho é a categoria que distingue o homem dos demais animais. E, segundo Moraes et.al. (2010), o trabalho é atividade vital consciente, é uma “atividade livre, liberdade do ser, ativo e consciente, para com sua própria existência”. Corroborando com essas ideias, Engels (2004) afirma:

[...] a posição ereta havia de ser para os nossos peludos antepassados primeiro uma norma e logo uma necessidade, daí se depreende que, naquele período, as mãos tinham de executar funções cada vez mais variadas. [...]. As mãos servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como o fazem já alguns mamíferos inferiores com suas patas dianteiras. Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para os bombardear com frutos e pedras. Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. (ENGELS, 2004, p. 15).

É interessante perceber como os corpos são utilizados como argumento para estabelecer as diferenças entre homens e animais: a mão do chimpanzé comparada a mão do homem aperfeiçoada pelo trabalho evidenciam como a categoria trabalho está relacionada à corpo. O macaco cria por inteligibilidade, instinto, biologia, involuntário. O homem cria para além de determinismos, cria por racionalidade, inteligência, consciência, finalidades, intencionalidades.

[...] o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez resulta do trabalho (ENGELS, 2004, p. 28)

Nesse sentido, Marx (2008) explicita que

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital animal. Justamente, e só por isso, ele é um ser genérico (Marx, 2008, p. 84).

Ao mesmo tempo, conforme Marx (2008), o trabalho alienado faz do ser genérico “do homem um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, sua essência humana” (Marx, 2008, p. 85).

Assim, é através do trabalho que o ser humano produz o espaço e é produzido pelo espaço. O homem se apropria da natureza, faz uso da natureza, satisfaz suas necessidades, mas o homem também é a natureza, faz parte dela, não se trata de uma relação de diferentes, não há separação, nem dicotomia. O trabalho está no centro das relações humanas. Trata-se de um pensar complexo.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). (ENGELS, 2004, p. 20-21).

Dito isso, tem-se que para além de um valor-de-uso, o produto do trabalho passa a ter um valor-de-troca para as relações humanas. Se o valor-de-uso está diretamente relacionado à necessidade, então o valor-de-troca está diretamente relacionado ao tempo de trabalho socialmente despendido na produção. Se a produção é realizada com a finalidade de atender a uma carência ou necessidade própria, então se trata de valor-de-uso. Já caso a produção seja realizada com a finalidade de atender a vontade externa, de outro, então se trata de valor-de-troca. É evidente que o valor-de-troca depende do valor-de-uso, é fundamental que exista interesse pelo produto para que se garanta seu uso e sua troca; contudo, o valor-de-troca passa a nortear e liderar o processo.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Sugerimos ver em Garcia da Silva (2014)

Nesse sentido, é interessante atentar para algumas análises marxianas que evidenciam a importância do entendimento da categoria trabalho e de seu caráter duplo para a crítica da economia política, conforme podemos observar:

A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado, a redução) do valor-de-uso a um trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor-de-troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual, é o resultado crítico final de mais de século e meio de pesquisas da Economia Política clássica. (MARX, 1982, p. 47)

Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto. (MARX, 1988, p.51)

Além disso, podemos observar a importância que Marx despendia à temática do caráter duplo do trabalho quando observamos suas cartas destinadas à Engels:

O que há de melhor no meu livro é: 1- (e é sobre isto que repousa toda a inteligência dos fatos) o destaque, desde o primeiro capítulo, do caráter duplo do trabalho, conforme ele se expressa em valor de uso ou em valor de troca; 2- a análise da mais-valia, independentemente de suas formas particulares...”). [Marx a Engels, 24/08/1867] (MARX E ENGELS, 1964, p.174)

Uma coisa bem simples escapou a todos os economistas sem exceção, é que se a mercadoria tem um duplo caráter de valor de uso e de valor de troca, é necessário que o trabalho representado nesta mercadoria possua este duplo caráter ele também; enquanto que a mera análise do trabalho *sans phrase*, tal como a encontramos em Smith, Ricardo, etc., se choca por toda parte fatalmente com problemas inexplicáveis. É este de fato todo o segredo da concepção crítica. [Marx a Engels, 08/01/1868] (MARX E ENGELS, 1964, p. 195)

Assim, podemos notar a contribuição de Marx em se pensar a categoria trabalho, uma concepção que vai muito além do que seus antecessores entendiam. Podemos afirmar que, de um modo geral, existe uma trivialidade em se tratar o conceito de trabalho abstrato, tratado como homogêneo, em que o trabalho produz as diversas mercadorias para a partir disso ser comparado quantitativamente às demais mercadorias. Evidentemente, é notável a importância da concepção marxiana em dar início a problematização do caráter homogêneo do trabalho.<sup>4</sup>

[...] propriedades corpóreas [das mercadorias] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valores de uso. Por outro lado, porém, salta à vista que é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada. [...] Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais

<sup>4</sup> Borges Neto (2008)

nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. (MARX, 1988, p. 46-47)

É crucial perceber na citação que o valor-de-troca por vezes nega o valor-de-uso, embora ambos sejam fundamentais para suas respectivas existências e validade mútua. Assim, segundo Borges Neto (2008), “para encontrar o que há de comum nas mercadorias enquanto valores de troca, temos de deixar de lado seus valores de uso, e com eles todas as suas propriedades naturais”.

É importante ressaltar que não se afasta a utilidade geral da mercadoria, mas não como um argumento único e generalizador. Não basta apenas o duplo caráter da mercadoria, é fundamental a noção do duplo caráter do trabalho. Sem o segundo, o primeiro se esvazia. Assim, a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato é o que dá coerência a distinção entre valor-de-uso e valor-de-troca. É o trabalho abstrato, o valor como substância, que permite a compreensão do dinheiro como seu concreto material e o capital se movendo em substância. Dessa forma, a economia capitalista é uma economia que produz mercadorias; essas mercadorias têm como característica fundamental o valor (valor-de-uso e valor-de-troca), o dinheiro se caracteriza, portanto, como o desenvolvimento e a materialização do valor.<sup>5</sup> A finalidade maior da economia capitalista é a produção de valor, notadamente em função do valor-de-troca.

É a partir dessa dúplici dimensão do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato; valor-de-uso e valor-de-troca), que Ricardo Antunes (2010) argumenta que:

[...] se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital. (ANTUNES, 2010, p. 10)

O autor vai ao encontro e corrobora com as colocações marxianas, que ao analisar o trabalho entendem este como:

Deformado e desfigurado em seu sentido original. Voltado para a criação de coisas úteis, o trabalho torna-se um meio e não mais “[...] primeira necessidade [...]” de

---

<sup>5</sup> Borges Neto (2008)

realização humana. O trabalhador “[...] decai a uma mercadoria [...]”, torna-se “[...] um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual [...]” (MARX apud Antunes, 2010, p.10)

Ricardo Antunes (2010) ainda cita os estudos marxianos quando propõe uma crítica ao trabalho como negação do ser em si. Afirma o autor, seguindo os pressupostos marxistas, que o produto do trabalho se emerge estranho a quem o produz:

Segundo leis da economia política o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador, que tanto mais civilizado o seu objeto, tanto mais bárbaro o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho, tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza (MARX apud Antunes, 2010, p.11).

Quanto a esse estranhamento do homem frente ao produto de seu próprio trabalho, Marx (2008) ainda complementa que

[...] uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem como outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2008, p. 85-86).

Segue ainda Marx (2008) afirmando que

a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente objetiva, efetiva, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho objetivado, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto (MARX, 2008, p. 86).

Assim, temos que sob o capitalismo o trabalhador se nega, não se reconhece no seu trabalho, não se vê no produto que produz. A negação é tamanha que o homem só se compreende vivendo quando está fora do trabalho, como se a vida começasse quando o trabalho acaba. Não se trata de um trabalho para satisfação própria e para afirmação de si enquanto ser, mas sim de um trabalho obrigatório, forçado, tem que trabalhar para conseguir se reproduzir. Dessa forma, o trabalho se converte em um verdadeiro martírio para o homem, ao invés de uma libertação. É seguindo essa concepção que Marx faz uma colocação oportuna e de rico viés crítico:

Meu trabalho seria livre projeção exterior de minha vida, portanto desfrute de vida. Sob o pressuposto da propriedade privada (em troca) é estranhamento de minha vida,

posto que trabalho para viver, para conseguir os meios de vida. Meu trabalho não é vida. [...] Uma vez pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna estranhada a tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela; por consequência, é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca e acidental, não a necessidade interna e necessária (MARX apud ANTUNES, 2011, p. 123).

Assim, se o homem está alienado e estranho ao produto de seu trabalho, também está alienado de sua própria condição de vida. Torna-se estranho a si mesmo, estranho a sua própria humanidade.<sup>6</sup>

Para Antunes (2010), torna-se cada vez mais necessário um pensar o trabalho sob uma outra perspectiva, que garanta ao homem o reconhecimento de si através do trabalho. Um trabalho que prime pela afirmação do ser e não pela sua negação. É seguindo essa inquietação que o autor propõe um outro modo de tratar a categoria trabalho, retomando o sentido do trabalho como de caráter fundamental vital. Assim, fazendo uso das colocações marxianas, o autor afirma:

Do que foi indicado acima, depreende-se que, não é só possível, mas absolutamente necessário conceber uma forma de sociabilidade que recuse o trabalho abstrato e assalariado, resgatando o sentido original do trabalho como atividade vital. Por isso cremos que um desafio imperioso de nosso tempo é construir um novo sistema de metabolismo social, um novo modo de produção e da vida fundado na atividade livre, autônoma e auto determinada, baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital). O trabalho abstrato não nasceu com o trabalho em sua forma primeva, mas pela intercorrência e interposição da “segunda natureza” que introduziu a mediação do dinheiro como capital em todas as atividades humanas e, em especial, no trabalho. Portanto, o primeiro desafio, em nosso entendimento, é eliminar o trabalho abstrato – criação pelas mediações oriundas da introdução de “segunda natureza” (MARX apud ANTUNES, 2010, p. 13)

O autor propõe, portanto, conforme já discurremos, uma outra concepção para o trabalho, em que sua função social seja resgatada, em que o trabalho seja compreendido como fundamento primeiro da vida em sociedade. Assim, o autor continua em suas pontuações propondo ainda dois princípios vitais que se impõem para que se viabilize a retomada do trabalho enquanto afirmação do ser e não como negação:

Para tanto, dois princípios vitais se impõem: 1) o sentido societal dominante será voltado para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais vitais, sejam elas materiais ou imateriais, sem nenhuma intercorrência do capital, que deve ser eliminado; 2) o exercício do trabalho, desprovido de suas formas distintas de

---

<sup>6</sup> Ver Antunes (2010)

assalariamento e alienação – em suma, de trabalho abstrato–, somente poderá efetivar-se através da recuperação/recriação, em novos patamares, do trabalho enquanto sinônimo de autoatividade, isto é, atividade livre baseada no tempo disponível. (ANTUNES, 2010, p. 13)

É através desse viés que o autor compreende um novo modo de enxergar o mundo e as mais profundas relações humanas. Essa nova estruturação do trabalho garantiria, segundo o autor, uma nova forma de sociabilidade, onde a primazia seria pelas necessidades reais, concretas, de modo a desestruturar esse capital que se apropria da força de trabalho e da vida do trabalhador, o subordinando e alienando. Se o trabalho estrutura o capital e é por ele estruturado, logo ele está desestruturando o ser social; uma vez que o capital atente às necessidades do próprio capital e não às amplas necessidades sociais. Para tal, é imperativo em dizer que:

Isso porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social. Numa nova forma de sociabilidade, ao contrário, o florescimento do trabalho efetivamente humano e social, exercido através do atendimento das autênticas necessidades humano-sociais, desestruturará o capital. Dando um novo sentido tanto à vida dentro do trabalho, quanto à vida fora do trabalho. (ANTUNES, 2010, p. 14)

Embora aponte caminhos para a superação do trabalho enquanto negação do ser, Antunes (2010) afirma que “com a prevalência da dimensão abstrata do trabalho em relação a sua dimensão concreta, aflora o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho”. O autor ainda prossegue na sequência de suas colocações afirmando que:

Portanto, podemos dizer que, se por um lado, o trabalho é uma atividade vital, com o advento do capitalismo, deu-se uma mutação essencial que adúlterou profundamente o trabalho humano. E a incompreensão e desconsideração desta dupla e decisiva dimensão presente no trabalho, vem permitindo com que muitos autores entendam equivocadamente a crise da sociedade do trabalho abstrato como expressão da crise da sociedade do trabalho concreto. E, desse modo, defenderem equivocadamente o fim do trabalho. (ANTUNES, 2010, p.12)

Embora a categoria trabalho esteja sempre em voga, ainda assim alguns teóricos apontaram e ainda apontam para o fim da categoria, o fim da importância de se discutir a categoria trabalho. De um modo geral, muitos desses apontamentos surgiram acompanhados de um momento histórico em que o mundo passava por uma reestruturação produtiva, a partir da década de 1960, decorrentes de uma das fases de crise do capitalismo (embora o capitalismo como um todo já seja uma crise e não apenas meras fases de crise), conforme veremos melhor adiante.

Os autores que dissertavam acerca do fim da categoria, de um modo geral, criticavam o trabalho como centralidade. Antes de prosseguir, é fundamental

destacar as colocações de Oliveira Santos (2009), quando aponta que as pregações acerca do fim do trabalho são realizadas por seus defensores acreditando que o capital não fará mais uso da força de trabalho assalariada, uma vez que as criações capitalistas seriam capazes de suprir todas as necessidades; outros autores não apontam para o fim da categoria trabalho, mas negam sua centralidade analítica, creditando a outras categorias o posto de centralidade. Oliveira Santos (2009) cita alguns autores que não compreendiam a categoria trabalho como central para a sociabilidade humana, como: André Gorz, Jürgen Habermas, Claus Offe, Dominique Média, Jeremy Rifkin, Robert Kurz.

No contexto da reestruturação produtiva e da flexibilidade (pós-fordismo) algumas mudanças ocorreram no processo de trabalho, como o desenvolvimento tecnológico, aumento de desemprego estrutural, precarização do trabalho e informalidade. Esse movimento parece indicar que a tecnologia ocupa o espaço humano e torna o homem desnecessário laboralmente. O trabalho vivo (homens e mulheres) sendo substituído pelo trabalho morto (máquinas). Os teóricos do fim do trabalho compreendem que a sociedade do trabalho vive uma crise e que, portanto, a categoria trabalho não deveria ser central na discussão. Dentre os autores citados como teóricos do fim do trabalho os dois primeiros (André Gorz e Jürgen Habermas) são os que mais nos interessam.

André Gorz (1987 apud Oliveira Santos, 2009) apontava para o fim do trabalho.<sup>7</sup> Referia-se ao fim do trabalho assalariado. Segundo Oliveira Santos (2009), André Gorz (1987) fazia uma diferenciação entre trabalho (*arbeit*) e trabalho ganha-pão (*erwerbsarbeit*). Segundo Gorz (1987), o *arbeit* nunca chegaria ao fim, uma vez que faz parte da natureza humana, e a afirmação da humanidade. Já o *erwerbsarbeit* tem seu fim como definição certa, uma vez que se trata de um trabalho com mediações sociais, é o trabalho da negação do ser em si, o das organizações, o trabalho assalariado.

---

<sup>7</sup> Cardoso (2011, p.23) disserta sobre o entendimento de Marx no que se refere à categoria trabalho e afirma que: “No constructo teórico desenvolvido por Marx, o autor, ao herdar a tradição hegeliana, considerou o trabalho sua categoria central e principal para a explicação sociológica da sociedade ocidental. Ao construir as análises e os conceitos da exploração capitalista, das classes sociais, do Estado moderno, da luta de classes, da ideologia, da alienação, da formação do valor, do capital, entre outros não menos importantes, Marx evidenciou como o trabalho, além de pano de fundo de todas essas questões, constituiu-se como uma eterna necessidade natural da vida social, isto é, o meio pelo qual permitiu ao ser social se impor sobre a natureza que o cerca, exercer seu reconhecimento sobre ela e transformá-la, transformando-se a si próprio.”

Jürgen Habermas não indicava o fim da categoria trabalho, mas não compreendia o trabalho como centralidade da sociabilidade humana<sup>8</sup>. O autor propôs então uma teoria do agir comunicativo, propondo uma superação da categoria trabalho. A centralidade da sociabilidade humana para Habermas estava na categoria linguagem. Segundo o autor, a simbolização prescinde o trabalho e precisa da linguagem para se efetivar. Assim, não é o trabalho o centro da sociabilidade e sim a linguagem, mesmo nos trabalhos individuais. Assim, para Habermas a emancipação humana ocorre no mundo da vida intersubjetiva e comunicacional e não no mundo sistêmico do trabalho.<sup>9</sup>

Em contrapartida, outros autores se colocam veemente contra a tese acerca do fim do trabalho. Karl Marx, Georg Lukács, Ricardo Antunes só são alguns que citaremos aqui por apresentarem oportunas colocações e análises acerca do tema; os três vêem o trabalho como uma atividade central da sociabilidade do ser e consideram inimaginável o fim do trabalho humano pelo capital<sup>10</sup>. Para esses autores, o trabalho tem um caráter fundante do ser social.

---

<sup>8</sup> Quanto ao não reconhecimento de Jürgen Habermas sobre o trabalho como centralidade da sociabilidade humana, Cardoso (2011) afirma que:

“Habermas efetiva uma distinção entre o trabalho (esfera da necessidade, da razão instrumental e do sistema) e a interação (esfera do agir comunicativo, da liberdade e do mundo da vida). Tomando esse constructo teórico como eixo de sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo, Habermas afirma que, com o advento da modernidade, o sistema e o mundo da vida sofreriam uma espécie de desacoplamento e, com o aumento da complexidade das relações capitalistas de produção, o sistema tenderia a instrumentalizar o mundo da vida. Tal como numa sociedade tribal, o sistema estaria colonizando o *mundo da vida*, isto é, transferindo a racionalidade instrumental para o universo da racionalidade comunicativa através da *instrumentalização da vida*, que se daria pela generalização do poder, do dinheiro, da monetarização e da burocratização. Todavia, o autor acredita que o capitalismo não seria totalmente destrutivo para a humanidade como previra Weber, mas, ao contrário, o sistema não seria capaz de colonizar totalmente o mundo da vida, restando um espaço para o desenvolvimento da intersubjetividade, de um potencial comunicativo entre os homens (que futuramente os libertaria do sistema), para a afirmação da utopia (que se encontra no mundo da vida) e para a pacificação do conflito de classes na sociedade capitalista. Habermas tenta desmontar Weber, afirmando que existiria no capitalismo um espaço para essa nova racionalidade, totalmente diferente da racionalidade instrumental, que tornaria os homens livres da instrumentalização da prática comunicativa e, portanto, livres das imposições do sistema instrumental. Por outro lado, uma vez mais, Habermas, com essa nova teoria, tenta desmontar a teoria do valor marxista, afirmando que Marx causa uma travagem dialética entre sistema e mundo da vida, além de não fornecer uma análise satisfatória para a análise do capitalismo tardio. Em suma, com todo esse constructo Habermas quer mostrar que se opera um deslocamento de centralidade das categorias sociais. O trabalho não mais se mostra como uma esfera central por excelência da sociedade pós-industrial; esse lugar é agora ocupado pela ação comunicativa. A esfera do trabalho é substituída pela esfera comunicacional ou da intersubjetividade, na qual encontramos o novo núcleo da utopia. Embora bastante polêmica e propagada no meio intelectual e acadêmico do estudo do trabalho através de vagas de modismos habermasianos, essa teoria conquistou um espaço considerável, influenciando diversos outros autores.”

<sup>9</sup> Sugerimos consultar Oliveira Santos (2009)

<sup>10</sup> Ver Oliveira Santos (idem)

Para Lukács (1981), por exemplo, o trabalho é o elemento específico do agir e do ser consciente, é o que, conforme já salientamos nesse trabalho, diferencia o homem dos demais animais. É a passagem do ser orgânico para o social. Assim, para o autor, o trabalho é o primeiro ato notadamente humano, foi através do trabalho que as outras ações se efetivaram. Esse primeiro ato (o trabalho) para Lukács, segundo Oliveira Santos (2009), “produz e reproduz as condições materiais de existência”; e nele “está posto o elemento de distinção das atividades humanas: é uma atividade teleológica, ou seja, adequada a um fim planejado, abstraído e previamente estabelecido na consciência”.

Assim, para Georg Lukács (1981) há uma centralidade ontológica do trabalho, portanto, uma mudança social só é possível se houver uma mudança no modo de trabalhar. O que nos emerge como superação e emancipação, paradoxalmente pode transformar o trabalho sob a forma de estranhamento, de não reconhecimento, de negação<sup>11</sup>. Essa é uma colocação fundamental para este trabalho, uma vez que é exatamente sobre essa base que sustentamos nosso pensamento: quando o discurso de emancipação camufla o impiedoso processo de negação do ser. O fenômeno surge com uma aparência que indica superação e se mostra de forma muito positiva aos que olham de modo superficial. Contudo, basta uma análise um pouco mais esmiuçada para que se perceba a perversidade do discurso e o que de fato esconde em sua essência. Podemos aqui abrir um ligeiro parêntese de associação dessa discussão ao debate que travaremos no próximo tópico: a pseudoconcreticidade, apontada por Karel Kosik. Quando analisamos a categoria trabalho precisamos ter o embasamento crítico para que possamos perceber as nuances da aparência do fenômeno e da essência do fenômeno.

Ainda segundo Oliveira Santos (2009), para Marx o trabalho também tinha caráter de centralidade nas relações humanas; uma condição natural e necessária à vida humana. Sobre isso, Ricardo Antunes (2005) afirma que o trabalho não perdeu seu caráter de centralidade. O autor acredita que mesmo com reestruturações produtivas o trabalho não é excluído nem deixa de ter sua centralidade. Trata-se de um trabalho mais complexo e heterogêneo, de modo que é cada vez mais precário, e apresenta outras formas: terceirizado, em domicílio, informal, inserção das

---

<sup>11</sup> Consultar em Oliveira Santos (2009)

mulheres no âmbito laborativo. O que indica, de todo modo, uma maior articulação e complexidade do trabalho, mas não o seu fim. Tanto que afirma:

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais heterogêneo e intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de criação de valores de troca. (ANTUNES, 2005, p.34)

Segundo Oliveira Santos (2009), é impossível o capital eliminar o trabalho humano, desconstruindo essa tese afirmando que:

O capital tende a reduzir o montante de capital variável no processo de trabalho, mas nunca zerá-lo. Se eliminar o trabalho humano deste processo é impossível o capital continuar se reproduzindo. Por isso, a concepção que prega a substituição do homem pela máquina cai por terra. Além de não ser possível excluir o trabalho humano, estas teorias pecam no seu desprezo ao fato de que a própria ciência avança mediante interação entre trabalho vivo e tecnologia. Esta seria uma ‘restrição estrutural’ e a ciência não pode ser a principal força produtiva, portanto. As máquinas inteligentes também não podem extinguir o trabalho humano. A inserção delas no processo ocorreu graças à transferência de inteligência do operário para ela. O homem transfere suas capacidades intelectuais para o maquinário num processo de objetivação das atividades cerebrais. Só assim a máquina se efetiva concretamente. (OLIVEIRA SANTOS, 2009, p.174)

Assim, portanto, o trabalho vivo não pode ser eliminado do capitalismo e nem vislumbra o seu fim. Para reafirmar ainda mais seu posicionamento, Oliveira Santos (2009) ainda aponta três razões do porquê o fim do trabalho é algo que não tem fundamento no âmbito do capitalismo contemporâneo. Afirma o autor:

Há no mínimo três razões para isto, e elas podem ser confirmadas mediante qualquer análise empírica, inclusive as menos críticas: 1 - A própria existência das máquinas é fruto do trabalho humano, portanto, eliminar o trabalho humano da face do globo não passa de uma abstração rasteira, leviana e superficial; 2 - Se o trabalho assalariado for extinto não haverá consumidores em massa de mercadorias; 3 - Se houvesse a eliminação do trabalho assalariado, não seria mais possível a extração da mais-valia, sucumbindo-se o capitalismo. (OLIVEIRA SANTOS, 2009, p.174)

Embora haja discordância e alguns autores apontem o fim da categoria indicando a falta de pertinência em seus estudos. Outros autores, por outro lado, indicam a pertinência cada vez maior dos estudos acerca da categoria trabalho. Apontam que essa categoria ainda mantém sua condição de centralidade no desenvolvimento da sociedade. É evidente que as mudanças nos padrões do capital influenciam e exigem novas formas de trabalho, um novo perfil de trabalhador, contudo o trabalho permanece como central. Em outras palavras, o trabalho permanece central na sociedade mesmo frente às mudanças do modo de produção

capitalista, mesmo frente a todo processo de reestruturação produtiva do capital, ainda assim, o trabalho é fundante do ser e central nas relações humanas.

Garcia da Silva (2014) aponta que em se tratar do processo de reestruturação produtiva do capital, é fundamental atentar que durante praticamente todo século XX o modo de produção capitalista foi o taylorismo/fordismo, caracterizado pela produção em massa, ritmo acelerado de produção, tarefas fragmentadas, verticalização e hierarquização das funções, jornadas de trabalho amplamente extensivas e profundo desprezo pela “intelectualidade do trabalhador”. Afirmo ainda que podemos citar como fatores que promoveram a crise: as lutas sociais, entre eles, o aumento do salário, a diminuição dos lucros, o mercado consumidor em decadência devido ao aumento do desemprego, a crise do Estado de bem-estar, etc..

É seguindo esse processo histórico que Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004) enumeraram as principais tendências compreendidas pela classe trabalhadora, a chamada “classe-que-vive-do-trabalho” (correspondente “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho”). Para facilitar a compreensão das tendências da classe trabalhadora, compatibilizamos as enumerações na tabela a seguir:

**Tabela 1: As tendências da classe-que-vive-do-trabalho no mundo contemporâneo.**

<b>TENDÊNCIAS</b>	
<b>PRIMEIRA TENDÊNCIA</b>	<p>“Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.”</p>
<b>SEGUNDA TENDÊNCIA</b>	<p>“Há, entretanto, contrariamente à tendência anteriormente apontada, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global.”</p>
<b>TERCEIRA TENDÊNCIA</b>	<p>“Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado.”</p> <p>“Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais.”</p> <p>“Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores (as) imigrantes, negros (as), indígenas etc.) (Hirata, 2002).”</p>
<b>QUARTA TENDÊNCIA</b>	<p>“É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização.”</p>
<b>QUINTA TENDÊNCIA</b>	<p>“Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.”</p>

<b>SEXTA TENDÊNCIA</b>	<p>“Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados ‘idosos’ pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos ‘trabalhos voluntários’ etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da ‘cultura fordista’, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era toyotista.”</p>
<b>SETIMA TENDÊNCIA</b>	<p>“Como desdobramento destas tendências anteriormente apontadas, vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado ‘Terceiro Setor’, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.”</p>
<b>OITAVA TENDÊNCIA</b>	<p>“Outra tendência que gostaríamos de apontar é a da expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo.”</p>
<b>NONA TENDÊNCIA</b>	<p>“Há ainda uma última tendência que vamos indicar: no contexto do capitalismo mundializado, dado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de inserirem-se cada vez mais no mercado mundial, como a indústria automotiva, na qual os carros mundiais praticamente substituem o carro nacional.”</p>

Elaborada a partir de trechos extraídos do artigo “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”, de Ricardo Antunes e Giovanni Alves. (2004).

Antunes e Alves (2004) descrevem a classe trabalhadora a partir de um desenho diverso e heterogêneo, apontando que para além dos fracionamentos e das segmentações entre os “trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos” (p. 342) dentre outros, existem ainda as estratificações que são acentuadas em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Os autores seguem afirmando que para se compreender a classe trabalhadora é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. A classe trabalhadora,

como bem apontamos, compreende a totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, envolve também a totalidade do trabalho social e coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

A sociedade produtora de mercadorias torna, segundo Antunes e Alves (2004), ainda mais profunda a condição do estranhamento presente na subjetividade operária e promove outras formas de fetichizações impostas aos trabalhadores. Exemplo disso, para os autores, é a cada vez maior necessidade de qualificação e preparo para o trabalho. Desse modo, boa parte do ‘tempo livre’ dos trabalhadores é destinada a aquisição de ‘empregabilidade’, uma espécie de *palavra-fetichê* usada pelo capital para transferir aos trabalhadores as responsabilidades pela sua própria qualificação, algo que antes era responsabilidade do capital.<sup>12</sup>

De todo modo, podemos observar nos estudos desses autores e na tabela anteriormente apresentada, que a alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos chamados estratos precarizados do trabalho. Nesses estratos, os trabalhadores vivenciam condições completamente desprovidos de seus direitos, em uma profunda instabilidade, muitas vezes trata-se do trabalho part-time, que é temporário e precarizado. Sob uma perspectiva de trabalho precário, o estranhamento se mostra ainda mais intenso e brutal, havendo praticamente uma perda da humanidade. Assim, espaços mais precários/excluídos do trabalho, o estranhamento e o fetichê capitalista são ainda mais desumanos.

Nessa lógica, as formas de alienação se expandem, principalmente para os que estão marginalizados do processo de trabalho. É o que ocorre quando nos referimos aos desempregados, a alienação é ainda mais brutal para esse grupo, envolve uma rejeição da vida social, um isolamento, apatia e até a violência direta. Nesse bojo, acompanhamos um aumento das contradições e diferenciações entre os desempregados e a sociedade em sua totalidade. Inclusive, muitas manifestações contra os estranhamentos ocorrem justamente promovidas por grupos que são excluídos do processo de trabalho. Trata-se de uma desumanização que segrega e gera o isolamento individual, que reverbera para criminalidade, os guetos, até outras formas de explosão social. Assim essa alienação/estranhamento e os fetichês do capital, no processo de trabalho, muitas vezes impedem a autoafirmação,

---

<sup>12</sup> Antunes e Alves (2004).

reconhecimento, autodeterminação da personalidade e da identidade dos trabalhadores. Contudo, os autores frisam que a vida cotidiana não se mostra simplesmente como o espaço da vida alienada; mas, pelo contrário, como um campo de embate entre a *alienação* e a *desalienação* constantes.

Também corroborando com os autores citados (Antunes e Alves, 2004) e de modo a complementar a tabela exposta anteriormente, Sandroni (1998) visando destacar as particularidades dessa crise que acometeu o capital, afirma que após o auge do keynesianismo/fordismo nos anos 1950 e 1960, o capital passou por uma mudança avassaladora, causada segundo o autor pelos seguintes motivos: diminuição das taxas de lucro em decorrência da superprodução; saturação da produção taylorista e fordista; desvalorização do dólar e fim do acordo de Breeton Woods; crise do *Welfare State*/ Estado do Bem Estar Social; aumento das lutas sociais; e, por último, a crise do petróleo.

Assim, em 1970, em decorrência dessa crise do modo de produção capitalista, houve uma reestruturação produtiva, uma (re)organização do sistema. A produção nesse momento passou, cada vez mais, a estar associada à acumulação flexível, de acordo com o modelo toyotista de produção. Segundo Antunes (2001), as notáveis diferenças entre o antigo taylorismo/fordismo e o novo toyotismo são: necessidades individuais sendo reconhecidas; trabalho em equipe; flexibilização; *just in time* de modo a administrar melhor o tempo; trabalho com estoque mínimo; estrutura horizontalizada; avaliações de controle de qualidade para garantir a produtividade; intelectualidade do trabalhador sendo valorizada, etc.<sup>13</sup>

Afirma Garcia da Silva (2014) que esse projeto ainda não teve fim e que as mudanças no modo de produção ainda promovem transformações no mercado de trabalho e profundas consequências para os trabalhadores, como: precarização do trabalho; empecilhos nos direitos trabalhistas; desemprego; separação e divergências na classe trabalhadora; flexibilização; terceirização. Portanto, o que se pode notar é que a essência das transformações promovidas no que se chama de processo do pós-fordismo ou de toyotismo não repercutiu em uma melhora das condições de trabalho, nem no seu fim. Pelo contrário, o que se nota é que os mecanismos de controle sobre o trabalhador são cada vez maiores. Em

---

<sup>13</sup> Ver Em Garcia da Silva (2014)

contraposição ao discurso que se imperava, a reestruturação produtiva não promoveu melhoras para a classe trabalhadora, os que se beneficiaram foram os que detinham os meios de produção, o trabalhador desprovido dos meios de produção se encontra ainda mais dependente e à mercê das exigências do capital.

Harvey, sobre essas transformações e novas estruturas de mercado de trabalho afirma que:

As novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago (HARVEY apud CARLOTO, 2008, s.p.).

Corroborando com as prerrogativas até aqui elencadas, Santana e Mendonça (2009), fazendo uso dos estudos de Thomaz Júnior (2002), analisam as colocações do autor e afirmam que:

Ao analisar essa situação a partir da perspectiva da Geografia do trabalho, Thomaz Júnior (2002) demonstra a ferocidade da espacialização da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora. Ela se manifesta de várias formas: pela intensificação das transferências de atividades produtivas, pelas mudanças implementadas para adequar a participação da rede de fornecedores à nova territorialidade da produção/distribuição/consumo e pelo deslocamento e/ou “desconcentração geográfica” industrial, que repercute diretamente sobre os trabalhadores e suas instituições político representativas. Segundo Thomaz Júnior (2002) a reorganização espacial do parque fabril, promovida pela reestruturação produtiva e propiciada pelo avanço do meio-técnico-científico-informacional e pela articulação territorial das empresas através das redes, teve um duplo resultado. Por um lado, promoveu o processo de produção capitalista, mas, por outro, capturou a subjetividade operária ao implementar a flexibilização e a multifuncionalidade do trabalho. (SANTANA E MENDONÇA, 2009, p. 8)

Trata-se, segundo Garcia da Silva (2014), de uma nova condição para o trabalhador; e, os trabalhadores pertencentes a essas novas formas de trabalho são classificados por Alves (2000) como subproletariados de uma nova precariedade. São inclusive novas formas de produção que camuflam até mesmo o crescente índice de desemprego, emergindo outras formas de trabalho, como por exemplo: o trabalho feminino, o trabalho informal, o trabalho em domicílio, dentre outros. O que se coloca como algo fundamental de compreensão, vez que esses citados são três trabalhos que se colocam como pontos cruciais nesta pesquisa.

O trabalho em domicílio, particularmente, nos permite perceber um outro caráter marcante desse processo que é a incorporação dos discursos e das lutas. Conforme apontamos, essa forma de trabalho surge como uma paliativa ‘solução’ frente à ausência de trabalho formal, de um modo geral tem uma função

praticamente de substituição do trabalho formal, caracterizando-se muitas vezes como um trabalho informal, não que o seja necessariamente; é possível o desenvolvimento de trabalho formal no âmbito do lar. Mas em caráter de generalização e análise pela totalidade, comumente o trabalho em domicílio é informal, mal remunerado e desenvolvido por mulheres, às vezes costureiras, artesãs, como as que nos interessamos nesta pesquisa.

Assim, as atividades por serem desenvolvidas no âmbito do lar, acabam por gerar a sensação de um controle e administração do tempo despendido no trabalho, a falsa sensação de que o tempo de trabalho é reduzido, é menor em comparação ao trabalho formal. Dessa forma, se coloca a máxima de que o trabalho em domicílio garantia uma melhoria para o trabalhador, vez que uma das principais pautas dessa discussão é justamente a redução da jornada de trabalho, uma luta já muito conhecida pela classe trabalhadora, como bem aponta Garcia da Silva (2014). O fato é que não podemos compreender essa luta apenas como uma redução do tempo de trabalho, porque é possível reduzir o tempo e aumentar a intensidade do trabalho. Assim, não basta saber quantas horas foram despendidas para determinado trabalho, visto que há uma superexploração para que se produza o máximo possível, no menor tempo possível, independente de ser formalmente ou informalmente. Essa redução da jornada de trabalho se apresenta como uma aparência que esconde em sua essência uma exploração ainda maior e mais perversa do trabalhador, uma vez que o aliena inclusive de se enxergar como um ser manipulado e superexplorado em um trabalho precário e mal remunerado, desprovido inclusive de seus direitos trabalhistas. Isso é fundamental para que se perceba que o processo de reestruturação produtiva do capital se emerge à primeira vista como a solução para os problemas apresentados pela crise, mas oblitera e esconde o fato de que os trabalhadores continuam e serão cada vez mais explorados e dependentes das decisões do capital. Trabalho que aliena e nega o ser enquanto humano. Trabalho cujo produto se ergue estranho a quem o produz. Mas ainda assim, trabalho que é a centralidade da sociabilidade da vida humana, fundante do ser.

## 2.1. Da pseudoconcreticidade ao espaço abstrato: compreendendo o trabalho como negação e afirmação do ser em si

As discussões acerca da categoria trabalho não são recentes e são muito amplas, embora seja uma categoria considerada, na geografia, pouco valorizada e por vezes preterida em comparação a outras categorias. Temos como ponto de partida o interessante estudo desenvolvido por Karel Kosik (1969) onde sugere uma interpretação e leitura do mundo. O autor reflete sobre a forma como o ser humano analisa os fatos, coisas e situações. Segundo Kosik (1969), a leitura do homem sobre o mundo não é a de um sujeito que possui conhecimento e busca examinar a realidade para, a partir disso, desenvolver uma ideia, mas sim a de um ser prático que age sobre a realidade de forma objetiva e direta em decorrência de seus interesses imediatos.

Desta forma, para o autor, o indivíduo cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um aporte de noções sobre um determinado aspecto da realidade; e acaba por se distanciar da essência, da compreensão das coisas e da realidade. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas de modo parcial, apenas sob certos aspectos. Assim, o complexo dos fenômenos presentes no cotidiano penetra na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade.

Segundo Kosik (1969), ao mundo da pseudoconcreticidade pertencem o mundo dos fenômenos externos, o mundo das coisas fetichizadas, o mundo das representações comuns, o mundo dos objetos fixados, tudo o que faz parecer que as ‘coisas’ no mundo são todas naturais, dadas. Desse modo, o mundo que é apresentado ao homem não é o mundo real, é o mundo das aparências, embora esse mundo tenha fundamento e seja considerado como real. Para perceber e entender a “coisa em si” é necessário um esforço e um *detour*, e para isso é preciso que se tenha consciência e noção de que existe uma oculta verdade da ‘coisa’, é necessário perceber que o fenômeno indica a essência, mas a esconde, e saber também que a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, afinal há intencionalidade por trás do oculto e dos ocultismos. Por isso, é necessário um pensamento que rompa e destrua a pseudoconcreticidade.

O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade é um processo do qual sob

o mundo da aparência se desvenda o mundo real, assim, por detrás da aparência se desvenda o fenômeno; por trás do fenômeno, a essência. Como bem destaca o autor, a realidade oculta pela pseudoconcreticidade é o mundo da práxis humana. O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos ‘reais’ fixados, é um processo de curso no qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, é um mundo em que a verdade não é dada, não está pronta nem acabada.

Essas colocações de Kosik (1969) nos parecem muito oportunas por gerar uma profunda necessidade de diálogo com os estudos espaciais lefebvrianos. É fundamental nesse contexto, compreender que o espaço (social) é um produto (social) e também é uma condição (social). O espaço assume, no mesmo processo global, a mercadoria, o dinheiro, o capital (LEFEBVRE, 1976). Assim, o espaço serve de instrumento ao pensamento, à ação; e é, ao mesmo tempo, um meio de produção. Nesse momento, Lefebvre (1976) parece notar no espaço algo muito semelhante ao que Kosik (1969) vinha propondo; percebe que o espaço é uma construção social histórica, carregado de intencionalidades, onde as ‘coisas’ surgem como representações, como pseudoconcreticidades, em aparência destoante da essência, surgem o que Lefebvre (1976) denominará de *ilusões espaciais*: a ilusão da *transparência* e a da *opacidade* (a ilusão realística). A ilusão da transparência se confunde com aquela de uma inocência do espaço, sem ciladas, nem esconderijos profundos.

O dissimulado, o oculto, o perigoso se opõe à transparência. Por outro lado, a ilusão realística é a da ingenuidade e de ingênuos, as coisas têm mais existência que o sujeito, seu pensamento, seu desejo. A primeira ilusão, a da transparência, se reaproxima da idealidade filosófica, ao passo que a segunda se aproxima do materialismo (naturalista e mecanicista). Cada ilusão contém a outra e a mantém. Os simbolismos vindos da natureza obscurecem a clareza racional. O racional se naturaliza e a natureza se cobre de nostalgias que suplantam a razão. No curso de toda leitura, o imaginário e o simbólico, a paisagem, o horizonte são considerados ilusoriamente como o *real*. (LEFEBVRE, 1974). É esse *real* que emerge e se mostra como a pseudoconcreticidade proposta por Kosik (1969).

Para além disso, Lefebvre (1974) afirma ainda que cada sociedade produz um espaço, o seu. Desse modo, o espaço social contém relações sociais de produção e as relações de reprodução. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar. Além disso, para tornar as situações ainda mais complexas, o

espaço também contém certas representações, representações simbólicas. Simbolização que dissimula mais do que mostra, que também se apresentam ilusoriamente como “real”, que também são as pseudoconcreticidades propostas por Kosik (1969).

Nesse sentido, Lefebvre (1974) ainda propõe uma análise extremamente proveitosa e significativa onde também podemos compreender as expressões das pseudoconcreticidades nos/dos espaços em alusão aos estudos de Kosik (1969) e de modo a promover um diálogo entre ambas as propostas de análise da vida cotidiana espacial. Em sua contribuição, o autor afere sobre a pertinência de uma Triplicidade: - a *prática espacial*, que engloba produção e reprodução; - as *representações do espaço*, ligadas às relações de produção, a “ordem” que elas impõem, ligadas aos conhecimentos; - os *espaços de representação*, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social.

Segundo Lefebvre (1974), a prática espacial de uma sociedade marca seu espaço; ela o produz, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço; assim, a prática espacial ‘moderna’ se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante. Já as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, é o espaço dominante numa sociedade. Por fim, os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos usuários, trata-se do espaço dominado, portanto, sujeito.

Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo as sociedades, segundo as épocas. As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis. Além disso, é preciso ir mais longe e admitir que os produtores hegemônicos do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os usuários suportam o que lhes é imposto, mais ou menos inserido em seu espaço de representação, alienados até mesmo de seu direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). Assim cada sujeito se situa num espaço onde se reconhece ou então se perde, do qual usufrui ou modifica. O lugar das representações na sociedade não é falso nem verdadeiro, é as duas coisas ao mesmo tempo, é presente e ausente ao mesmo tempo, de modo que presença e

ausência não se excluem, pelo contrário, uma media a outra em um complexo jogo de espelhos (LEFEBVRE, 1983).

No funcionamento do capitalismo, segundo Lefebvre (1976), o espaço dominante, os ditos centros de riqueza e de poder, se esforça para dominar as ditas periferias. A representação do espaço, detentora poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, que ainda assim, resistem, surgindo conflitos em razão das contradições pertencentes ao próprio espaço dominante. Assim, coloca-se que, sustentado por organização altamente estruturadas e poderosas, esse espaço abstrato, espaço dominante, capitalista apresenta traços de vida eterna.

É exatamente nesse ponto que se torna mais ainda interessante o diálogo entre as proposições espaciais lefebvrianas e as proposições de pseudoconcreticidade propostas por Kosik (1969). Isso se deve ao fato de que esse espaço abstrato que pontuamos anteriormente em muito se associa às colocações acerca das pseudoconcretidades. Esse espaço abstrato dispõe de profundas contradições específicas; essas contradições do espaço procedem, em parte, de antigas contradições, oriundas do tempo histórico. Além dessas antigas contradições nascem novas contradições. Dessas contradições coloca-se um novo espaço: o espaço diferencial. Uma vez que espaço abstrato tende para a homogeneidade, reduzindo as diferenças, as particularidades existentes; esse espaço novo (o diferencial) só pode nascer acentuando as diferenças.

Desse modo, temos que segundo Lefebvre (1976), o capitalismo produziu o espaço abstrato que contém o mundo da mercadoria, sua lógica e suas estratégias à escala mundial. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. Nesse espaço, a cidade, *locus* da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu (como bem trata Lefebvre em sua obra “O retorno à dialética”, de 1986). A cidade explode em pseudoconcretidades. Que saltam aos nossos olhos em forma de espetáculo.

Além disso, é fundamental considerar que a luta de classes intervém na produção do espaço. A luta se lê no espaço, de fato, só ela impede que o espaço abstrato se estenda globalmente, apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial. A partir disso, pode-se considerar que o espaço abstrato funciona de maneira altamente complexa, tanto no privado quanto no público, tanto no coletivo quanto no individual. Com isso o “mudar a vida”, “mudar a sociedade”,

não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado. Nada muda se persistir a cotidianidade no espaço abstrato com seus interditos, simbolismos, pseudoconcreticidades, repleto de intencionalidades, onde aparência esconde essência e alienação se aprofunda na vida dos trabalhadores.

Afirma ainda Lefebvre (1974, p. 58) que:

A burguesia, despoticamente esclarecida, e o capitalismo dominaram parcialmente o mercado das mercadorias, servindo-se do espaço abstrato como instrumento. O domínio do mercado de capitais se revela mais difícil (dificuldades ditas “monetárias”). De uma dominação política muito forte, de um impulso das forças produtivas e de um domínio insuficiente dos mercados, resulta um caos espacial a todas as escalas, da ilha de vizinhança ao planeta. A burguesia e o capitalismo têm, desde agora, muita dificuldade para dominar seu produto e seu meio de dominação: o espaço. Eles não podem reduzir a prática (o prático sensível, o corpo, e a prática sócio-espacial) ao seu espaço abstrato.

Assim, afirma o autor, é fundamental que se perceba que o chamado *direito à diferença* só tem sentido a partir de lutas reais para diferir o micro e o macro, o cotidiano e o urbano, o interior e o exterior, o trabalho e o não-trabalho, o durável e o efêmero, a aparência e a essência. Entendendo que através de *mediações*, conforme veremos adiante, é possível transcender os muros das pseudoconcreticidades em um esforço de acesso à essência e não apenas ao espaço abstrato.<sup>14</sup>

A partir disto temos que a destruição da pseudoconcreticidade significa que o concreto não é nem inatingível, nem alcançável de uma só vez, mas que ele se faz, se desenvolve e se realiza. Assim, estamos em um mundo de pseudoconcreticidade, onde a práxis, enquanto atividade transformadora e criadora do mundo humano-social foi convertida em mera atividade abstrata e técnica, desvinculada do trabalho como criação. Essa ruptura assinala algo ainda mais significativo: que a consciência dos indivíduos acerca dos fenômenos, processos e relações que povoam a vida cotidiana ocorrem como representação, e não como um conhecimento conceitual

---

<sup>14</sup> Quanto à importância das mediações na superação das pseudoconcreticidades, percepção real do mundo e compreensão de seus processos de socialização; é interessante a seguinte ideia de Cardoso (2011, p. 268): “A instituição do indivíduo ocorre concomitantemente à instituição da sociedade, e, nesse sentido, as mediações cognitivas acabam por exercer um papel fundamental no processo de socialização. Assim, duas componentes da instituição se mostram importantes: a primeira, a *Weltanschauung*, isto é, a percepção de mundo, comum às significações imaginárias que fundam a sociedade; a segunda, por outro lado, reporta-se às regras, uma vez que, como mediações cognitivas, se mostram constitutivas dos fatos sociais, bem como servem de instrumento para a garantia do espírito de disciplina e o equilíbrio da sociedade (cf. Castoriadis, 1975, p. 184). Por outro lado, ao mesmo tempo em que o trabalho se comporta como experiência portadora de esquemas cognitivos do valor instituidor (negação), este assume um caráter dialético ao se comportar como elemento de interação (negação da negação)”.

alicerçado no pensamento crítico. Assim, o autor avança o pensamento em uma tentativa de análise que busque uma ruptura com a pseudoconcreticidade.

A análise de Kosik (1969) é de extrema importância para o presente trabalho uma vez que sua crítica às aparências é a base do pensamento que temos e conduzirá o nosso olhar sobre as proposições dos autores que pretendemos nos debruçar.

Quando propomos um estudo acerca da categoria Trabalho, nos sentimos comprometidos a iniciar a discussão a partir da percepção do mundo da pseudoconcreticidade. Isso porque os processos e as condições de trabalho são desenvolvidos de forma ‘natural’, como algo dado, como a regra, a lei, como forma de aparência e não em essência. Ao nos interessarmos por pesquisar uma cooperativa (COOPA-ROCA) na favela da Rocinha, onde predomina o trabalho em domicílio artesanal e de costura desenvolvido por algumas mulheres, nos deparamos diretamente com a forma como a ‘coisa’ se apresenta. Isto é, com as suas representações desse trabalho, com a pseudoconcreticidade.

Somos impedidos, por assim dizer, de perceber o que há por trás das atividades desenvolvidas, não conseguimos de um modo direto ter a noção da essência do trabalho desenvolvido por aquelas mulheres e as contradições que envolvem seus processos. Assim, somos levados a crer que se trata de uma cooperativa, onde as mulheres podem trabalhar, ter um acréscimo em sua renda mensal, além de receber qualificação e ainda poder continuar em casa mantendo sua ocupação de cuidado da casa e dos filhos. É essa a condição que somos levados *imediatamente* a perceber a partir das *aparências*. O que é fundamental que se perceba aqui é que apenas teremos condição de ter conhecimento ‘real’ da ‘coisa’ quando conseguirmos ultrapassar essas aparências, quando rompermos com essa pseudoconcreticidade, ou seja, ir além dessas primeiras noções que temos acerca do trabalho dessas mulheres. É só assim, que poderemos desenvolver uma análise crítica passível de credibilidade.

Portanto, essas noções introduzidas por Kosik (1969) são fundamentais para que se rompa com a noção do espaço dado de verdades dadas, onde as aparências são garantidas *imediatamente* como *essências*, onde tudo é natural. Romper com essas ideias e perceber a necessidade de ir além dos imediatismos é o nosso principal fio condutor. O que significa que toda nossa análise acerca do trabalho desenvolvido pelas mulheres da COOPA-ROCA busca romper com suas pseudoconcreticidades, buscando estabelecer uma análise crítica sobre as

intencionalidades camufladas por sua aparência.

É nesse sentido que nos colocamos a refletir sobre as possibilidades de ruptura dessa pseudoconcreticidade. Refletimos sobre as condições de ir além das aparências de modo a chegar mais perto da essência. Para tal, reconhecemos os estudos de Ciavatta (2014) como muito oportunos para fornecer base reflexiva para além das aparências. Assim, percebemos que é através das mediações que tornamos possível as rupturas da pseudoconcreticidade.

Segundo Ciavatta (2014), é o conceito de mediação que permite uma visão historicizada do objeto singular em suas determinações mais gerais e universais, assim como situá-lo no tempo e no espaço, em outras palavras na sua particularidade histórica. Assim, a mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa de um fenômeno (como as tabelas e gráficos), nem a busca da relação de causa e efeito, mas sim é a especificidade histórica dos fenômenos. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e espaço, sob ação de sujeitos sociais. Dessa forma, a essência que não é imediata à compreensão, é mediata ao fenômeno.

Por mais que a realidade seja a unidade da essência e aparência; a essência se manifesta em algo diferente do que é. Neste sentido, conhecer um objeto é revelar sua estrutura social. Esta é a via de construção do objeto. Embora o termo mediação frequentemente seja utilizado como sinônimo de meio, a autora considera esta categoria como as relações articuladas que são reconstruídas em nível de conhecimento histórico, dentro de determinada totalidade social. A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seus universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na sua contextualização histórica.

Os conceitos de mediação e de particularidade permitem a passagem da visão do objeto singular para os conceitos mais gerais. As mediações não são apenas meios. Os meios são instrumentos, são elos, pontos de ligação. Vistos sob o conceito de mediação, os objetos são processos sociais complexos, com significados diversos, dependendo da dinâmica dos fenômenos envolvidos. É no campo da particularidade que se situam as mediações. É o campo da história, do espaço, do tempo como produção humana.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ver Ciavatta (2014)

Sob essa mesma perspectiva espacial e temporal, Lefebvre (1974) destaca que se há produção e processo produtivo do espaço então há história; assim, afirma que:

A história do espaço, de sua produção enquanto “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento causal de fatos ditos “históricos” (dados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de idéias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço. (Lefebvre, 1974, p.45-46)

Assim, para Lefebvre (1974), a história do espaço não pode deixar de lado o global e privilegiar apenas alguns momentos, a história periodizará o processo produtivo de uma maneira que não coincidirá exatamente com as periodizações admitidas.

Ainda sob a lógica temporal e espacial, Lefebvre (1974) entende que a produção do espaço reage sobre o passado e condiciona o futuro, assim o passado se esclarece de uma maneira diferente; e, conseqüentemente, o processo que vai desse passado ao presente se expõe também de modo diferente. Assim, o começo se encontra no fim e o fim se apresenta desde o início. Portanto, a produção do espaço, se descobre no início. Trata-se do método lefebvriano: progressivo-regressivo. Aqui, cabe apenas a fixação de um pensar que considera a integração dos processos com o momento histórico que os deu origem. Ao que se pode perceber ser um método bem esmiuçado de análise, carecendo de uma delicada utilização, sendo inclusive bem desafiadora a sua compreensão de uso, são diversas as confusões e distorções. Mas, definitivamente é um método que possibilita mediações que compreendem análises temporais e espaciais, assemelhando-se as propostas de Ciavatta (2014) por determinar a importância da historicização dos processos, entendendo que as construções sociais são históricas e produzidas conforme as épocas e sociedades; sendo os processos históricos fundamentais para o desenvolvimento das mediações necessárias as análises.

Seguindo essa compreensão e indo além, temos que essas mediações muitas vezes são intencionalidades dominantes. É preciso entender, portanto, que quando compreendemos as mediações como possibilidade de romper com a pseudoconcreticidade, corremos o risco de estarmos reforçando a pseudoconcreticidade, ao invés de superá-la, o que exige a necessidade de uma análise historicizada que perceba que as ‘verdades’ que nos deparamos não foram dadas, mas construídas socialmente ao longo de um tempo histórico, portanto,

dotadas de interesses, de um modo geral, interesses fomentados por uma condição de dominação.

É exatamente por isso que consideramos oportuna a análise proposta por João Aguiar (2012) quando se refere à dominação simbólico-ideológica de classe que pode ser tanto direta como indireta. Segundo o autor, houve um retroceder histórico do protagonismo da classe trabalhadora tanto como voz identitária coletiva como quanto agente mobilizador, o que leva à ideia do que chama de *cultura do simulacro e estetização da vida cotidiana*. Destaca que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de uma época, isto é, a classe materialmente dominante da sociedade é ao mesmo tempo a força intelectual dominante. Desse modo, a burguesia ao dominar a estética e fazer prevalecer seus gostos fez de todos os outros, resistências. A *cultura do simulacro* compartilha pontos comuns com o fetichismo da mercadoria. A *estetização da vida cotidiana* compatibiliza a subjetivação humana na mercadoria. O material e o simbólico relacionam-se dialeticamente de forma entrelaçada. Assim, vivemos e produzimos uma cultura que promove simulacros, com a vinculação de imagens e falsas aparências, tornando a vida cotidiana estetizada, ‘padronizada’, encenada, repetitiva. Todo esse processo de simulação, de estetização, de encenação é mediado e essas mediações possuem intencionalidades. Assim, muitas condições são sobrepostas, criando-se áreas de fazer e áreas de mandar; espaços dominados e espaços dominantes.

Percebe-se que em nossa tentativa de romper com os simulacros, muitas vezes podemos estar trabalhando para reforçá-lo. Assim, quando nos propomos a analisar a COOPA-ROCA precisamos fazer com que o esforço de romper com as aparências não resulte em reforça-las nos impedindo de compreender os processos que configuram o trabalho desenvolvido pelas cooperadas. É importante destacar que é uma cooperativa onde as mulheres, de um modo geral, são nordestinas, moradoras da favela da Rocinha, com um baixo poder aquisitivo, e em contrapartida, constatamos que o produto de seu trabalho está cruzando a fronteira do país, recebendo destaque em passarelas de moda e vitrines de grife nacionais e internacionais. Isso nos coloca em um esforço de análise que exige uma percepção que vá além das aparências, evidenciando a apropriação multiescalar do trabalho. Além das múltiplas apropriações de seu trabalho, essas mulheres não podem consumir o seu próprio produto, uma vez que são produtos de alto valor agregado. Isso exige também uma crítica em relação à própria concepção acerca do termo

cooperativa, no intuito de entender até que ponto a COOPA-ROCA se configura, ou não, em uma cooperativa de fato, conforme trataremos mais adiante no capítulo 3.

Portanto, quando nos referimos à destruição da pseudoconcreticidade, é visando desenvolver uma análise do trabalho das mulheres da COOPA-ROCA que rompa e ultrapasse as ideias consensuais de que as atividades ali desenvolvidas garantem a tal ‘emancipação feminina’, ou garanta uma expressiva melhora nas condições de vida das participantes, ou que as mulheres são autônomas e donas de seu trabalho. Essas são noções que nos parecem mediadas por intencionalidades dominantes, são simulacros do que efetivamente é o processo de trabalho, uma *estetização do cotidiano* dessas mulheres. Há, assim, uma intenção de perceber o trabalho dessas mulheres indagando sobre os processos de exploração que o permeiam e analisando a profunda condição de alienação dessas mulheres sobre o seu próprio trabalho e produto; e sobre si mesmas.

É sobre essa base que nos valemos da tese central de Mészáros (2006) que destaca o problema da autotranscendência da alienação, e aponta também para “negação e supressão” da “autoalienação do trabalho”, ressaltando que, para além da alienação do trabalho, há também uma alienação política, social, cotidiana, da vida, da condição humana. O que ocorre a partir dessas noções de alienação é que, de fato, “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz”. (MARX, 2008, p.80). Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. A alienação do trabalhador no/do seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica ao próprio trabalhador.

Assim, segundo Mészáros (2006), é evidente que o homem precisa produzir a fim de se manter, a fim de satisfazer suas necessidades. Contudo, ele só pode satisfazer essas necessidades criando outras necessidades não físicas que se tornem tão importante quanto as necessidades físicas originais.

Exatamente por isso que o trabalho se torna proprietário do homem e este deixa de se enxergar em si para se ver naquilo que produz. Porém, se aquilo que é por ele produzido não mais lhe pertence, o homem passa a se ver em algo que é de

outro, deixa de ser proprietário de si para se tornar uma ferramenta daquele que o explora e, portanto, o possui. Quanto mais o homem trabalha alienadamente, mais distante fica de sua essência. O indivíduo passa a consumir algo que não tem relação com sua produção. Sendo assim, consome algo que ‘pertence’ a outro e é, portanto, constantemente ameaçado de ficar sem a possibilidade deste consumo. O trabalho, neste contexto, não é mais um meio de suprir necessidades, mas uma forma de ganhar dinheiro para consumir o trabalho de outro; também já apropriado pelo capitalista. O homem é, então, estranho àquilo que produz.<sup>16</sup>

Assim, o trabalho não é mais algo natural do trabalhador. Enquanto, em sua essência, o trabalho deveria ser fonte de prazer, ele passa a ser uma obrigação quando é alienado, assim o homem não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não se desenvolve livremente, se esgota física e mentalmente. O trabalho não é mais algo natural, é uma imposição daquele que domina. Com o trabalho tendo grande importância na vida humana, a relação com a natureza não é mais o que permite a vida, mas sim o trabalho. (MÉSZÁROS, 2006)

De forma geral, o homem se encontra alienado de sua vida, está alienado dos outros, e cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana. Vê-se, assim, a alienação como parte de um processo que acaba levando o homem a uma situação de profunda exploração. Dessa forma, uma gama de novas necessidades é instituída, fazendo com que seja necessário vender cada vez mais força de trabalho a um preço cada vez menor. Os esforços produtivos não são mais pela busca do produto, mas sim pela busca do dinheiro que permite se apropriar do trabalho de outro.

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistência necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir. Ele trabalha para viver. Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. [...] a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. (MÉSZÁROS, 2006, p.113)

Todo esse processo de alienação através do trabalho está engendrado pelos processos do capitalismo, onde o homem é uma peça da auto-reprodução do capital. Há uma situação de incontabilidade do capital e de uma necessária superação

---

<sup>16</sup> Ver em Meszáros (2006)

total como condição para construção de uma “nova forma histórica”. Portanto, não se trata de uma crise cíclica do capital e sim de uma crise estrutural insuperável, é uma crise estrutural sistêmica. Uma crise cujas implicações afetam o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos, mas em todas suas dimensões fundamentais. Nem mesmo as soluções que sempre perpetuaram esse modo alienante de reprodução social têm surtido efeito no sentido da superação da crise. Assim, é fundamental o fim da relação de dominação alienadora sobre o trabalho, para que se supere radicalmente as relações capitalistas.<sup>17</sup>

Assim, é justamente nessa noção de incontrolabilidade do capital e de crise estrutural sistêmica que se maximizam os processos de alienação. É interessante perceber, inclusive, que tal alienação ocorre nas entranhas da sociedade, nos macrocosmos e nos microcosmos. A própria noção de família nuclear carrega um caráter alienante, autoritário e hierárquico. Isso é fundamental para que se perceba que a condição de subordinação das mulheres ocorre diretamente relacionada a essas condições.

Mészáros (2002) afirma que o capital perpetuou a subordinação das mulheres e se serviu dela historicamente de várias maneiras. Na família nuclear, reproduzindo valores discriminatórios, hierárquicos das relações sociais e necessários para a manutenção da estrutura de exploração da atividade produtiva. No âmbito laborativo, por sua vez, atribuiu-se às mulheres, de modo geral, uma remuneração inferior a dos homens. Nesse contexto, para o autor, as conquistas históricas só foram possibilitadas, entre outras coisas, pela expansão do capital em sua fase ascendente, o que significa que tendem a ser negadas na prática nos momentos em que o capital porventura enfrentar dificuldades maiores para a realização da acumulação. É nesse sentido que o autor questiona os movimentos de causa única, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento LGBT. Compreende que, de um modo geral, esses movimentos defendem discursos por uma igualdade de exploração, por um direito de ser tão explorado quanto o outro. Vale ressaltar que embora discorra sobre essa crítica, o autor ainda reafirma a pertinência desses movimentos no sentido de que evidenciam as contradições da sociedade capitalista.

Mészáros (2002) assinala ainda que nem no campo da política existe uma

---

<sup>17</sup> Stevan Mészáros (2002)

participação igualitária entre mulheres e homens. Isso se deve ao fato de que, no sistema do capital, o Estado não tem a obrigação de promover a igualdade ‘real’, de fato, entre os participantes da ordem sociometabólica. Pelo contrário, muitas vezes acaba reproduzindo essa mesma estrutura de controle hierárquica e discriminatória.

Nesse mesmo sentido, Lefebvre (1974), afirma que esse controle hierárquico e discriminatório tem uma base tecnocrática, onde tanto arquitetos, quanto urbanistas, seguindo uma lógica cartesiana, tentam compreender os *espaços sociais*, sem pouco ou nada considerar as pessoas e o cotidiano desses espaços; estando bem distante de promover a chamada ‘igualdade real’ dos trabalhadores. Assim, para o autor, os planejadores e programadores tecnocráticos não produzem um espaço com pleno conhecimento das causas, efeitos, razões e implicações de seus processos; assim, não chegam nem perto de atender as demandas sociais.

O capital, afirma Mészáros (2002), em momentos favoráveis a sua expansão, é até capaz de acolher, através do Estado, algumas das demandas sociais particulares de cada momento histórico, desde que estas não modifiquem a estrutura mais íntima do próprio macrocosmo do capital.

[...] a posição das mulheres na sociedade não havia apenas uma afirmação aberta do patriarcado confiante, mas uma coerência perversa. Ele negava status igual às mulheres não devido a alguma aversão pessoal mórbida em relação a elas [...] as mulheres recebiam uma posição subordinada porque era impossível concerber-se a satisfação das exigências de uma verdadeira emancipação da mulher por meio de concessões legalistas formais. (MÉSZÁROS, 2002, p.277)

Assim,

sem mudanças fundamentais no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos de legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados. Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na verdadeira igualdade, até os esforços legais mais sinceros voltados para a 'emancipação das mulheres' ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade. (MÉSZÁROS, 2002, p. 303)

Constatamos, portanto, um caráter alienante do trabalho articulado a um caráter alienante do próprio capital, que cria inclusive simulacros que nas aparências fazem crer que as condições vividas e as conquistas são decorrentes única e exclusivamente de lutas; escondem e camuflam as mediações de dominação, as intenções dos dominantes em cima dessas “conquistas” e o fato de

que essas apenas serão válidas enquanto forem oportunas e atenderem a interesses maiores do próprio capital.

Ontologicamente, é através da esfera do trabalho que a vida humana se concretiza, o trabalho é o elemento principal da transformação da condição humana ao longo dos tempos históricos. O trabalho é, portanto, uma categoria fundamental para a compreensão da formação e do fazer histórico da humanidade em toda a sua diversidade<sup>18</sup>. Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um elemento fundador da vida humana, por outro lado, a sociedade capitalista o reduz apenas a trabalho assalariado, fonte de reprodução. Assim, o trabalho se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos que trabalham. Isso significa dizer que sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece e muitas vezes se desumaniza no trabalho. Assim, o trabalho configura-se como uma ação desumanizadora, fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro; em contrapartida, é através do trabalho que o homem corporifica e expressa seu ser.

Corroborando com essa concepção, Lukács (2013), conforme já explicitamos no tópico anterior deste mesmo capítulo, parte do princípio que o trabalho é fundante do ser social, atividade permanente e imanente da própria existência humana, e elemento impulsionador para a dinâmica da vida em sociedade. Incidindo de forma decisiva no processo de ruptura do homem com seu meio natural, constitui-se num elemento capaz de explicar o homem em seu caráter de complexidade.

Destaca o autor, que a consciência nasce do processo de sociabilidade fundado pelo trabalho. Na efetivação do processo de produção e reprodução da vida em sociedade, é o trabalho o elemento responsável pela capacidade criadora do homem, orientando-o para novas possibilidades, impulsionando-o para tomada de decisões e escolhas, rompendo com todas as formas estranhadas do ser social.

Ao fundamentar o estudo do ser social, Lukács (2013) nos remete à análise do trabalho como a categoria mais relevante que nos garante uma importante reflexão sobre os dados mais significativos para a construção de uma abordagem específica do ser. Longe de tratá-lo mediante pressupostos econômicos e mecanicistas, sua análise permite entender o trabalho enquanto atividade

---

<sup>18</sup> MÉSZAROS (2004)

essencialmente humana. Assim, o homem só pode ser compreendido a partir de sua ação, de sua atividade real, concreta, considerando ainda que toda ação tem uma finalidade. E, entre as atividades que os indivíduos realizam em sociedade, ao longo dos tempos, interferindo diretamente em sua existência sensível, nenhuma pode ser considerada tão importante por tanto tempo como o trabalho.

Assim, compreendemos que é só por esse caminho metodológico que podemos nos afastar do mundo de aparências e revelar a essência. É necessário ao homem buscar as causas que determinam que o mundo seja como ele é; ultrapassando os limites das opiniões correntes, chega-se ao verdadeiro conhecimento ou o mais próximo possível dele. O fim é concebido como causa, mas também como princípio. Por esta reflexão, vemos que, se o homem é orientado pela racionalidade, todas as suas ações são dirigidas para a causa final.

Portanto, consideramos o quão é crucial a análise da categoria trabalho, notadamente no que se configura um caráter fundante do ser social e como atividade imanente da própria existência humana. Portanto, até aqui podemos analisar e perceber como a categoria trabalho é rica e perpassa por uma série de questões complexas; assim, podemos agora dar sequência para uma análise fundamental quando se trata de uma proposta de observação acerca do trabalho da mulher: a categoria gênero. É necessário frisar que toda análise desenvolvida até o momento não deve se perder, é preciso manter as ideias como plano de fundo e como fio condutor das noções que serão introduzidas de agora em diante. Até aqui elaboramos um arcabouço teórico acerca da categoria trabalho, que será sequenciado pela introdução da análise da categoria gênero, a fim de que possamos compreender as dinâmicas inerentes particularmente ao trabalho da mulher.

### 3. Refletindo sobre a categoria gênero e o trabalho da mulher

Destarte, é necessário aqui frisar que partimos do princípio de que a construção da categoria gênero tratada neste estudo está diretamente ligada à história do movimento feminista ocidental contemporâneo (século XIX) que acabou por influenciar uma série de novos comportamentos e questionamentos femininos e sobre o ser mulher. A partir desse momento o movimento já se expandiu por muitos países, ao que ficou conhecida a *primeira onda do feminismo*. A se julgar pelo momento histórico, evidentemente, o movimento enfrentava profundas dificuldades e desigualdades; mas ainda assim, com todos obstáculos e barreiras, as mulheres já naquela época conseguiram pleitear algumas de suas reivindicações. O acesso à educação e às formações profissionais é um exemplo do que seria uma *conquista* para as mulheres da época – embora, obviamente, esse direito (aqui apresentado em caráter de privilégio) só se estendia até as mulheres brancas de classe média. Mulheres negras e brancas pobres não tiveram acesso a esse direito conquistado, uma pauta ainda latente e, vergonhosamente, presente no movimento feminista atual; estando ainda essas mulheres subjugadas a essas condições. Já na *segunda onda feminista*, que ocorreu praticamente entre os anos 1960 e 1970, sua visibilidade ocorreu pelos estudos da categoria gênero e muitas pesquisas foram feitas de modo que a categoria passou a ser bastante problematizada<sup>19</sup>.

A partir disso, o movimento feminista acabou por promover uma série de reivindicações, consolidando-se cada vez mais como um movimento político pela luta e pela garantia dos direitos das mulheres. É sob essa conjuntura, que o debate sobre gênero se estrutura no Brasil. Em muitos momentos, ao longo da história, o debate caminhava e tratava a categoria gênero a partir das diferenças entre homens e mulheres, transformando a categoria em instrumento analítico das marcantes e notáveis desigualdades entre os sexos. Essa opção é, a nosso ver, de fundamental importância particularmente para a geografia (veremos mais adiante, os aspectos da importância dos estudos em geografia e gênero), estando, por exemplo, intimamente relacionada com as questões de classe e de etnia, considerando o trabalho como fundante na construção do ser social e na produção do espaço. Nesse sentido, cabe aqui algumas implicações dessa abordagem afirmadas por Louro

---

<sup>19</sup> Ver em LOURO (1997)

(1997, p. 22):

Ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Podemos aferir também, a partir disso, que, segundo Correia (2010), as pontuações colocadas pela discussão em de gênero não se restringem a condições biológicas, ultrapassa esse fator, vai muito além abrangendo outras dimensões, tanto social, quanto cultural, quanto geográfica, quanto espacial. Assim, de acordo com o autor, “a diferenciação entre homem e mulher foi construída socialmente, transcendendo assim os determinismos biológicos.” Corroborando com esse pensar, Alves e Pitanguy (1991, p. 55) afirmam que

O masculino e o feminino são criações culturais e, como tais, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os gêneros. Os papéis produzidos são reveladores de relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, que estão, por sua vez, ligados a relações de poder muito mais abrangentes: as relações de poder da sociedade. Em cada momento histórico esse padrão vai se adequando aos interesses econômicos e ideológicos das classes dominantes. Romper com esse padrão significa não apenas estabelecer relações de gênero mais equilibradas, mas também, realizar uma transformação muito maior: a mudança nas relações de poder presentes na sociedade.

Quanto a isso Londero (2012), debruçando-se nos estudos de Judith Butler, corrobora com esse pensamento, afirmando que

De outro lado, a Teoria da Desconstrução, capitaneada por Judith Butler, expõe que gênero é uma certeza de corpo, com tabus e prescrições. Isso rompe com a teoria inicial sobre gênero, que tratava da biologização, bem como com a teoria rubiniana do sistema sexo/gênero. É Judith Butler quem afirma que “os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta”. É categórico o discurso de Butler ao afirmar que o processo de desconstrução afeta tanto o biológico quanto o cultural, razão pela qual, segundo a autora, é necessário que sejam vistas as capacidades sexualmente diferentes, como por exemplo, hormônios, cromossomos, etc., sem a negativa da materialidade e da diferenciação entre os sexos (LONDERO, 2012, p. 56).

É justamente a partir dessa noção de divisões socialmente impostas sexualmente que Abreu e Sorj (1994) compreenderam as distinções por gênero. As autoras destacaram em seu estudo que enquanto as costureiras trabalhavam em casa, no espaço privado da família, reproduzindo um aprendizado, uma “qualidade

*feminina*”, os alfaiates, além de exercerem suas funções em salas alugadas próximas ao centro da Cidade, tinham a oportunidade de formar uma clientela para os seus serviços. Assim, socialmente o alfaiate sempre foi, segundo as autoras, visto como um *profissional*, diferentemente das costureiras que tinham seu trabalho tratado como uma *qualidade*. É interessante nesse exemplo perceber como que em atividades tão semelhantes homens e mulheres têm um reconhecimento social tão dispare. Ainda, quanto ao trabalho feminino sendo tratado como qualidade, habilidade, aptidão, dom, tudo menos trabalho; o que só contribui para o aprofundamento de sua invisibilidade, temos que:

As aptidões mais reconhecidas como características da mão-de-obra feminina como agilidade, destreza e rapidez, louvadas por muitos empregadores (“as mulheres têm dedos de fadas e manipulam melhor os minúsculos componentes eletrônicos” ou “a habilidade da mão de uma operária que executa trabalhos finos é simplesmente demoníaca”) (Kergoat, 1982, p.54), não são admitidas como qualificações adquiridas, mas como dons inatos, “como fatos da natureza e não como fatos da cultura” (Kergoat, 1982, p.55), o que serve para sustentar sua exclusão das categorias de trabalhadores qualificados. Associadas com padrões comportamentais considerados típicos da mão-de-obra feminina como paciência, perspicácia, fidelidade, maior aceitação de trabalhos enfadonhos e resistência à monotonia, que resultam em maior docilidade à dominação do capital, aquelas qualificações tácitas, preciosas para o empregador, mas desvalorizadas socialmente, asseguram uma superexploração da mão-de-obra feminina. (HOLZMANN, 2000, p. 262)

Atualmente, as discussões acerca da categoria de gênero continuam efervescentes. Segundo Torres (2011), de um modo geral, os debates rumam para processos em que se desenvolva uma discussão considerando a não-fixidez da categoria. Colocando, nesse bojo, como reflexão os aspectos em que homens e mulheres se constroem e desconstroem, conjuntamente, paradoxalmente, harmoniosamente ou conflituosamente, em coletividade e individualidade. Essa, segundo o autor, é uma maneira de analisar a categoria gênero sem separação, sem uma ótica binária nas relações de homens e mulheres no contexto social e político, compreendendo que cada indivíduo é múltiplo, diverso, plural. Torres (2011) frisa ainda que se busca, no arcabouço da discussão, perceber a legitimação dos gêneros e como são construídos nas relações sociais e expressados nas ações e nas práticas sociais.

Assim, gênero vai se construindo como uma categoria que assume diversos empregos, concepções, definições, é possível com certa facilidade encontrar pesquisas das mais variadas em múltiplas áreas de conhecimento, que concebem a categoria gênero a partir de perspectivas diversas, sendo obrigatório aqui enfatizar

a complexidade da discussão e do entendimento desta categoria e de seus usos e limites. É nesse sentido que se entende a mulher é entendida aqui, não enquanto uma noção cristalizada, enquadrada, fechada; pelo contrário, entende-se por mulher, o plural, o diverso, o conflitante no feminino.

Sobre o *ser mulher*, uma provocação muito oportuna e que exatamente por isso tornou-se um grande chavão do movimento feminista, é feita por Beauvoir (1967), em que assegura:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (Beauvoir, 1967, p. 9)

A afirmação de Beauvoir (1967), evidentemente, causou muito desconforto. A proposta da autora era, como pudemos observar, a de que as diferenças entre homens e mulheres são social e historicamente construídas e não um fato dado e biológico. Ser mulher exige, pois, uma preparação, adequação, ensino, educação, normatização, identificação, não basta nascer, tem que se tornar. Por não ser mera imposição biológica torna-se mulher depende da totalidade de ações e práticas sociais, símbolos, significados dos espaços, criando espaços do feminino e espaço do masculino. Esses espaços parecem-nos, a partir de uma construção social e histórica, num dado momento como algo *natural*, como se de fato fosse o *real*, as noções das diferenças primordiais femininas e masculinas são compreendidas como *verdadeiras, inquestionáveis*. São as pseudoconcreticidades que mais uma vez se erguem camuflando as essências dos fenômenos.

Ainda corroborando com a pontuação de Beauvoir, Pereira (2012) falando sobre as experiências de Margarete Mead, afirma que:

Margarete Mead, ao sair dos Estados Unidos e partir para a Nova Guiné na década de 1930 comprova que as diferenças de gênero assim como muitos outros aspectos culturais são uma questão social e, portanto, diversa. Os padrões de feminino e masculino não seguem uma lógica única determinada biologicamente, pois o que a antropóloga encontrou em sua pesquisa foram padrões distintos de comportamentos femininos e masculinos dos naturalizados nas sociedades ocidentais, contrariando a premissa de que homens e mulheres são naturalmente separados por características biológicas que se refletem socialmente, homens e mulheres têm seus comportamentos condicionados culturalmente. (PEREIRA, 2012, p.428)

É a partir desse *determinismo biológico*, por assim dizer, que em sociedade ficou impregnada a ideia de imposição e submissão feminina, cabendo somente à mulher as funções da *care*, do cuidado, seja o cuidado com a casa, com os filhos, com o homem da casa, com os idosos. (sugerimos ver Pereira, 2012)

Acerca disso, e de certa forma já introduzindo a questão do trabalho feminino, podemos aferir que a divisão sexual do trabalho, por exemplo, “está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino” (Brito e Oliveira apud Carloto, 2002).

A partir dos argumentos dos autores acima, podemos alegar a pertinência da afirmativa de (Saffioti, 1979, p. 36) de que:

As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos.

Nesse sentido, Kergoat (2000, p.55) pontua e complementa que:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. [...] Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho.

É a partir dessas concepções até aqui apresentadas, e agora nesse momento fazendo menção notadamente a divisão sexual do trabalho, que damos sequência para introduzir especialmente e especificamente a questão do trabalho feminino, aqui exemplificados pelo trabalho doméstico não-remunerado e pelo trabalho em domicílio. Também compreenderemos como ocorreu o processo de “entrada” da mulher no mercado de trabalho no Brasil e a quais condições esse trabalho se submete; além de discussões acerca das noções de público e privado e as nuances e complexidades quando ambos se confundem no espaço da casa frente às condições e práticas do trabalho feminino; também tentaremos a partir de uma aproximação empiricizar nosso debate através da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda.(COOPA-ROCA) que como o nome indica é uma cooperativa (discutiremos a pertinência desse termo) de mulheres que são artesãs e costureiras que atuam (ou atuavam conforme veremos adiante no capítulo 4 quando conversaremos com algumas cooperadas) na favela na Rocinha - RJ.

Assim, poderemos perceber exatamente como esse fenômeno das

pseudoconcreticidades se erguem camuflando a realidade de precariedade e superexploração do trabalho feminino, em forma de aparências que propagam o discurso de emancipação feminina e de empoderamento, quando na *verdade*, as mulheres são cada vez mais expostas a condições de trabalho de invisibilidade, sendo um discurso falacioso, que mais presta um desserviço do que um serviço para o movimento como um todo.

Em outras palavras, mais atrapalha do que ajuda. Uma vez que se apropria da '*lugar de fala*'; rouba o protagonismo da luta tomando a centralidade da discussão para si e não para quem de fato o movimento abarca; assim, 'esvazia' a luta e suas pautas de sentido, propagando termos ricos e cheios de significados em algo transformado em chavões, usados pelo *marketing* de maneira leviana e infundada gerando apenas debates rasos que terminam por provocar cada vez mais o aumento do desconhecimento e das nebulosidades, ao invés de esclarecer. Assim, o mundo se ergue estranho a essas mulheres.

Ao invés de transparecer e facilitar a compreensão das mulheres, com *mediações* que permitam seu auto(re)conhecimento, compreendendo sua vida; seu lugar no mundo física e mentalmente; sua *emancipação real*, seu *empoderamento real etc.* Ao invés disso, só promovem o ocultismo, as opacidades; esses discursos emancipatórios e de empoderamento comumente não levam muito tempo para se revelarem como meros oportunistas e apropriadores de discursos para finalidades e intencionalidades múltiplas; em que tudo se ergue em forma de estranhamento, até mesmo o produto de seu trabalho, conforme bem pudemos acompanhar no capítulo 2, as pseudoconcreticidades permeiam todos os interstícios do espaço abstrato e assim são necessárias *mediações* para perceber a essência dos fenômenos.

### **3.1. A mulher brasileira e o mercado de trabalho: as pseudoconcreticidades forjadas como *conquistas* femininas**

[...] se por um lado o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando-a através do universo do trabalho feminino (Nogueira, 2004, p. 13).

Segundo Correia (2010), é crucial compreender que quando se trata de mercado de trabalho, a trajetória das mulheres ocorreu de variadas formas, destacando-se a necessidade do capital e os papéis sociais atribuídos a elas (ROY,

1999). Assim, deve-se entender que a mulher faz parte da divisão do trabalho, tem sua mão de obra explorada para a acumulação e reprodução do capital.<sup>20</sup> Através de sua ‘entrada’ no mercado de trabalho é que a mulher vai se sobrecarregando, uma vez que suas obrigações em casa permanecem, decorrentes de uma ideologia capitalista, burguesa, patriarcal, dominante que impõe uma hierarquia entre os gêneros.

No modo de produção capitalista, a manipulação realizada em relação à mulher é principalmente no sentido de reforçar seus papéis tradicionais, como esposa, mãe e dona de casa, garantindo que uma parte da reprodução da força de trabalho seja realizada gratuitamente através do trabalho doméstico. (CHINALI, 1982, p. 9)

O capitalismo é incompatível com a igualdade social. Para não mencionar o problema das classes, pedra fundamental do capitalismo, este sistema socioeconômico não admite tampouco a igualdade entre as distintas categorias de sexo [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 40)

Assim, como forma de compreender o papel desempenhado pela mulher no mercado de trabalho percebemos, reiteramos e corroboramos que as atividades desempenhadas no lar não são em decorrência de processos naturais, mas moldadas ao longo do tempo e naturalizadas, como se fosse a regra, o normal, a ordem. Assim, o cuidado com os filhos e com a casa faz parte do processo social que historicamente delegou às mulheres essas responsabilidades. Grande parte da identidade de gênero é adquirida ainda no âmbito familiar, onde ocorrem as primeiras lições da divisão sexual do trabalho. Hirata (1998) salienta que há uma construção social sexuada no mundo produtivo e reprodutivo, onde os homens e mulheres são desde a escola e a família qualificados diferentemente para o mercado de trabalho e o capitalismo se apropria disso.

Assim, Carvalho (2004) aponta que a dominação de classe pressupõe a dominação de gênero e tanto homens como mulheres são explorados. Porém, no caso da mulher há um agravante, uma vez que além da força de trabalho existe a divisão sexual do trabalho, que impõe somente à mulher os cuidados da casa. É

---

<sup>20</sup> Afirmam Marx e Engels (1970 apud Bonfim, 2013, p. 12) que: “[...] a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade.”

nesse sentido que para Saffioti (1987), o espaço privado do lar reduz as potencialidades da mulher. Ao se inserir no trabalho assalariado, a mulher acaba exercendo determinadas atividades, ditas femininas e são também menos remuneradas. Para além disso, não se pode isentar o conhecimento de que os trabalhos realizados em casa não possuem reconhecimento profissional, não são compreendidos como uma qualificação, o que acaba por corroborar com a baixa remuneração recebida, isso quando recebida.

Dessa forma, pode-se dizer que o papel das mulheres, no mercado de trabalho, é superexplorado notadamente, segundo Carloto (2002), em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalho masculino por trabalho feminino, mal remunerado e em condições adversas. Ainda assim, é importante ressaltar que as mulheres que avançam no espaço público só o fazem por conta de outras que realizam as tarefas domésticas por ela. Dessa forma, conforme afirma Carvalhal (2003), devemos apontar que não existe apenas o problema da dupla jornada que a impede de participar das atividades políticas, mas uma cobrança para que a mulher não deixe o espaço culturalmente destinado a ela – o espaço doméstico –, pois deve haver uma justificável resposta social para que uma mulher destine suas funções a outra. Isto é, para que uma mulher (geralmente mais bem paga) possa abrir mão de sua dupla jornada de trabalho e atuar na vida política, outra assume seu lugar, assumindo uma tripla jornada de trabalho, completamente subordinada e alienada de sua condição, alienada de seus espaços, alienada até mesmo de sua condição de alienação, além do fato que esta mulher não terá sequer quem faça os serviços domésticos por ela, os mesmos que acredita piamente ser de sua única e exclusiva responsabilidade.

Lígia Mendonça (1998) coloca que a questão da responsabilidade do lar para a mulher é tão imposta que, quando vive o espaço público acaba interiorizando a ‘culpa’ por deixar muitos de seus afazeres em função do trabalho assalariado. Em contrapartida, o sentimento de ‘fracasso’ a persegue quando opta por desenvolver ‘apenas’ as tarefas domésticas, do lar, ausente da introdução no mercado de trabalho formal. Configura-se, portanto, uma significativa complexidade da situação feminina, agravada pela, cada vez mais exigida, qualificação do sujeito.

A ‘entrada’ das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de forma intensa a partir da Primeira Revolução Industrial, quando a necessidade de complementação da renda familiar fez com que fossem introduzidas no trabalho remunerado. Ao longo do século XX, em decorrência do controle da natalidade por meio da pílula

anticoncepcional, do movimento feminista e do movimento *hippie* (HOFFMAN E LEONE, 2004) houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Vale ressaltar que quando nos referimos a uma “entrada” da mulher no mercado de trabalho formal, fazemos uso de aspas uma vez que tal inserção se refere notadamente a uma determinada classe e etnia de mulheres, de um modo geral, as mulheres brancas de classe média. Entretanto, não podemos reduzir e generalizar. As mulheres negras e pobres, por exemplo, não fazem parte desse grupo, sempre foram trabalhadoras superexploradas, desde a escravidão. Portanto, é fundamental sempre ressaltar e evidenciar que a “entrada” da mulher no mercado de trabalho formal ao longo do século XX carece de muitas aspas, uma vez que muitas outras mulheres sempre estiveram nesse processo de exploração e abuso.

Sobre isso, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2002) pontuam que:

Se na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras considerarmos também a influência da raça/cor, poderá se perceber, em primeiro lugar a situação desfavorável dos trabalhadores da raça negra no mercado de trabalho e, em segundo, a posição duplamente desfavorável das mulheres negras. Num contínuo decrescente de rendimentos, os homens brancos vêm em primeiro lugar, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e, finalmente, das mulheres negras. Dados de 1999 revelaram que na região metropolitana de Salvador – onde 81% da população economicamente ativa é negra – ganham mais de cinco salários mínimos, 45% dos brancos, 32% das brancas, 19% dos negros e 9% das negras. Na região metropolitana de São Paulo, 51% dos homens brancos ganhavam mais de 5 SM, 34% das mulheres brancas e apenas 28% dos homens negros e 10% das mulheres negras. Naturalmente esse posicionamento subordinado no mercado de trabalho, que só pode ser revelado com maior clareza através de estudos mais aprofundados, tem raízes históricas e é fruto da convergência de vários fatores, por exemplo, a discriminação racial e de gênero, as diferentes inserções sócio-econômicas que engendram diversas oportunidades de acesso à riqueza, à educação, à cultura, etc. O posicionamento de homens e mulheres, brancos e negros, no mercado de trabalho reflete essas relações sociais pré-existentes. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2002, p.182)

Essa noção é válida devido à sua importância para a análise geográfica dos movimentos sociais, estando, por exemplo, intimamente conectada com as questões de classe e de etnia. Isso é óbvio, uma vez que a luta e as condições para lutar da mulher branca apresenta aspectos singulares distintos da luta e das condições para lutar da mulher negra: uma coisa é falar do feminismo casa grande outra bem diferente é falar do feminismo na senzala; uma coisa é falar do feminismo no condomínio outra bem diferente é falar do feminismo na favela. São múltiplas e diversas lutas, são múltiplas e diversas mulheres, produzindo e sendo produzidas por múltiplos e diversos espaços – não temos aqui nenhum receio do uso constante

dos mesmos vocábulos, pelo contrário, funcionam como uma intencional reafirmação.

Oliveira (1991 apud Garcia da Silva, 2014), afirma que o movimento feminista aparentemente buscava a superação das desigualdades e a inserção da mulher no espaço público, contudo, sua luta e conquista por igualdade se forjou em uma caricatura. Desse modo, a inserção tão discursada não era e não foi suficiente para alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Assim, o espaço privado (a casa, o lar) mantém suas estruturas, com as mesmas divisões sexuais, i.e., permanece como obrigatoriedade feminina, enquanto o espaço público continua dominado pelo homem.

É nesse bojo teórico, que Garcia da Silva (2014) ainda acrescenta o quão fundamental são as políticas públicas para a garantia da melhora da qualidade de vida das mulheres e para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Assim, a autora, citando estudos de Kon (2009), compatibiliza algumas políticas públicas que considera que seriam pertinentes e fundamentais, em ações como:

a) influenciar a equalização dos salários; b) tentar modificar o comportamento do empregador com relação à contratação e promoção; c) priorizar mais a trabalhadores do que a empregadores; d) efetivar programas de treinamento e outros programas educacionais; e) efetivar programas de intermediação de mão-de-obra feminina dirigidos às condições particulares da mão-de-obra feminina; f) efetivar programas (já oficializados no Brasil) e não completamente implementados como subsídios para o cuidado das crianças, que afetam a decisão familiar de entrada ou não da mulher na força de trabalho; g) visar especificamente a maior integração formal e protegida das mulheres (Kon apud Garcia da Silva, 2014, p.33)

Antunes (2010) alerta que as atividades baseadas em capital intensivo são reservadas aos homens e as de menor qualificação e com maior exploração estão destinadas às mulheres. Assim, afirma Garcia da Silva (2014) que, embora a inserção da mulher no mercado de trabalho tenha sido de fundamental importância; ainda assim, destaca que essa inserção não se deu de modo igualitário, assim as desigualdades permanecem tanto no âmbito laboral, quanto no familiar-particular. E, dessa forma, o capital se apropria e se beneficia desse processo. Assim também, Saffioti (1979 apud Garcia da Silva, 2014) aponta que a profunda condição de desvantagem social da mulher permitiu ao capital em formação extrair o máximo de mais-valia absoluta, fazendo uso de estratégias como a intensificação do trabalho, aumento da jornada de trabalho e de salários menores.

A ‘entrada’ da mulher no mundo do trabalho, embora seja considerada uma

conquista; está relacionada, na verdade, ao modo de produção capitalista, que em determinado momento histórico passou a necessitar de novas forças de trabalho, mais precárias e menos custosas. Essa sujeição da mulher às condições impostas pelo capital se deve a necessidade de complementação da renda familiar, só a renda do marido não dava mais conta. Além disso, tem também as transformações no âmbito familiar, uma vez que a família nuclear perdeu um pouco sua centralidade, marcado em muito pelo abandono da casa pelo homem, cabendo à mulher a responsabilidade pelo sustento da família.<sup>21</sup>

Portanto, em suma, temos que, o aumento do desemprego efervesceu a construção da tese do fim do trabalho, colocando em cheque sua centralidade na sociabilidade da vida humana. Aliado a isso, temos que, em decorrência do desemprego, outras formas de trabalho foram reinventadas, como: a terceirização e a informalidade. Esse contexto é particularmente dominado pelo trabalho feminino. Assim, a junção do trabalho precário, informal, terceirizado; com o aumento das mulheres no mercado de trabalho fomentam o bojo da discussão dessa pesquisa.

No que se refere à condição do desemprego, de um modo geral, Antunes e Alves (2004) colocam, inclusive (a partir do processo de terceirização), o Terceiro Setor, particularmente, como um fator de interesse, uma vez que se projeta absorvendo esse excedente humano. Assim, afirmam os autores que:

O Terceiro Setor acaba, em decorrência de sua próxima gênese e configuração, exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital. Se esse segmento frequentemente atua à margem da lógica mercantil, parece-nos, entretanto, um equívoco entendê-lo como uma real alternativa duradoura e capaz de substituir a sociedade capitalista e de mercado. Essa alternativa tem o papel, em última instância, de funcionalidade ao sistema. Em suma: se o Terceiro Setor vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se vêm não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados. (ANTUNES E ALVES, 2004, p.340)

É importante, pois, compreendermos o processo de ‘entrada’ da mulher brasileira no mercado de trabalho. Bruschini (1999) afirma que é a partir da década de 1970 que ocorre um aumento significativo da participação da mulher brasileira

---

<sup>21</sup> Ver em GARCIA DA SILVA (2014)

no mercado de trabalho, algo que não a isentou do papel de dona de casa. São várias as razões para essa “entrada” acentuada da força de trabalho feminina remunerada. Um dessas razões foi a expansão da economia, acompanhada por uma crescente urbanização, e por um acelerado ritmo no processo de industrialização que configurou um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores e também de trabalhadoras.

Em contrapartida, esse crescimento se sustentou ao custo do aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda, evidenciando que crescimento econômico não significa desenvolvimento social, diante dos problemas resultantes de tamanha desigualdade que acabaram obrigando muitas mulheres a buscar alguma forma de complementação para sua renda familiar. Nesse processo, tanto mulheres pobres quanto as mais instruídas e das camadas médias entraram no mercado de trabalho.

Quanto a isso Bruschini e Lombardi (2002) afirmam que:

Na década analisada, não foi apenas o aumento que caracterizou a mão-de-obra feminina, mas também algumas significativas alterações em seu perfil. As trabalhadoras, que até o final dos anos setenta, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir dos anos oitenta. Na década seguinte, a atividade feminina também aumenta, principalmente nas faixas etárias mais elevadas. [...] Em 1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e cerca de 63% das de 40 a 49 anos também são ativas. A expansão do terciário, ocorrida nessas duas décadas, teria sido favorável à inserção das mulheres dessas faixas etárias. Entretanto, com a recuperação da indústria nos anos seguintes, especialmente no começo de 2.000, elas começam a perder espaço para as mais jovens, numa demonstração da associação existente entre idade e inserção no mercado de trabalho, no caso das mulheres. [...] O envelhecimento da PEA feminina entre os anos 70 e 90, ao lado do expressivo aumento do trabalho das esposas (categorias cônjuges do IBGE), cuja atividade passou de 20% no início da década de oitenta para 51,3% em 1998, sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70.

Além disso, Sarti (2001), aponta para um outro fator interessante quanto ao panorama em que se encontrava o Brasil quando se deu o fortalecimento do movimento feminista. Afirma a autora, que a conjuntura era favorável para esse fenômeno, visto que, a década de 70 corresponde ao que chama de “amargo contexto das ditaduras latino-americanas”, com sua censura, proibição, repressão, violência, favorecendo de certo modo o fortalecimento das reivindicações e formação de grupos de oposição organizados. Isso evidencia que o cerne do movimento feminista já se dá a partir do conflito “tanto nas relações entre o homem e a mulher, quanto em todas as relações de poder socialmente instituídas” (Sarti,

2001, p. 32). Assim, a autora afirma seguramente que o feminismo no Brasil nasceu sob uma experiência ditatorial, de profunda destituição de direitos. Aponta que:

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 – como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero –, o feminismo militante no Brasil surge como conseqüência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota da luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota. A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento. [...] Os depoimentos a que posteriormente se teve acesso mostraram o quanto, de fato, a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação militante. (SARTI, 2001, p.33)

O feminismo se amalgama nas práticas e mobilizações diferenciadas, diversas, múltiplas de compreensão do *ser* e do *estar* no mundo. Assim, completa ainda a autora que, em se tratar de ser feminista nos anos 1970, tem-se que:

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio. [...] Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70, que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a idéia de que o “pessoal é político”. (SARTI, 2001, p.39)

Conjuntamente a essa dinâmica da economia nacional, ocorre também um fortalecimento quanto aos padrões de consumo, frente à propagação de novos produtos, recriando a noção de ‘necessidade’, tanto para a classe média, como para a classe de renda mais baixa. Além disso, conforme já apontado, transformações ideológicas ajudaram a impulsionar a “entrada” da força de trabalho da mulher no Brasil. Houve mudanças comportamentais e questionamentos quanto ao papel

social da mulher, noções lançadas pelo feminismo e pela presença cada vez mais atuante da mulher nos espaços públicos. Evidentemente, nem sempre essa presença ocorre de modo integral, muitas trabalhadoras acreditam participar das decisões na esfera pública; mas, em fato, estão designadas a esfera privada.

Expressão disso é essa colocação de Bruschini e Lombardi (2002):

Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria, que está sempre em desvantagem no mercado. Em primeiro lugar, elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Em segundo, a presença de filhos pequenos continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. De fato, ao tomar como base as mulheres de 15 anos ou mais, que tiveram filhos e cujo último filho é vivo, constatamos, para 1998, que as taxas de atividade das mães são muito mais baixas quando os filhos tem menos de 2 anos (47%), ou mesmo entre 2 e 4 anos (58%), em comparação às taxas de mães de filhos maiores. As taxas de atividade das mães de filhos maiores de 4 anos giram entre 62% e 65%. (...)A maternidade é um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos, como a rede de parentesco, inclusive os filhos maiores, ou redes de vizinhança, poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. Segundo pesquisa da Fundação SEADE, na cidade de São Paulo, em 1995, 30% das meninas de 10 a 14 anos estudavam, cuidavam dos irmãos pequenos e ajudavam nas tarefas domésticas, em prejuízo de seu tempo de estudo e de lazer. A insuficiência de equipamentos coletivos como as creches, que atendem parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras. Mesmo quando trabalham fora, as mães continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças pequenas. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 23% das trabalhadoras cuidam elas mesmas dos filhos menores de 5 anos, 34% são ajudadas por parentes e apenas 10,2% ficam em creches.(BRUSCHINI E LOMBARDI, 2002, p.164)

Até mesmo a condição de autocontrole da natalidade, provocando a redução do número de filhos, contribuiu para ‘liberar’ a mulher para o trabalho remunerado. O aumento da escolaridade e o acesso às universidades também contribuíram para a força de trabalho feminina no mercado.

Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. No primeiro caso, podem ser citados: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, até atingir 2,1 filhos por mulher em 2005 (FIBGE, 2006, p.50); a redução no tamanho das famílias que, em 2005, passaram a ser compostas por apenas 3,2 pessoas, em

média, enquanto em 1992 tinham 3,7 (FIBGE, 2006, p.163, gráf. 5.2); o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (75,5 anos) em relação aos homens (67,9 anos) (FIBGE, 2006, p.26) e, conseqüentemente, a sobrepresença feminina na população idosa; e, finalmente, a tendência demográfica mais significativa, que tem ocorrido desde 1980, que é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres os quais, em 2005, chegam a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares (FIBGE, 2006, p.163, gráf. 5.1). Além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as suas transformações no perfil da força de trabalho. As trabalhadoras, que, até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 2005, a mais alta taxa de atividade feminina, 74%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, 69% das mulheres de 40 a 49 anos e 54% das de 50 a 59 anos também são ativas. (BRUSCHINI, 2007, p.539)

No que se refere à inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a importância do fenômeno. Assim, temos que, em 2011, as mulheres eram maioria na População em Idade Ativa<sup>22</sup> (PIA), cerca de 53%, todavia ainda eram minoria na População Ocupada<sup>23</sup> (PO), cerca de 45%, o que significa que as mulheres embora constituíssem a maioria da população apta a trabalhar, configurava o menor percentual dos trabalhadores. A presença das mulheres também era majoritária na População Desocupada<sup>24</sup> (PD) e na População Não

<sup>22</sup> População em idade ativa- “define-se como em idade ativa as pessoas de 10 anos ou mais de idade na data de referência.” (Fonte: Série Relatórios Metodológicos. IBGE, 2007)

<sup>23</sup> População Ocupada – “são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Considera-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, licença remunerada pelo empregador, más condições do tempo ou outros fatores ocasionais. Assim, também, foi considerada a pessoa que, na data de referência, estava afastada: por motivo de licença remunerada por instituto de previdência por período não superior a 24 meses; do próprio empreendimento por motivo de gestação, doença ou acidente, sem ser licenciada por instituto de previdência, por período não superior a três meses; por falta voluntária ou outro motivo, por período não superior a 30 dias.” (Fonte: Série Relatórios Metodológicos. IBGE, 2007)

<sup>24</sup> População Desocupada – “são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.” (Fonte: Série Relatórios Metodológicos. IBGE, 2007)

Economicamente Ativa<sup>25</sup> (PNEA). No que se refere à distribuição da população ocupada por grupamento de atividade, ocorre que as mulheres também são maioria nos Serviços Domésticos. Em 2011, 14,5% era o percentual de mulheres nessas atividades, enquanto o dos homens era de 0,7%.

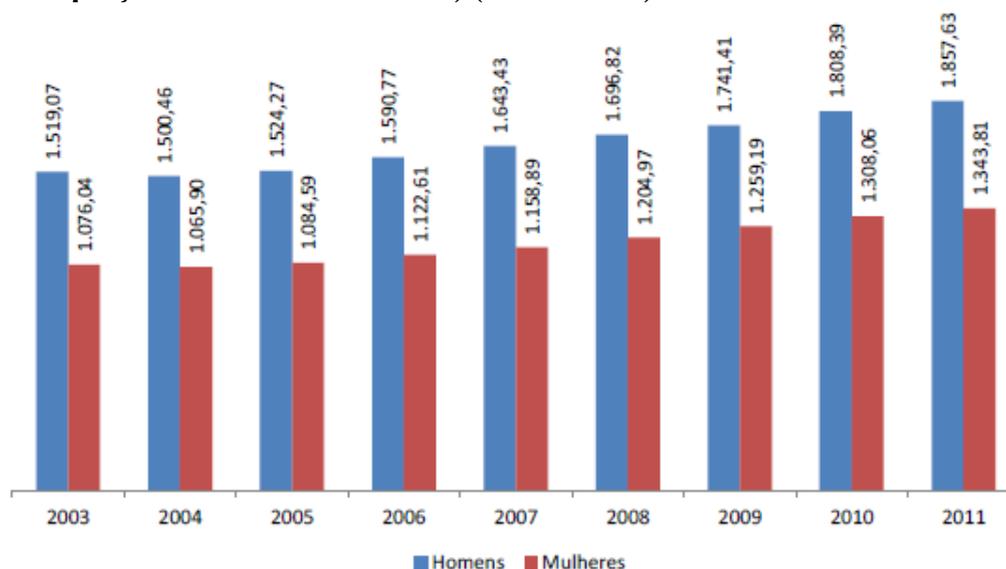
Segundo a Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento (Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011 do IBGE), ao comparar as variações de 2003 para 2011, é possível perceber que onde sempre houve um predomínio histórico, fosse por homens ou por mulheres, praticamente não houve alterações, os homens sempre foram predominantes na construção e as mulheres nos serviços domésticos, por exemplo. É interessante perceber através de dados como ocorre de forma efetiva as designações sociais que destinam as atividades, funções e papéis de acordo com o sexo; às mulheres cabem determinadas atividades e aos homens outras. Isso pode ser percebido no cotidiano, na prática social, mas também se expressa em pesquisas de caráter quantitativo conforme podemos observar.

Para além da presença feminina no mercado de trabalho, é oportuno observar as condições que lhe são impostas, a se destacar o rendimento médio do trabalho. Assim, conforme podemos verificar no Gráfico 01, houve um aumento na remuneração média das mulheres, passando de R\$ 1.076,04 (em 2003) para R\$1.343,81 (em 2011). Também é possível notar na tabela 2, a seguir, que em 2011 o rendimento médio do trabalho das mulheres foi o equivalente a 72,3% do que recebiam os homens no mesmo ano (R\$1.857,63).

---

<sup>25</sup>População Não Economicamente Ativa – “as pessoas não-economicamente ativas na semana de referência compreendem as pessoas não classifi cadas como ocupadas nem como desocupadas nessa semana.” (Fonte: Série Relatórios Metodológicos. IBGE, 2007)

**Gráfico 1: Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) (2003 – 2011)\***



Fonte: IBGE: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. \*Média das estimativas mensais.

**Tabela 2: Razão do rendimento médio real do trabalho das mulheres em relação ao dos homens – (2003 – 2011)\***

RAZÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS								
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
70,8%	71,0%	71,2%	70,6%	70,5%	71,0%	72,3%	72,3%	72,3%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. \*Média das estimativas mensais

Em 2003, as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Percebemos, então, a partir da tabela, que de 2003 a 2011, as mulheres recebiam o equivalente a cerca de 70% do que os homens recebiam.

É importante ressaltar que o uso de dados quantitativos neste trabalho não é compreendido como embasamento final, não se trata de um entendimento desses dados como algo totalmente inquestionável. Pelo contrário, consideramos que os dados não traduzem processos por completo e devem sempre ser questionados, algo que cabe ao pesquisador.

Assim, utilizamos os dados como uma ferramenta auxiliar de nossa análise, uma vez que traduzem um concreto que não é concreto. Entendemos que modelos matemáticos, estatísticos, não são o bastante para nos revelar os fenômenos. As

revelações que os dados não fazem, as relações sociais e espaciais, as intencionalidades, as mediações, suas pseudoconcretidades são debatidos e analisados sem haver uma relação de causa e efeito. Entendemos que esses dados mais camuflam e escondem do que revelam. Mas, ainda assim, os dados são fundamentais, são úteis e de grande serventia para o bojo da pesquisa. Pois as diferenças ficam mais expressas, mais significativas, permitindo ao pesquisador uma outra perspectiva de análise do fenômeno. Os dados evidenciam e nos permitem perceber, por exemplo, o quanto o trabalho da mulher é subjugado e mal remunerado em comparação ao dos homens.

Além disso, as mulheres são a maioria nas posições mais vulneráveis, como no trabalho informal, por exemplo; desempenham um leque de ocupações diferentes das masculinas, têm mais dificuldade para ascender profissionalmente e ganham, sistematicamente, menos do que os colegas, mesmo quando têm mais estudo ou trabalham igual número de horas. (HIRATA, 1998)

Hirata (2001) afirma que as diferenças salariais por sexo podem ser relacionadas com o entendimento de que o trabalho da mulher é um trabalho desqualificado, visto apenas como um talento, dom, habilidade, não se reconhecendo suas competências e qualificações. Desse modo, haveria segundo a autora, um consenso social de que algumas profissões comumente desenvolvidas por mulheres (como parteiras, atendentes, professoras primárias, enfermeiras, costureiras, cozinheiras etc.) são qualidades intrínsecas e não qualificações. Assim, as relações de trabalho estão nesse contexto de não-reconhecimento, o que repercute em um diferencial de renda e de salário.

Apesar disso, ocorre que ultrapassando as barreiras, as mulheres tem conquistado mais espaço no mercado de trabalho. Aumentaram consideravelmente sua participação, superaram padrões determinados de condição familiar e estão ingressando em ocupações que outrora não era possível. Por outro lado, todo esse processo travestido de ‘avanço’ e de ‘emancipação’ ainda está acompanhado de muitas obrigações sociais, e por mais que barreiras sejam derrubadas, outras são criadas e continuam mantendo o espaço doméstico e o trabalho do lar a cargo da mulher. É importante notar e reafirmar que as mulheres não são padronizadas, não são cristalizadas, e os papéis sociais não são impostos igualmente para todas. Quando nos referimos à mulher negra temos condições completamente distintas da mulher branca, o mesmo ocorre quanto à situação financeira, a localidade em que

vive, a religião que pratica, ao estado civil, a configuração da família, a sexualidade; são múltiplas condições tanto quanto são múltiplas mulheres.

### 3.1.1. As particularidades do trabalho doméstico não-remunerado e do trabalho em domicílio

O trabalho feminino encontra uma série de particularidades que lhe aferem um caráter de subalternidade em relação ao do homem. Conforme já analisamos em tópicos anteriores dessa pesquisa, o processo de reestruturação produtiva do capital - em busca de uma maior produtividade a menores custos -, acabou por promover um crescimento vertiginoso do desemprego, além do crescimento da terceirização e do trabalho informal. Particularmente quanto à terceirização tem-se que Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi atentaram para um aspecto bem interessante desse processo, em que:

Nos serviços, setor com forte presença de mulheres, estavam ocupadas 31% delas em 1990, decrescendo para 28,5% em 1993, voltando a subir para 30% em 1995 e encerrando o período em 29%. No que tange à ocupação masculina nesse último setor, ainda que tenha se mantido em taxas em torno de 10% na década, deve-se notar a persistência de uma tendência de lento aumento de participação que vem sendo registrada há cerca de três décadas: se em 1970 ele correspondia a apenas 5% da ocupação masculina, passa a fazê-lo na ordem de 10% em 1990, fechando a década em 12%. (...) Como os serviços são tradicionalmente reduto feminino por excelência, algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar esse movimento, particularmente a partir da segunda metade dos anos 80. Estaria havendo um certo deslocamento das mulheres do setor, pressionadas pela entrada dos homens expulsos da atividade industrial. (...) Esse movimento teria como causas basicamente os processos de reestruturação produtiva e organizacional das empresas, a retração dos negócios frente às sucessivas instabilidades econômicas e frente à acirrada competição internacional proporcionada pela abertura da economia brasileira a partir de 90, bem como **a tendência à diminuição da importância do setor secundário da economia em favor de um terciário ampliado e diversificado, conhecida como terciarização**. Essa conjuntura os teria estimulado a adentrar em atividades de prestação de serviços, grande parte delas operando na **informalidade**. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2002, p.173 -grifos nossos)

A força de trabalho acaba por perder centralidade importância no mercado de trabalho formal, gerando uma diminuição salarial e um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores. Esse retrocesso se deve ao fato de que os desempregados deixam de se reconhecer enquanto trabalhadores, enquanto sujeito político, enfraquecendo a luta pelos direitos trabalhistas. Assim, essas transformações no modo de produção capitalista promoveram mudanças no mercado de trabalho de variadas formas, incorporando algumas novas e reinventando outras. O interessante é que essas transformações vinham acompanhadas de promessas que discursavam em prol da

igualdade, mas o que de fato ocorreu foi um aumento da desigualdade, onde a lógica de flexibilização proposta passou a atingir todas as relações, incluindo as trabalhistas. Assim, são disseminadas formas de trabalho precárias e ocupadas notadamente por mulheres pobres e periféricas. Tem-se, assim, que são trabalhos absolutamente desvalorizados socialmente, assim como são desvalorizadas suas trabalhadoras<sup>26</sup>.

Nesse bojo teórico apontado até o presente momento é que se encontra a discussão acerca das duas formas de trabalho que nos interessamos por pesquisar: o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho em domicílio. Conforme já apontamos, o ambiente doméstico é culturalmente designado às mulheres (pudemos observar com mais afinco isso nos tópicos anteriores desse mesmo capítulo), assim os trabalhos desenvolvidos na casa são destinados às mulheres, sejam remunerados ou não.

No que tange ao trabalho doméstico não-remunerado, tem-se que historicamente podemos afirmar que carrega uma herança colonial e escravocrata. Todo serviço doméstico cabia às mulheres, principalmente, as negras, que eram as serviçais da alta sociedade.<sup>27</sup> O que nos leva a apontar que o serviço doméstico como uma obrigação feminina é secular, seja remunerado ou não. No caso do trabalho remunerado, tem-se que a mulher se ausenta dos cuidados de sua própria casa e de seus próprios filhos para despender tempo e vender trabalho a uma outra casa, a uma outra família, a uma outra mulher que, muitas vezes, tem sua entrada no ambiente público garantida graças a essa outra mulher, mais periférica, que cumprirá e garantirá o funcionamento de suas obrigações para com os serviços da casa. Assim, o trabalho doméstico sempre é culturalmente de obrigatoriedade feminina, seja remunerado ou não. O trabalho doméstico remunerado é compatibilizado, de um modo geral, por mulheres periféricas e pobres, no Brasil, em sua maioria, mulheres negras e nordestinas. Já o trabalho doméstico não-remunerado cabe a todas, ainda que em proporções diferentes (quando tratamos da relação patroa e empregada, por exemplo), mas as obrigações da casa recaem sobre as mulheres de um modo geral.<sup>28</sup>

Assim, temos que,

---

<sup>26</sup> Ver discussão em GARCIA DA SILVA (2014)

<sup>27</sup> GARCIA DA SILVA (2014)

<sup>28</sup> GARCIA DA SILVA (Idem)

Quando se tem o fim da escravidão, tais mulheres não tinham para onde ir, nem tarefas a serem realizadas, a liberdade foi algo ilusório. Negras, pobres, sem meios de produção, sem escolaridade, o que lhes restam foram apenas as atividades domésticas que, culturalmente, enquanto construção social, fazem parte do ser da mulher. No Brasil as negras passaram diretamente da senzala para o trabalho doméstico. (GARCIA DA SILVA, 2014, p.43)

Trata-se de uma forma de trabalho, sobretudo, desvalorizada e completamente invisibilizada. Mello, Considera e Sabbato (2005) aferem que mesmo em estudos mais aprofundados, o trabalho doméstico não-remunerado muitas vezes não é sequer considerado trabalho. Acerca disso, os autores afirmam que

Os clássicos e marxistas não os consideram [o trabalho doméstico não-remunerado] porque não possuem valor de troca, e os neoclássicos atribuem o exercício destas tarefas a uma escolha. [...] Essa discriminação contra os afazeres domésticos não parece ser unicamente uma discriminação contra o trabalho. Diz respeito fundamentalmente aos hábitos e costumes da sociedade e ao papel feminino, a quem tradicionalmente foi atribuído o exercício desta atividade. [...] Desconhecê-los reforça o conceito de invisibilidade, que caracteriza o trabalho doméstico e a inferioridade do papel da mulher na sociedade. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p. 438)

Os autores continuam ainda com suas colocações apontando para a condição de invisibilidade do trabalho feminino e sua falta de reconhecimento social, notadamente o trabalho doméstico não-remunerado, tido como afazeres da casa. Assim, afirmam que

As mulheres na esfera doméstica são exploradas por seus companheiros sejam eles trabalhadores ou capitalistas, pois os afazeres domésticos é o tipo mais comum de trabalho não-pago. Estas análises partem da ideia de Marx de que a força de trabalho é uma mercadoria especial, cujo valor de uso é produzir valor (de troca). No processo de (re)produção desta mercadoria especial ocorre um segundo tipo de exploração pois o trabalho doméstico para uso da própria família invariavelmente feito por mulheres não é pago nem socialmente reconhecido. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p.439)

Por ser um trabalho socialmente destinado às mulheres, o trabalho doméstico não remunerado não exige comprovação oficial de qualificação ou preparo para o cargo. A vida, a sociedade, a família, as instituições, o mundo, as obrigações, os deveres, os afazeres, se encarregam de garantir a qualificação necessária para esse trabalho, a vida ensina, a mulher por obrigação aprende e executa. Ao longo dos anos os processos de construções sociais, com uso da prerrogativa biológica, delegaram às mulheres as funções do cuidado em sociedade, com a máxima de as mulheres já nascem prontas para cuidar da casa, dos filhos, da família.

Evidentemente, o trabalho doméstico não-remunerado é mais ‘penalizado’, por assim dizer, do que o trabalho doméstico remunerado, o primeiro não tem sequer direitos trabalhistas, nem é considerado trabalho de fato, é tido como obrigação. Um trabalho sem valorização tanto no sentido financeiro, de grandeza, de custo, de dinheiro; quanto no sentido de relevância e respeito social. Mas que é de fundamental valia e importância para o funcionamento da sociedade como um todo; o espaço da casa sempre foi visto pelo capital como um ambiente ausente de produção de valor - com exceção, é claro, do trabalho em domicílio, onde o capitalista abstrai o máximo de lucro em cima do trabalho, estando o trabalhador muitas vezes desprovido de direitos trabalhistas, conforme veremos mais adiante.<sup>29</sup> Mas exatamente por não enxergar o trabalho doméstico não-remunerado como fonte de valor que esse trabalho nunca foi foco do capital.

Contradizendo completamente esse imperativo de que o trabalho doméstico não-remunerado não produz valor, os autores Mello, Considera e Sabato (2005) produziram um estudo onde buscaram propor uma mensuração da importância dessa forma de trabalho para a sociedade como um todo. Assim, como bem pudemos perceber, até o presente momento fizemos uso e recorreremos em muitos momentos a estudos que indicam uma profunda desvalorização do trabalho da mulher, principalmente do trabalho doméstico não-remunerado. Agora abrimos um parêntese para introduzir um estudo que apresenta uma contraproposta, em forma de complementação, como via de evidenciar o quão fundamental é esse trabalho para o funcionamento da sociedade e o quanto esse trabalho serve à lógica do capital e representa parte significativa do produto econômico do país. Assim, essa proposta de análise desenvolvida por Mello, Considera e Sabato (2005) nos parece muito pertinente por permitir esse complemento e interligação de ideias.

A partir disso podemos seguir a análise proposta por esses autores, compreendendo a noção de que o trabalho doméstico não-remunerado não é contabilizado no Produto Interno Bruto (PIB) dos países, isso devido a prerrogativa de que essa forma de trabalho não gera equivalente de renda. Então, o estudo desses autores se pauta em calcular qual o percentual que esse trabalho doméstico não-remunerado representa para o PIB brasileiro particularmente. É evidente que reconhecemos as limitações de uma proposta dessa magnitude, trata-se de uma

---

<sup>29</sup> GARCIA DA SILVA (2014)

pesquisa onde cabe uma série de questionamentos quanto à aplicação, medição, técnicas empregadas, conceitos utilizados, com a necessidade de um embasamento científico aprimorado e cauteloso. E, além disso, reconhecemos também que por mais bem executada que seja a pesquisa, ainda assim, exige cautela de análise.

Compreendemos, de fato, que essas pesquisas muitas vezes mais escondem do que mostram, sendo exigido do pesquisador um esforço de análise para que possa vislumbrar um mínimo de crítica possível sem se perder nas nebulosidades das pseudoconcreticidades do processo. Mas, por mais que tenhamos que ter cuidado com essas pesquisas tão incisivas, pontuais, que mais parecem resumir condições qualitativas a quantitativas, de causa e efeito; ainda assim, essas pesquisas são fundamentais e nos servem como uma ferramenta possível de análise. Não a única, mas uma das muitas ferramentas de embasamento de pesquisa. É um adicional, um complemento a análise que já está sendo proposta, não é portanto, o centro do foco de análise, mas a ele complementar e fundamental.

Evidentemente, os dados da pesquisa se erguem como pseudoconcreticidades, carregados de simbologias e interpretações rasas e imediatas, são os espaços de representação. Assim, torna-se fundamental sempre a noção de fundo que nos permite ser críticos ao que nos é apresentado, para através de mediações, fugindo dos imediatismos, romper com essas pseudoconcreticidades chegando à essência. É importante aqui colocar essas pontuações, para que não abandonemos a discussão que é nosso fio condutor, em que as aparências se mostram e se confundem com as essências, em um profundo processo de alienação e desalienação constante, de revelação e ocultismo dos fenômenos. Assim, é necessário ter a noção das limitações exigidas pela proposta desses autores e de que todos os questionamentos referentes ao que propõe são válidos. Embora seja uma proposta com limitações, ainda assim, consideramos de plena importância para o bojo de nossa discussão, por permitir um contraponto em forma de complementação à análise que desenvolvemos até o momento.

Dito isso, podemos seguir com a proposta de Mello, Considera e Sabato (2005). Afirmam os autores que o trabalho doméstico é de valores de uso, assim os estudos sobre o trabalho da mulher acabam por ser nebulosos e incertos, desconsiderando o quanto esse trabalho permite a reprodução humana e, portanto, dos trabalhadores para servir ao capital; é esse trabalho que ‘precede’ os demais; é a condição básica para que os outros possam ser desenvolvidos plenamente. Assim,

apontam que quando se trata de trabalho doméstico é necessário de antemão incorporá-lo aos postulados da teoria econômica, visto que sempre foi excluído. Essa exclusão das tarefas domésticas do escopo da teoria econômica contribui para a construção da imagem partida da mulher, coloca a mulher como cidadã de segunda classe.

Justamente por não fazer parte da teoria econômica que, segundo os autores, é necessário desenvolver essa discussão no campo não-economicista do capitalismo.

Assim, a Teoria Econômica tal como foi formulada por economistas clássicos, marxistas e neoclássicos, aplicando seus pressupostos, tais como, concorrência, oferta, demanda, luta de classes, etc, conceitos usados para estudar o mercado capitalista, mostra-se é inadequada para explicar a condição feminina na nossa sociedade. É necessário outro tipo de instrumental que privilegie instituições, padrões culturais, estratégias de discriminação, questões psicossociais para desvendar o real sentido do feminino em nossa sociedade. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p. 441)

Na verdade, os autores afirmam que o capital não exclui nenhuma forma de trabalho, apenas coloca foco em alguns enquanto invisibiliza outros, mas se serve e se apropria profundamente de todos. Por isso, afirmam que

A esse nível de abstração, o trabalho é cego ao sexo; como a sociedade mercantil se baseia na concorrência intra e inter capitalistas e trabalhadores, o sexo, juntamente com a raça e a educação, consistiria um dos fatores de clivagem dessa concorrência, funcionando como alibi para a discriminação. Na realidade, o capital em geral tenta reproduzir as condições de estabilidade do organismo social. Mas o movimento é contraditório e, como disse Kalecki (1979), ‘os capitalistas não agem como classe’; quando a dinâmica da acumulação se choca com a ordem social pré-existente, o capitalismo a destrói. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p. 439)

Sendo o trabalho doméstico invisibilizado, não há um (re)conhecimento acerca da contribuição efetiva do trabalho das mulheres para a sociedade como um todo, o que aprofunda ainda mais as precárias condições do trabalho feminino, fortalecendo as desigualdades frente às possibilidades e oportunidades de emprego que poderiam ser destinadas às mulheres.

Desse modo, Mello, Considera e Sabbato (2005), apontam para o fato de que o trabalho doméstico tem duas compreensões: a de quando é exercido pelo próprio trabalhador e a de quando é exercido por terceiros. Sobre isso, afirmam que quando exercido por alguém da própria família o trabalho doméstico deixa de ser computado nas contas nacionais, o que para os atores é um contrassenso. Portanto, propõem que o trabalho doméstico não-remunerado passe a ser considerado nas contas nacionais; e, para tal, deveria ser tratado como produção de serviços não

mercantil, como trabalho produzido pelas famílias e consumidos completamente pelas próprias famílias. Para os autores, essa inclusão do trabalho doméstico não-remunerado nas contas públicas implicaria na criação da atividade produtiva *Família* que seria análoga à atividade *Administração Pública* e, a partir disso, o valor da produção desse trabalho doméstico não-remunerado seria medido de modo semelhante aos serviços domésticos remunerados. Isso porque, ainda para esses autores, o trabalho doméstico não-remunerado, ainda que não seja compatibilizado nas contas, faz parte da lógica do capital e está integrado à economia de modo fundamental. Tanto que afirmam os autores:

A despeito de não serem contabilizados (valorados e contados), os serviços produzidos no processo de execução dos afazeres domésticos existem e contribuem de fato para aumentar a disponibilidade de serviços da família e, portanto, o bem estar familiar. A diferença entre os dois, o gerado pelo emprego doméstico remunerado e o gerado sem remuneração, é unicamente gerar ou não um fluxo de rendimentos. Portanto, sua mensuração no Brasil e nos países menos desenvolvidos é particularmente relevante se as contas nacionais pretendem de fato medir a disponibilidade efetiva de bens e serviços da nação. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p.446)

Creditam essa falta do (re)conhecimento da importância do trabalho doméstico não-remunerado a uma lógica maior de submissão feminina, de desvalorização e invisibilidade ampla da condição do ser mulher. Assim,

A não-contabilização (valorização) dos afazeres domésticos como produto da nação deriva, provavelmente, do papel inferior a que foi relegada à mulher no passado. Parte da subsistente discriminação da mulher mesmo nos países mais desenvolvidos, deriva da não contabilização (valorização) desses afazeres no PIB. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p.446).

A despeito dessa invisibilidade e falta de (re)conhecimento do trabalho feminino, os autores se baseiam em informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE que, desde 2001, a investiga as horas despendidas pela população em afazeres domésticos por unidade da federação, classificadas por gênero e faixa etária. É a partir dessas informações que, segundos os autores, as contas nacionais brasileiras podem ser medidas; além, é claro, do cálculo da produção dos trabalhadores domésticos remunerados, de um modo geral, são essas as bases utilizadas. Os autores, então, além de se basearem nas

informações do PNAD, ainda utilizam os dados do trabalho doméstico remunerado como forma de aproximação. A partir disso os pesquisadores, que são economistas, desenvolveram um pacote metodológico como forma de calcular e mensurar, com a menor margem de erro possível, a porcentagem da contribuição do trabalho doméstico não-remunerado para a economia nacional como um todo, chegando a uma porcentagem do quanto esse trabalho movimentou e contribuiu para o PIB brasileiro. Os autores explicam que

Para isso, utilizou-se a remuneração média dos serviços domésticos remunerados, por estado, por hora e multiplicou-se pelo número de horas de afazeres domésticos, por estado, sexo e faixa etária. (...) Feitas as contas o valor da renda (ou produto) obtido seria adicionado ao valor da renda gerada no setor serviços – serviços domésticos e dessa forma adicionado ao PIB do país. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2005, p.448).

A partir disso, Mello, Considera e Sabbato (2005) produziram a tabela a seguir como forma de compatibilizar sua pesquisa e facilitar a compreensão de suas colocações. A tabela evidencia a fundamental importância e a notável contribuição do trabalho doméstico não-remunerado sobre o PIB nacional, a despeito do que se propaga de que essa forma de trabalho não gera renda e, por isso, nem seria sequer considerada trabalho de fato; e sim, apenas meros afazeres de obrigatoriedade feminina.

**Tabela 3 – Renda anual com afazeres domésticos e percentual sobre o PIB (em R\$ milhões)**

RENDA ANUAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS E PERCENTUAL SOBRE O PIB (EM R\$ MILHÕES)  
BRASIL – 2001-2009 e 2011

MÉTODOS	2001		2002		2003		2004		2005	
	RENDA ANUAL	% S/ PIB								
MÉTODO 1	148.853	11,4	170.238	11,5	200.283	11,8	204.791	10,5	235.350	11,0
MÉTODO 2	131.892	10,1	153.215	10,4	177.174	10,4	184.191	9,5	207.591	9,7
PIB	1.302.136		1.477.822		1.899.948		1.941.498		2.146.239	
MÉTODOS	2006		2007		2008		2009		2011	
	RENDA ANUAL	% S/ PIB								
MÉTODO 1	269.842	11,4	319.965	12,0	297.857	9,8	370.889	11,6	554.567	13,4
MÉTODO 2	240.011	10,1	289.523	10,9	271.080	8,9	337.529	10,6	511.125	12,3
PIB	2.389.484		2.861.344		3.031.864		3.185.125		4.143.013	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS DAS PNADs/IBGE 2001 A 2009 E 2011.

NOTAS: 1) VALORES EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES DO ANO RESPECTIVO.

2) MÉTODO 1 - RENDA SEMANAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS (PNAD) MULTIPLICADA POR 52 SEMANAS.

3) MÉTODO 2 - RENDA SEMANAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS (PNAD) DIVIDIDA PELO SALÁRIO MÍNIMO DE SETEMBRO E MULTIPLICADA PELA SOMA DOS SALÁRIOS MÍNIMOS DO ANO RESPECTIVO.

Fonte: Mello, Considera e Sabbato (2005)

A tabela 3, portanto, mostra os resultados da pesquisa desenvolvida, realizada através de dois métodos comumente utilizados para esse tipo de operação em economia, de um modo geral, os autores compatibilizaram a renda semanal com afazeres domésticos através dos dados fornecidos pelo PNAD e desenvolveram os cálculos que consideraram pertinentes dentro das exigências dos métodos empregados (sugerimos ver Mello, Considera e Sabbato, 2005). Assim, considerando os resultados do método 1 - que para os autores é o mais adequado e principal método de análise -, durante os dez anos de pesquisa no PNAD, o trabalho doméstico não-remunerado representava em 2001 aproximadamente 11,4% do PIB nacional e em 2011 representava 13,4%.

Para além disso, segundo os autores, ainda ocorre que as mulheres despendem 2,5 vezes mais horas para o trabalho doméstico em comparação aos homens. Na tabela abaixo, fornecida pelo PNAD é possível perceber esse argumento dos autores:

**Tabela 4: Horas semanais por pessoa com afazeres domésticos**

ANO	NUMERO DE HORAS SEM. P/ PES. C/ AFAZERES DOM.		VARIAÇÃO ANUAL HORAS SEM. P/ PES. C/ AFAZERES DOM.	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
	2001	10,97	29,00	-
2002	10,62	27,20	0,9689	0,9378
2003	10,70	26,57	1,0070	0,9769
2004	10,56	25,54	0,9866	0,9612
2005	9,85	25,26	0,9332	0,9891
2006	10,00	24,82	1,0148	0,9824
2007	10,27	25,63	1,0273	1,0327
2008	9,71	23,94	0,9457	0,9342
2009	10,16	25,12	1,0459	1,0494
2011	10,86	26,34	1,0695	1,0487

Fonte: Elaboração própria de Mello, Considera e Sabbato (2005). PNAD/IBGE.

Sendo assim, o PIB gerado pelas mulheres nesses dez anos, de 2001 a 2011, é em média cinco vezes maior do que o gerado pelos homens e equivalente a 83,5% do PIB, o que seria R\$4.189.155 milhões, valor muito semelhante ao do PIB de 2012 (sugerimos ver em Mello, Considera e Sabbato, 2005). Portanto, os autores afirmam que as mulheres em 10 anos, em suas casas, produziram o equivalente ao PIB brasileiro anual. Algo que, definitivamente, não pode ser ignorado, pelo contrário só evidencia a importância desse trabalho para a economia e consequentemente para a sociedade como um todo. Assim, o trabalho doméstico não-remunerado carece do devido reconhecimento, é de fato um contrassenso a marginalização desse tipo de trabalho, algo que não se sustenta pela vida em sociedade, vez que esse trabalho é fundamental para o desenvolvimento da vida humana; e, agora, a partir desse estudo, também não se sustenta no âmbito econômico, financeiro, de fluxo de capital, vez que é um trabalho que em muito contribui para a economia e para o PIB. Assim, concluem os autores:

Acredita-se que o resultado deste exercício é do maior interesse público, por que conclui que o valor do produto interno bruto não incluído na Contabilidade Nacional é mais de 12% do que de fato é contabilizado pelo método utilizado pelo cálculo “tradicional” do PIB. Dito de outro modo a sociedade brasileira é 12% mais rica do que até agora se reconhecia e que agregando-se este valor ao longo da década o Brasil produziu outro PIB, secreto, que não se conhecia, mas que corresponde a reprodução da vida no País. Este PIB velado ou o “PIB da Vassoura” como definiu um colunista do jornal O Globo quando se referiu a estas tarefas que não geram renda monetária e que consequentemente é ignorado pela sociedade.

O número de horas realizadas pelas mulheres na execução dos afazeres domésticos é de 2,5 vezes superior a dos homens. Há um número de mulheres empenhadas nestas

tarefas que é duas vezes o número de homens.

O valor adicionado pelas mulheres com estas tarefas - o PIB gerado pelas mulheres com a reprodução da vida – ao longo destes dez anos produziu um valor cinco vezes maior do que aquele valor gerado pelos homens na execução destas tarefas. Isto é, as mulheres são responsáveis por 83,5% deste PIB “velado” da década de 2001/2011 contabilizado pela valoração dos afazeres domésticos. Não há empecilhos técnicos para a valoração do trabalho reprodutivo – não pago, sua valorização é uma decisão política, portanto depende da força política dos segmentos sociais interessados na construção de um futuro igualitário entre os sexos e que tenham como meta promover o “fim” da divisão sexual do trabalho, raiz do mal estar feminino. (MELLO, CONSIDERA E SABBATO, 2012, p.12)

Para além do trabalho doméstico não-remunerado, uma outra forma de trabalho que também foi reinventada pela reestruturação produtiva é o trabalho em domicílio, sendo também nosso interesse de análise, visto que é majoritariamente praticado por mulheres; um trabalho igualmente subvalorizado, sem (re)conhecimento, superexplorado, na informalidade. Conforme já indicamos, os trabalhos domésticos, de um modo geral, não são reconhecidos por se desenvolverem em ‘espaços historicamente invisíveis’ e que não são considerados espaços de produção e geração de renda. (GARCIA DA SILVA, 2014). Sobre o trabalho em domicílio, Souto Maior (2014) afirma que:

Na transformação do trabalhador em algo de si mesmo, é possível eliminar a supervisão, favorecendo o advento do trabalho a domicílio. [...] No trabalho a domicílio o capitalista elimina o custo do supervisor e ainda de parte dos custos necessários à produção, que, como passe de mágica, são transferidos ao trabalhador, tais como energia elétrica, por exemplo. O “moderno” trabalho à distância só é possível nessa modalidade de salário, sendo certo que o controle da jornada está subjacente na quantidade de peças exigidas. (SOUTO MAIOR, 2014, p.106)

Assim, temos que o trabalho em domicílio permite que a mulher possa conciliar atividades pagas e não-pagas no mesmo espaço: a casa. Desse modo, não se ausenta do espaço que lhe foi conferido socialmente. Nesse sentido, Abreu (1986 apud Garcia da Silva, 2014) aponta que o trabalho industrial a domicílio data dos séculos XVI e XVII, em que casa e trabalho, público e privado<sup>30</sup>, se estruturam no

<sup>30</sup>Em se tratar de público e privado, é importante frisar aqui, de antemão, que nossa concepção é de acordo com os imperativos colocados por Aboim (2012), quando afirma que “As propostas do feminismo [...] tendem a associar o privado à família e o público à ordem política e económica na tentativa demonstrar a conexão entre uma ordem de género desigual e a construção moderna da dicotomia artificialmente criada entre público-privado.[...] Além disso, complementa a autora “Estamos hoje longe da colagem linear entre homens e espaço público, mulheres e espaço privado. No mundo ocidental, o sistema patriarcal, que o ideal de família burguesa tão bem reproduzia, não tem cessado de sofrer reverses, à medida que mulheres e homens derrubam fronteiras e alcançam conquistas em espaços que antes, pelo menos idealmente, lhes pareciam vedados. A ordem de género tradicional encontra-se profundamente alterada nesta primeira década do século XXI. Progressivamente, foram legitimados os direitos sociais das mulheres na esfera pública, decaindo também a imagem social do homem como provedor e figura de autoridade. [...] defendemos um outro

mesmo espaço, onde a unidade produtiva é a família. Segundo o autor, há indícios desse trabalho no capital já nesses séculos, onde os artesãos mais pobres eram subalternos dos ricos, que apenas compravam a matéria-prima que consideravam necessária para a partir dela desenvolver seu trabalho. Não se trata, portanto, de uma atividade recente, mas é evidente que com a reestruturação produtiva do capital essa atividade ganha um certo foco de análise. Segundo Garcia da Silva (2014), essa reestruturação fez com que formas de trabalho fossem sendo terceirizadas e postas na informalidade, o trabalho em domicílio é um exemplo disso.

É interessante aqui um apanhado breve adiantando e evidenciando que nesta pesquisa nos debruçamos e analisamos o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho em domicílio desenvolvido por mulheres artesãs e costureiras que trabalharam na Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda, conforme veremos melhor mais adiante. É importante ter essas noções por base nesse momento para que se possa construir as interações e pontes de análise propostas nessa pesquisa. Isso porque nessa cooperativa trabalharam majoritariamente mulheres nordestinas, pobres, moradoras da Rocinha, que trabalhavam sem nenhum direito trabalhista, sem carteira assinada, completamente na informalidade. A forma de funcionamento, resumidamente, era a artesã ou costureira ia até a cooperativa, pegava o modelo do pedido, via se era passível de execução, se teria condições de produzir e entregar dentro do prazo, pegava o molde, o material, levava pra casa, confeccionava, voltava para a sede da cooperativa e entregava para a gerente ou para a supervisora de padrão de

---

argumento, observando que, pelo contrário, a vida privada tem sido fortemente atravessada por mecanismos próprios da esfera pública. [...] seja qual for a definição de público, as mulheres, bem como outras categorias sociais, foram durante muito tempo excluídas da participação ativa no mundo do político e da governação, da cidadania e mesmo das sociabilidades tradicionais associadas ao exercício da masculinidade. O lugar do feminino era o “natural” lugar na família, no doméstico construído em antinomia com os lugares dos homens, do masculino. No entanto, a erosão do mundo das sociabilidades, e das solidariedades tradicionais[...] também é a queda de uma realidade patriarcal subjugadora das mulheres. [...] É, pois, com o eclodir de movimentos sociais, como os operários, os feministas, os dos direitos civis negros, os homossexuais, entre outros, que a própria esfera pública se transforma, dando espaço a vozes excluídas, e assim começando a operar como mecanismo de pressão social, promotor de mudanças na lei e no Estado. [...] Nesse sentido, qualquer argumentação que elogia ou critique as “virtudes do privado”, afligindo-se com eventuais erosões do público, terá de destrinçar os vários significados históricos e teóricos da dicotomia público–privado. As mudanças na ordem de gênero só podem ser compreendidas a partir dessas diferenciações, falemos da progressiva cidadania das mulheres no mundo público ou da incorporação de uma retórica da igualdade no interior da esfera doméstica, hoje cada vez mais permeada por mecanismos de regulação de combate às “desigualdades naturais” do privado.” (ABOIM, 2012, p. 97 - 111)

qualidade; o produto era analisado e caso fosse aprovado, a cooperada recebia por peça produzida.

Veremos todo esse processo de maneira mais esmiuçada no próximo capítulo, onde trataremos particularmente dessa nossa empiria. Por hora, é necessário perceber que o cliente contratava a cooperativa para, através dela, fazer o repasse do pedido para as cooperadas. Assim, o dinheiro recebido pelas cooperadas, evidentemente, tornava-se ainda menor, sendo importante frisar que a cooperativa desempenhava funções e era um agente do capital, era o intermediário entre as trabalhadoras e os clientes, entre capital e trabalho. Assim, é oportuna aqui a colocação de Marx (1984 apud Garcia da Silva, 2014) quando afirma que “a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador”. Isso poderá ser observado nos próximos capítulos, principalmente, quando podemos conversar com algumas cooperadas. Isso porque uma de nossas entrevistadas desempenhou a função de gerente da cooperativa durante 16 anos e como funcionária regulava, administrava, recebia o pedido dos clientes, passava o pedido para as cooperadas, passava também o molde que elas deveriam seguir, recebia o produto já finalizado pelas artesãs e costureiras, verificava a qualidade, decidia se o produto estava dentro do padrão exigido e se pagaria ou não as trabalhadoras. Definitivamente, um caso de exploração dos trabalhadores pelo capital que se realiza através da exploração do trabalhador pelo trabalhador; a exploração da exploração. Ainda com relação ao trabalho em domicílio, ao salário por peça e aos intermediários, Marx realiza uma colocação muito pertinente:

[...] O salário por peça facilita que, entre o capitalista e o trabalhador assalariado, se insiram parasitas que subalugam o trabalho. O ganho dos intermediários decorre da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que ele realmente entrega ao trabalhador. [...] Dado o salário por peça, é, naturalmente, interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível [...]. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal. (MARX apud GARCIA DA SILVA, 2014, p.55).

Complementando essa colocação de Marx, Souto Maior (2014) acrescenta ainda que

Enquanto Marx vislumbra a possibilidade da desnecessidade de controle pelo próprio capitalista quanto à quantidade e a qualidade, vez que esses efeitos seriam de interesse do trabalhador, na terceirização o pagamento se faz por tempo de trabalho, transferindo-se para o intermediário a obrigação do controle, com o que se compromete, juridicamente, com o capitalista. Marx vislumbra um lado positivo do

pagamento por peça, pois a dedicação dos trabalhadores, no conjunto, pode, de fato, gerar o aumento do nível médio dos salários. Mas, o próprio Marx adverte que nessa situação os empregadores recorrem a procedimentos para transformar forçadamente o salário por peça em salário por tempo. (SOUTO MAIOR, 2014, p.107)

Souto Maior (2014) segue aferindo ainda acerca dos estudos marxistas sobre o trabalho em domicílio e trabalho por peça, que

No trabalho por peça incentiva-se ao trabalhador, ele próprio, contratar trabalhadores para lhe auxiliar na tarefa. É assim que se diz, por exemplo, que no trabalho a domicilio pouco importa quem realiza o serviço. [...] Há, ainda, um incentivo à intensificação do trabalho. Como se costuma dizer: “quanto mais trabalha, mais ganha”. É comum ver as defesas apresentadas em processos trabalhistas aduzindo que o empregado não cumpriu o intervalo porque não quis, na medida em que isso lhe permitiu trabalhar mais para ganhar mais. [...] De fato, se já não se remunera, integralmente, nem a jornada normal, não se poderia deixar de determinar o pagamento da hora extraordinária, considerando o valor da hora normal mais o adicional, calculando-se a hora normal a partir do salário total recebido. Não se agindo dessa forma, o que se produz é uma redução do preço do trabalho, como advertido por Marx. (SOUTO MAIOR, 2014, p.106)

E para complementar de modo a concluir as prerrogativas sobre o trabalho por peça, Garcia da Silva (2014) afirma que:

O salário por peça é uma forma modificada do salário por tempo, o salário por tempo é quando se paga pelo tempo de trabalho desenvolvido, pelas horas trabalhadas e o trabalho por peça se recebe a partir da quantidade de peças realizadas, independente do tempo despendido, assim o capitalista consegue medir melhor a intensidade do trabalho, pois já paga pelo trabalho materializado. O trabalhador é o principal interessado em intensificar seu trabalho, aumentando sua jornada de trabalho, já que quanto mais produz mais se ganha. O salário por peça varia de trabalhador para trabalhador, quem produz mais recebe mais, quem produz menos recebe menos, o que gera uma série de discussões e divergências na própria classe trabalhadora.[...] Mas é claro que o capitalista, visando o lucro, paga menos quando as peças são produzidas mais rapidamente, pois o aumento da produtividade significa rebaixamento no salário, como acontece com o salário por tempo. (GARCIA DA SILVA, 2014, p.56).

Assim, temos que a despeito do discurso emancipatório que envolve as práticas do trabalho em domicílio, em que se prega a máxima de que as trabalhadoras tem maior controle sobre seu trabalho e tempo, que podem trabalhar sem precisar sair de casa, que só agrega e traz facilidades à vida; de fato, o que ocorre é que esse trabalho realizado em casa continua subjugando a mulher. Além disso, ainda acaba por englobar praticamente todo núcleo familiar, o que interfere no controle das atividades. (GARCIA DA SILVA, 2014). Percebemos, com isso, uma completa condição de alienação da condição de trabalho, ainda que minimamente as mulheres possam ter noção de sua exploração, tem profunda dificuldade de reconhecê-la. O trabalho em domicílio, de fato, se ergue como uma

pseudoconcreticidade, em que socialmente se mostra absolutamente proveitoso frente aos empecilhos e problemas enfrentados pela classe trabalhadora; se ergue como “a saída”, “a solução”, “a alternativa ideal”, assim, é acompanhado de lógicas que prometem a emancipação, notadamente da mulher. Mas em essência, esse trabalho nunca promoveu nenhum processo de fato emancipatório, não do modo como é realizado no capital. Ao invés de libertar (como promete), aprisiona. O trabalho em domicílio faz parte do capital, é apropriado e dominado pelo capital, serve ao capital, assim como as suas trabalhadoras. Mas através dos discursos de: emancipação, empreendedorismo, independência financeira, empoderamento, etc.; e, também, dos fios invisíveis do capital, as trabalhadoras nessas atividades não se veem exploradas, não se veem subordinadas, acreditam que ditam suas próprias condições trabalhistas, não percebem o quanto são presas às condições impostas pelo capital. O que se configura plenamente na lógica que envolve a nossa empiria, foi sob essas condições que as mulheres que ali trabalharam foram submetidas durante anos.

Essas trabalhadoras, por exemplo, é necessário aferir, são as grandes responsáveis pelas peças e pelo material de produção, qualquer problema que ocorre recai e passa a ser sua obrigação. Garcia da Silva (2014) aponta ainda para outro problema muitas vezes ignorado quando se trata do trabalho feminino, que é o fator da saúde da mulher, altamente prejudicada em decorrência de atividades repetitivas de longa duração. Quanto a isso, tem-se que muitas mulheres não pagam seu INSS, dessa forma, não têm auxílio nem benefícios, portanto caso adoçam ou não tenham pedidos de peças para produzir não têm a quem ou ao quê recorrer. A tabela abaixo - estruturada através de uma pesquisa desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas, em 2011- é uma evidência representativa direta disso:

**Tabela 5** Pagamento de INSS pelas costureiras na cidade do Rio de Janeiro – 2011

	N	%
Não paga INSS	3737	72,4
Paga INSS	1423	27,6
Total	5160	100,0
Fonte: CTS/FGV - 2011		

Assim, temos que as mulheres nessas condições de trabalho, estão à mercê das condições dadas pelo capital, destituídas de direitos, não tem sequer uma garantia hospitalar ou de cuidado em saúde; assim, desconhecem sua condição de superexploração, pelo contrário, pensam que são *'donas de si'*, quando na verdade, pertencem cada vez mais ao capital. Não conseguem perceber a perversidade velada no discurso que promete garantir que poderão conciliar melhor seu trabalho com as ditas obrigações domésticas; não percebem que com isso são exploradas duplamente; quando conseguem começar a ter essa percepção é de uma forma vaga, superficial, compreende a existência da injustiça, mas não concebe a luta por justiça. Uma alienação tamanha em que não há condição sequer de reconhecer seu próprio alçoz, compreendem que *se não veem quem domina então não há dominação*, quando em essência a dominação se efetiva ainda mais fortemente de modo silencioso, invisível, mas fortemente arraigado nos interstícios da sociedade, ou no que Meszáros (2002) chama de *'metabolismo social'*, essa dominação ocorre em todas as células desse metabolismo.

Na tabela abaixo, podemos perceber como essas condições do trabalho em domicílio afetam as trabalhadoras. Na mesma pesquisa desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas, citada anteriormente, foram colocadas algumas categorias para que trabalhadoras indicassem o que consideram ser o principal problema da indústria para costureiras em situação de trabalho em domicílio na cidade do Rio de Janeiro. Assim, as mulheres indicaram:

**Tabela 6** Principal problema da indústria para costureiras externas na cidade do Rio de Janeiro – 2011

<b>Categorias</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Tem que trabalhar muitas horas para conseguir juntar uma renda/os valores pagos são muito baixos	2478	48,0
Não tem direitos trabalhistas (férias, 13º, FGTS)	880	17,1
Sente-se explorada pelas facções/confecções	778	15,1
Desvalorização da profissão (a profissão não tem status)	676	13,1
Não tem salário fixo	225	4,4
Falta de perspectiva profissional/ não tem uma carreira	82	1,6
Outro	41	0,8
<b>Total</b>	<b>5160</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CTS/ FGV - 2011

Sabemos que as categorias foram propostas pelos autores do estudo e não pelas trabalhadoras, o que de certa forma, evidencia que o reconhecimento dos problemas não se origina nessa pesquisa de reivindicações diretas das mulheres, e sim, mediadas pelos pesquisadores. Mas, ainda assim, é possível notar que, em sua maioria, a preocupação salarial é a maior quando se trata de problemas trabalhistas, é como se os direitos trabalhistas fossem cada vez mais resumidos à questão salarial, vez que essa se torna sempre o principal foco de reclamações. A preocupação salarial acompanhada das altas jornadas de trabalho, evidentemente. Evidentemente, sabemos que há de fato uma importância do salário para a vida humana, seguramente não há vida sem dinheiro dentro da lógica do capital, por isso a importância designada ao tema.

Quanto a isso, Garcia da Silva (2014), aponta que nem sempre o trabalho em domicílio é apenas uma renda complementar a da família, como comumente se imagina. Muitas vezes é essa forma de trabalho que garante o sustento de toda a família, ainda mais quando a mulher passa a ser muitas vezes a responsável por essa tarefa em decorrência do abandono paterno. Na tabela abaixo podemos notar isso.

**Tabela 7** Importância da renda como costureira externa na cidade do Rio de Janeiro –2011

	N	%
Sua única fonte de renda mensal	2652	51,4
Sua principal fonte de renda mensal	1542	29,9
Parte significativa de sua renda mensal	678	13,1
Uma parte pequena de sua renda mensal	288	5,6
Total	5160	100,0
Fonte: CTS/FGV - 2011		

A tabela 7 evidencia o quanto o trabalho em domicílio, no caso, o das costureiras, representa uma significativa parcela da renda mensal das trabalhadoras. Em um recorte de 5160 mulheres 51,4% afirmaram que o trabalho em domicílio representava sua única fonte de renda mensal, o equivalente a 2652 mulheres.

Mas, o ponto principal, é que questões como direitos trabalhistas, exploração, desvalorização, perspectiva profissional, acabam ficando para segundo plano; quando, de fato, o grande problema dessa discussão encontra-se justamente nessas questões, em uma busca por valorização, reconhecimento e, principalmente, direitos.

Além disso, nessa mesma pesquisa, ao serem questionadas sobre as vantagens do trabalho em domicílio, as costureiras responderam conforme a tabela a seguir:

**Tabela 8** Vantagem na profissão de costureira externa na cidade do Rio de Janeiro – 2011

	N	%
Pode trabalhar em casa, perto dos filhos	2549	49,4
Pode conduzir seu próprio negócio	1295	25,1
Pode fazer seu horário de trabalho	946	18,3
Não precisa enfrentar o trânsito	308	6,0
Outra	41	0,8

Não tem vantagem	21	0,4
Total	5160	100,0
Fonte: CTS/ FGV - 2011		

Com isso, é notável que para essas mulheres a grande vantagem do trabalho em domicílio ainda é poder desempenhar as tarefas obrigatórias da casa, o cuidado do lar e dos filhos. Ou seja, manter-se no espaço que sempre lhe foi designado social e culturalmente, o espaço de sua obrigação, o espaço que lhe cabe, o espaço doméstico, ainda que seja em uma condição de completa invisibilidade.

Assim, de um modo geral as trabalhadoras em domicílio, como por exemplo, as artesãs e costureiras que compõem a empiria dessa pesquisa, acabam por ser duplamente exploradas dentro de suas próprias casas, completamente destituídas de direitos e benefícios e como recebe por peça produzida aumenta o quanto pode sua própria jornada de trabalho, muito provavelmente para além do que teria de desenvolver no mercado formal.

## 4. COOPA-ROCA: uma chance de observação e aproximação sobre o trabalho da mulher

### 4.1. Breve histórico sobre a COOPA-ROCA

Conforme pudemos perceber, estamos, nesse estudo, propondo uma análise que se interessa por desvendar e tirar as camuflagens oriundas do espaço abstrato, rompendo com as pseuconcreticidades, mostrando que o trabalho feminino ainda é marginalizado, superexplorado, invisibilizado, a despeito do que prega o que chamaremos mais adiante de *falácia da emancipação feminina*.

Assim, nos sentimos compelidos a aproximar nossa observação de uma realidade, uma empiria abrangente que nos permitisse atender a complexidade do tema. Por isso que investigar os processos que envolvem o trabalho feminino (doméstico não-remunerado e em domicílio) a partir da perspectiva das mulheres da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda.(COOPA-ROCA) nos pareceu muito oportuno. Assim, é importante frisar de antemão que nosso interesse não está na cooperativa em si, mas no trabalho desenvolvido por suas cooperadas fazendo um contraponto ao discurso e a missão pregada oficialmente pela cooperativa. A fins de perceber o limbo entre discurso e ação; entre ideias e práticas; entre aparências e essências; entre presenças e ausências. Mas não de modo dicotômico como parece indicar, não há uma separação entre as duas dimensões, não são partes estanques, todas em fato fazem parte do real, exatamente por isso entendendo a importância do método dialético em nossa análise, conforme veremos melhor no tópico 4.3. mais adiante.

Assim, temos que a COOPA-ROCA foi originada na maior favela do Rio de Janeiro, a Rocinha, fruto do trabalho e do esforço de algumas mulheres moradoras. Essas mulheres, muitas nordestinas que buscaram e buscam por melhorias em suas vidas e na vida de seus filhos, sem acesso ao trabalho formal tiveram que buscar novas formas de trabalho na informalidade. Conforme já mencionamos, o processo de reestruturação produtiva do capital, em meados dos anos 70, promoveu profundas mudanças nas formas de trabalho, a criação da COOPA-ROCA ocorre justamente nesse bojo. No contexto histórico de um período intra e pós-ditatorial.

Temos que, o desemprego provocado por essas transformações no modo de produção provocou um aumento de pessoas na informalidade, como é o caso das artesãs e costureiras que estudamos aqui. Mulheres que trabalhavam e ainda

trabalham na informalidade, completamente destituídas de direitos, sem garantias trabalhistas e conseqüentemente de vida (inclusive nas entrevistas as cooperadas apontaram para o fato de que durante anos trabalharam sem ter carteira assinada). Assim, temos que essas mulheres, sob essas condições, com dificuldades financeiras, inicialmente se uniram e começaram a trabalhar com reciclagem de lixo e venda de trabalhos artesanais. Posteriormente, com os bons resultados desse trabalho e havendo a resposta de pedidos e de demanda por seus produtos, as mulheres criaram a COOPA-ROCA nos anos 1980.

Quanto ao processo de criação da cooperativa, no entanto, é necessário fazer um adendo para o fato de que a COOPA-ROCA não foi de fato criada apenas por essas mulheres. A cooperativa surge a partir dos vislumbres de uma socióloga (que atualmente é a coordenadora da cooperativa, mas quando se conversa com as cooperadas não é difícil perceber como seu papel é tratado como se fosse a ‘dona’, a que comanda tudo e que dá todas as ordens – para todos os efeitos, chamaremos aqui apenas de ‘coordenadora’, a fins de evitar exposições desnecessárias, não sendo esse o nosso foco), que no início dos anos 80 fazia um trabalho voluntário na Rocinha e tomou conhecimento sobre esse grupo de mulheres.

É interessante aqui recorrer à tão necessária discussão de gênero que já levantamos no capítulo 3, em que entendemos como fundamental a premissa de que gênero é uma categoria que assume diversos empregos, concepções, definições, a partir de perspectivas diversas. Assim, aqui a mulher é entendida, não enquanto uma noção cristalizada, enquadrada, fechada; pelo contrário, entende-se por mulher, o plural, o diverso, o conflitante no feminino.

Assim, podemos conceber um real paradoxal em que mulheres em condições e posições diferentes sob um mesmo fenômeno apresentam relação de domínio, de subordinação e de dominação também. Assim, o que já tratamos e ainda trataremos outras vezes na pesquisa, como conflito entre as cooperadas e a coordenadora, nos coloca frente a essa concepção de mulher em pluralidade (aqui não limitada à pluralidade entre mulheres, mas em uma mesma mulher ao longo de sua vida). O que significa que nas lutas e reivindicações das mulheres as pautas serão diferentes conforme for a posição e a colocação dessa mulher no que denominamos aqui de sua *plenitude social*. Por isso, a necessidade de uma análise que prime pela interseccionalidade nos estudos, vez que não é pertinente estudar as questões da mulher e não considerar por exemplo a luta de classes ou a questão racial. Isso

significa, em outras palavras, que consideramos que, ainda que façam parte de um mesmo movimento, muitas vezes as reivindicações são distintas quanto aos indivíduos, podendo uma ação atingir e atrapalhar o curso da outra. É assim que se torna sempre necessário pensar nos fenômenos atento a suas dinâmicas e de forma crítica para que não se perca em suas pseudoconcretidades caindo nas armadilhas das aparências libertadoras que guardam uma realidade aprisionadora.

Considerando que o que nos interessa nesta pesquisa é a perspectiva a partir das cooperadas, sendo elas as protagonistas dessa história, achamos conveniente transcorrer sobre o histórico da cooperativa e ao mesmo tempo fazer algumas interferências incluindo as colocações das entrevistadas, de modo a permitir nossa análise acerca do olhar e da assimilação de mundo que essas mulheres partilham.

Sendo assim, temos que quanto à criação da COOPA-ROCA uma de nossas entrevistadas é filha de uma artesã fundadora da cooperativa e garante que o grupo de mulheres antes da interferência da coordenadora se reunia no quintal de sua casa (para tal iremos nos valer de alguns trechos das entrevistas com as cooperadas).

A COOPA-ROCA nasceu no meu quintal. [...] Onde eu moro. Lá é que acontecia a concentração de mulheres. Que se reuniam pra desenvolver esse trabalho. Porque cada uma fazia nas suas casas mesmo. Mas era ali que era o encontro. Minha mãe que foi uma das fundadoras. Minha mãe foi a primeira presidente da COOPA-ROCA. [...] Nós temos até materiais em casa. Minha mãe com a Deborah Secco em desfile, minha mãe já foi na Hebe. (COOPERADA B)

Quanto à presença da coordenadora, temos que a ex-cooperada afirma que

Eu não entrei logo de cara [referindo-se a sua entrada na cooperativa], porque a pessoa que ficava de frente, que é a [coordenadora], né? A *socialite* lá do Leblon. Ela entrou e ficou assim sempre de frente. Nessa questão, era ela que procurava as pessoas pra estar vendendo o produto, pra fazer essa ponte, né? (COOPERADA B)

É perceptível na fala da entrevistada, que as relações na cooperativa eram conflituosas, principalmente na relação entre as cooperadas e a coordenadora. Além disso, nota-se também que há um orgulho e reconhecimento embutido em suas pontuações, compreendendo, por exemplo, a importância de mulheres como sua mãe para a história da cooperativa e, de certa forma, também uma espécie de sensação de injustiça e revolta por se sentir enganada, tanto na individualidade quanto na totalidade a partir da noção de trabalho em grupo. Isso se expressa nessa passagem da entrevista:

Chegou um certo tempo que eu não fazia mais parte, porque [coordenadora] ela se aproveitou muito dessas pessoas que eram analfabetas. Então, era assim... Vendia o

produto tanto [se referindo ao valor final dos produtos da cooperativa] ela ficava com a maior parte, né? É... Por isso hoje a COOPA-ROCA faliu. Por conta dessa pessoa que tentou se aproveitar, né? E acabou se afundando. Minha mãe foi uma que assinou muito cheque sem saber ler. Então...Se aproveitou da inocência das pessoas. Porque, assim, muitas mulheres não têm condições de trabalhar fora, né? Foi justamente criada pra cada uma fazer, porque enquanto tá em casa tá cuidando dos filhos e produzindo, né? Tanto que elas só iam às vezes pra reunião, essas coisas... Só iam pra cooperativa quando era reunião ou entrega de material, fazer pagamento ou fazer algumas capacitações. Sempre tinha umas que sabiam mais pra ensinar. Uma pessoa do crochê ensinava outra pra poder capacitar. Então assim a COOPA-ROCA já trabalhou pra C&A, já pro Mièli, que eu não me lembro a loja... Pra Armadillo também. Então, assim, várias lojas famosas. (COOPERADA B)

Assim, temos que a cooperativa surgiu, de um modo geral, com a promessa e a missão de gerar condições para que suas cooperadas pudessem trabalhar em suas residências.

Ainda sobre os primeiros momentos da cooperativa, achamos conveniente transpor aqui o trecho de uma entrevista que foi feita com a coordenadora da cooperativa, concedida a Gustavo de Paula, em revista do IPEA, em que conta como foi a formação da cooperativa, assim o autor narra que:

A história da Coopa-Rooça começou a ser desenhada em 1981, quando uma jovem moradora do Leblon, motivada pela leitura do educador Paulo Freire, decidiu conhecer de perto a vida cotidiana do morro. "Comecei visitando a empregada de uma amiga, que passou a me apresentar às vizinhas. O envolvimento com a comunidade acabou fazendo com que eu iniciasse uma oficina de reciclagem para crianças. Um dia, consegui uma doação de retalhos de tecidos e pedi a uma das moradoras que me ajudasse a fazer bonequinhos de pano. Ela se negou a deixar os retalhos nas mãos das crianças. Disse que tinha uma ideia melhor para aproveitá-los e chamou amigas para fazer almofadas, tapetes e colchas. Estava plantada a semente", conta a socióloga, cofundadora da Coopa-Roca e responsável pela coordenação executiva dos setores de produção e gestão da cooperativa. [...] Encantada com a riqueza das peças produzidas pelas migrantes nordestinas, a [coordenadora] passou a dedicar-se à organização de um grupo de artesãs. O trabalho começou a ser desenvolvido em 1982, com apenas cinco mulheres. "A iniciativa foi o desdobramento de uma postura de chegar à Rocinha com os olhos e ouvidos bem abertos. Ao perceber que as migrantes nordestinas haviam trazido consigo o domínio de técnicas artesanais, vi naquilo uma ótima oportunidade para unir interesses e capacidades ", afirma [coordenadora] [...] As peças, feitas com sobras de corte industrial, foram vendidas a amigos e vizinhos e em eventos como festas juninas de colégios e universidades, e feiras de artesanato no Circo Voador. Sem falar no bazar de Natal na casa da mãe da [coordenadora]. Depois de cinco anos, foi criada a cooperativa. "O grupo começou a se empenhar no projeto. Para que o trabalho pudesse evoluir, no entanto, era preciso que existisse legalmente. Pensando nisso, levei dois profissionais à Rocinha, um para explicar o funcionamento de uma associação e outro para falar sobre cooperativas. As artesãs acabaram ficando com a segunda opção", lembra a socióloga. (PAULA, 2006, s.p.)

Assim, esperava-se que tais mulheres pudessem ampliar seu orçamento familiar sem haver a necessidade de se afastarem de suas atividades domésticas e

do cuidado dos filhos. É exatamente a partir dessas noções que nos interessamos em pesquisar sobre a lógica que envolve um trabalho onde as mulheres não saem de suas casas, não deixam de viver e de ocupar o espaço que historicamente foi e que ainda é destinado socialmente a ela, não se isentam dos cuidados de seus filhos e ainda assim conseguem desenvolver uma atividade que lhes garantam um acréscimo na renda mensal, em uma quase *ilusão* de que se está possibilitando a essas mulheres a vida e a participação na esfera pública.

Também por isso as cooperadas apontavam nas entrevistas que esse era o principal fator de vantagem do trabalho informal e em domicílio, uma vez que não precisavam se ausentar das obrigações domésticas. Ou seja, já em sua concepção a cooperativa em questão não tinha como proposta uma *emancipação real* das mulheres, embora isso constasse em seus objetivos.

Eu acho que sim. O ponto positivo, mesmo ganhando mal e não sendo justo, é que elas fazem o horário delas, quando vão levar o filho na escola, buscar, dar comida. O tempo livre delas... Isso é um ponto positivo. (COOPERADA A)

Essa *emancipação* proposta é uma farsa. Uma alegoria. Não há emancipação da mulher nem sequer nenhum benefício a sua vida de fato, ainda que tudo leve a crer que sim através da condição alienante a que somos submetidos. Não nos cansamos de aferir isso ao longo dessa pesquisa, esse é nosso argumento principal. O que ocorre em vez de *emancipação* é *perpetuação*. É a garantia da perpetuação da condição de subalternidade imposta socialmente às mulheres, são novas formas de garantir que a mulher continuará marginalizada ocupando apenas os espaços que lhe forem permitidos, mas agora em uma versão diferente, repaginada, mais atual, em que não basta a exploração do trabalho feminino no espaço privado, agora também há a necessidade dessa exploração no espaço público (em verdade, essa exploração também sempre existiu, a exploração se dá sob a figura feminina estendida à amplitude dos espaços) com maior intensidade.

Seguindo ainda a máxima de que existem espaços produzidos, produtores e destinados a mulheres, chegando ao ápice de se considerar que ainda que se possa penetrar em outros espaços, deve mesmo pertencer àquele que foi designado, i.e., pode 'trabalhar fora', ocupar outros espaços, desde que não deixem de pertencer ao espaço doméstico, dito isso no imaginário majoritário social. A COOPA-ROCA, portanto, se torna uma interessante empiria para observação e aproximação na medida em que é a expressão das contrariedades que envolvem o trabalho, sua

condição de exploração e precariedade e seus discursos falaciosos encobrendo e escondendo a essência e realidade disso que se configura um problema social.

Em meados de 2013, segundo as fontes oficiais, a COOPA-ROCA contava com aproximadamente 100 mulheres (artesãs e/ou costureiras) e consideráveis parcerias nacionais e internacionais no mercado de design de vestuário e acessórios. É importante frisar que ao ter acesso à justificativa de criação da cooperativa e as propagandas disponibilizadas nos meios de comunicação da cooperativa, tem-se que esta foi criada contando ainda com, segundo suas próprias palavras, “a missão de estimular a qualificação profissional, a consciência no campo da saúde, seguridade social, o fortalecimento da autoestima, e o aprendizado coletivo. Tudo de modo a estimular e garantir o senso de cooperativismo.” (COOPA-ROCA, 2013, site).

Assim, torna-se proveitoso compreender o histórico da cooperativa a partir das cooperadas, que narram sua entrada na cooperativa e o modo como acompanharam sua história e desenvolvimento, para a partir disso fazer contrapontos entre dados formais históricos e a experiência e vivência dessas mulheres. Assim, temos que:

Eu cheguei lá [na COOPA-ROCA], conheci nessa época as artesãs, algumas artesãs que eram fundadoras da cooperativa. Então tinha umas 20 ou 25 artesãs quando eu entrei. E aí durante os anos a cooperativa foi focando em fazer parcerias comerciais pra vender os retalhos, as bolsas. Tinham que vender pra poder a [coordenadora] pagar elas. Então era muito ruim, ficar devendo dinheiro, porque às vezes vendia, às vezes não vendia, aí ficava às vezes a pessoa sem receber. Em 2000 ou 2001 mais ou menos, que eu não estou recordada, a coordenadora lançou uma exposição chamada Retalhar, chamou estilistas, designers, enfim fez uma parceria com eles pra montagem das peças. Aí foi lançada, teve a exposição, foi lá no Parque das Ruínas e a partir dali começou a fazer algumas produções pra marcas, parceria comercial mesmo. Ficou interessante, porque eles mandavam a ordem de produção, as artesãs produziam, entregavam, eles pagavam, não precisava ficar esperando vender pra pagar. Daí conforme foi passando os anos a cooperativa acabou ficando com 100 artesãs. Mas aí depois de uns anos ela começou a ter problemas, na verdade, na parte da gestão, porque não pagava impostos, porque não dava pra se manter e aí começou a de uma bolinha virar uma bola de neve ate que parou. (COOPERADA A)

Mulheres artesãs que faziam seu serviço em casa. Pegavam o material e faziam. Tanto almofada, tapete, tinha muito aqueles tapetes de nozinho, não sei se você conhece... Na época vendia muito. Colchas de retalho... Aí depois dessas colchas de retalho, foram surgindo roupas, né? Eu lembro que eu fiz muito aquele de coletinho, essa parte assim de retalho e aqui assim liso, né? [indicando com a mão as diferentes técnicas usadas na roupa]. Eu lembro que eu tinha ate um também [...] aí com o tempo foi surgindo a cooperativa em cima, aí foi levantado o prédio [...] foi comprado o terreno. Através dessas vendas toda, do trabalho, eu acho [...] ela já veio do início [se referindo a coordenadora]. Ela conheceu as mulheres, acho até que minha irmã que acabou levando ela e ela gostou das mulheres e aí tiveram essa ideia

de formar a cooperativa[...]vinha muita gente de fora pra conhecer, tanto que se expandiu já estava bem além. (COOPERADA B)

Destarte, temos ainda que, segundo informações da própria cooperativa, em seus primeiros anos, tem-se que focaram em suas atividades, na organização e qualificação do grupo de mulheres, gerando uma pequena estrutura de criação voltada para o desenvolvimento de produtos artesanais de decoração e de vestimenta, empregando técnicas tradicionais brasileiras e principalmente nordestinas – como o fuxico, o nozinho, o *crochet*, *patchwork* –, havendo, portanto, segundo suas fontes, um grande enfoque profissional tanto na valorização da produção artesanal quanto na qualificação das cooperadas; algo passível de questionamentos, conforme iremos desvendando através do fazer investigativo. Segundo Gustavo de Paula, em uma matéria veiculada pela Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2006, a COOPA-ROCA obteve uma linha de crédito do Governo Federal e adquiriu a casa onde durante anos foi a sua sede. Situada na Rua Um, parte alta da favela da Rocinha. Já segundo Regina Mamede, do SEBRAE, a cooperativa conseguiu a documentação e o título de posse a partir de uma doação feita por Carlos Mièle, da M.Officer, que foi citado pelas cooperadas como um dos maiores colaboradores da cooperativa.

Quanto a isso a cooperada fala que

Nesses 16 anos, o maior parceiro da cooperativa foi o Carlos Mieli, dono da M.Office. Ele contratava pra fazer detalhes em costura, fuxico. Até que no final já estava produzindo algumas peças, mas fazia detalhes, não fazia todo não. (COOPERADA A)

Assim, ao ingressar no mundo da moda, a cooperativa ganhou destaque e passou a ser conhecida e reconhecida, sendo inclusive convidada a participar de alguns eventos de renome na área, a partir principalmente das parcerias que conseguia agregar. Em 1994, ocorreu o primeiro desfile da cooperativa, na Fundação Progresso. Pouco tempo depois a produção das artesãs e costureiras da Rocinha estava sendo apresentada em desfiles e passarelas de Berlim.<sup>31</sup> Houve,

---

<sup>31</sup> Diz Gustavo de Paula que nos dias de desfiles da COOPA-ROCA, “a casa de cultura berlinense ficou lotada. No último dia, os organizadores foram obrigados a fechar as portas. O sucesso e a repercussão nos meios de comunicação foram tão grandes que a cooperativa foi convidada a montar um quiosque no Shopping Rio Sul. O pontode- venda foi inaugurado em outubro de 1995 e a Coopa-Roca permaneceu um ano no centro comercial.”Depois de doze meses, percebi que não estávamos prontas para comercializar nossos produtos diretamente. Não tínhamos infra-estrutura para isso.A experiência,contudo, foi muito positiva. Ela serviu de ponte para o entendimento de uma estratégia de negócios que pudesse ampliar a escala de produção e aumentar o número de mulheres envolvidas. Ela apontou um caminho mais eficiente”, conta[a coordenadora], lembrando que a cooperativa

portanto, uma resposta imediata do público, a nosso ver esse sucesso em muito se deve ao fato de ser um produto muito específico, feito por um grupo específico e que, portanto, agrada e atende a um grupo igualmente específico.

Dito isso, podemos seguir com o histórico da cooperativa. É importante atentar para o fato de que essas interferências funcionam com o intuito de instigar e promover uma análise crítica constante, visto que acreditamos ser a condição ideal para que o leitor conceba as ideias e a essência do fenômeno, rompendo com as pseudoconcretidades que também estão presentes ao longo do corpo do texto, se erguem o tempo todo. Por isso, sentimo-nos obrigados a retomar esse argumento em todo momento ao longo de nossa proposta, visto que se trata de nossa discussão central, por isso, não pode ser renegada nem abandonada em nossa análise.

Assim, temos que em meados dos anos 2000, a COOPA-ROCA realizou a primeira da exposição Retalhar, no Parque das Ruínas, na cidade do Rio de Janeiro. A exposição também foi realizada em 2002 na unidade de moda do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP). Em 2007, foi a vez do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) receber a exposição. Em todas as edições da exposição foram convidados artistas plásticos, designers e estilistas de reconhecimento nacional. A exposição também funcionou no intuito de projetar a cooperativa e aumentar seu campo de atuação, assim, após a exposição houve um crescimento considerável na produção da cooperativa resultando em um aumento no número de artesãs (a cooperativa que começou com um grupo de aproximadamente vinte mulheres, ao longo dos anos chegou a ser composta por mais de 100 mulheres, conforme já apontamos).

Quanto a exposição Retalhar, a coordenadora da cooperativa, em entrevista à Gustavo de Paula, afirmou que

O nome remete não só a retalho, a primeira matéria-prima utilizada pelas artesãs, mas ao significado do verbo, que é "talhar novamente". Queríamos dar uma nova forma ao nosso trabalho. Sendo assim, convidamos artistas plásticos, designers e estilistas para pensar novos produtos com as técnicas artesanais da Coopa-Roca. O sucesso da mostra foi tamanho que a cooperativa conseguiu fechar suas duas primeiras parcerias comerciais, com o designer Fernando Jaeger e a M. Officer, de Carlos Miele (PAULA, 2006, s.p.)

Os eventos promovidos pela cooperativa – principalmente as exposições do Retalhar –, abriram as portas para contatos e parcerias, como bem previu a

---

dependia dos refugos doados pela indústria têxtil. A vinculação da produção aos materiais disponíveis fazia com que o trabalho das artesãs tivesse mais valor artístico do que comercial.” (PAULA, 2006, sem página)

coordenadora, que permitiram em determinado momento que pudessem pagar as cooperadas além de cobrir os custos fixos mensais da própria cooperativa. Era o terreno perfeito. Um produto de alta qualidade; feito com materiais selecionados especialmente; com um público fiel e cativo; com um discurso harmonioso e esperançoso que agrada muita gente; e o principal, se aproveitando e explorando o trabalho de um grupo já muito marginalizado e estigmatizado, com um trabalho mau pago.

É sob essa ótica crítica que devemos olhar o histórico da COOPA-ROCA, sabendo que ao longo dos anos a cooperativa foi atuando e participando de inúmeros eventos, possibilitando a ampliação e fortalecimento de sua rede de articulação com organizações governamentais e não governamentais e com parcerias comerciais, essas parcerias eram firmadas com os clientes (geralmente designers, arquitetos, artistas plásticos) diretamente pela coordenadora, que efetivamente não se configura na ‘*descrição*’ (com todas as cautelas que o termo exige) das trabalhadoras, não é artesã, nem costureira, nem moradora da Rocinha, nem era considerada cooperada, era a coordenadora, tratada como ‘dona da cooperativa’. Para todas as consultas dos eventos que a cooperativa participou em seu auge, reproduzimos dados de Paula (2006, s.p.) a seguir.

<b>Alguns eventos realizados com a participação da COOPA-ROCA</b>
<b>2006-</b> Exposição Global Fashion, Local Tradition, no Centraal Museum, Utrecht, Holanda
<b>2005-</b> Exposição Aller-Retour Paris-Rio, no Ateliers de Paris
<b>2005-</b> Desfile Couture Equitable, Brésil/Brésils (O Ano do Brasil na França), Parc de la Vilette, Paris
<b>2004-</b> São Paulo Fashion Week
<b>2004-</b> Brazil 40 Degrees, no Selfridges, Londres
<b>2003-</b> São Paulo Fashion Week
<b>2003-</b> Workshop e Performance, no Teatro Volksbuhne, em Berlim, Alemanha
<b>2002-</b> Exposição REtalhar 2002, em São Paulo e no Rio de Janeiro
<b>2002-</b> Fashion Rio, no Rio de Janeiro
<b>2002-</b> Participação especial na exposição Morro Labirinto, do Instituto Goethe do Rio de Janeiro
<b>2002-</b> São Paulo Fashion Week
<b>2001-</b> London Fashion Week

Fonte: Desafios do desenvolvimento – IPEA. Gustavo de Paula (2006).

Ainda de acordo com Gustavo de Paula (2006), apesar de ter adotado um novo plano de negócios, pautado na parceria comercial com grifes e na confecção de produtos de alto valor agregado, a cooperativa não abandonou sua filosofia de trabalho, mantendo a valorização do trabalho artesanal. Concordamos com essa colocação em parte, uma vez que, por mais que o trabalho continue aplicando técnicas tradicionais, o produto confeccionado é bem diferente do que as mulheres costumavam fazer antes, ou quando ainda estavam no nordeste, ou quando ainda

era apenas um grupo de mulheres reunidas no quintal fazendo artesanato.

Trata-se de um produto pensado, montado, estruturado por profissionais das mais variadas formações e que já tem um nome, uma assinatura, então o produto acaba por agregar tanto o trabalho manual das trabalhadoras quanto a técnica e aos padrões exigidos pelos clientes. Essa noção de associar o trabalho das cooperadas ao de grandes profissionais é, em teoria, até muito criativa e poderia ter sido muito proveitosa caso promovesse uma relação de fato entre ambos. Mas, a questão, é que essa relação não se efetivava. Assim, as mulheres não participavam da parte criativa do produto, só da execução, o que nos remete ao fato de se essas novas práticas acabavam por interferir no fazer tradicional desse produto (discutiremos isso melhor no tópico 4.2.). Além disso, tem-se que os moldes eram fixos e as cooperadas não tinham nenhuma liberdade de alterar absolutamente nada no produto, pelo contrário, deveriam seguir o modelo, caso contrário não recebiam pelo trabalho. Qualquer pequena alteração no produto e a cooperativa não pagava pelo trabalho. Quanto a isso a passagem dessa entrevistada reflete claramente esse processo indicado, conforme podemos observar adiante.

**Tinha isso de em cima da hora vir uma encomenda? Por exemplo, alguém fez errado e tem que entregar hoje?**

Se chegasse lá 10 peças erradas, se tivesse que entregar em três dias para o cliente, a gente não podia pedir para aquela desmanchar e fazer aquilo de novo, porque se ela fez 10 erradas em três dias ela não ia consertar. Ai a gente fazia assim “olha, você não vai receber infelizmente é muito chato falar isso, mas como a gente está com prazo a gente vai dividir essa com fulana porque a gente sabe que fulana nunca vai errar. Acontecia isso... **(Pesquisadora: E as outras faziam? Em cima da hora o valor era o mesmo?)** Faziam. A gente deixava sempre o valor mesmo, não tinha de “olha a outra artesã esqueceu de fazer e ai eu tive que mandar pra outra” não dava pra falar isso. (COOPERADA A)

Os profissionais renomados não trabalhavam junto com as cooperadas, não produziam efetivamente juntos, não pensavam, não elaboravam, não montavam os produtos juntos. Na prática a cooperativa era a mediação entre as trabalhadoras e os contratantes, então não havia trocas de aprendizado a nível de transformação, pelo contrário, as cooperadas entrevistadas indicaram que havia uma insatisfação por parte das cooperadas de o trabalho ser apenas recebimento e entrega de produtos e materiais. Sendo assim, qualquer prerrogativa que pudesse indicar que essas mulheres participavam da criação do produto se torna inverdade. Isso porque no funcionamento da cooperativa, os contratantes diziam como queriam o produto,

entregavam os moldes e o tipo de material que seria utilizado e assim a cooperativa pegava o pedido, analisava a viabilidade da produção e o prazo necessário, depois repassava o pedido para as cooperadas, que pegavam os moldes e a matéria-prima na sede da cooperativa e produzia em casa, sendo pegas pelo valor da peça produzida.

Assim, temos que com mais de trinta anos de existência, a cooperativa contava com uma estrutura muito bem organizada. Em que as tarefas eram divididas de acordo com a capacidade produtiva de cada uma das integrantes, se a cooperada fosse melhor em fazer renda e surgissem muitos pedidos que envolvessem renda, então, era muito chamada e conseguia mais dinheiro do que outras que, às vezes, ficavam muito tempo sem trabalhar e sem renda, sendo obrigadas a se aventurarem por outras modalidades de trabalho também informais, às vezes até mesmo de artesanato e costura por conta própria. Conforme indicam as cooperadas que entrevistamos:

**Então, em algum momento você enquanto cooperada a sua renda vinha só da cooperativa mesmo, né?**

Isso... E junto com algumas costuras minhas particulares. Porque às vezes se alguém queria fazer uma roupa, uma bolsa, ai eu fazia.

**Então era uma tripla função, três trabalhos, ne?**

Isso, porque eu tinha também minha freguesia, ne? Um conserto de roupa...

**Tudo você conciliava ao mesmo tempo?**

Isso... (COOPERADA B)

Já por volta dos anos 2010, a cooperativa almejava a compra de um outro terreno, conforme podemos observar nessa entrevista com a coordenadora, feita por Regina Mamede para o site do SEBRAE. Na reportagem aparece a coordenadora tinha interesse por um terreno de 170m<sup>2</sup>, na Rocinha, que seria a nova sede da cooperativa, mas o projeto encontrou alguns empecilhos no meio do caminho. Assim, diz a coordenadora que “nosso problema não é o mercado, mas a falta de infra-estrutura. Para grandes encomendas somos obrigados a contratar serviços fora daqui, no lugar de gerar emprego e renda para a comunidade”. Complementa ainda que “a alegação é que o terreno está na área da Floresta da Tijuca. No entanto, todo o entorno já está verticalizado há muito tempo. Além disso, do outro lado da rua estão sendo construídos prédios com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Há uma incoerência nesta decisão”.

Assim, ao longo de sua história, a COOPA–ROCA passou por momentos controversos, de glórias e de derrotas, mas de um modo geral, conseguiu

desenvolver parcerias muito interessantes como

A Osklen, grife carioca, e a paulista M. Officer, cujo estilista, Carlos Miéle, doou o terreno para a cooperativa. As peças das artesãs já foram comercializadas para marcas como Paul Smith, da Inglaterra; Ann Taylor, dos EUA; e Le Bon Marche, da França. Mas a moda não é o único foco do grupo. O talento delas também atraiu outros parceiros como o artista plástico Ernesto Neto e o designer holandês Tord Boontje. (MAMEDE, 2009, notícia do SEBRAE)

E ainda tem que,

Com esse trabalho, as artesãs fizeram parte de um grupo seletivo de 42 designers fluminenses que, com o apoio do governo do Estado e Sebrae/RJ, participaram da exposição Rio + Design, em Milão (Itália), como parte do 48º Salone Del Mobile, maior evento de decoração do mundo e que foi realizado em abril deste ano. (MAMEDE, 2009, notícia do SEBRAE)

A questão é que a nova sede nunca se tornou uma realidade. Pelo contrário, com o passar do tempo, os clientes já não consumiam mais tanto o produto da cooperativa e, principalmente, em decorrência dos problemas internos das cooperadas com a coordenação, muitos outros problemas foram surgindo; além da desconfiança que havia; e, também depois de a coordenadora, supostamente, ‘passar a cooperativa para o nome dela’; tudo isso conjugado resultou no fim da cooperativa. Precisamos deixar explicitado que essas colocações aqui postas são conclusivas a partir das entrevistas com as cooperadas. Nosso trabalho não compatibiliza a investigação dos fatos, acreditamos que os meios para tal são outros. É importante ressaltar também que no fim deste documento, em anexo, pode ser encontrado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelas entrevistadas para a liberação das entrevistas, a versão original e assinada do documento encontra-se com a pesquisadora para fins de proteção legal. Exatamente por isso frisamos que nosso objeto é o trabalho desenvolvido pelas cooperadas, sua vida, seu cotidiano, e não a cooperativa em si. Toda essa problemática levantada foi sendo posta ao longo da pesquisa pelas próprias entrevistadas. Embora não fizessem parte de nosso objetivo, não podemos excluir as colocações expostas pelas entrevistadas. Tentamos, para todos os efeitos e de todos os modos entrar em contato com a coordenação da cooperativa em busca de um outro posicionamento, mas não obtivemos resultado satisfatório em nossa busca, não conseguimos conversar com a coordenação. Também, por isso, a pertinência da introdução das entrevistas fornecidas pela coordenação, que conseguimos a partir de material compatibilizado, de revistas, jornais, sites.

Assim, temos que nos anos de 2014 e 2015 a cooperativa perdeu muitas cooperadas e ameaçou fechar de vez. Fechou as portas por um tempo e no final de 2016 a cooperativa anunciou que retornaria com suas atividades, agora com novas cooperadas e com uma nova forma de funcionamento, não se restringindo mais as mulheres da Rocinha, sem vinculação com a sede, sem vinculação com as antigas artesãs, sob uma proposta ainda de muita incerteza dada a sua incipiência, mas que indica que será aberta e incluirá costureiras e artesãs das mais variadas áreas da cidade do Rio de Janeiro.

O que se pode aferir, por ora, é que, segundo as informações oficiais disponibilizadas pela COOPA-ROCA, atualmente a cooperativa objetiva enfrentar e ultrapassar alguns desafios a fim de profissionalizar sua relação com o mercado, e assim fortalecer suas atividades e ampliar sua participação social para além da favela da Rocinha. Dessa forma, hoje, segundo seu site, a cooperativa busca qualificar os setores de produção e administração e expandir seus parceiros comerciais, aumentando ainda mais sua escala de produção e o número de artesãs.

O que nos leva a crer que a exploração do trabalho das novas cooperadas continuará acontecendo sob as mesmas condições anteriores. A denúncia posta pelas cooperadas e que, de certa forma, instiga nosso interesse por essa pesquisa é que se trata de um caso muito explícito de sujeição coletiva, enganação e crime, mas toda cautela se faz necessária, devemos para todos os fins deixar claro que essa pesquisa é absolutamente limitada para propor acusações diretas e de caráter de urgência, mas também não podemos excluir essa discussão, uma vez que ela foi posta pelas cooperadas e se fez presente durante todo processo de investigação.

Evidentemente, não faz parte do nosso objetivo geral, mas passa a fazer parte quando aparece no curso da investigação. Portanto, embora estejamos pondo em pauta um assunto tão delicado, digno do máximo de cuidado e afínco para proteção legal de todos, inclusive da pesquisadora, sabemos e entendemos a necessidade de cautela, mas, definitivamente essa discussão não poderia ser excluída nem mostrada aqui sob uma outra forma. Esse foi o modo que julgamos mais adequado para tratar o assunto, pondo as falas diretas das cooperadas (que se propuseram a assinar um termo de consentimento livre e esclarecido que pode ser encontrado no fim deste documento), e também falas da coordenadora, que embora não tenhamos conseguido marcar entrevista, ainda assim se faz presente tendo suas falas aqui preservadas. Esperamos, imensamente, que essa questão seja compreendida no que

tange a toda complexidade que merece.

#### 4.1.1. Espetacularização do cotidiano e reificação do trabalho feminino

No início da década de 1990, notei que havia um movimento de vanguarda acontecendo no eixo Rio-São Paulo, com uma visibilidade muito bacana. Fui atrás de quem estava organizando esses eventos e consegui que a COOPA-ROCA entrasse no circuito. A moda com selo social era a grande novidade (coordenadora da COOPA-ROCA)

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. (DEBORD, 2006, p. 3)

“A moda com selo social era a grande novidade”. É a partir dessa colocação feita pela coordenadora da COOPA-ROCA que iniciamos esse tópico. Partindo da premissa básica de que, definitivamente, há um público-alvo que consome exatamente o tipo de produto criado pela cooperativa. Não apenas pelo produto em si, mas por toda simbologia e significado que carrega, configurando-se fundamental que seja um produto especificamente feito ‘*por mulheres*’ e ‘*na Rocinha*’ e que ganhe o rótulo de ‘*cooperativa*’. Algo que também carrega uma série de significados associados particularmente a projetos inovadores, de cunho social, que se voltam para a comunidade. Assim, um produto feito por uma cooperativa carrega significados que nos remetem a ideias de ajuda, apoio, suporte, em que os fins não são unicamente lucrativos – por isso, devemos sempre nos valer da crítica de até que ponto esses projetos efetivamente promovem o que prometem ou apenas fingem promover fazendo na verdade o oposto, gerando ainda mais a exploração do trabalhador.

É evidente que não estamos aferindo que o interesse pelo produto só ocorre devido a esses significados, sabemos que se trata de um produto original, único, singular, de alta qualidade, feito a partir de técnicas muito aprimoradas e tradicionais. Mas, ainda assim, acreditamos que para além de toda particularidade do produto, o alto valor agregado e o interesse em cima do produto se deve aos imperativos que carrega. Trabalho feito por *uma cooperativa de mulheres na Rocinha*. Esses três fatores também se tornam mercadoria para o capital e são comercializados e vendidos indiscriminadamente, daí apropriação dos papéis e dos discursos.

A essa altura da presente investigação, já nos sentimos seguros para aferir que

no caso da nossa empiria, trata-se da segunda opção. Definitivamente, não podemos dizer que a COOPA-ROCA garantia os benefícios que prometia, aliás colocamos até mesmo em cheque a pertinência de sua definição como cooperativa, conforme trataremos mais adiante no tópico 4.4. O que queremos dizer é que a criação da cooperativa deveria ser fundada sob a noção de compartilhamentos e não de individualidades. Pouco importa o discurso se a prática não se faz valer, o discurso não se basta por si só, apenas discursos não são suficientes para dar fim à submissão feminina, a prática se faz necessária, a ação se faz necessária, essa realidade perversa vale-nos como um *convite a ação*, que propoe um pensar e agir concebendo, vivendo, percebendo o cotidiano e as práticas que nesse e por esse se estabelecem.

Assim, ao propomos um estudo acerca da categoria trabalho, nos vemos comprometidos a introduzir uma análise sobre o cotidiano. Isso porque é no cotidiano que as práticas e os processos ocorrem, de forma ‘naturalizada’, programada, mas também reveladora, tanto no sentido do *encantamento do mundo*, quanto no do produto se *erguendo estranho a quem o produz*, o que chamamos aqui de *estranhamento do mundo*.

Percebemos, então, a partir desses pressupostos que ao pesquisar os processos de trabalho doméstico não-remunerado e do trabalho em domicílio desenvolvido por algumas mulheres da COOPA-ROCA, precisamos voltar nosso olhar para o cotidiano dessas mulheres. É através da análise crítica do cotidiano que teremos condição de ultrapassar as pseudoconcreticidades que encobrem a essência das atividades desenvolvidas, assim temos por base a concepção de um cotidiano que aliena, mas que é também desalienante, assim, temos que se no espaço as pseudoconcreticidades forjam, coisificam e programam o cotidiano, por outro lado, é nesse cotidiano que surgem as inquietações, as reivindicações, o descontentamento com as coisas do mundo, um convite a rua, um convite a ação, um convite a vida. Isso tudo sob uma lógica em que aparência e essência (como proposto por Henri Lefebvre) não são opostas, não se anulam, não estão separadas, pelo contrário, estão no real, estão no mundo, estão as coisas, na totalidade, são ‘partes’ distintas de um mesmo todo. Assim, faremos valer aqui algumas pontuações acerca da categoria, para fins teóricos.

Destarte, é importante frisar que os conceitos e categorias não são fechados em si mesmos, são questionáveis e estão sempre sendo estudados, assim, surgem

muitas noções acerca dos mesmos conceitos e categorias. No caso do *cotidiano* não é diferente, são muitas discussões quanto ao termo e, como era de se esperar, os estudos acabam por provocar a discussão que traz entendimentos diferentes quanto ao termo.

Sendo assim, no que tange ao cotidiano, que nesse momento é nosso interesse, visto que a discussão travada na pesquisa ocorre nesse âmbito, as práticas do trabalho feminino, sua condição de precariedade, suas inconsistências e perversidades ocorrem no cotidiano, no dia a dia, na vida na casa, no lar, constante e intensamente. Assim, compreendemos que é fundamental que se compreenda esse cotidiano, partindo do pressuposto já aqui colocado de um cotidiano espetacularizado.

A importância dessa discussão reside no fato de que por se tratar, como já indicamos anteriormente, de uma *cooperativa de mulheres da Rocinha*, temos que todo imaginário social em cima desses termos seja ativado, fazendo com que o consumidor não adquira apenas o produto em si, mas tudo o que ele representa. Assim, quem consome um produto da COOPA-ROCA não está apenas comprando um bolsa, está comprando uma bolsa feita manualmente artesanalmente por mulheres que atuam em uma cooperativa presente na favela do Rio de Janeiro.

E, a nosso ver, esse é o grande diferencial do produto que fez com que durante todos esses anos fosse vantajosa a manutenção de uma cooperativa sob essas condições. Ora, o projeto estava dando certo, deu certo até enquanto as estruturas das pseudoconcreticidades conseguiram se manter, a partir do momento em que as trabalhadoras puderam perceber a essência, no momento em que as trabalhadoras foram expostas a sua condição de submissão, passando a tomar conhecimento de sua péssima e injusta remuneração, da divisão desigual das funções, do desvio dos interesses iniciais da cooperativa, quando perceberam que os discursos bradados não se estendiam a prática no trabalho, quando isso aconteceu, a cooperativa chegou ao fim. Aferimos isso pautados nas falas das cooperadas que conversamos ao longo de nossa investigação, conforme pode ser observado em alguns trechos expostos das entrevistas.

Agora sim, tendo isso por base, podemos dar sequência a nossas colocações acerca das noções de cotidiano. Assim, achamos conveniente expor três noções de propostas distintas para a compreensão do cotidiano, a de Heller (2008), a de Netto e Carvalho (2012) e a de Martins (2013). A nossa ideia é apenas trazer elucidações

simples, de modo rápido e resumido para não nos alongarmos mais do que o necessário em nossa análise. Apenas visamos mostrar o modo como compreendemos o cotidiano em nossas investigações, o que, evidentemente, influencia em nosso olhar sobre o fenômeno em questão. Assim, temos que a concepção de cotidiano dos três estudiosos citados varia muito de uma pra outra. Exatamente por isso nos desperta interesse, uma vez que vemos sentido em todas, todas são pertinente embora imersas a limitações, tanto de potencial da categoria quanto de potencial de análise.

Heller (2008) compreendia o cotidiano, para todos os fins, a partir de uma perspectiva particular e genérica, como uma “vida cotidiana em geral”. Na vida de todo homem e na vida do homem todo. Assim, compreende que a alienação encontra-se na cristalização dos processos, estando o cotidiano entregue a alienação.

Desse modo, compreende que cotidiano é a vida do indivíduo e o indivíduo é sempre ser particular e ser genérico. Ainda compreende que a alienação ocorre quando os processos se cristalizam, assim para essa autora o cotidiano é a categoria que “se presta à alienação”, sendo a alienação para autora tratada como uma condição onde produção está estancada de produção consciente.

Já a concepção de Netto e Carvalho (2012) quanto ao cotidiano é bem diferente, a autora entende a vida cotidiana como aquela de todos os dias. Concebe o cotidiano a partir da noção dos gestos mecânicos e automatizados, com ações que não são dirigidas pela consciência. Ou seja, em outras palavras, as práticas cotidianas não são pensadas, são mecanizadas e os indivíduos apenas reproduzem seus comandos. Seria portanto, uma lógica de imediatividade.

José de Souza Martins (2013), por sua vez, é o terceiro autor que elencamos por também considerarmos suas colocações bem interessantes. Assim, para o autor, o cotidiano é a mediação das construções históricas e da humanização do ser. Considera que a história ao ser vivida é decifrada no cotidiano, é nesse cotidiano pensado e das mediações que se estabelece a vida, para o autor.

Em suma, consideramos importante essa breve síntese expondo concepções completamente distintas sobre um mesmo tema. Isso, porque conforme já indicamos, as três concepções nos parecem complementares e indissociáveis, embora a primeira vista se neguem mutuamente. Mas, o que nos serve de valia é o fato de que compreendemos o cotidiano sob uma perspectiva em que se presta a

alienação cristalizada apontada por Heller, mas que também é por vezes mecanizado, automatizado e do imediato como na visão de Netto e Carvalho e, por fim, também o das mediações históricas e vividas de Martins. Entendemos que todas essas concepções se expressam no real e fazem parte de verdadeiro do mundo. É sobre essa base conceitual que voltamos nosso olhar para o trabalho feminino e de suas particularidades gerais, compreendemos o cotidiano alienado, mecanizado, do (i)mediatos, é sobre essa complexidade que introduzimos as noções de espetacularização desse cotidiano.

O que queremos com isso é lançar um olhar mais comprometido e refinado sobre o trabalho das mulheres como um todo, a partir de sua condição de *ser* no mundo. E a partir também de uma perspectiva mais particular sobre nossa empiria, onde o cotidiano das mulheres trabalhadoras da COOPA-ROCA é alienado / por vezes mecanizado e automático, sem reflexões maiores e mais aprofundadas sobre suas práticas / também é das mediações e da libertação das amarras. É no cotidiano que se erguem as pseudoconcreticidades, mas é também nele que são rompidas e ultrapassadas. Sendo tanto o cotidiano quanto as pseudoconcreticidades, absolutamente espetacularizados.

Nesse contexto, e concomitante a isso, entendemos que todos os espaços estão submetidos a espetacularização, estamos aqui evidentemente fazendo menção aos estudos propostos por Guy Debord (1997). Assim, a vida em sociedade é um acúmulo de espetáculos, segundo os termos do próprio autor. Em que tudo que se vive é consumido por representações. Esse espetáculo que o autor se refere, não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas que é mediatizada por imagens.

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências organizadas socialmente, que devem, elas próprias, serem reconhecidas na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível. (DEBORD, 1997, p. 11)

Desse modo, ainda segundo Debord (1997), o processo que levou a sociedade a conceber uma lógica de vida onde impera a dominação do econômico sobre o social conduziu as relações humanas a práticas em que predominam as aparências. Assim, é exatamente em toda esta trama que o trabalhador não produz para si

próprio, é homem produzindo para desfrute de Outros. Desse modo, conjuga-se que o homem alienado daquilo que produz se vê estanco a sua produção e a ela estranho, exatamente o que ocorre no caso das trabalhadoras que são foco de nossa observação, vero produto pronto não significa ser ver nele. Assim, ainda que durante as entrevistas cooperadas tenham indicado que viam o produto pronto, ainda assim são estranhas a esse produto, buscando de todas as formas se enxergarem naquilo que foi concebido, pensado, montado e estruturado por Outros, cabendo a elas o árduo trabalho de execução, o produto lhe é estranho do momento da produção a ‘finalização’ do processo. Como se ver em algo que nem sequer se pode ter acesso?

#### **4.1.2. O oportunismo mascarado de benesse: apontamentos sobre uma cooperativa especificamente ‘de mulheres’ e ‘na Rocinha’**

As questões anteriormente levantadas constituem a base teórica que nos fundamentamos para lançar nossa visão sobre o mundo. É importante acrescentar a esse contexto o fato de que, conforme já indicamos em outros momentos nessa investigação, a COOPA-ROCA desde sua origem trabalha com produtos artesanais e de costura, para decoração e para vestuário. Esses produtos, no entanto, apresentam algumas particularidades, como por exemplo, a aplicação de técnicas tradicionais nordestinas, como fuxico, o bordado, o nozinho, o patchwork, os trabalhos em renda. A COOPA-ROCA carrega, portanto, mais um símbolo incorporado a seus produtos que é a assinatura das técnicas tradicionais nordestinas, um trabalho muitas vezes todo feito manualmente, de modo muito bem aprimorado e de alto valor agregado.

É nesse sentido que se coloca uma grande preocupação, que gira em torno dos riscos de desaparecimento dessas técnicas. Não apenas pelo fato dos mais jovens não terem interesse (conforme já apontamos), mas também em decorrência de atividades como as desenvolvidas pela COOPA-ROCA que acabam impondo as condições do capital, de modo que as técnicas tradicionais frente às exigências, moldes e normatizações do mercado provavelmente serão modificadas com o tempo. Temos, portanto, que as técnicas de costura empregadas exercem uma força sobre a importância dos produtos, garantindo-lhes um perfil de produto especial,

diferenciado e único. Muitos tapetes podem ser comprados em vários lugares por todo o mundo, mas você só pode comprar um tapete de fuxico vendido por uma cooperativa e feito por mulheres nordestinas moradoras da favela da Rocinha na COOPA-ROCA. É um tapete único. É essa a condição de espetacularização do cotidiano dessas mulheres.

Além disso, é fundamental destacar que essas técnicas são aprendidas no espaço privado, no núcleo doméstico, sendo passadas de mães para filhas. Ainda tendo conotação de meras habilidades femininas. Contudo, cada vez mais os jovens perdem o interesse pelas técnicas. Assim, aponta a passagem abaixo.

[...] muito desses saberes artesanais são perdidos pela falta de interesse da população jovem e a migração para os centros urbanos. Nos dias atuais a modernização de tecidos, rendas e bordados aliados a tecnologia industrial contribuem para a manutenção, diversidade e descartabilidade da indústria da moda, cada vez mais importante na legitimação de valores, e distinção de classes. Com a migração, há uma população vivendo em favelas e bairros operários nos grandes centros urbanos que guarda essas técnicas, porém não produz, acarretando em uma grande perda desse trabalho criativo e de certa forma regional. (GUIMARAES, 2010, p.48)

Dada a importância das técnicas tradicionais nordestinas para essa discussão, temos uma necessidade de contextualizar, ainda que brevemente, como se deu essa chegada de nordestinos na Rocinha, notadamente entre as décadas de 1950 e 1970 em decorrência dos processos referente ao auge da industrialização no país. Para tal, é preciso de antemão compreender que esse processo ocorreu acompanhado de um outro maior de migração de nordestinos para a região sudeste mais amplamente. Do contingente que chegou no Rio de Janeiro, boa parte se dirigiu para as favelas, o espaço que era possível para a sua reprodução, e nesse processo, muitos foram para a favela da Rocinha, que ao longo dos anos cresceu vertiginosamente tanto populacional quanto espacialmente. Assim, muitas famílias chegaram na Rocinha e conseguiram de instalar, criar seus filhos, sob uma situação de pobreza, precariedade, de um cotidiano muito penoso, sem nenhum apoio ou auxílio, completamente destituídos de seu direito à cidade, sendo a cidade para eles uma armadilha. Apresentavam a condição perfeita para os interesses plenos do capital, a submissão e obediência a qualquer preço. E, nesse caso, o preço era bem baixo.

O curioso no que se refere ao produto da cooperativa é que enquanto outras técnicas artesanais e manuais são consideradas pelo imaginário social como de baixo valor agregado, o produto da COOPA-ROCA não confere essa conotação,

pelo contrário, trata-se de um produto de alto valor agregado, muito em decorrência das parceiras firmadas pela cooperativa.

É como se seus modos, seus hábitos, seus jeitos, seus gostos, seus desejos, suas ambições, suas vidas fossem vendidos junto de cada produto. Ainda que fosse um produto estranho às suas produtoras. Toda sua condição de vida é vendida junto com aquele produto, quem o consome, consome junto a Rocinha e as mulheres trabalhadores e assim faz questão de mostrar as glórias de seu produto único. O que não se mostra junto é a condição de exploração a qual as trabalhadoras são submetidas, completamente enganadas e envoltas em alienações e em pseudoconcreticidades, tendo seu cotidiano absolutamente espetacularizado e vendido, e o seu trabalho reificado.

Assim, temos que a espetacularização e o fetichismo adentra na mercadoria levando a crer equivocadamente que ela tem um valor em si. Com isso, ignora o fato de que as mercadorias contêm o produto do trabalho humano. Assim,

Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma **fantasmagórica** de uma relação entre coisas. [...] É o que acontece com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias (grifo nosso) (MARX apud SILVEIRA E FREITAS, 2007, p. 69)

É nesse contexto que Silveira e Freitas (2007) se detem ao conceito de reificação e afirmam que

Nesse aspecto, detém-se o conceito de reificação (o processo de tornar coisa), que se refere ao processo de transformação de todas as relações em relações entre coisas, mais precisamente à expansão da mercantilização a todas as esferas da vida. A essência da estrutura mercantil, das condições sociais e econômicas do capitalismo moderno, é o fato de uma relação entre as pessoas assumir um caráter de “coisa”, uma objetividade ilusória, dotada de uma lógica própria, que esconde seu aspecto mais fundamental: seu aspecto de relação social. (SILVEIRA E FREITAS, 2007, p. 70)

Além disso, acrescenta que

Segundo Lukács (1969), a mercadoria só pode ser entendida em sua essência “como categoria universal do ser social total”, que define não só a evolução concreta da sociedade, mas também a consciência das pessoas a respeito desta. A consciência está submetida às formas da “coisificação” (reificação). O resultado da relação mercantil é que a relação entre pessoas permanece escondida, e o que vemos em seu lugar é a **relação fantasmagórica** entre coisas que parecem se mexer sozinhas – as mercadorias e seu movimento no mercado. Isso transparece hoje na forma como a questão da pobreza é abordada nos discursos das instituições financeiras multilaterais: como um problema objetivo, desconectado das políticas dessas mesmas instituições, a ser reduzido ou erradicado como uma doença. Essa **naturalização** e criação de um objeto de lógica interna independente oculta o caráter

mais essencial da pobreza – não uma relação de bens, mas uma relação desigual e opressiva entre pessoas. O fenômeno de reificação separa as pessoas de sua própria atividade: nosso trabalho e, por extensão, nossa ação no mundo nos parecem constantemente dominados por leis alheias, as leis de circulação das coisas no mercado. (SILVEIRA E FREIAS, 2007, p.70, grifos nossos)

Podemos aqui retomar as proposições que desenvolvemos no capítulo 2, através dos estudos de Mészáros (2006) em que o autor aponta para o problema da autotranscendência da alienação, ressaltando que, para além da alienação do trabalho, há também uma alienação política, social, cotidiana, da vida, da condição humana. Assim, conforme vimos e agora devemos retomar para não perder nosso fio condutor, “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz.” (MARX, 2008, p.80). Disso tiramos que essa reificação ou coisificação significa em outras palavras a desvalorização da vida humana. A alienação do trabalhador no/do seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica ao próprio trabalhador.

Assim, para as vias de fato e linhas gerais do que pretendemos aqui discorrer, temos que frisar de modo bem simples e direto que a mercadoria produzida pelas mulheres da COOPA-ROCA no final de sua produção é algo estranho às suas criadoras, não lhes confere identidade. É de fato um produto estranho, pensado, montado, criado, desenhado, moldado por Outros, cabendo a elas “apenas” a execução do serviço (apenas entre aspas, porque de fato consideramos essa a etapa mais árdua da produção, que é o trabalho em si). Então, temos que essa mercadoria estranha às mulheres moradoras da Rocinha é comercializada e vendida, não apenas nos limites nacionais, mas cruza o oceano e vai para as passarelas europeias.

Pois bem, essa mercadoria ainda assim é impregnada de significados do trabalho aplicado e carrega seus símbolos junto no processo da venda. Ou seja, junto com o produto vendem-se as mulheres, a Rocinha, o cooperativismo. Tudo que envolve o imaginário por detrás das mercadorias a acompanha no momento da venda. Assim, se em algum momento de sua história, a cooperativa de fato teve o intuito de proporcionar a emancipação de suas integrantes, lhes garantindo melhores condições de vida, auxílio, apoio, suporte, o fato é que só o fez no

discurso. Ficou limitada ao discurso, não atingindo nem de perto as práticas e as ações.

Sendo assim, serviu apenas para ‘esvaziar’ os discursos (conforme veremos melhor mais adiante) tirando de contexto e colocando sob julgo de práticas que em nada favorecem a libertação ou emancipação efetiva dessas mulheres. Não se libertam pelo dinheiro e questão financeira, porque a cooperativa paga mau pelo serviço. Não se libertam por poder desenvolver seus afazeres domésticos, porque continuam presas aos espaços que lhe são impostos socialmente. Não se libertam pelo aprendizado e conhecimento, porque embora tivessem aulas na cooperativa, ainda assim eram aulas pontuais para aprender algo bem específico de uma exigência do contratante, não se tratava de um ensino para emancipar. Portanto, todas essas máximas que foram ao longo dos anos adotadas pela cooperativa apenas serviram para esvaziar a vida das trabalhadoras mais ainda de sentido. Se não tivessem o paliativo da cooperativa, poderiam de algum modo ter percebido sua real condição e começar sua reivindicação anteriormente. Não são raros os exemplos de trabalhos parecidos com o que apontamos na COOPA-ROCA, de um modo geral, os grupos que surgem com esses jargões emancipatórios mais cedo ou mais tarde evidenciam as suas limitações em tratar o assunto. O que torna esse debate mais ainda necessário e urgente, visto que a apropriação dos discursos, é constante e multiescalar.

É no fetichismo pela mercadoria que o espetáculo se realiza, na *sociedade do voyeurismo*<sup>32</sup>, em que ideias dominantes em sociedade são as correspondentes a classe dominantes, cabendo às outras os espaços de resistência.

---

<sup>32</sup> Sugerimos ver Raoul Vaneigem (2002)

### 4.3. Entrevistando as cooperadas

Conforme podemos perceber, nossa pesquisa parte de uma análise complexa e de modo a satisfazer tal abrangência elegemos o método dialético como o que melhor contribui e possibilita uma análise aberta, ampla, geral e ao mesmo tempo particular dos fenômenos. A proposta de análise desse método e suas dimensões de possibilidades se configuram no que consideramos ideal e melhor indicado para a análise que buscamos desenvolver, apontando a nossa postura e guiando o nosso olhar. Resumidamente, tem-se que guiamos nosso olhar a partir de um método analítico de re-construção do real por *intermédio (mediações)* do pensamento e da crítica a esse próprio real. Assim, compreendemos que a dialética é a própria realidade e concomitantemente é também o pensamento, a consciência, as noções dessa realidade. Desse modo, entendemos que os processos históricos não pairam sobre os espaços, pelo contrário, são caros a ele e relacionados às suas materialidades.

Assim, sabendo que o objeto desta pesquisa são os processos associados referentes ao trabalho doméstico não-remunerado e ao trabalho em domicílio desenvolvido pelas mulheres artesãs e costureiras da COOPA-ROCA. Sendo fundamental ressaltar que nosso objeto não é a cooperativa em si; mas sim, o trabalho, o cotidiano, as condições de vida de suas cooperadas. Considerando as noções levantadas, pode-se seguir aferindo que nessa pesquisa buscamos elaborar um protocolo multimetodológico de modo a possibilitar uma pesquisa empírica de caráter qualitativo. A complexidade do tema nos leva a estruturar a pesquisa utilizando diferentes técnicas investigativas: análise textual, documental, bibliográfica, trabalho de campo, aplicação das entrevistas, transcrições e tratamento de dados. Assim, temos que a pesquisa é composta por coleta de dados secundários em fontes oficiais, em material que circula pela favela da Rocinha (jornais, revistas, sites comunitários), em dados fornecidos pela própria COOPA-ROCA. Em seguida, realizamos visitas de campo e observação participativa, elaboramos e aplicamos entrevistas com as cooperadas, depois transcrevemos.

As entrevistas foram gravadas, com a devida autorização, e depois foram transcritas para análises posteriores. É importante ressaltar que, embora encontradas algumas dificuldades, conseguimos estabelecer uma relação de confiança a ponto de a entrevistada ter total liberdade para falar sobre o que considerava pertinente. Fundamental frisar que, no que se refere à quantidade de entrevistas e de

entrevistadas, não temos o nosso foco em uma análise quantitativa e sim qualitativa.

Assim, buscamos garantir que as entrevistadas escolhidas confiassem na pesquisadora, para tal recorreremos a uma intermediária. Considerando que a pesquisadora também é moradora da Rocinha, optamos por uma *intermediária* que fosse íntima tanto da pesquisadora quanto das entrevistadas para que aumentasse, de antemão, as chances de confiança. Tendo em vista que a cooperativa em questão está passando por vários problemas administrativos e de gestão, tendo inclusive uma série de processos legais ainda para serem julgados. O ambiente de pesquisa empírica se transformou em um ambiente hostil, não havia nenhuma abertura para que se conseguisse efetivar entrevistas, pesquisas de campo, observação participativa.

As mulheres cooperadas simplesmente não aceitavam participar nem falar sobre os problemas da cooperativa. Então, tínhamos um grande desafio pela frente que era conseguir escolher um critério de análise que primando pelo qualitativo tornasse o quantitativo pouco importante. Assim, compatibilizamos uma série de critérios que julgamos pertinentes para nossa investigação a título de identificar as pessoas-chave na cooperativa, a fim de se obter as informações mais relevantes sobre o tema em estudo. E isso de fato se concretizou. As entrevistadas se mostraram mais confiantes para falar. Assim, os critérios de seleção utilizados para selecionar as entrevistadas foram:

**a)** ter vontade e querer falar sobre sua vida particular; **b)** ter vontade e querer falar sobre suas condições de trabalho; **c)** ter tempo e disponibilidade para a entrevista; **d)** ter participado de toda a história da cooperativa, tendo conhecimento sobre o seu início e seu suposto fechamento; **e)** ter participado ativamente da cooperativa; **f)** conhecer e ser conhecida pelas outras cooperadas de modo a ser uma referência sobre as outras histórias a partir de sua perspectiva; **g)** ser uma pessoa de caráter confiável de modo que suas colocações fossem igualmente confiáveis; **h)** serem pessoas de áreas diferentes na cooperativa: uma da área administrativa e outra do setor de artesãs e costureiras cooperadas; **i)** confiar na entrevistadora a ponto de falar sobre seus questionamentos mais íntimos.

Elencamos esses critérios porque:

a) É fundamental, a nosso ver, que a entrevistada tenha vontade de falar sobre a sua vida, para que possamos nos aproximar o máximo possível de seu cotidiano através das duas perspectivas, a dela (contada) e a da

entrevistadora (assistida); ambas atendiam a esse critério.

- b) É fundamental, a nosso ver, que além de falar livremente de sua vida, a cooperada também tivesse vontade de falar sobre seu trabalho e sua vida profissional, tanto no tempo em que pertenceu a cooperativa quanto em outros momentos, de modo a perceber como ocorre o *trabalho feminino* em suas vidas particulares; ambas atendiam a esse critério.
- c) É fundamental, a nosso ver, que a cooperada tenha tempo para a entrevista, isso porque precisávamos que pudessem falar abertamente sem a preocupação com o tempo ou com outras obrigações que tivessem, então garantimos que fosse em um horário e local cômodo para as cooperadas, assim sendo as entrevistas foram realizadas no atual local de trabalho das mulheres que é a creche ASPA<sup>33</sup> também situada na Rocinha que tem por atividade o trabalho de mulheres que cuidam de crianças para que outras mulheres possam ir trabalhar. O interessante nesse sentido é perceber que essas antigas cooperadas da COOPA-ROCA continuaram desenvolvendo trabalhos de cunho social ou voltados para os próprios moradores da Rocinha, ambas inclusive apontaram isso em conversas extra-entrevista afirmando ter conhecimento inclusive de outras ex-cooperadas que também passaram a desenvolver outros trabalhos sociais.
- d) É fundamental, a nosso ver, que a cooperada tenha participado de boa parte da história da cooperativa, isso porque consideramos fundamental a perspectiva da cooperada quanto ao desenvolvimento histórico da cooperativa de modo a perceber como perceber e concebem o fracasso dessa história e o fracasso do discurso que lhes prometia a emancipação; assim escolhemos duas cooperadas que atendiam a esse critério.
- e) É fundamental, a nosso ver, que a cooperada tenha participado ativamente da cooperativa, pois precisávamos entender como ocorria a real condição de trabalho dessas mulheres sob um discurso de libertação. De modo a

---

<sup>33</sup> A Ação Social Padre Anchieta (ASPA) é uma creche presente na favela da Rocinha para fins sociais. Foi criada nos anos 1960 fruto de ações de membros da igreja católica local associados a moradores. “O projeto surgiu com mães crecheiras, pessoas que não tinham aonde deixar seus filhos, e se organizaram para cuidar das crianças, enquanto as outras mães iam trabalhar. Com o passar do tempo, a creche cresceu acompanhando o progresso da sociedade e se adaptando as exigências legais para funcionar” Fonte: [http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=exibePublicacao&cod\\_Canal=12&cod\\_Publicacao=96](http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=exibePublicacao&cod_Canal=12&cod_Publicacao=96)

tentar compreender se o discurso bradado por quem comanda a cooperativa de fato se efetiva no cotidiano dessas mulheres e de como essa relação acontece no âmbito de um trabalho em cooperativa. As duas cooperadas escolhidas atendiam a esse critério.

- f) É fundamental, a nosso ver, que a cooperada seja participativa e tenha relações de afinidade com outras mulheres da cooperativa para que em determinado momento pudessem aferir sobre a sua perspectiva quanto a vida das outras mulheres, tanto as que estavam em igual condição de função quanto as que estavam hierarquicamente acima ou abaixo em nível de importância. As cooperadas escolhidas atendiam a esse critério.
- g) É fundamental, a nosso ver, que a cooperada tenha boa índole para que suas informações sejam consideradas fidedignas. Assim, escolhemos duas cooperadas a partir de um contato de confiança e de conversas prévias, tivemos a certeza de que seriam aquelas as duas cooperadas escolhidas.
- h) É fundamental, a nosso ver, que a pesquisa compatibilize duas perspectivas diferentes quanto ao trabalho que era desenvolvido. Assim, atendendo a esse critério A primeira cooperada (que chamaremos aqui de **cooperada A**) trabalhou como gerente administrativa da cooperativa durante 16 anos, era responsável por toda área administrativa da cooperativa, junto com a coordenadora, inclusive, ao longo da entrevista (conforme veremos a seguir em trechos e também pode ser encontrada na íntegra nos anexos) mostra não se considerar uma cooperada, colocasse claramente como se pertencesse a uma outra área da cooperativa que fosse de nível superior ao das cooperadas. A segunda cooperada (que chamaremos de **cooperada B**) se mostra como o outro lado (embora não seja), a outra perspectiva, a outra visão e percepção sobre a mesma condição de trabalho posta de maneira diferente sobre os grupos e como a percepção do mundo nos convida de formas diferentes à ação. Não entendemos aqui que as duas cooperadas representam efetivamente dois lados, uma vez que ambas são de famílias nordestinas, moram na Rocinha, são artesãs e costureiras, trabalham com a área social, são mulheres de baixa escolaridade, de baixo nível social/renda, tiveram mães que eram artesãs e costureiras e que, ambas, trabalharam na COOPA-ROCA participando do momento de sua fundação, então são

mulheres que viveram de fato da cooperativa e se mostram como nosso principal contato direto com a empiria, sua condição de sujeito-foco é considerada por nós como muito oportuna.

- i) É fundamental, a nosso ver, que a entrevistada confie na pesquisadora, isso para que não haja situação de timidez ou constrangimento para que se evitasse, ao máximo, interferências que pudessem modificar a fala das entrevistadas. As entrevistas escolhidas passaram a confiar na pesquisadora ao longo da investigação e na entrevista se mostraram absolutamente livres, abertas e confiantes na pesquisadora.

Assim, atendendo a esses critérios que julgamos como pertinentes e de fundamental importância, conforme já indicamos, escolhemos duas cooperadas para a entrevista semi-estruturada. As cooperadas escolhidas atendiam a todos os critérios que elencamos anteriormente e se mostraram como as mais indicadas a nossa entrevista. Outras cooperadas também foram cogitadas, mas no decurso investigativo deixaram, por razões diversas e adversas, de obedecer algum dos critérios estabelecidos e precisávamos que todos os critérios fossem atendidos.

Então, as entrevistadas se mostraram interessantes para o bojo de nossa discussão, por permitir e fazer valer o nosso método (dialético) do real-concreto-materialidade para a teoria complexamente e dialeticamente, pois compartilhavam de condições de vida e práticas semelhantes às demais mulheres da cooperativa. Assim, quanto às entrevistadas, ambas eram muito conhecidas na cooperativa e também na Rocinha de um modo geral, por trabalharem com a área social; são de famílias nordestinas e suas mães eram artesãs e costureiras, as mulheres inclusive aprenderam a profissão com suas mães, no núcleo familiar; eram as duas muito participativas, por mais que a cooperada B dissesse que não participava muito, o fato é que das cooperadas que efetivamente trabalhavam e faziam algumas produções, consideramos ela participava bastante das atividades da cooperativa e que inclusive se colocava muitas vezes contrária ao comando da coordenação. Consideramos que isso foi uma vantagem na escolha dessa cooperada em detrimento das demais.

A escolha por entrevistar “apenas” (com uso das aspas porque consideramos que o ser é múltiplo em vida e, portanto, partilhador dessa multiplicidade, sendo complexo, sendo muito e não pouco, sendo “além” e não “apenas”) duas cooperadas se deve a fins de facilitar o andamento da pesquisa e garantir que as entrevistas são

de fato indicadas e compatíveis com as exigências aqui empregadas. Assim, não nos atemos ao número de entrevistadas, buscamos apenas perspectivas diferentes e optamos pela visão da gerente administrativa (segundo cargo mais ‘importante’ da cooperativa, tendo em vista que não conseguimos entrevistar a coordenadora que era quem tomava as maiores decisões e organizava a cooperativa, veremos que será bastante citada nas entrevistas – com seu nome e identidade preservados, evidentemente, para todos os fins desse trabalho); e, além da gerente administrativa, nos interessamos pela perspectiva de uma cooperada artesã e costureira de fato da cooperativa, a que tinha que obedecer as ordens. São mulheres que, olhando fria e genericamente, apresentam muitas semelhanças e diferenças (salvo todos os cuidados da má interpretação aqui). Mas evidentemente o que chamamos de diferenças e semelhanças, de fato, não o são. Porque são condições incomparáveis. O que se pode aferir portanto que compreendemos o ser mulher aqui, como o ser múltiplo, o ser não-fixado, não-previsível, não-limitado (embora também o seja), imprimindo sua ação e deixando sua marca no espaço de formas diferentes, muitas vezes sob situações parecidas age diferentemente, outras agem de forma parecida, mudam ainda que pensem que são imutáveis e decididas, mudam com o espaço, com lugar, com o tempo, com a vida e ao longo da vida.

Não nos interessa o quantificado (embora também tenha importância e pertinência), o numérico, por isso não nos atemos a entrevistar mais cooperadas, acreditamos piamente que as entrevistas desenvolvidas nos fornecem material de profunda abrangência sobre o tema e guiou toda essa investigação. Foi na entrevista que a pesquisadora percebeu o que viria a ser o fio-condutor desse trabalho: justamente o fato de que quando nos referimos ao trabalho feminino temos muitos discursos que o permeiam e que camuflam sua real condição. Assim, na entrevista, a pesquisadora percebeu a partir da aproximação que os discursos propostos não se efetivam.

E com esse embasamento teórico construímos nossa investigação sendo guiados e podendo nos deparar com as pseudoconcretidades que se ergueram em nossa frente, sendo necessárias mediações, teoria, leitura e com nossos autores interlocutores buscando ultrapassá-las. Assim, nos propusemos a desvendá-las a ponto de perceber que esses discursos que parecem libertar, na verdade, só contribuem para o aprisionamento feminino. Assim, esse nosso fazer investigativo nos evidenciou o quanto as mulheres permanecem sendo exploradas e submissas

não percebendo sua real condição de prisioneira.

Sendo assim, temos que a cooperada A sempre teve conhecimento da cooperativa desde o seu início e trabalhou como gerente administrativa durante 16 anos, foi a cooperada com mais tempo de trabalho e em uma função altamente envolvida com todas as atividades da cooperativa, conhecia todo o esquema de funcionamento, representa para nós o que chamaremos aqui por *área de comando da cooperativa*. A cooperada B também sempre teve conhecimento da cooperativa desde o seu início. Sua mãe foi a fundadora do que entendemos aqui como uma *real cooperativa*, por assim dizer. Porque consideramos que as atividades que as mulheres desenvolviam antes quando se juntavam para fazer reciclagem de produtos, ainda que não tivesse a projeção e repercussão do que viria a ser a COOPA-ROCA, ainda assim tinha atividades cooperativistas mais reais e verdadeiras do que as que viriam a ser desenvolvidas posteriormente (conforme pudemos observar no tópico 4.1. sobre o histórico da cooperativa).

Essa entrevistada foi escolhida, em boa parte, por ter visto a cooperativa nascer em seu quintal e depois ir desfilando seus produtos em passarelas na Europa. Assim, definitivamente, consideramos que a escolha das entrevistadas foi absolutamente satisfatória e conseguimos desenvolver as entrevistas sem interferências que pudessem gerar qualquer constrangimento.

As entrevistas foram feitas no atual trabalho das mulheres, a creche ASPA, situada também na favela da Rocinha. Optamos por deixar a execução das entrevistas para os últimos momentos de nossa investigação, por dois motivos o primeiro foi o da dificuldade de encontrar e de escolher as entrevistadas ideais dentro dos nossos critérios, muita mulheres não aceitaram participar em decorrência do momento de turbulência que passa a cooperativa, conforme já apontamos. Outro motivo foi pelo próprio fato de ao estender a data das entrevistas poder ter mais tempo para conversas extra-entrevista, que foram decisivas para o estabelecimento da confiança mútua entre entrevistadas e pesquisadora.

Dito isso, temos que, por ordem de execução, as entrevistas foram realizadas nos dias 1 e 9 de fevereiro. No primeiro dia entrevistamos a cooperada B, no segundo a cooperada A – invertemos a ordem simplesmente devido a fins analíticos de modo a primeiro dissertar sobre a perspectiva da gerente e depois a da artesã. Fizemos as duas entrevistas em uma mesma sala, fechada, apenas com a presença da apresentadora, da entrevistada e de nossa intermediária, que era de fundamental

importância, pois representava a sustentação da confiança; confiavam na intermediária e por consequência na pesquisadora, sentindo-se seguras para falarem livremente.

Cabe ressaltar, neste momento, que esta técnica investigativa de aplicação de entrevistas, o *survey*, não substitui a observação participante como recurso metodológico, mas lhe é complementar. A interpretação dos dados coletados a partir dos *surveys* compreende que a vida em sociedade ocorre em sua complexidade, em suas produções e reproduções, e não como uma relação de causa e efeito. Assim, não se trata de fazer entrevistas buscando chegar em uma conclusão ‘A’ ou ‘B’, mas sim de a partir das entrevistas compreender ou ter uma outra visão acerca da vida dessas mulheres. Definitivamente não estamos à procura de conclusões cartesianas. É nesse sentido que buscamos compreender como as ações da cooperativa mudaram, se é que mudaram, a vida das mulheres participantes, reconhecendo que são mulheres dotadas de particularidades, com históricos de vida, cotidianos, práticas, ideais, opiniões, símbolos e significados próprios e múltiplos.

Sendo assim, podemos agora dar sequencia introduzindo diretamente alguns trechos dessas entrevistas que consideramos de muita valia para o arcabouço de nossa investigação. Dividiremos em dois tópicos, um destinado a cada cooperada.

#### 4.3.1. Cooperada A – “A cooperativa ficou entre dois mundos”

<p><b>Idade:</b> 40 anos  <b>Estado Civil:</b> Casada  <b>Filhos:</b> 1 filha</p>
---

Iniciamos a pesquisa com perguntas mais gerais sobre o trabalho na cooperativa, de modo abrangente, para que a entrevistada falasse a vontade sobre seu cotidiano no trabalho e em casa e seus primeiros momentos na cooperativa, o modo como acompanhou sua historia e desenvolvimento. Assim sendo, tivemos que:

**Onde mora? Há quanto tempo?**

Moro na Rocinha mesmo. Desde que eu nasci. Nasci e me criei aqui.

**Há quanto tempo trabalhou ou trabalha na COOPA-ROCA?**

Eu trabalhei na COOPA-ROCA, entrei na COOPA-ROCA em setembro de 1999 e a cooperativa ela está desativada tem uns dois anos. Na verdade, é porque ela está com algumas questões... é... dívidas, com impostos e ai elas não conseguem sair dos problemas. Ai está desativada tem uns dois anos.

**Então nenhuma cooperada está em atividade?**

Por falta até de trabalho mesmo...

### **Como teve conhecimento sobre COOPA-ROCA?**

Bem, eu trabalho em Copacabana, aí fiquei sem trabalho, aí uma pessoa, que eu comecei a trabalhar com ela, era artesã da cooperativa e minha mãe também era da cooperativa. E aí estava precisando de uma pessoa na parte pra receber a produção das artesãs, anotar, na parte mais administrativa. Aí elas falaram “ah, a [cooperada A], chama a [cooperada A] porque ela é organizada.” (risos) Aí me chamaram. A coordenadora na época me chamou e eu comecei a trabalhar, eram três meses para um projeto, mas eu acabei ficando lá 16 anos.

### **E qual era a sua função?**

Eu era gerente administrativa.

### **Você teve conhecimento da cooperativa, foi até lá e começou a trabalhar? Como foi isso?**

É... Aí eu cheguei lá, conheci nessa época as artesãs, algumas artesãs que eram fundadoras da cooperativa. Então tinha umas 20 ou 25 artesãs quando eu entrei. E aí durante os anos a cooperativa foi focando em fazer parcerias comerciais pra vender os retalhos, as bolsas. Tinham que vender pra poder a [coordenadora] pagar elas. Então era muito ruim, ficar devendo dinheiro, porque às vezes vendia, às vezes não vendia, aí ficava às vezes a pessoa sem receber. Em 2000 ou 2001 mais ou menos, que eu não estou recordada, a coordenadora lançou uma exposição chamada Retalhar, chamou estilistas, designers, enfim fez uma parceria com eles pra montagem das peças. Aí foi lançada, teve a exposição, foi lá no Parque das Ruínas e a partir dali começou a fazer algumas produções pra marcas, parceria comercial mesmo. Aí ficou interessante, porque eles mandavam a ordem de produção, as artesãs produziam, entregavam, eles pagavam, não precisava ficar esperando vender pra pagar. Dá conforme foi passando os anos a cooperativa acabou ficando com 100 artesãs. Mas aí depois de uns anos ela começou a ter problemas, na verdade, na parte da gestão, porque não pagava impostos, porque não dava pra se manter e aí começou a de uma bolinha virar uma bola de neve até que parou.

### **E você começou a trabalhar porquê? Por causa da sua família? Por causa da necessidade ou o quê?**

Olha, eu sempre trabalhei desde pequena eu trabalhava. Eu vendia bala ali, num tem a passarela? Então... Tinha uma barraquinha que eu ajudava minha tia que era comerciante. Aí eu ficava lá de bobeira, ela disse assim “ah, vou comprar umas balas pra [cooperada A] vender.” Aí eu tinha, sei lá, uns 12 anos, 11 ou 12 anos. Aí, minha mãe acabou acabando com a barraquinha. E eu sempre ajudei minha tia no comércio. Depois fui trabalhar com carteira assinada em lanchonete. Depois fui trabalhar pra ser vendedora em uma loja em Copacabana, que uma vez vendedora eu descobri que minha vocação não é essa (risos). Pedi demissão em dois meses. E aí eu tava parada e falaram “vai lá, [cooperada A]” e eu como gosto de artesanato, aí pensei não estou fazendo nada, então eu vou, né? Fui e gostei. Foi muito bom assim, esses 16 anos trabalhar com as mulheres, ouvir as histórias delas...

### **Qual a importância que o trabalho da COOPA-ROCA teve na sua vida? Pode ser pessoal, profissional...**

Profissional... Bom, eu trabalhava lá, trabalhei 16 anos, a cooperativa não assinou minha carteira, só nos três últimos anos. **(Pesquisadora: Não tinha nenhum vínculo empregatício?)** Não, eu virei funcionária, sem minha carteira assinada, sendo que a cooperativa não tinha condições de assinar, mas eu gostava de lá e fui ficando. As artesãs são cooperadas, elas ganhavam por produção. Tinha uma coordenadora que tomava conta, junto com a diretoria da cooperativa, tanto que a diretoria eram as próprias artesãs e elas não tinham conhecimento técnico nenhum. Quem administrava na verdade era a [coordenadora], ela que passava para as mulheres o que estava sendo feito, o que era pra fazer e tudo mais. Porém, elas não entendiam, não tinham escolaridade, umas tinham até a 3ª série ou a 4ª série, elas não tinham... Então, a [coordenadora] explicava e elas tipo “ta bom, eu tô trabalhando então ta bom”. Agora, foi enriquecedor pra minha vida ter o contato com

essas pessoas, eu gosto de ouvir as pessoas, sentar, observar e aí eu acho que eu treinei mais ainda essa minha parte. E eu aprendi muita coisa na parte administrativa, lá a gente tinha que fazer, não tinha ninguém pra fazer a gente fazia e acabava aprendendo, tinha que aprender fazendo. Eu viajei pra alguns lugares a trabalho, conheci alguns lugares, foi bom.

**Você viajou a trabalho? Acompanhando a produção? Como foi?**

Isso. A gente foi pra Londrina no Paraná, porque a gente ia fazer um trabalho lá com outras artesãs, aí fomos eu e mais três artesãs pra lá. Aí a gente foi pra Paris fazer um desfile com ‘O ano do Brasil em Paris’, lembra? Aí fomos fazer o desfile, fomos eu e mais três artesãs também e a coordenadora sempre estava acompanhando. Aí depois fui pra Bahia pra conhecer outro empreendimento social, grande, pra conhecer... **(Pesquisadora: Essas viagens com o dinheiro da cooperativa?)** Na verdade, eram projetos né?! Na hora de fazer uma exposição elas já incluíam passagem, essas coisas... **(Pesquisadora: E essas exposições eram da cooperativa ou eram contratadas?)** Eram da cooperativa, a gente que fazia as peças, montava, viajava levando o produto pronto... **(Pesquisadora: Nessas exposições não era uma parceria com uma marca ou um trabalho encomendado?)** Teve exposição, como essa Retalhar, que as peças a gente produzia, mas quem desenhava era um arquiteto, um designer, mas assim, o produto, tudo que foi feito nela foi a gente que fez. Eles falavam “eu quero em tal linha” mais ou menos, mandava foto do desenho e a gente criava.

Assim, nesse primeiro momento, podemos perceber a perspectiva da cooperada A quanto a todo processo de trabalho que desenvolveu durante 16 anos e ainda a história da cooperativa contada sob o seu olhar. Um olhar muito oportuno dada sua unicidade, por ser, conforme já apontamos, de família nordestina, moradora da Rocinha, artesã e costureira, filha de cooperada, mas que na cooperativa fazia as vezes de funcionária e precisava adotar e aplicar o que lhe era obrigatório. Por isso trata-se de um olhar único.

A partir disso, seguimos a entrevista tentando então compreender como ocorria a relação da gerente com as demais cooperadas (ainda que a gerente não se denomine e não se reconheça como cooperada isso era no sentido a desenvolver trabalho de artesanato e costura, mas no contexto geral, era evidentemente uma cooperada). Também buscamos compreender como era a relação entre cooperadas e contratantes (questionando se havia relação). Assim sendo, tivemos:

**Então, as mulheres produziam, mas a criação na maior parte das vezes era de alguém de fora?**

Sim, porém, na minha visão era dos dois. Porque você desenhar e produzir; pra você dar e uma artesã pegar uma agulha de crochê e transformar aquilo, aí é outra história. (risos)

**Você acha que as artesãs tinham liberdade pra poder dar algum palpite, opinar nessa produção?**

Então, elas davam ideias até pra melhorar o trabalho delas. Porque se chegasse lá e falasse “eu quero esse ponto” e elas viam que não tinha condições, aí elas falavam “não, mas esse ponto não é adequado, tem que ser outro”. Mas pra criar uma peça do começo ao fim da cabeça delas não.

**De que forma você se via inserida na cooperativa? No seu trabalho? Tinha liberdade para trabalhar? No quê que a sua função era importante ali?**

Eu tinha liberdade. Até porque eu era próxima a coordenadora. Eu gosto muito dela até hoje e das artesãs também. Então, eu acaba ficando entre as duas. Porque a [coordenadora] é uma pessoa enérgica e aí quando ela falava “tem que fazer assim, assim e assim”, quando eu passava isso para as artesãs eu tinha que passar às vezes de uma forma mais ‘facinha’, entendeu? Eu ficava entre os dois assim. Então trabalhar 16 anos assim eu já estava era cansada (risos). E a gente sempre trabalhou bem assim, mesmo com esse contraponto da relação das artesãs com a coordenação.

**Então, qual é a sua relação particularmente com as outras cooperadas? Você acha que existia uma hierarquia muito forte ou não? Elas participavam bem da cooperativa?**

Então, sempre tinha uma reunião mensal, mas elas não entendiam. Eu sentia isso, entendeu? Elas não entendiam. Não tinham uma visão, só estavam ali naquele mundo ali pequenininho, elas não tinham visão. Já a nossa coordenadora tinha, é uma pessoa super articulada, então ela via uma cooperativa no futuro, via há 10 anos como a cooperativa iria estar. Então, é muito difícil você ter um grupo com uma capacidade técnica enorme, mas sem conhecimento e ter uma pessoa com a visão os contatos tudo. Eu sempre falei que a cooperativa tinha duas pernas a coordenação e as artesãs, quando uma das pernas falhasse alguma coisa ia dar errado e foi o que aconteceu.

**Você acha que as outras cooperadas moravam perto da cooperativa e perto da sua casa?**

Não, não. A cooperativa é na Rua 1, tinha artesãs de toda Rocinha. Tem gente daqui debaixo, gente da Rua 1, de todos os lugares, era aberta.

**Mas era fechada para moradores da Rocinha apenas? E só para mulheres?**

Isso, só para moradores da Rocinha. Só mulheres.

**Você acha que a maioria das cooperadas eram da Rua 1?**

Quando eu iniciei era só da Rua 1. Aí quando teve uma quantidade maior a gente começou a fazer divulgação mais ampla e as pessoas foram aos pouquinhos conhecendo.

**E você mora na Rua 1?**

Não, eu moro aqui embaixo na Cidade Nova.

**Então, elas moram perto da sua casa as cooperadas? Tem alguma vizinha?**

Tem, a mais próxima eu vou pra casa dela em 5 minutos andando.

**Mas você conseguiu estabelecer uma relação de amizade com elas? Conhecer?**

Vamos dizer que em um grupo de umas 120 eu era mais próxima de umas 15. Não de ir na casa, mas de que se até hoje eu falar “oi, vem cá”, mas tem gente que só falo “oi” mas não tenho uma relação. Era muita gente (risos).

**E como você diria que era seu dia-a-dia na cooperativa? Suas obrigações? Pra você trabalhar tinha que ir até a sede ou trabalhava em casa?**

Não, eu trabalhava na sede. Quem trabalhava em casa eram as artesãs. Eu trabalhava na sede de 9h às 18h, eu saía às 18h. Todos os dias, de segunda a sexta. E aí a minha função era passar a produção para as artesãs, a quantidade conforme a capacidade de cada uma, porque elas faziam por semana. Então era toda semana, receber a produção, mandar pra menina do controle de qualidade pra ver a qualidade, anotar se estava certo se estava errado. E tinha o contato com a coordenadora porque era ela que trazia “olha tem tal pedido”, ela que tinha o contato com o cliente, eu também tinha quando a peça tinha alguma coisa pra fazer eu também tinha um certo contato com o cliente, mas de decisões era ela que fazia. Então era isso... De receber, de olha e falar “olha esse ponto aqui, está vendendo esse ponto que ninguém vai ver na loja, está errado”. Tinha um padrão, eu quando olhava assim eu já sabia que alguma coisa estava errada ali, mas tinha uma pessoa específica só pra fazer o controle de qualidade das peças, aí ela ia fazer. Mas com anos de fazer artesanato também, eu só olhava e “ihhh...” já falava “vai lá que isso não vai dar certo não”.

**Então tinha uma pessoa na cooperativa que a função era só ver o que tinha de errado na peça? Qualquer erro tinha que voltar para ser refeito?**

Isso. A pessoa chegava com 20 blusas erradas ela voltava pra consertar as 20, senão ela não recebia por nada. Mas antes dela levar essas peças ela levava um piloto pra fazer igual, ela fazia um lá na nossa frente pra saber que “olha esse é nosso padrão, lindo, leva”, mas às vezes chega em casa não presta atenção e faz uns errados.

**As cooperadas tinham aula? As que chegavam e que não sabiam?**

Todo produto que ia ser feito a gente fazia oficina e nas oficinas tinha a artesã mestra que fazia esse piloto e as artesãs tentavam seguir ela, se visse a que estava errada excluía. Ai a artesã falava “esse padrão está certo, essa já passou, pode levar pra casa”. A gente chamava de artesã mestra que é a artesã que sabia a técnica mais apurada.

**A artesã mestra era a mais velha, mais tempo na cooperativa?**

Não necessariamente, isso ia da capacidade delas mesmo. Não de quantidade, mas de qualidade.

**E em casa como você organizava o seu dia a dia?**

Quando eu trabalhei lá, eu era solteira, morava com a minha mãe. Então eu acordava e ia, passava o dia inteiro, voltava pra fazer alguma coisa em casa e era isso. Nos últimos anos, eu já tinha uma filha, tive que pra fazer meio expediente, porque ai eu fiquei mais em função da minha filha. Mas eu continuei indo meio expediente, mas foi também quando a cooperativa começou a ter problemas, entendeu?

Conforme se pode constatar, a entrevista foi bem longa e duradoura, a entrevistada estava muito a vontade para falar livremente sobre sua condição de vida e sobre o trabalho que desenvolvia. Pode-se perceber que efetivamente havia uma hierarquia muito bem estabelecida na cooperativa, onde muitos conflitos aconteciam, provocados em grande parte por uma relação permeada pela desconfiança. As mulheres, ao que podemos tirar da entrevistada até o momento, percebiam ainda que minimamente a sua exploração, buscavam compreender o porque do baixo pagamento e sem respostas se voltavam por vezes contra a coordenação (a próxima entrevistada era artesã e costureira e poderemos notar esse conflito também em sua fala, conforme veremos mais adiante).

Com isso seguimos para outro momento da entrevista em que se procura fazer um desdobramento sobre o histórico do trabalho das entrevistadas na cooperativa e em outros lugares. De modo a compreender como as mulheres entendem um trabalho em cooperativa. Em se tratando de uma cooperativa onde as práticas do cooperativismo não são atendidas, as diferenças não são tão notáveis, muitas vezes não existem ou guardam uma exploração ainda maior. Buscamos compreender também nessa parte, como ocorreu a criação da loja da cooperativa em um shopping da zona sul do Rio de Janeiro, que é classificado como elitista e praticamente destinado a um publico com condições financeiras bem diferentes das cooperadas. Ao que temos:

**Ao longo de toda história da cooperativa não teve esses problemas ou você acha que teve?**

Como a cooperativa entrou para o mundo da moda, a moda não tem essa produção o ano todo, chegou um momento... Porque o mercado o que acontece? A gente cobrava um preço justo pelo trabalho das artesãs, mas se você for lá no interior você vai ver que tem outras trabalhando pela metade do preço. A gente não conseguia

concorrer, entendeu? E aí as artesãs “ não, mas eu também não vou trabalhar de graça”. Aí a gente pensou em vender produtos da cooperativa, por isso que teve uma loja no Fashion Mall.

**E como foi esse processo? A criação dessa loja foi pra fazer da cooperativa uma marca?**

A cooperativa desde que eu trabalhei lá é uma marca. Tem uma logo, tudo bonitinho... E aí quando aconteceu da gente não quebrar os valores do mercado, então a gente resolveu vender produtos nossos, produz, vende e aí procurou o Fashion Mall, o Fashion Mall cedeu a loja de graça. **(Pesquisadora: O Fashion Mall cedeu como? Foi um pedido?)** É, a coordenadora vivia correndo atrás de trabalho e pra tirar a cooperativa de problemas. E aí aconteceu de nessas correrias dela, o Fashion Mall ofereceu ou ela pediu ou alguma coisa assim e eles cederam o espaço, ela fez uma parceria com o SEBRAE, o SEBRAE montou a loja, não teve condições e perdemos. Se bem que o Fashion Mall não é um shopping que vende muito, então a gente não tinha capital de giro pra sempre estar fazendo e recebendo. A gente só teve pra primeira produção da loja, aí na segunda já não tinha dinheiro pra fazer aí não girou. E aí dentro de um ano o shopping pediu a loja. **(Pesquisadora: Isso foi em que ano?)** Eu acho que foi em 2012 ou 2013 alguma coisa assim. E aí o Fashion Mall pediu, eles viram que não tinha capital de giro que não tinha como pagar. **(Pesquisadora: E a escolha do Fashion Mall foi porquê? Pela proximidade com a Rocinha?)** Não, foi porque foi o que cedeu. **(Pesquisadora: E o material que era vendido na loja era todo da cooperativa?)** A gente comprava o material, vinha tudo, produzia e vendia. **(Pesquisadora: Mas desenhado e criado pelas cooperadas?)** Então, a coordenadora chamou uma pessoa da PUC que desenhava mais ou menos e a primeira versão ela fez. A segunda já foi mais na visão da coordenadora com um estagiário da PUC, entendeu? As artesãs nunca criaram não... **(Pesquisadora: Então mesmo sendo uma produção da cooperativa, não era feito totalmente pelas cooperadas?)** Não, criado e desenhado por elas não. **(Pesquisadora: E esse produto particularmente da loja do Fashion Mall era de alto valor agregado? Era sim... (Pesquisadora: As cooperadas tinham condições de ter acesso a esse produto?)** Não, nenhum...

**Agora que você trabalha em outra atividade quais as diferenças que você vê? Você acha que aquele trabalho na cooperativa tinha mais benefícios ou malefícios em relação ao que você tem agora?**

Elas não queriam que eu sáísse, mas elas não tinham como me pagar, elas estavam recebendo um dinheiro, mas o dinheiro delas estava contado. Com esse restinho de dinheiro elas me pagavam pra não me perder (risos). E eu ficava com uma dor no coração, mas eu falava “vou arrumar um trabalho, vou arrumar um trabalho”. E aí eu falei assim “quero arrumar algum trabalho, trabalhar na área de algum projeto social”, porque chegou um momento que eu não estava vendo na cooperativa o lado social dela. Porque era só chegou produção, as mulheres estão indo produzir, entregar, entregar pro cliente, receber, sabe? Não tinha... Começou a me incomodar. E aí quando a coordenadora saiu e elas ficaram sozinhas, eu fiquei tentando ajudar elas da melhor maneira possível, mas aí eu fui me afastando aos pouquinhos. Aí me indicaram pra ser conselheira da ASPA, eu aceitei porque eu gosto muito da ASPA, foi a minha primeira escola, eu tenho o maior carinho. E aí quando foi uns dois, três meses depois teve uma eleição e me indicaram pra presidente da ASPA. E eu, que não sei dizer não, fui e aceitei. Então, eu não sou funcionária da ASPA, eu sou presidente da ASPA. Desde agosto a gente está sem diretora e aí eu junto com a funcionária da instituição, eu ajudo no que eu posso, e aí a mesma dedicação que eu tinha lá na cooperativa eu tenho aqui, acho que já faz parte da minha alma (risos). Mas é completamente diferente, porque as artesãs lá, era exatamente isso elas vinham na semana, não tinha um benefício extra. Elas ganhavam pelo trabalho delas. A cooperativa não era assim “ah, eu trabalho na cooperativa porque é bom, porque

além do meu trabalho que eu trabalho mesmo e que recebo eu tenho outros benefícios”, não, não tinha.

**Você diria que era de fato uma cooperativa ou uma empresa?**

Boa pergunta (risos). Olha, isso é muito difícil responder, trabalhei lá 16 anos... Exatamente por isso, porque se eu falar que era uma empresa... Bom, as artesãs, uma vez por mês eram passadas as coisas pra elas, porém dizer que era uma cooperativa que elas decidissem o que era pra ser obedecido também não era. Por isso que eu falei, a cooperativa é uma junção de dois mundos: o da comunidade da Rocinha, de pessoas que precisavam trabalhar pra criar seus filhos e o da coordenadora que é a [coordenadora] que é muito ativa na cooperativa e que tinha uma visão empreendedora, entendeu? A cooperativa ficou entre dois mundos.

**Você diria que a sua vida é melhor graças a COOPA ROCA?**

Sim, sim. Trabalhei lá, como eu era funcionária mesmo não tendo carteira assinada o meu salário caia direitinho. Melhorei muito, eu melhorei... Eu trabalhava perto de casa, eu gostava do que fazia. Não financeiramente, melhorou porque eu trabalhava antes numa loja como vendedora e eu queria me matar e lá não. Sabe quando você vai feliz trabalhar? Foi isso, foi muito bom...

**Você se sentia ou se sente mais independente por ter tido um trabalho e uma renda própria?**

É... Eu sempre trabalhei então não tem muito essa questão, eu nunca tive essa experiência de não trabalhar. Mas se falassem “Lucélia, você vai ficar desempregada um ano” eu acho que eu enlouqueço assim... Eu preciso trabalhar. Nem só pelo dinheiro, mas porque eu gosto de trabalhar, eu acho que eu puxei meu pai (risos).

**A renda da sua casa, nesses anos que você trabalhou na COOPA-ROCA, dependia da cooperativa?**

Antes de eu casar, minha mãe trabalhava, eu trabalhava, mas a maior parte do meu salário era pra manter a casa sim. Porque minha mãe era artesã e o dinheiro dela não dava pra manter a casa. Porque elas trabalhavam por produção, tinha mês que elas ganhavam e tinha mês que não. Então, era um dinheiro extra, aí tinha a minha renda.

**Então você acha que para as cooperadas era um trabalho muito incerto?**

Isso. Era um complemento, tinha vezes que tinha e vezes que não tinha. Às vezes tinha dois, três meses que não tinha.

**E o seu? Era um salário mesmo?**

Um salário direitinho...

**Algumas cooperadas então só participam algumas vezes e depois não participam mais?**

É, lá era assim, mas numa cooperativa mesmo tem que ser dividido pra todos igualmente. Mas como lá eram quatro técnicas artesanais diferentes, às vezes vinha só pedido de crochê, aí as outras que iam ter que fazer os bordados, nozinho, fuxico não tinham... não tinham o que fazer. Então, só umas trabalhavam e as outras não.

**(Pesquisadora: Ah, cada uma tinha uma especialidade? Uma técnica que entendia melhor? E aí se o pedido fosse daquela técnica só ela trabalhava?)** Isso, entendeu? Exatamente. E só as que passavam, porque as vezes você era chamado, tentava fazer a técnica, não tinha capacidade técnica para aquela peça, porque às vezes era muito fino e elas não podiam produzir. Porque tinha que fazer tipo um padrão, tipo máquina. Mas as meninas lá não são máquinas, isso também me incomodava, sabe?

Assim temos que o histórico da cooperativa foi sempre de muitos conflitos e falta de transparência o que fez com que muitas cooperadas não confiassem mais em seu funcionamento. É interessante que a cooperada se indague sobre se sua vida melhorou ou não com a cooperativa. De fato, não desconsidera a importância do

trabalho que desenvolveu na cooperativa, durante 16 anos, entendendo todo aprendizado adquirido, mas também compreende os problemas maiores desse trabalho; é uma lucidez, mas uma lucidez perdida em névoas em decorrência das pseudoconcreticidades que se erguem camuflando a real exploração. Fazendo inclusive com que se consiga encontrar motivos que a justificariam ou que, pior, ainda seriam aspectos ditos positivos dessa exploração. A fala da entrevistada é uma expressão empírica de como as pseudoconcreticidades embaçam nossa visão sobre o real ou ainda se forjam como real. A pseudoconcreticidades, inclusive, estão presentes em todas as falas das duas entrevistadas, conforme veremos, mas é preciso fazer um esforço de análise de perceber que, conforme já desenvolvemos ao longo dessa investigação, o trabalho feminino é explorado, marginalizado, mal remunerado, desvalorizado social e economicamente, então qualquer benefício que se propague é para fins imediatos (que são fundamentais, devemos ressaltar sempre), mas que não rompem com os abusos apenas o legitimam e mantem ainda mais forte. Qualquer luta por benefícios pontuais em algum momento se perde por não considerar benefícios duradouros, sendo meros paliativos; mas, esses paliativos são fundamentais para a sobre-vida (sobre-vivência) visto que essa é mediada por relações do capital. Se é o dinheiro que relaciona tudo, então é necessário ter dinheiro pra *ser* e se *valer ser* no mundo atual e sob a lógica atual, sem dinheiro não há vida nem como se viver dignamente, o capital impõe essa condição. Assim, se compreende que entre nas pautas, mas preocupa por muitas vezes ser a única pauta. É imprescindível que se perceba que essa leitura deve perpassar por todos os momentos da leitura e assimilação das entrevistas, é o pano de fundo.

Assim sendo, seguimos a pesquisa introduzindo questões sobre a percepção da cooperada quanto as (in)justiças do trabalho em questão. Ao que a cooperada respondeu:

**Você acha que o trabalho era justo? A divisão do trabalho? Das funções e do lucro?**

Olha, a cooperativa nunca teve lucro, ela sempre estava devendo (risos). Segundo que elas produziam de acordo com a capacidade de produção delas. Porque quem tinha muito filho produzia menos, quem era solteira produzia um pouquinho mais. Então a gente falava “quanto você vai produzir essa semana?” “ah, vou produzir tanto”, ai ela levava. **(Pesquisadora: Então você acha que era justo?)** É, dentro das possibilidades que se apresentavam a gente tentava fazer o mais justo possível. Não era porque não tinha trabalho. Era porque não sabia produzir, mas ai já não era um problema nosso interno, entendeu?

**Nesse caso das que não sabiam fazer tinha aula?**

Tinha. Uma, duas, dez aulas, mas a gente botava um limite, entendeu? Às vezes a pessoa aprendia em uma, duas, três, na outra era mais três, mas também não dava pra dar eternamente.

**Você então chegou a visitar a loja no Fashion Mall, chegou a ir? Participou da criação?**

Fui, fui. Eu vi no dia que foi inaugurada, algumas artesãs foram, quando já estava quase terminando elas foram lá ver como estava ficando, mas aonde ia ser cada coisa e como ia ser não. **(Pesquisadora: Mas você acha que a maioria das artesãs chegou a conhecer a loja?)** Foram, todas foram. Foram lá visitar, mas não participava de como seria a loja.

**(Entrevista interrompida por um telefonema)**

**Você disse que viajava junto então você tinha noção dos desfiles que a cooperativa participava?**

Isso. Eu achava lindo, assim... Ver o trabalho delas assim na passarela e elas super orgulhosas delas mesmas... **(Pesquisadora: Mas elas iam ver alguns desfiles?)** Só em São Paulo que teve um desfile que elas foram e aqui no Rio. Um não, dois. Uma exposição e um desfile no São Paulo Fashion Week, alugamos um ônibus, botamos todo mundo dentro e fomos. E até no final foram elas que entraram junto com a coordenadora. Foi legal. E a gente fez um Fashion Week ali pelo Barra Shopping alguma coisa que eu não lembro bem e que elas também foram e viram. E quando não podiam, porque era lá fora, tinha foto, a gente sempre arrumava um jeito delas verem um pouquinho. **(Pesquisadora: A cooperativa então se esforçava pra que elas vissem o final do produto?)** Isso... Todas elas, mesmo não sabendo do começo ao fim, todas elas viam depois que saia as fotos, que a gente mostrava “olha aqui o produto na modelo”. **(Pesquisadora: Às vezes elas produzem só uma parte do trabalho, é isso?)** É, às vezes sim, à montã... Mas na sede da cooperativa acaba tudo, então elas conseguiam ver.

**Você acha que cooperadas tinham noção do valor do produto no final? Do quanto aquilo custaria ou não?**

Olha, como lá tinha uma tabela mais ou menos elas sabiam sim. E isso ai era um ponto negativo às vezes, porque por exemplo, vamos supor que custava 100 reais, esse produto sairia da cooperativa por mais de 200 reais porque precisava das linhas, das coisas para a cooperativa poder se manter, pagamento da coordenadora, da fiscal e às vezes elas não entendiam “como que entra e sai com esse preço daqui?” Isso era algo que elas não entendiam e acabava causando intrigas **(Pesquisadora: Isso gerava desconforto na cooperativa? Você acha que elas pensavam que não estavam sendo valorizadas ou que não estavam recebendo, é isso?)** Não, recebendo porque perguntava pra todas se estava recebendo. Porque não ia deixar de pagar uma conta e acabava pagando uma conta e não pagando elas. **(Pesquisadora: Acontecia de entregarem o produto e não receber por ele?)** Acontecia de vez em quando de atrasar ou então se a gente tinha alguma conta pra pagar. Toda empresa em alguns momentos tem que tomar algumas decisões, quem ia ficar prejudicado e acabavam elas sendo as prejudicadas. **(Pesquisadora: Então saber o valor do produto final quando elas descobriam já gerava uma discussão?)** Não, elas sempre sabiam, ai elas tinham até uma noção por era uma tabela com os porcentos, os materiais, o da coordenadora, elas já sabiam. Então às vezes acontecia de “olha não dá pra ser por 100, dá pra você fazer por 70 porque o cliente disse que só paga até tal valor”. **(Pesquisadora: Recebiam um valor justo ou era um valor baixo?)** Não, era assim, elas davam um valor, quando dava pra fazer aquele valor ok, quando não dava a gente negociava. Lógico que, falando de preço justo, por exemplo, as artesãs essa semana receberam um pedido de 10 alças pra fazer um crochêzinho em volta, essas artesãs vão ganhar 6 reais por cordinha, por alça, ela vai levar 2 horas pra fazer cada, se elas ficarem 6 horas trabalhando elas ganham 18 reais por dia, isso é justo? Por isso que muitas delas deixam a cooperativa e vão fazer faxina, porque ganha mais, é mais lucrativo pra elas. E dentro do valor de mercado, isso pra eles é

pagando bem porque essa mesma pessoa tem uma outra pessoa que faz mais barato, entendeu? É uma loucura, então isso de “é justo?” é justo dentro de uma maluquice aí da indústria da moda, pra eles, mas a pessoa ganhar 18 reais por dia não é justo não.

Assim, é possível perceber toda noção crítica da cooperada e sua sensibilidade em notar o seu trabalho e o das outras mulheres, suas respostas são uma análise por si só, mas carecem de muitas pontuações, conforme faremos no próximo capítulo. É importante informar que os trechos da entrevista que estão sendo aqui postos ainda aparecerão em outros momentos da pesquisa sendo alvo de uma análise mais esmiuçada, por isso não nos atemos tendo a isso nesse momento, apenas alguns aspectos serão tratados, aqueles que julgarmos mais oportunos em caráter de atender aos objetivos e intencionalidades da pesquisa.

Dito isso, na sequência introduzimos questões que envolviam o funcionamento da cooperativa e seus contratantes e também sobre a técnica de trabalho tradicional usada pelas cooperadas.

Assim tivemos que:

**Você acha que o produto costumava ir pra onde nesses 16 anos que você trabalhou? Tinha um principal comprador?**

Nesses 16 anos, o maior parceiro da cooperativa foi o Carlos Miely, dono da M.Office. Ele contratava pra fazer detalhes em costura, fuxico. Até que no final já estava produzindo algumas peças, mas fazia detalhes, não fazia tudo não.

**A marca da COOPA-ROCA ia junto dessa produção?**

Olha, todas as produções tinha uma tagzinha dizendo que era produzida pela cooperativa, na M.Office algumas sim, na Osklen sempre todas tinham...

**Então, o trabalho é dessa forma que você falou se contrata o trabalho da cooperativa e as cooperadas apenas produzem aquilo e levam é isso?**

Isso...

**Mais alguém da sua família fez ou faz parte da cooperativa? Você falou da sua mãe...**

É, a minha irmã fez um pouquinho, ficou um ano mais ou menos.

**Você aprendeu costura com a sua mãe ou na cooperativa?**

Eu aprendi com a minha mãe, não aprendi lá não. Eu sei fazer crochê que eu aprendi com a minha mãe quando eu era criança eu já sabia, eu aprendi criança.

**(Pesquisadora: Você acha que a maior parte das cooperadas aprenderam em casa, com as mães, tias...)** Exatamente. É algo que passa... **(Pesquisadora: Você acha então que aprendem uma técnica caseira, de uma cultura nordestina, porque as primeiras vieram do nordeste e que passa a atender a uma ordem do mercado, que é padrão? É isso que você acha?)** É... E isso agora eu viajei para o nordeste e isso já está chegando lá de seguir padrão ser tudo igual, entendeu? E aí eu pensei “ih, já vi esse filme” (risos). Mas também não tem aquela coisa louca da entrega rápida, pra daqui a quinze dias, as pessoas não são máquinas, entendeu? A pessoa está assistindo assim uma TV, fumando e fazendo aquela coisa. E não fazendo desesperadamente. E aí eu pensei espero que isso não chegue aqui no nordeste, que elas ainda tenham como fazer em seu tempo, mas já tá história de fazer igual aqui.

**A sua mãe era cooperada, você via alguma mudança na sua casa? Mudou alguma coisa na casa pra ela poder trabalhar?**

Não, a sala era a COOPA-ROCA (risos). Tinha em cima da mesa, do sofá, em cima das cadeiras, entendeu? Porque antes mesmo da COOPA-ROCA ela já trabalhava com costura e não sei o quê. Então, casa de artesã sempre tem um cantinho com a linha, com a agulha, entendeu? É assim. E se você for nas casas das artesãs com certeza vai encontrar tudo bagunçado. Minha mãe mesma, a casa toda era de trabalho, não tinha um só lugar pra isso. Ai de vez em quando eu ia visitar outras artesãs e era igualzinho, eu falava ‘gente, todas as casas das artesãs são assim’ (risos). Quando tem um quarto separado ai tudo bem, mas normalmente é tudo na sala espalhado.

**Você via lá um movimento de uma pessoa que começava a trabalhar e depois outras pessoas da família também se interessavam?**

Isso, ou a vizinha ou a amiga...

**E muitas mulheres que vinham do nordeste?**

É, na verdade, ultimamente eram mais os velhos, porque as mais jovens não querem, não gostam mais de aprender a costurar, daqui uns anos não tem mais. Um exemplo, tinha lá uma que ela aprendeu com a mãe, mas não quer mais fazer nada. Até por isso de “Vou trabalhar o dia inteiro pra ganhar 10 reais? Então, não. Vou ficar na internet” (risos) Mas isso é algo que o mercado te que ver porque não valoriza e corre o risco de se perder.

**E você acha que essas mulheres conseguem ter um tempo livre maior do que se estivessem trabalhando em outro lugar?**

Eu acho que sim. O ponto positivo, mesmo ganhando mal e não sendo justo, é que elas fazem o horário delas, quando vão levar o filho na escola, buscar, dar comida. O tempo livre delas... Isso é um ponto positivo.

**Então, as cooperadas de um modo geral, levam trabalho pra casa?**

É... Lá era assim. **(Pesquisadora: Na cooperativa então ficava aulas, entregas...)**

Isso, só a parte administrativa, trabalhava eu, a [cita o nome de outra cooperada], e na contabilidade trabalhava uma outra pessoa, no setor administrativo e a coordenadora. A gente estava lá diariamente. Até se o pessoal ligasse com “ah, não tô com uma linha, faltou uma agulha, não estou conseguindo fazer”, a gente está lá assegurando tecnicamente as cooperadas nas suas casas. **(Pesquisadora: Todo mundo em sua casa e qualquer problema que desse a cooperativa auxiliava?)** É, às vezes assim “olha é pra mim entregar daqui a dois dias, mas ai eu não vou conseguir porque meu filho ficou doente, aí a gente tinha que ir atrás de outra pessoa pra ir lá na casa dela ajudar, entendeu?

**Tinha isso de em cima da hora vir uma encomenda? Por exemplo, alguém fez errado e tem que entregar hoje.**

Se chegasse lá 10 peças erradas, se tivesse que entregar em três dias para o cliente, a gente não podia pedir para aquela desmanchar e fazer aquilo de novo, porque se ela fez 10 erradas em três dias ela não ia consertar. Ai a gente fazia assim “olha, você não vai receber infelizmente é muito chato falar isso, mas como a gente está com prazo a gente vai dividir essa com fulana porque a gente sabe que fulana nunca vai errar. Acontecia isso... **(Pesquisadora: E as outras faziam? Em cima da hora o valor era o mesmo?)** Faziam. A gente deixava sempre o valor mesmo, não tinha de “olha a outra artesã esqueceu de fazer e ai eu tive que mandar pra outra” não dava pra falar isso.

**Então as mulheres não ficam na cooperativa?**

Não, elas ficavam só normalmente era a tarde, mas era tudo em casa.

Assim, as respostas da cooperada revelam que de fato as técnicas de costura e de artesanato que se buscava usar eram de tradição nordestina, absolutamente submetida a padrões de produção impostos pelos contratantes, sendo o trabalho das cooperadas apenas um serviço de execução, sem o compartilhamento de

aprendizado mútuo entre cooperadas e contratantes, que nem sequer se relacionavam diretamente. E em caso de um trabalho repentino que aparecesse em caráter de emergência, as obrigações dobravam, mas não necessariamente o pagamento, porque caso houvesse algum prejuízo na produção, as cooperadas receberiam menos pelo trabalho. Além disso, a cooperada também fala das mudanças feitas em sua casa em decorrência de sua mãe que é uma cooperada e que para trabalhar faz um quarto em casa só para esse trabalho, ao que podemos perceber que o trabalho feminino além de desvalorizado, é abandonado e fica a sorte da própria mulher, cabendo a ela os custos que deveriam caber ao empregador. A cooperada também fala da cooperativa como uma marca, essa marca era impressa em tudo que envolvesse o trabalho das mulheres, o que efetivamente subia o seu valor agregado. Enfim, em outros momentos das investigações ainda retomaremos esses trechos da entrevista.

Assim, por fim tem-se que introduzimos algumas questões para indicar os rumos de finalização da entrevista, com questões que envolviam o entendimento sobre os produtos especificamente feitos pela cooperativa; além de questões que envolvessem a temática do trabalho de modo amplo de afirmação e de negação, perguntando se a cooperada pararia de trabalhar caso fosse possível; dentre outras questões que decorrem dessas. Alguns trechos desse momento das entrevistas também serão discutidos com mais afinco no próximo capítulo, onde desdobramos as entrevistas e propomos uma crítica mais fundamentada.

**Por que você acha que as pessoas querem comprar o produto da COOPA ROCA especificamente? O que há de diferente no produto da cooperativa?**

A qualidade. Exatamente por esses anos todos, essa forma de qualificar as artesãs, a cooperativa tem excelente resultados. **(Pesquisadora: Além da qualidade você vê algum outro diferencial no produto? Algo que só comprem na COOPA-ROCA e em nenhum outro lugar?)** Ah, eu acho que tem uma identidade. Além disso da identidade a cooperativa foi fazendo produtos para um público com o capital maior, mais alto. E aí com isso comprava produtos, material, linha, tecido, caros e bons. Então você olha e sabe que aquilo ali é COOPA-ROCA. Tanto que ninguém pode comprar (risos). **(Pesquisadora: A ideia era ser um trabalho de alta qualidade?)** Com certeza.

**Você acha que é importante ser um produto da Rocinha e feito por mulheres? Isso faz parte do marketing da cooperativa?**

Ah sim... Porque o quê que acontece? A cooperativa chegou um momento em que estava devendo o mundo inteiro. E aí ela trouxe até outras mulheres para ter o entendimento, mas não teve, foi tanta confusão que a coordenadora foi embora. Um pouco antes dela ir embora teve uma reunião que as artesãs souberam que ela tinha botado a marca no nome dela. E aí quando aconteceu isso, aí rachou, né? Já não estava legal porque estava devendo, aí não pagava a conta delas, diziam que não pagava, que não administrava direito e ela falava que era porque não tinha trabalho,

enfim problemas internos. Mas quando as artesãs souberam que ela tinha colocado a marca no nome dela, entraram com um processo que demora muitos anos. E elas não sabiam, ai quebrou uma confiança. Mesmo com todos os problemas que teve durante todos os anos tinha uma confiança e ai quebrou essa confiança. Ai, acabou ela indo embora, as artesãs ficaram com um prédio com dívidas de mais de 600 mil reais, devendo pra todo mundo. **(Pesquisadora: As artesãs ficaram com essa dívida?)** É, porque a cooperativa é das artesãs, não é da [coordenadora], ela ficou com a marca, a logo, a dívida é da cooperativa. **(Pesquisadora: As artesãs vão ter que pagar a dívida? Essas cento e poucas cooperadas?)**

A dívida é da cooperativa. A empresa é uma coisa e a cooperativa não deixa de ser uma empresa, né? E em qualquer loja ai tem a marca, a marca do produto. E ai ela foi e passou pro nome dela. **(Pesquisadora: Então, ela é a dona da marca?)** Isso. E ela pode juntar outras artesãs em outros lugares, montar um grupo e continuar trabalhando. Agora a dívida ficou para a COOPA-ROCA. Porque o nome é assim Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha e suas sócias. Então a dívida é dessas pessoas. Dessas mulheres moradoras da comunidade, não é dela. E se as artesãs montarem qualquer peça não podem, porque você olha e fala “ah, é lá da Rocinha”, mas não é. **(Pesquisadora: Então agora a gente pode dizer que a COOPA-ROCA nem da Rocinha é?)** A cooperativa em si sempre foi, mas a COOPA-ROCA, a marca, não. **(Pesquisadora: Mas essa sede da cooperativa pertence a quem agora?)** É da cooperativa mesmo, das mulheres. Ai essa diretoria botou ela na justiça pra reaver a marca, mas até agora... **(Pesquisadora: Mas se ela for reabri ela não reabre na Rocinha?)** É, isso... Hoje ela pode abrir em qualquer lugar, entendeu? Até nessa época ela quis dividir “olha abri pra não perder porque vocês não tinham dinheiro mesmo”, mas aí ela não falou antes, ela falou depois que ficou sabendo e ai ela falou “ah, então a gente divide, eu fico com a metade da marca e vocês com metade”, mas ai... Sabe quando você quebra alguma coisa? Não se entenderam. **(Pesquisadora: E ai a cooperativa parou?)** Por que o quê que acontece? Porque que a cooperativa parou? Ela está devendo os impostos, não consegue emitir nota fiscal e todos os parceiros que conseguem eles precisam de nota fiscal. E essas mulheres elas não tem esses 600 mil reais pra poder pagar a dívida. Então, infelizmente fechou. E pelo visto não volta nunca mais. E o nome delas vai ficar sujo pro resto da vida.

**E sobre você particularmente, se você pudesse você não trabalharia?**

Trabalharia. Financeiramente... Eu preciso porque eu não consigo viver sem fazer nada, pelo amor de Deus (risos) **(Pesquisadora: Trabalho na sua vida é fundamental?)** É, é. Por exemplo, eu tô trabalhando aqui, eu gosto de artesanato, eu não deixei né? Ai às vezes eu pego um artesanato aqui e ali e faço de noite (risos). Não pelo dinheiro, mas sim porque eu gosto de sentar, assistir televisão e ficar fazendo (risos). **(Pesquisadora: Acumula mais um trabalho?)** Mas eu faço a quantidade que dá pra fazer, é mais uma terapia, mas eu não consigo ficar parada. Ai sábado e domingo do nada eu vou fazer um crochê ou fazer uma colcha, eu gosto.

**O salário que você recebia era o necessário para ter uma “boa vida”? É suficiente?**

Para as minhas condições era um salário para eu pagar minhas dívidas, não dava pra juntar, mas era bom, estava ótimo.

**Você se via ausente das obrigações de casa quando tinha que ir pra cooperativa?**

Não, porque eu morava com a minha mãe, minha mãe fazia, eu fazia mais no sábado e domingo. Mas se hoje, com uma criança pequena, eu trabalhasse na cooperativa como eu trabalhava antigamente eu não dava conta, nem da minha filha nem nada. Eu ia ter que optar ou pela minha família, minha filha ou a COOPA-ROCA. Porque ocupava muito tempo mesmo. Tinha vez que eu ficava até 2h da manhã, quando tinha evento, ai não da, com filha pequena, com marido, com casa. Quando era solteira dava...(risos)

### 4.3.2. Cooperada B – “Às vezes tinha época em que eu dormia em cima da máquina, porque eu tinha que dar conta”

**Idade:** 45 anos  
**Estado Civil:** Solteira  
**Filhos:** Não

Assim, iniciamos nossa entrevista com perguntas sobre a vida pessoal e profissional das cooperadas. Inicialmente, buscamos entender as condições gerais de sua realidade, compreendendo o seu local de moradia também como forma de saber se há proximidade com a cooperativa.

**Mora aqui na Rocinha mesmo? Há quanto tempo?**

Moro. Moro há 40 anos aqui.

**Onde da Rocinha você mora?**

Na Rua 1.

**Perto da COOPA-ROCA?**

A COOPA-ROCA nasceu no meu quintal.

**Onde você morava?**

Não. Onde eu moro. Lá é que acontecia a concentração de mulheres, né? Que se reuniam pra desenvolver esse trabalho. Porque cada uma fazia nas suas casas mesmo. Mas era ali que era o encontro.

Logo no início da entrevista, a cooperada B fez questão de ressaltar o fato de que a cooperativa nasceu em seu quintal. É interessante essa passagem da entrevista, pois nos revela que inicialmente a cooperativa era grupo de fato, organizado por e para mulheres da Rocinha, sem interferências externas. Evidentemente, não tinha a mesma visibilidade, nem atividades, nem funcionamento do modo como veio a se estruturar posteriormente.

Quando perguntada sobre sua chegada a Rocinha, a cooperada afirmou:

**E há quanto tempo você mora na Rua 1? Sempre morou lá?**

Isso... É... Eu vim do Ceará com 5 anos, ai onde eu moro já tem uns 40 anos.

**Você veio do Ceará? Junto com a família?**

Com a família. Minha mãe que foi uma das fundadoras. Minha mãe foi a primeira presidente da COOPA-ROCA.

**Sua mãe fundou a COOPA-ROCA?**

Isso mesmo. Nós temos até materiais em casa. Minha mãe com a Deborah Secco em desfile, minha mãe já foi na Hebe.

**Acho que eu lembro. Eu tinha pesquisado e visto sobre sua mãe. Foi uma das primeiras mesmo, né? Então, desde o início você acompanhou toda a criação? Isso nos anos 90 já?**

Ahh, já tem uns 30 anos isso...

**Então, você teve conhecimento sobre a COOPA-ROCA já desde criança com a sua família?**

Isso, foi... Minha irmã também é uma das cooperadas. Minha tia também, que hoje já é afastada porque já é bem idosa. É... Meus vizinhos lá também...

**Sua família inteira participava?**

Família inteira não, era mais a minha mãe e eu. Porque eu sempre gostei de costura, então eu herdei. Minhas irmãs elas faziam tapete de crochet.

**Então, você aprendeu com sua mãe, com sua família?**

Isso, é... com minha família.

**Por que começou a trabalhar na COOPA-ROCA?**

Eu não entrei logo de cara, porque a pessoa que ficava de frente, que é a [coordenadora], né? A socialite lá do Leblon... Ela entrou e ficou assim sempre de frente, né? Nessa questão, tipo... Ela que procurava as pessoas pra tá vendendo o produto... pra fazer essa ponte, né?

**Como foi feito esse processo? Me explica. Como você falou, era um grupo de mulheres, como sua mãe, artesãs, isso?**

Isso. Mulheres artesãs que faziam seu serviço em casa. Pegavam o material e faziam. Tanto almofada, tapete, tinha muito aqueles tapetes de nozinho, não sei se você conhece... Na época vendia muito. É... Colchas de retalho... Aí depois dessas colchas de retalho, foram surgindo roupas, né? Eu lembro que eu fiz muito aquele de coletinho, essa parte assim de retalho e aqui assim liso, né? (indicando com a mão as diferentes técnicas usadas na roupa). Eu lembro que eu tinha ate um também.

**Nesse processo, essas mulheres trouxeram essas técnicas do nordeste?**

É... Porque assim todas tem essa habilidade, né? Trouxeram... Minha mãe fazia o patchwork, fazia tipo uns quadrinhos em retalho, pra montar, fazer aquelas colchas.

**E depois? Essas mulheres se juntaram e montaram a cooperativa?**

Isso... ai com o tempo foi surgindo a cooperativa em cima, ai foi levantado o prédio...

**Elas conseguiram o terreno?**

Isso, foi comprado o terreno. Através dessas vendas toda, do trabalho...

**E depois que entra a [coordenadora]?**

Não, ela já veio do início. Ela conheceu as mulheres, aí acho até que minha irmã que acabou levando ela e ela gostou das mulheres e aí tiveram essa ideia... de formar a cooperativa.

**E logo começaram a ter pedido de trabalho, de entrega, as pessoas já se interessavam pelo trabalho da cooperativa? Você acha que era um trabalho que chamava atenção?**

Isso, isso... É, porque vinha muita gente de fora pra conhecer, tanto que se expandiu já 'tava' bem além...

Nesse momento, é interessante perceber a perspectiva da cooperada sobre o histórico da formação da cooperativa. Um ponto de vista particular, de uma menina que veio do nordeste, junto com sua família, que viu sua mãe acompanhada de outras mulheres igualmente nordestinas, artesãs e costureiras, de baixa renda, com pouca ou nenhuma escolaridade, planejar e montar um grupo que trabalharia com reciclagem de lixo criando materiais diversos. Posteriormente, com a chegada da *coordenadora* (usaremos esse termo ao longo de toda pesquisa substituindo o nome da coordenadora da cooperativa, como forma de preservação e para obedecer as exigências legais), foi formada a cooperativa de fato. Então, é interessante observar como a história é contada sob o olhar da cooperada, que sempre busca enfatizar a protagonismo das mulheres que fundaram a cooperativa. Além da importância da técnica utilizada pelas cooperadas que são tradicionais da cultura nordestina e, sob o funcionamento da cooperativa, acabam sendo submetidas às condições de

mercado passando a ser *apenas* uma técnica adaptada a um molde desenvolvido por terceiros, conforme veremos mais adiante ao longo da própria entrevista.

Posteriormente, seguimos a entrevista introduzindo questões para entender o cotidiano do trabalho da cooperativa. Ao que a cooperada respondeu:

**Que importância o trabalho na COOPA-ROCA tem na sua vida?**

Assim... Chegou um certo tempo que eu não fazia mais parte, porque a [coordenadora] se aproveitou muito dessas pessoas que eram analfabetas. Então, era assim, vendia o produto tanto [se referindo ao valor final dos produtos da cooperativa] ela ficava com a maior parte, né? É... Por isso hoje a COOPA-ROCA faliu. Por conta dessa pessoa que tentou se aproveitar, né? E acabou se afundando. Minha mãe foi uma que assinou muito cheque sem saber ler, né? Então... Se aproveitou da inocência das pessoas. Porque assim muitas mulheres não tem condições de trabalhar fora. Foi justamente criada pra cada uma fazer, porque enquanto tá em casa tá cuidando dos filhos e produzindo, né? Tanto que elas só iam às vezes pra reunião, essas coisas... Só iam pra cooperativa quando era reunião ou entrega de material, fazer pagamento ou fazer algumas capacitações, né? Sempre tinha umas que sabiam mais pra ensinar. Uma pessoa do crochê ensinava outra pra poder capacitar... Então assim a COOPA-ROCA já trabalhou pra C&A, já pro Miely, que eu não me lembro a loja. Pra Armadillo também. Então, assim, várias lojas famosas.

**E como que funcionava? A loja tinha um interesse pelo trabalho da cooperativa e contratava?**

Isso, entra em contato com a cooperativa e a cooperativa fazia a produção.

**Mas a loja dava o modelo pra cooperativa?**

É... Dava o modelo, aí uma das cooperadas fazia o piloto, aí essa cooperada ia e, sendo aprovada, vinha a produção.

**Tinha um acerto entre as cooperadas e o pedido da loja?**

Não, nunca nada era diretamente com as cooperadas. Quem fazia essa ponte era a [coordenadora]. Essa negociação. As cooperadas elas só pegavam o serviço. “Olha, tem o serviço tal... Você vai receber tanto por produto, por peça...”

**E aí seguia exatamente aquele modelo da peça? Ganhava aquilo e ponto?**

Isso.

**Então ganha pelo que trabalha?**

É...

**Não tem um salário mensal?**

Não, não... É por aquilo que você produzir. Se você produzir 10 peças, você vai ganhar pelas 10 peças.

**De que forma você se vê inserida na cooperativa, na sua função?**

Então, eu sempre acompanhava a COOPA-ROCA. Eu sempre fui da parte da costura, né? Então, chegou um certo tempo que eu não tinha muita afinidade com a [coordenadora]. Porque são pensamentos, sabe? Que pra não ter que bater de frente eu evitava. Ai sempre vinha assim “Ah...”, sabe? Ela sempre dava um jeitinho... Ai vinha alguém, pedia, aí eu fazia, né? Mas tudo naquele jeitinho “Ah, então eu vou fazer...” Ai tinha minha mãe também, né? “Poxa, apareceu um servicinho e tal...” Mas eu não tinha muito contato com ela, pegava, fazia e levava. Depois de um certo tempo que eu passei a ser cooperada, mais recentemente.

**Então, tem algumas mulheres que vão, fazem algum trabalho e depois não voltam mais?**

Só voltam quando aparece.

**Costuma aparecer muito trabalho?**

Não. Agora como a cooperativa está falida não tem como produzir mais nada, por conta do advogado. Porque a [coordenadora] entrou na justiça querendo horrores de

dinheiro, sendo que ela mesma afundou a cooperativa. E ai não está funcionando... É lamentável o prédio lá parado, porque está cheio de dívida. Está com mais de meio milhão, muito mais do que meio milhão em dívidas.

**E parou completamente o funcionamento da cooperativa?**

É. Num tem dinheiro. Pra poder produzir tem que emitir nota. Ai ela usou de má fé, patenteou a marca pra ferrar. E ninguém sabia disso, viemos saber também foi acho que em 2010 que ela fez isso e ninguém sabia.

**Então a marca da cooperativa foi patenteada e pertence à [coordenadora]?**

É... Ela usou de má fé.

Assim que introduzimos a temática sobre o trabalho na cooperativa, logo de início a cooperada apontou os problemas internos do funcionamento. Os conflitos entre coordenadora e cooperadas de um modo geral sempre foi muito recorrente nas falas das cooperadas como um todo que tivemos contato ao longo dessa investigação. Algumas cooperadas aceitavam conversar, mas não fornecer entrevista, mas nessas conversas casuais já foi possível perceber o quanto era recorrente as mulheres falarem dos conflitos com a coordenadora. É importante frisar que aqui nessa investigação estamos preservando todos os nomes e identidades dos sujeitos de forma a preservá-los o máximo possível. Além disso, tem-se que as denúncias que aparecem nas falas das cooperadas não são comprovadas e, portanto, ficam no campo das suspeitas. O que nos interessa é a percepção do modo como essas mulheres percebem a apropriação de seu trabalho e sua própria condição de vida mediante a isso. No caso dessa entrevistada, é nítido o quanto se sente abusada, usada, sua fala carrega uma dor e um sentimento de injustiça que salta aos olhos. Assim, a partir do modo de funcionamento descrito e das possíveis denúncias nos cabem muitos questionamentos quanto a se efetivamente a COOPA-ROCA era uma cooperativa (conforme veremos no capítulo a seguir, que é um desdobramento dessas entrevistas agora analisadas).

Por conseguinte, introduzimos perguntas gerais a título de compreender um pouco da relação com as outras cooperadas e da repercussão que a cooperativa tem na própria Rocinha. Assim tivemos que:

**Qual a sua relação com as outras cooperadas? Você falou da sua família, mas e as outras mulheres? São vizinhas? São mulheres que você conhece?**

É. Têm vizinhas, têm pessoas que realmente saíram ao longo do tempo, quando viram que tinham pessoas levando vantagem em cima delas. Pessoas que hoje em dia era para a cooperativa estar muito bem. Muitas pessoas boas saíram por conta da [coordenadora].

**Você acha que ao longo da história foram muitas mulheres que trabalharam ali?**

Passaram muitas mulheres.

**Mas e hoje?**

Hoje não tem nada, porque não tem trabalho.

**Nem condições dessas mulheres voltarem a trabalhar em harmonia com a [coordenadora]?**

Não. Com a [coordenadora] não tem. Nenhuma.

**As cooperadas não fazem mais parte disso?**

[Fazendo sinal negativo com a cabeça] Eu mesma sou uma que se ela entrar por uma porta eu saio pela outra.

**As outras cooperadas moram perto da sua casa?**

Algumas. Moram assim, distribuídas na comunidade.

**A COOPA-ROCA não é uma cooperativa muito conhecida na Rocinha. Eu, por exemplo, morei aqui a vida inteira e só ouvi falar da cooperativa há pouco tempo. Você acha que ela é mais conhecida pelas pessoas da Rua 1 do que da Rocinha de um modo geral?**

Ah, é mais na Rua 1 porque fica concentrada lá. Mas assim muita gente conhece, até que de alguma parte da pra ver a cooperativa, de algumas partes do morro da pra ver o prédio.

**Mas e o produto feito? Isso as pessoas conhecem?**

É porque na verdade eu acho que deveria ser mais divulgado. Então, chegou uma época quando estava precisando mesmo. Até aqui na creche [referindo-se a ASPA, creche onde trabalha atualmente e local de nossa entrevista] eu vim divulgar por que estava precisando. Até ela mesma, a [coordenadora], teve aqui chamando pessoas pra fazer crochê, porque teve uma época que apareceu produção e estava faltando mão de obra. Porque as pessoas que estavam, não estavam acreditando mais nela. E mesmo assim alguma falavam “ah, aquela? não quero trabalhar não” porque já conheciam a fama.

**Quais as suas obrigações na cooperativa de um modo geral? Você tinha mais alguma obrigação além de pegar modelo da roupa, levar pra casa, fazer e entregar?**

Não, não tinha mais nenhuma obrigação. Assim, às vezes, por exemplo, quando teve o jacaré da Lacoste, às vezes era quase 900 jacarés pra colocar numa blusa. Tinha artesã que às vezes não fazia o serviço direito, acontecia muito de eu pegar aquela peça e refazer. Aí teve uma época que apareceu um produto que foi pra trabalhar com um material muito delicado, então a pessoa que estava fazendo também estava estragando o material e não estava dando conta da entrega. Ai me chamaram pra fazer, aí fui fazer. Além de fazer ainda tive que consertar o serviço dos outros.

**Mas você ganhava por isso? Por esse acréscimo de trabalho?**

É, sim... Às vezes eu ganhava por conta disso, porque eu refazia o trabalho do outro.

Com isso, é possível perceber que para a cooperada o trabalho era extremamente exaustivo e, por vezes, exigia um preparo muito maior para o trabalho. Além disso, a desconfiança e a sensação de estar sendo enganada volta a aparecer nessa parte da entrevista. Em que, sob a perspectiva e o relato dessa cooperada, podemos perceber que também acometia outras trabalhadoras que viviam essa mesma situação de exploração no trabalho. Ao ser questionada sobre o re-conhecimento da COOPA-ROCA pelos demais moradores, a cooperada pareceu acreditar que muitos moradores têm conhecimento sobre a cooperativa e sobre suas atividades, embora reconheça que falta mais divulgação. Assim, podemos perceber que efetivamente em tantos anos de atuação a COOPA-ROCA não foi uma

cooperativa voltada para a comunidade, para a Rocinha e seu complexo de moradores. Pelo contrário, embora não fosse restrita, acabava tendo uma atuação maior em seu entorno, não tendo uma presença forte em outras áreas, de um modo geral, eram familiares, vizinhas, amigas que participavam, iam avisando umas as outras. Embora, evidentemente, tivessem algumas moradoras de outras áreas, as essas eram mais pontuais e também eram levadas por outras integrantes do grupo.

Seguimos então nossa pesquisa pra tentar compreender como era o trabalho da cooperativa no âmbito doméstico, compreender o cotidiano da casa dessas mulheres que exercem tanto o trabalho doméstico não-remunerado quanto o trabalho em domicílio artesanal e de costura da cooperativa. Assim sendo, tivemos como respostas:

**Como era o seu dia a dia quando você estava trabalhando na cooperativa? Como organizava o trabalho da cooperativa na sua casa? Como fazia, tinha um espaço pra isso?**

É, assim...Eu fazia na sala e eu tenho perto da cozinha uma salinha botava uma máquina lá e assim eu tenho meu quarto de costura.

**Você tem na sua casa um quarto só para costura? Você fez antes de trabalhar na cooperativa ou só depois?**

Isso, um quarto. Não, foi depois. Eu que construí porque eu precisava de um espaço pra trabalhar. Aí pra não ficar aquela bagunça dentro de casa, e que não tinha esse espaço, aí meu pai fez um quartinho. Porque era pra mim e pra minha mãe, né?

**Em sua casa mora quem? Você, sua mãe, seu pai, tem mais alguém?**

É, assim, somos oito irmãos. Só que casaram, aí cada um foi pra sua casa. Ai hoje em dia é (sic) eu, meu pai, minha mãe e minha outra irmã.

**Então, de certa forma, você diria que dividia sua casa para dois trabalhos? O de dona de casa mais o de costureira?**

Isso mesmo...

**E ai como era? Você acordava dividia hora do dia pra costurar ou não? Era como?**

Isso... Dependendo do trabalho aí eu acordava cedo pra dar conta, porque lá eles te entregavam e era tudo assim pra ontem, né? Então, você tinha que dar conta. Às vezes tinha época em que eu dormia em cima da máquina, porque eu tinha que dar conta. Fazer aquilo tudo dentro do prazo, porque eu sempre fui responsável com isso.

**Você deixava de fazer alguma coisa da sua vida só pra fazer o trabalho da cooperativa?**

Isso... É...

**Já trabalhou em algum outro lugar em uma função diferente? Vê diferenças? Quais?**

Trabalhava como educadora. Eu trabalhava assim com população de rua, né? Então, trabalhava um dia sim e outro não. Então assim o dia que eu não trabalhava, eu pegava esse servicinho pra eu ganhar alguma coisinha.

**Então, de certa forma, era um serviço que você considera extra? Como uma renda extra e não como uma renda principal?**

Isso, é... Não, teve uma época que era como uma renda principal, mas ai depois eu comecei a trabalhar e ficou meio.

**Então, em algum momento você, enquanto cooperada, a sua renda vinha só da cooperativa mesmo, né?**

Isso, isso... E junto com algumas costuras minhas particular (sic). Porque às vezes se alguém queria fazer uma roupa, uma bolsa, ai eu fazia.

**Então era uma tripla função, três trabalhos?**

Isso, porque eu tinha também minha freguesia, ne? Um conserto de roupa...

**Tudo você conciliava ao mesmo tempo?**

Isso...

**Você diria que a sua vida melhorou enquanto estava na COOPA ROCA?**

Não... Bom... É que não era aquele trabalho, quando aparecia aquele período ai depois ficava um tempo sem aparecer então não era aquela coisa assim... Era só pra manter mesmo.

**Não era uma renda fixa? Não dava pra contar com esse dinheiro?**

Não, não era...

**Você acha que as outras mulheres também tinham outros trabalhos?**

Isso... É, tem outras funções. Ainda mais quem tem família, ne? Tem que ter um outro.

**Você se acha mais independente por ter um trabalho e uma renda própria?**

Não, era bom porque era um complemento, uma ajuda, né?

**Mas faria falta?**

Faria... Também dizer que não faria é demais...

**A renda da sua família dependia da cooperativa?**

Não, não...

Nessa parte da entrevista, a cooperada mostra que realizou algumas alterações em sua casa apenas para poder desenvolver o trabalho da cooperativa o que nos remete a uma série de questões, dentre as quais o fato de que o capital, com o trabalho em domicílio, coloca sobre o trabalhador as obrigações que antes lhe cabiam. Isso de preparar o ambiente de trabalho é obrigação do patrão e não do empregado, mas sob essa forma de trabalho funciona dessa forma, reduzindo os custos do patrão que associados aos baixos pagamentos, só aumentam o lucro do 'patrão' e aumenta os problemas dos subordinados. Nesse caso, nem sequer deveriam caber esses termos, visto que teoricamente se trata de uma cooperativa e, portanto, essas relações de trabalho não deveriam ser dessa forma, nem sequer a hierarquia sob essa forma de *quem manda e quem obedece*. É necessário, portanto perceber que a casa é moldada para o trabalho. Além disso, fala também de mais um trabalho que desenvolve como extra, o que nos possibilita entender que se trabalha o máximo que pode, encontrando sempre um tempo para encaixar um outro trabalho, ou seja, com o discurso de emancipação caminhando cada vez mais para uma prisão.

Introduzimos, então, a temática da justiça no ambiente de trabalho, de modo a entender como as mulheres veem de modo crítico o seu trabalho e conseqüentemente a sua condição de vida.

**Você acha que o modo como trabalho na cooperativa era dividido era justo? Vocês ficavam sobrecarregadas ou dava pra administrar bem?**

Dava pra administrar. Umas se sobrecarregavam porque tinham umas que tinham mais capacidade de fazer aquilo. Então às vezes você não encontrava outra pra poder fazer o mesmo serviço ou a qualidade. Então umas ficavam mais voltadas pra aquele determinado trabalho.

**A divisão do lucro? Você acha que era justa a distribuição?**

Era justa porque...Por isso que é bom você receber por aquilo que você produz, porque já pensou uma pessoa produzir um montão e ter que dividir o serviço? Ai não seria justo, ai teria que correr atrás, ne?

**Então, você diria que era bem paga pelo que você produzia?**

É...tinha coisas que não era vantagem, ne? O valor pelo trabalho...

**Você acha que às vezes o trabalho era muito pesado pra poder ganhar pouco?**

É...isso...pra ganhar pouco

**Você tinha noção de como era o produto final? De como ficava o produto no final ou só da sua parte?**

Depois a gente via pronto...

**E participavam da elaboração do produto? Ou já vinha tudo pronto?**

Não, assim... Cada uma fazia uma parte, ne? Ai depois tinha uma pessoa que fechava tudo. Ou vamos supor, alguém fazia alguma coisa e eu fazia o final porque eu que era da costura, então eu via sempre o final.

**Você chegava a assistir aos desfiles que a COOPA-ROCA participava? Chegou a ver algum desfile?**

Eu já fui em um.

**E o que você achava de ver o produto finalizado?**

Ah, é esplêndido, ne? Aquilo ali, poxa... Algo que você fez e tá ali na passarela.

**E você tinha alguma noção do valor final do produto?**

Hm... Não, nenhum...

**Mesmo quando tinha a loja no Shopping Fashion Mall? Aliás, e a loja?**

Então, essa loja. O problema todo que deu foi daí. Porque tinha essa questão do valor que era muito alto, porque la não pagava aluguel, né? Ai o que que acontecia? A [coordenadora] já embutia o valor alto. Aí o que acontecia? Vendia pouco, ai fica encalhado lá. Ai a dona estava vendo, ne? Porque poxa por ser uma cooperativa o preço tinha que ser mais acessível, né? Ai a própria vendedora começou a apontar algumas coisas, ai foram averiguar e tinha muita coisa ai.

**Você acha que tinha mais tempo livre com o trabalho na cooperativa do que em outro lugar que exigisse horário marcado?**

É...tinha... Tipo assim “ah tenho que resolver alguma coisa no banco”, ai eu deixo ali, saio e vou resolver.

**Isso pra você é uma vantagem desse tipo de trabalho com relação a um trabalho que você tenha um horário marcado?**

É...É...

**Você levava trabalho pra casa? Fica mais tempo em casa ou na cooperativa?**

Sempre levava. Isso. Ia na sede pra pegar, entregar, ou reunião.

**Para as aulas também? Você teve que aprender?**

Não, eu sempre soube.

Nesse momento da entrevista, é possível perceber que a cooperada se perde em meio a sua própria condição, por vezes parece achar seu trabalho injusto e mal pago, outras vezes já considera que por ser um trabalho onde se paga por peça é justo porque só ganha o que produz. De um modo geral, é notável em sua fala que percebe sua exploração ou ao menos sente seus efeitos. Também fala sobre a loja que a cooperativa abriu no shopping Fashion Mall e afirma que acredita ser esse um

dos motivos para o começo dos problemas da cooperativa. Despende a culpa na coordenação, acreditando que houve uma má gestão da loja. Por outro lado, podemos perceber em sua fala o tamanho orgulho em ver seu trabalho exposto e sendo reconhecido. Cabe aqui a crítica de que esse trabalho alcançava reconhecimento em boa parte devido aos contratantes que já eram figuras de renome. Não estamos aqui diminuindo a importância do trabalho das cooperadas, pelo contrário, estamos reiterando que esse trabalho embora fosse reconhecido em alguns momentos, tal reconhecimento não se estendia a suas produtoras que continuavam renegadas e excluídas, destituídas de direito e segurança.

Sobre as perguntas quanto aos produtos desenvolvidos e o interesse pelo trabalho da cooperativa, afirmou que:

**Por que você acha que as pessoas querem comprar o produto da COOPA ROCA? É importante ser um produto de cooperativa?**

É porque a cooperativa tem um peso, tem um nome, né?

**Essas marcas que contratam, de certa forma, você num acha que contratam por isso? Por ser uma cooperativa de mulheres que são da Rocinha? Que contratam a cooperativa ao invés de uma outra marca ou empresa?**

Hm, não sei...Porque que uma C&A , como você falou, contrataria o trabalho da cooperativa? É assim, é porque são cooperadas, né? E por ser da Rocinha e já ter um nome, pode estar juntando. Porque a COOPA-ROCA tem fama ate fora, né? Então, pra eles também acho que é vantagem, porque é de nome e tem um peso, né? Até na etiqueta...

**A marca na etiqueta é usada em tudo então?**

É, porque eles tinham alguma sigla lá.

Assim, nota-se em sua fala que acredita que há um interesse pelo produto além do que ele efetivamente vale, em decorrência dos símbolos e significados que o produto carrega, como o fato de ser um produto muito específico, consumido por um público específico. Assim, vendem-se as mulheres, a Rocinha e o cooperativismo (conforme já vimos e ainda veremos em outras partes dessa mesma investigação).

Seguimos para perguntas sobre o trabalho como afirmação e negação do ser em si, para compreender como se dá a relação humana com o trabalho, e de um modo geral, como a cooperada compreende isso. Assim, tivemos que:

**Se você pudesse você não trabalharia?**

Eu gosto, eu amo costura, mas também trabalhar tem que ser bom, né? Porque é uma garantia.

**Você acha que o salário que você tinha na cooperativa era necessário pra você ter uma vida digna, uma vida boa?**

Hm...não.

**Faltava um acréscimo?**

É...

**Então a cooperativa não resolvia todos os problemas?**

Não, ajudava...

**Você se via ausente das obrigações de casa?**

Não, não...

**Dividia com mais alguém as obrigações de casa?**

Com as minhas irmãs.

**E o prazo pra entregar o produto? Qual a penalidade que acontecia na cooperativa caso você não entregasse dentro do prazo e o produto certinho, correto?**

Assim, eu... Eu nunca tive esse problema não... Com atraso, essas coisas...

**Mas você sabe de alguém que teve problemas? O que acontece?**

A pessoa só não recebe. É porque quando eles veem que você não está entregando aí passa o serviço pra outro, né? Pra fazer dar conta.

Assim, por fim, na entrevista voltamos a tratar da condição de trabalho da cooperada e nos deparamos com a constatação de que mesmo sob exploração e abuso, ainda se vê enquanto ser-trabalhador. Embora seja estranha ao seu trabalho, ainda se vê como trabalhadora, se reconhece nesse trabalho ensinado e aprendido em casa com a mãe, vê nesse trabalho uma afirmação e identidade.

## 5. A falácia da emancipação feminina e a apropriação dos discursos

A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. (ENGELS, 1974, p. 182)

É óbvio que a aspiração das mulheres à igualdade de direitos não será plenamente satisfeita pela luta, pela emancipação política, a obtenção de um doutorado ou outros graus acadêmicos, ou salário igual por trabalho igual. Para tornar-se realmente livre, a mulher tem que se desembaraçar das cadeias que faz pesar sobre ela a forma atual, ultrapassada e constrangedora, da família. Para a mulher, a solução do problema familiar não é menos importante que a conquista da igualdade política e o estabelecimento de sua plena independência econômica. (Kollontai apud Bonfim, 2013, p.9)

### 5.1. Práticas do cooperativismo: a COOPA-ROCA seria de fato uma cooperativa?

Inquietamos-nos a partir das entrevistas realizadas com as cooperadas da COOPA-ROCA, explicitadas no capítulo anterior, de modo que nos colocamos a indagar sobre a (im)pertinência do grupo enquanto *cooperativa* - no sentido *sui generis* do termo. Assim, nos sentimos compelidos a, neste momento, desenvolver uma rápida contextualização acerca do que são entendidas por práticas e atividades que são obrigatórias ao cooperativismo e; além disso, estabelecer uma relação entre o que expressa o documento oficial e as práticas desenvolvidas na COOPA-ROCA, de modo a permitir uma análise crítica e honesta quanto as condições de trabalho as quais as mulheres foram e ainda são submetidas e quais devem ser as ações de uma cooperativa de fato.

Assim, de acordo com o documento elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), são estabelecidos os seguintes *princípios cooperativos*:

**Adesão voluntária e livre:** As Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem seus serviços e assumirem as responsabilidades como membros, sem quaisquer discriminações de nenhuma natureza;

**Gestão democrática pelos membros:** As Cooperativas são organizações

democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os cooperados, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes;

**Participação econômica dos membros:** Os cooperados contribuem equitativamente para o capital da sociedade, controlando-o democraticamente. Este patrimônio passa a fazer parte da sociedade e é destinado aos seus objetivos sociais;

**Autonomia e independência da Cooperativa:** A Cooperativa é uma organização autônoma de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Em suas relações com terceiros deve atuar com total independência, sem qualquer interferência em sua autonomia e administração;

**Educação, formação e informação:** As Cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir cada vez mais eficazmente para o desenvolvimento da Cooperativa;

**Intercooperação:** As Cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

**Interesse pela comunidade:** As Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

(Sescoop, 2007, p. 22- 26, grifo nosso)

Temos ainda que, além dessas pontuações, o SESCOOP também destaca princípios e objetivos para a participação do associado na vida da cooperativa. Assim, encontra-se nesse mesmo documento uma oportuna passagem quanto à participação e a vida do cooperado. Consta no documento que:

A participação dos associados no empreendimento cooperativo se dá de forma organizada e com muita responsabilidade, **onde todos devem assumir o papel de verdadeiros donos**, tendo em mente que a Cooperativa **não é uma casa de caridade, nem simplesmente uma casa de comércio**, e sim uma prestadora de serviços aos associados, com objetivos econômicos, sociais e culturais. A presença e a participação na busca de **conhecimentos, qualificação e profissionalismo** fazem parte do objetivo cultural da Cooperativa. Esta busca do saber propicia um crescimento pessoal e facilita a descoberta de valores e talentos. É nesta fase que surgem os verdadeiros líderes, capazes de assumir as funções de administração e fiscalização. (Sescoop, 2007, p. 57, grifos nossos)

Dessa forma, é interessante perceber que, acerca dessas normas e pressupostos colocados pelo SESCOOP, tem-se que são normas cada vez mais importantes, ao permitirem a percepção e também, de certo modo, retirarem dos cooperados o estigma de representarem uma mão de obra semi-qualificada, despreparada, pouco produtiva, uma vez que se pode encontrar em cooperativas, profissionais altamente qualificados nas mais diversas categorias de trabalho; sendo assim, tendo a finalidade de resolver problemas do mercado de trabalho, e buscando uma forma de gerar renda e também de garantir a tal ‘emancipação’ do sistema de salários, quanto a esses aspectos, Culti (2002, p. 12) lança um olhar afirmando que

[...] o cooperativismo é uma forma de produzir atraente visto que nela, o lucro que o empresário obtém do trabalho contratado desaparece e o trabalhador associado traz para o grupo uma fonte de renda que passa a ser investida nela e **distribuída entre os membros**, visando o **melhoramento** das suas condições de vida e seu **futuro profissional**.

Quanto a essa prática voltada para um futuro profissional, na busca por conhecimento, qualificação e profissionalismo, educação, formação e informação, as Cooperadas indicam que a COOPA-ROCA se preocupava com a formação das mulheres que não sabiam determinadas técnicas, tendo algumas aulas pra aprender a desenvolver e poder acompanhar o trabalho da cooperativa. Assim, afirmam as cooperadas ao serem interpeladas:

**Nesse caso das que não sabiam fazer tinha aula?**

Tinha. Uma, duas, dez aulas, mas a gente botava um limite, entendeu? Às vezes a pessoa aprendia em uma, duas, três, na outra era mais três, mas também não dava pra dar eternamente. (COOPERADA A)

**Nesse processo tinha também uma preparação para outras meninas, né? Pra ensinar o processo de trabalho?**

É... Lá já teve um período que alguns iam lá pra aprender, né? Sempre tinha uma pessoa lá pra ensinar a fazer. Ou às vezes tinha um em serviço, aí pegava aquelas mulheres pra ensinar o trabalho na própria cooperativa. (COOPERADA B)

É importante aqui nos atermos ao fato de que o processo histórico que já explicitamos anteriormente, que provocou transformações no mundo do trabalho, em decorrência da reestruturação produtiva, aumentou exponencialmente o número de desempregados, fazendo com que os trabalhadores tivessem que reinventar antigas formas de trabalho ou até mesmo criar outras novas. As cooperativas cresceram acompanhando esse movimento do capital, sob a proposta, resumida, de que os integrantes da cooperativa, os membros cooperados, têm todos os mesmos direitos e deveres, exigindo-se que haja uma gestão democrática sob uma estrutura horizontal, livre de hierarquias verticais. Dessa maneira, segundo Junqueira e Trez (2004), podemos aferir que a permanência de uma cooperativa depende muito das decisões sobre os serviços que serão realizados de modo a favorecer a necessidade de todos ou ao menos da maioria dos cooperados; também cabe aos cooperados negociarem e acordarem sobre os preços dos serviços e produtos, conjuntamente, sem haver hierarquização de tomada de decisões; também precisam trabalhar pra manter a cooperativa dentro do cumprimento das leis; precisam também garantir a comunicação interna e externa entre seus cooperados.

É seguindo essas pontuações feitas pelos autores, que nos colocamos a

questionar a pertinência da COOPA-ROCA na categoria de cooperativa. Ou se, conforme indica nossa hipótese aqui nesse tópico, o termo *cooperativa* é apenas apropriado de forma oportunista para vender produtos que agreguem valor e possam gerar interesse de consumo por um determinado tipo de cliente em particular. Visto que esse nicho de trabalhos em cooperatividade atrai determinados públicos bem específicos que consomem particularmente produtos como os que são desenvolvidos pela COOPA-ROCA. Acreditamos ainda em uma outra hipótese mais ampla de que não se trata apenas de uma apropriação das particularidades que carregam os produtos desenvolvidos por cooperativas; em outras palavras, uma apropriação das noções do cooperativismo como forma de desenvolver um produto de caráter de identidade especial e com um preço igualmente especial. Estamos nos referindo ao alto valor agregado desses produtos, conforme pudemos observar nos tópicos anteriores desse capítulo 4, a ponto de as próprias cooperadas não terem nem um mínimo de condição de consumir o produto do próprio trabalho.

Assim como a luta, as pautas e discursos feministas também são apropriados pelo capital, que engole e ‘esvazia’ muitas de suas reivindicações, ao colocar as discussões no plano dos debates rasos e infundados, sem embasamento teórico ou de vivência de causa, o que conforme já vimos em diversas outras partes dessa pesquisa, não contribui para a *emancipação* feminina, não auxilia, não ajuda, não dá apoio, apenas dissimula, encobre, camufla a real condição feminina, fingindo promover melhorias através de jargões associados ao trabalho feminino como a maior e principal forma de alcançar a emancipação feminina.

Essas dissimulações acabam resumindo as lutas pautadas em aspectos econômicos, assim muito se ouve falar de empoderamento, empreendedorismo, engajamento social – termos comumente associados e resumidos, equivocadamente, a meras relações econômicas e salariais. Colocam-se como se essas fossem as principais pautas das mulheres, se limitando a uma perspectiva de mundo em que caso as mulheres alcançassem a igualdade salarial os problemas das desigualdades entre homens e mulheres acabariam; quando, na verdade, buscamos evidenciar aqui que, seguramente, ainda que o problema da desigualdade salarial fosse resolvido, ainda assim, a condição de submissão e subjugamento da mulher continuaria ocorrendo em todos os interstícios sociais multiescalarmente, e se perpetuando nos espaços e nas práticas sociais em sua totalidade e dimensão.

Por isso, frisamos que a luta das mulheres ultrapassa e vai bem além das

questões salariais, essa é apenas uma dentre as muitas reivindicações femininas. Não estamos, contudo, aqui tirando a importância da discussão salarial, pelo contrário, entendemos que numa sociedade do capital, moldada para o capital, onde a produção do espaço ocorre a partir das prerrogativas de venda e transformação dos espaços em mercadoria, entendemos o nível de importância e centralidade que o dinheiro exerce sobre as relações humanas e sociais tanto na coletividade quanto na individualidade.

Assim, a vida em sociedade gira em torno do dinheiro, é de se esperar mesmo que muitas das pautas dos “movimentos de causa única”, para citar o termo usado por Meszáros (2002), em alguns momentos coloquem holofotes sobre a questão salarial, visto que numa sociedade doentia, um pensar e agir doentio mostra-se assustadoramente necessário para que se possa sobreviver. Assim, acreditamos que Meszáros (2002) quando, de certa forma indica a (im)pertinência dos movimentos sociais, por considerar que, para todos os fins, as pautas levantadas tem embasamento limitado e acabam por se tornar uma espécie de *luta para ser mais explorado ou tão explorado quanto os outros são*. A luta pela inclusão não é pautada nessa visão como um *incluir para se libertar e se emancipar*; mas sim, como um *incluir para se aprisionar e servir mais ainda* a uma realidade que aliena, dissimula, oculta, subjugando, explorando e expondo os trabalhadores a condições subumanas.

Assim, temos, portanto, que enquanto explora o trabalhador, o capital dissimula e esconde essa exploração, criando pseudoconcretidades, simulacros, imaginário coletivo, que encobrem essa exploração com vestimentas esperançosas, de um devir de conquistas e glórias, de uma falsa sensação de inclusão e da sensação superficial de que se está alcançando *melhoras na vida* (é exatamente por isso que é de se esperar que nas conversas com as cooperadas da COOPA-ROCA elas indiquem melhoras em sua condição de vida, sem perceber que seu cotidiano, sua vida, seu próprio falar, já denotam uma profunda condição de exploração a qual são submetidas), assim a exploração vem em forma de discurso de emancipação e empoderamento, conforme vínhamos tratando.

A partir dessas perspectivas até aqui expostas, temos que no que se refere às atividades em cooperativas acabam surgindo ao longo do tempo algumas desconfianças e questionamentos por parte dos cooperados sobre se efetivamente os benefícios adquiridos pelo trabalho em conjunto estão sendo divididos e repassados para o todo do grupo. Na fala da cooperada A isso se expressa e pode

ser notado:

Olha, como lá tinha uma tabela mais ou menos elas sabiam sim. E isso ai era um ponto negativo às vezes, porque por exemplo, vamos supor que custava 100 reais, esse produto sairia da cooperativa por mais de 200 reais porque precisava das linhas, das coisas para a cooperativa poder se manter, pagamento da coordenadora, da fiscal e às vezes elas não entendiam “como que entra e sai com esse preço daqui?” Isso era algo que elas não entendiam e acabava causando intrigas **(Pesquisadora: Isso gerava desconforto na cooperativa? Você acha que elas pensavam que não estavam sendo valorizadas ou que não estavam recebendo, é isso?)** Não, recebendo porque perguntava pra todas se estava recebendo. Porque não ia deixar de pagar uma conta e acabava pagando uma conta e não pagando elas. **(Pesquisadora: Acontecia de entregarem o produto e não receber por ele?)** Acontecia de vez em quando de atrasar ou então se a gente tinha alguma conta pra pagar. Toda empresa em alguns momentos tem que todas algumas decisões, quem ia ficar prejudicado e acabavam elas sendo as prejudicadas. (COOPERADA A)

Além disso, ocorre que existem outras questões que surgem em decorrência notadamente das pressões de regras, normas, exigências institucionais que são impostas às cooperativas; são pressões políticas e pressões econômicas de mercado; além é claro de pressões sociais muitas vezes decorrentes de visões discordantes e conflitantes entre os membros, como expressam as colocações das cooperadas conforme veremos a seguir, que ao longo da entrevista demonstraram a forte tensão conflituosa existente entre as cooperadas e a coordenação da cooperativa (sob a figura imperativa da coordenadora, conforme apontaram e descreveram as entrevistadas). Seguem os trechos das entrevistas em que as cooperadas indicaram esse fator:

Ah sim... Porque o quê que acontece? A cooperativa chegou um momento em que estava devendo o mundo inteiro. E ai ela trouxe até outras mulheres para ter o entendimento, mas não teve, foi tanta confusão que a coordenadora foi embora. Um pouco antes dela ir embora teve uma reunião que as artesãs souberam que ela tinha botado a marca no nome dela. E ai quando aconteceu isso, ai rachou, né? Já não estava legal porque estava devendo, ai não pagava a conta delas, diziam que não pagava, que não administrava direito e ela falava que era porque não tinha trabalho, enfim problemas internos. Mas quando as artesãs souberam que ela tinha colocado a marca no nome dela, entraram com um processo que demora muitos anos. E elas não sabiam, ai quebrou uma confiança. Mesmo com todos os problemas que teve durante todos os anos tinha uma confiança e ai quebrou essa confiança. Ai, acabou ela indo embora, as artesãs ficaram com um prédio com dívidas de mais de 600 mil reais, devendo pra todo mundo. **(Pesquisadora: As artesãs ficaram com essa dívida?)** É, porque a cooperativa é das artesãs, não é da *[suprimido o nome da coordenadora por razões protetivas e legais]*, ela ficou com a marca, a logo, a dívida é da cooperativa. **(Pesquisadora: As artesãs vão ter que pagar a dívida? Essas cento e poucas cooperadas?)** A dívida é da cooperativa. A empresa é uma coisa e a cooperativa não deixa de ser uma empresa, né? E em qualquer loja ai tem a marca, a marca do produto. E ai ela foi e passou pro nome dela. **(Pesquisadora: Então, ela é a dona da marca?)** Isso. E ela pode juntar outras artesãs em outros

lugares, montar um grupo e continuar trabalhando. Agora a dívida ficou para a COOPA-ROCA. Porque o nome é assim Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha e suas sócias. Então a dívida é dessas pessoas. Dessas mulheres moradoras da comunidade, não é dela. E se as artesãs montarem qualquer peça não podem, porque você olha e fala “ah, é lá da Rocinha”, mas não é. **(Pesquisadora: Então agora a gente pode dizer que a COOPA-ROCA nem da Rocinha é?)** A cooperativa em si sempre foi, mas a COOPA-ROCA, a marca, não. **(Pesquisadora: Mas essa sede da cooperativa pertence a quem agora?)** É da cooperativa mesmo, das mulheres. Ai essa diretoria botou ela na justiça pra reaver a marca, mas até agora... **(Pesquisadora: Mas se ela for reabri ela não reabre na Rocinha?)** É, isso... Hoje ela pode abrir em qualquer lugar, entendeu? Até nessa época ela quis dividir “olha abri pra não perder porque vocês não tinham dinheiro mesmo”, mas aí ela não falou antes, ela falou depois que ficou sabendo e aí ela falou “ah, então a gente divide, eu fico com a metade da marca e vocês com metade”, mas aí... Sabe quando você quebra alguma coisa? Não se entenderam. **(Pesquisadora: E aí a cooperativa parou?)** Por que o quê que acontece? Porque que a cooperativa parou? Ela está devendo os impostos, não consegue emitir nota fiscal e todos os parceiros que conseguem eles precisam de nota fiscal. E essas mulheres elas não tem esses 600 mil reais pra poder pagar a dívida. Então, infelizmente fechou. E pelo visto não volta nunca mais. E o nome delas vai ficar sujo pro resto da vida. (COOPERADA A)

Assim... Chegou um certo tempo que eu não fazia mais parte, porque a [*suprimido o nome da coordenadora por razões protetivas e legais*]ela se aproveitou muito dessas pessoas que era analfabetas... Então, era assim... Vendia o produto tanto [*se referindo ao valor final dos produtos da cooperativa*] aí, ela ficava com a maior parte, né? É... Por isso hoje a COOPA-ROCA faliu. Por conta dessa pessoa que tentou se aproveitar. E acabou se afundando. Minha mãe foi uma que assinou muito cheque sem saber ler. Então... Se aproveitou da inocência das pessoas. Porque assim muitas mulheres não tem condições de trabalhar fora, né? Foi justamente criada pra cada uma fazer, porque enquanto tá em casa tá cuidando dos filhos e produzindo, né? Tanto que elas só iam às vezes pra reunião, essas coisas... Só iam pra cooperativa quando era reunião ou entrega de material, fazer pagamento ou fazer algumas capacitações. Sempre tinha umas que sabiam mais pra ensinar. Uma pessoa do crochê ensinava outra pra poder capacitar. (COOPERADA B)

Para tanto podemos dizer que, de um modo geral, são justamente essas pressões que fazem parte do cotidiano das atividades em cooperativas e, como pudemos observar, estavam presentes no cotidiano do trabalho na COOPA-ROCA, sendo um dos muitos fatores que contribuíram para o fim da cooperativa. As pressões, por outro lado, também são absolutamente necessárias para a própria manutenção da cooperativa, incorporando novas ideias, perspectivas e noções a partir das reivindicações que surgem com essas pressões. Mas, nesse contexto, é necessário notar também que as cooperativas atuam de acordos com seus preceitos particulares, com padronizações diferentes, mas que ainda assim, mesmo havendo essa liberdade de formas de atuação, ainda assim, as cooperativas precisam seguir alguns aspectos para que sejam efetivamente classificadas como tal.

Outros questionamentos também se colocam; como, se de fato existe uma

preocupação do trabalho da cooperativa para com o seu entorno, voltando-se para a sociedade, cumprindo sua função social; se de fato a cooperativa é organizada sob uma ótica de independência, livre de hierarquização e com uma organização de ordem horizontal, onde a participação de todos deve ser tomada de forma igualitária, sem relações de poder e dominação no funcionamento das atividades; se os membros estão sendo realmente beneficiados pelo trabalho desenvolvido.

Portanto, podemos aferir seguramente, que os princípios que norteiam o funcionamento e as práticas de uma cooperativa, teoricamente, deveriam ser os da democracia e da solidariedade, promovendo a formação de um grupo unido, coeso, participativo, aceito e não imposto, em que a prioridade esteja na satisfação de seus membros e não somente apenas focada e voltada para fins lucrativos, aspectos econômicos, é necessário que a cooperativa obrigatoriamente seja voltado para o social e para a formação e qualificação de seus trabalhadores. Quanto a essas práticas de obrigatoriedade destinadas a cooperativas, tem-se que as cooperadas afirmaram em alguns trechos da entrevista o quanto a COOPA-ROCA se distanciava das práticas de uma cooperativa de fato. Como, por exemplo, nas passagens a seguir, em que as cooperadas afirmam que:

Elas não queriam que eu saísse, mas elas não tinham como me pagar, elas estavam recebendo um dinheiro, mas o dinheiro delas estava contado. Com esse restinho de dinheiro elas me pagavam pra não me perder (risos). E eu ficava com uma dor no coração, mas eu falava “vou arrumar um trabalho, vou arrumar um trabalho”. E aí eu falei assim “quero arrumar algum trabalho, trabalhar na área de algum projeto social”, porque chegou um momento que eu não estava vendo na cooperativa o lado social dela. Porque era só chegou produção, as mulheres estão indo produzir, entregar, entregar pro cliente, receber, sabe? Não tinha... Começou a me incomodar. E aí quando a coordenadora saiu e elas ficaram sozinhas, eu fiquei tentando ajudar elas da melhor maneira possível, mas aí eu fui me afastando aos pouquinhos. Aí me indicaram pra ser conselheira da ASPA, eu aceitei porque eu gosto muito da ASPA, foi a minha primeira escola, eu tenho o maior carinho. E aí quando foi uns dois, três meses depois teve uma eleição e me indicaram pra presidente da ASPA. E eu, que não sei dizer não, fui e aceitei. Então, eu não sou funcionária da ASPA, eu sou presidente da ASPA. Desde agosto a gente está sem diretora e aí eu junto com a [suprimido o nome], que ela é funcionária da instituição, eu ajudo no que eu posso, e aí a mesma dedicação que eu tinha lá na cooperativa eu tenho aqui, acho que já faz parte da minha alma (risos). Mas é completamente diferente, porque as artesãs lá, era exatamente isso elas vinham na semana, não tinha um benefício extra. Elas ganhavam pelo trabalho delas. A cooperativa não era assim “ah, eu trabalho na cooperativa porque é bom, porque além do meu trabalho que eu trabalho mesmo e que recebo eu tenho outros benefícios”, não, não tinha. (COOPERADA A)

A cooperada A segue afirmando que

[...] Isso, só a parte administrativa, trabalhava eu, a [cita o nome de outra cooperada], e na contabilidade trabalhava uma outra pessoa, no setor administrativo e a coordenadora. A gente estava lá diariamente. Até se o pessoal ligasse com “ah, não

estou com uma linha, faltou uma agulha, não estou conseguindo fazer”, a gente está lá assegurando tecnicamente as cooperadas nas suas casas. [...] às vezes assim “olha é pra *mim* entregar daqui a dois dias, mas aí eu não vou conseguir porque meu filho ficou doente”, aí a gente tinha que ir atrás de outra pessoa pra ir lá na casa dela ajudar, entendeu?

É possível notar na fala da cooperada que a COOPA-ROCA, para todas as vias de fato, não tinha atividades que correspondessem e fossem condizentes com os princípios gerais das cooperativas, conforme explicitamos. Ainda complementando essa discussão, temos ainda uma outra passagem em que a Cooperada A aponta e indica para suas desconfianças quanto a pertinência da COOPA-ROCA no quesito cooperativa, ao ser indagada, afirma que:

Boa pergunta (risos). Olha, isso é muito difícil responder, trabalhei lá 16 anos... Exatamente por isso, porque se eu falar que era uma empresa... Bom, as artesãs, uma vez por mês eram passadas as coisas pra elas, porém dizer que era uma cooperativa que elas decidissem o que era pra ser obedecido também não era. Por isso que eu falei, a cooperativa é uma junção de dois mundos: o da comunidade da Rocinha, de pessoas que precisavam trabalhar pra criar seus filhos e o da coordenadora que é muito ativa na cooperativa e que tinha uma visão empreendedora, entendeu? A cooperativa ficou entre dois mundos. (COOPERADA A)

Ainda ao ser questionada sobre seu julgo de justiça frente ao trabalho desenvolvido pelas artesãs e costureiras, a Cooperada A, mostrou ter uma consciência e visão crítica sobre o processo, tanto na escala da vivência, quanto em uma escala mais geral, percebendo as nuances de maiores dimensões que estruturam e, muitas vezes dominam processos, conforme afirma a Cooperada A:

**Então saber o valor do produto final quando elas descobriam já gerava uma discussão?**

Não, elas sempre sabiam, aí elas tinham até uma noção porque era uma tabela com os porcentos, os materiais, o da coordenadora, elas já sabiam. Então às vezes acontecia de “olha não dá pra ser por 100, dá pra você fazer por 70 porque o cliente disse que só paga até tal valor?”. (COOPERADA A)

**Recebiam um valor justo ou era um valor abaixo?**

Não, era assim, elas davam um valor, quando dava pra fazer aquele valor ok, quando não dava a gente negociava. Lógico que, falando de preço justo, por exemplo, as artesãs essa semana receberam um pedido de 10 alças pra fazer um crochêzinho em volta, essas artesãs vão ganhar 6 reais por cordinha, por alça, ela vai levar 2 horas pra fazer cada, se elas ficarem 6 horas trabalhando elas ganham 18 reais por dia, isso é justo? Por isso que muitas delas deixam a cooperativa e vão fazer faxina, porque ganha mais, é mais lucrativo pra elas. E dentro do valor de mercado, isso é pagando bem porque essa mesma pessoa tem uma outra pessoa que faz mais barato, entendeu? É uma loucura, então isso de “é justo?” é justo dentro de uma maluquice aí da indústria da moda, pra eles, mas a pessoa ganhar 18 reais por dia não é justo não. (COOPERADA A)

Olha, a cooperativa nunca teve lucro, ela sempre estava devendo (risos). Segundo que elas produziam de acordo com a capacidade de produção delas. Porque quem tinha muito filho produzia menos, quem era solteira produzia um pouquinho mais. Então a gente falava “quanto você vai produzir essa semana?” “ah, vou produzir tanto”, aí ela levava. [...] É, dentro das possibilidades que se apresentavam a gente tentava fazer o mais justo possível. Não era porque não tinha trabalho. Era porque não sabia produzir, mas aí já não era um problema nosso interno, entendeu? (COOPERADA A)

Ao retomar as normas e diretrizes apontadas pelo documento do Sescop que explicitamos no início da discussão desse tópico, podemos afirmar seguramente que a COOPA- ROCA, a se julgar pelo seu histórico de atividades e pelos depoimentos de suas cooperadas, não se encaixe dos parâmetros exigidos para ser categorizada como cooperativa; em outras palavras, a COOPA-ROCA nunca foi e não é uma cooperativa de fato, em essência a construção do termo e as noções expostas nessa discussão. Aferimos isso, munidos das noções de que, embora as exigências de **adesão voluntária e livre; autonomia e independência da cooperativa; educação, formação e informação**, sejam garantidas e obedecidas na COOPA-ROCA (ainda que não plenamente nem amplamente, mas havia uma tentativa em se fazer), ainda assim as outras exigências não são respeitadas.

Assim, por exemplo, a **gestão democrática pelos membros** não acontecia na cooperativa de fato, por mais que fizessem reuniões em que a coordenação passa para as cooperadas as atualizações dos acontecimentos na parte administrativa da cooperativa, ainda assim, essa comunicação era falha e não era bem compreendida pelo conjunto de cooperadas. Desse modo, alega a cooperada A que:

As artesãs são cooperadas, elas ganhavam por produção. Tinha uma coordenadora que tomava conta junto com a diretoria da cooperativa, tanto que a diretoria eram as próprias artesãs e elas não tinham conhecimento técnico nenhum. Quem administrava na verdade era a [coordenadora], ela que passava para as mulheres o que estava sendo feito, o que era pra fazer e tudo mais. Porém, elas não entendiam, não tinham escolaridade, umas tinham até a 3ª série ou a 4ª série, elas não tinham... Então, a [coordenadora] explicava e elas tipo “*ta bom, eu tô trabalhando então tá bom*”. (COOPERADA A)

Isso significa também que a diretriz de **participação econômica dos membros** também não se efetivava, uma vez que essa diretriz exige a participação igualitária na divisão dos benefícios entre todos os membros da cooperativa. Ao que nossa investigação nos leva a crer, e conforme apontam suas cooperadas, essa divisão igualitária não acontecia, pelo contrário, as cooperadas indicam que o

produto final era de altíssimo valor agregado, enquanto seus pagamentos continuavam sendo absolutamente baixos.

Como a cooperativa entrou para o mundo da moda, a moda não tem essa produção o ano todo, chegou um momento... Porque o mercado o que acontece? A gente cobrava um preço justo pelo trabalho das artesãs, mas se você for lá no interior você vai ver que tem outras trabalhando pela metade do preço. A gente não conseguia concorrer, entendeu? E aí as artesãs “ não, mas eu também não vou trabalhar de graça”. Aí a gente pensou em vender produtos da cooperativa, por isso que teve uma loja no Fashion Mall. (COOPERADA A)

Então, essa loja... O problema todo que deu foi daí. Porque tinha essa questão do valor que era muito alto, porque lá não pagava aluguel, né? Aí o que que acontecia? A [coordenadora] já embutia o valor alto. Aí o que acontecia? Vendia pouco, aí fica encalhado lá. Aí a dona estava vendo, né? Porque poxa por ser uma cooperativa o preço tinha que ser mais acessível, né? Aí a própria vendedora começou a apontar algumas coisas, aí foram averiguar e tinha muita aí... [...]O que vendia mais era aquelas luminárias com croché de bola, né? Que ia pra fora... Esse era o produto que estava vendendo mais e que estava segurando a cooperativa. (COOPERADA B)

Sendo assim, outras diretrizes que exigem a participação e a divisão econômica igualitária nas cooperativas também evidenciam o quanto a COOPA-ROCA não se enquadra nas exigências das classificações em cooperativas, então a **intercooperação**, ou o estímulo ao movimento cooperativo exige que as atividades sejam moldadas a partir dos princípios de igualdade entre os membros, o que não ocorria na cooperativa que fomenta nossa empiria. Além disso, por fim, uma outra norma importante que não era atendida pela COOPA-ROCA era a diretriz de **interesse pela comunidade na qual está inserido**, deve ir além dos muros da cooperativa, assim, temos que, ainda que teoricamente a cooperativa tentasse mostrar um certo interesse pela Rocinha, o fato, é que a COOPA-ROCA não se voltou ou se propôs a promover qualquer outro trabalho para o entorno como um todo.

A cooperativa se tornou tudo o que uma cooperativa não pode ser, um mero *balcão de negócios*, de recebimento e entrega de produtos, sendo uma mediação entre as trabalhadoras e o cliente em uma relação de subcontratação, onde ambos não se relacionam diretamente, o que gera e reforça ainda mais a insegurança e desconfiança por parte dos trabalhadores. Temos assim, que em decorrência de um histórico muito recente, a cooperativa em questão passou por uma completa mudança, sendo que suas cooperadas se negam a voltar a trabalhar sob as condições anteriores e sob a coordenação; o nome da marca da cooperativa atualmente, segundo afirmam as cooperadas entrevistadas, pertence a coordenadora enquanto

as cooperadas herdaram as dívidas que da cooperativa. Ao que parece, segundo indicaram as cooperadas, o nome da cooperativa e a sede da cooperativa (prédio onde se situa) são de registros diferentes, então a coordenadora detém agora o direito sobre o nome da cooperativa, enquanto que as cooperadas são donas e respondem pela cooperativa, cadastradas legalmente como sócias e, portanto, donas da cooperativa. O que as cooperadas parecem indicar, até mesmo em forma de denúncia, é que uma integrante da cooperativa (no caso a coordenadora, que ao que parece, não assinada como sócia e sim como coordenadora, pertencendo a sociedade às cooperadas como um todo) sem avisar e sem comunicar às outras, passou a marca da cooperativa para seu nome e registro pessoal. Assim, isso significa que a COOPA-ROCA atualmente enquanto marca de produtos artesanais e de costura, já não tem vínculo com as mulheres artesãs e costureiras moradoras de Rocinha de anteriormente, mas ainda assim continua com suas atividades, agora de outra forma, com outras artesãs e costureiras, de outras partes do Rio de Janeiro. A “cooperativa” (aqui já empregada sob o uso das aspas, de modo a expressar a impertinência desse termo referente as atividades e condições trabalhistas da COOPA-ROCA) continua, portanto, com suas atividades, enquanto as cooperadas, conforme indicaram as entrevistadas, ficaram com a sede bem dizer abandonada e com uma dívida que tem gerado uma série de transtornos para essas mulheres, que com o *nome sujo* são impedidas de desenvolverem várias de suas realizações.

## **5.2. O “refúgio” dos sem opção: a perversidade da informalidade e precariedade do trabalho da mulher**

Melo e Teles (2000), apontam através de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho que a discussão sobre a informalidade do trabalho é datada desde a década de 1970. Estudos garantindo que esse trabalho aumentou devido ao fato de haver mais mão-de-obra do que postos de trabalho disponíveis, assim a formalidade não era garantida para todos. Quanto à informalidade, particularmente, tem-se que essa aumenta enormemente, provocada pelo constante aumento de desempregados, que buscavam na informalidade uma forma de sobrevivência<sup>34</sup>. Desse modo, os autores aferem que a informalidade funciona como um *colchão amortecedor*, recebendo a população desamparada pelos direitos

---

<sup>34</sup> Garcia da Silva (2014)

trabalhistas e anulada de seu direito à vida. O setor informal, então, apresenta condições de precariedade bem mais acentuadas que as do setor formal.

Malaguti (2001, apud Garcia da Silva, 2014) faz uma pontuação pertinente indicando que a informalidade funciona como um *'refúgio' dos sem opção*. Esses trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal precisam de novas formas de trabalho que lhes garantam a reprodução da vida.

Assim, sobre o setor informal tem-se que:

[...] consideram-no constituído por um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda dos seus trabalhadores (CARVALHO, 1986, p. 6)

Desse modo,

[...] toda relação entre capital e trabalho na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de mercadoria, é trabalho informal. [...]. O *'setor informal'* não se sustenta em nenhum marco conceitual, definindo-se apenas pela oposição ao que é formal. [...] (TAVARES, 2004, p. 49-50)

Já Souza Filho (2007), aponta que

O ponto de partida de exame e classificação do trabalho informal da OIT é a unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. (SOUZA FILHO, 2007, p.5).

Malaguti (2001 apud Garcia da Silva, 2014), por sua vez, para além disso, afirma que

[...] a "informalidade" é um conceito muito mais amplo do que o de *'setor informal'*. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro. Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre-de-obras de uma grande empreiteira da construção civil que trabalha sem utensílios de proteção etc. Mesmo possuindo carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores não estariam vivenciando situações de informalidade? Parece-nos que sim. [...] (MALAGUTI apud GARCIA DA SILVA, 2014, p.41)

Ainda acrescenta o autor:

Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o *'setor' informal* e o *'setor'*

informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um 'setor' sem o 'outro', parece-nos, na prática, inconcebível. (MALAGUTI apud GARCIA DA SILVA, 2014, p.41).

Nesse sentido, nos voltamos para Tavares (2004) quando aponta que sempre houve um discurso sobre um suposto fim do trabalho informal, mas que de fato não ocorre porque este trabalho funciona como uma forma de complementação da proteção social, uma das formas encontradas pelos trabalhadores excluídos do mercado formal para sobreviver, uma forma de trabalho muito útil ao capitalismo. E é exatamente por isso que as políticas públicas não buscam promover o fim das relações informais, porque esse tipo de atividade serve aos interesses do capital. A ponto de pessoas qualificadas e preparadas para o trabalho formal terem de buscar auxílio e saída no trabalho informal.<sup>35</sup>

Essa condição de escassez de trabalho no mercado formal faz com que esse se torne uma arena de disputas, um palco de combate onde os trabalhadores informais se confrontam em busca de um lugar na formalidade, são muitos concorrendo por poucos espaços, concorrendo por algo que deveria ser direito garantido para todos.

Assim, segundo Prandi (apud Garcia da Silva, 2014, p. 41-42), o capital

[...] nada mais faz do que manter como reserva uma parcela da população que não lhe interessa de imediato. [...]. Com isso a classe trabalhadora está totalmente à disposição do modo de produção capitalista. E ainda impedem a classe de lutar, já que a possível insatisfação é diluída com as mensagens positivas sobre as novas e reinventadas formas de trabalho.

Além disso, tem-se que o discurso da informalidade, de acordo com Garcia da Silva (2014), guarda um caráter de profunda perversidade quando esconde as intencionalidades de suas dinâmicas, esconde seu domínio sobre a vida do trabalhador, esconde suas perversidades e, em contrapartida, oferece um cenário arquitetado onde promove no trabalhador uma sensação de atividade positiva, de trabalho de qualidade, não consegue perceber as nuances de obscuridade e desumanidades deste trabalho e ainda crê que as atividades lhe trazem melhorias na vida. Assim, o trabalho informal propaga uma série de chavões, como: independência; liberdade; empreendedorismo; realização pessoal; emancipação. Contudo, o trabalhador informal ainda se mantém associado e subordinado ao modo

---

<sup>35</sup> GARCIA DA SILVA (2014)

de produção capitalista, sendo que por mais que a renda do trabalho informal ajude a família ainda não é suficiente para sozinha garantir a sua reprodução.

A relação entre capital e trabalho na informalidade é obscura, opaca, carregada de pseudoconcretidades, desse modo, a subordinação é menos perceptível, exatamente por isso que as manifestações de insatisfações da classe trabalhadora no setor informal praticamente não ocorrem; o trabalhador não se vê subordinado a nada nem ninguém, não sabe contra quem nem pelo o quê lutar, enfraquecendo a luta da classe trabalhadora. O que não se percebe é que mesmo sem uma relação formal de assalariamento ainda assim ocorre extração de mais-valia, ainda há captação e acúmulo de lucro para quem do trabalho se apropria.<sup>36</sup>

Ainda sobre essa obscuridade do trabalho informal, Bettioli (2009, p.5), citando Noronha (2003), afirma que

Cabe ainda salientar que para Noronha (2003) a obscuridade desse conceito “apontou a insuficiência de visões que identificam “informalidade” como algum tipo de pobreza ou que não distinguem práticas criminosas (como por exemplo, a venda de produtos ilegais) ou de outras situações ilegais não criminosas ou não previstas pela lei”. (NORONHA, 2003 p.116). Outra observação importante inserida nesse universo conceitual são as várias expressões como; “setor informal, atividade informal, setor não estruturado, setor de subsistência”, utilizadas pelos diferentes autores pesquisados para classificar a força de trabalho que engloba os trabalhadores não inseridos nas relações ditas assalariadas, ou seja, aqueles que se dedicam ao trabalho autônomo, ou atividades de pequena escala de produção de bens de serviço, assalariados não declarados, sem remuneração determinada.

O pseudoconcreto, portanto, se ergue (não em uma relação banal de causa e efeito, mas fruto de uma construção histórica) em forma de trabalho informal carregado das prerrogativas de igualdade, liberdade, emancipação da classe trabalhadora. Creditando à informalidade a saída ideal para os problemas e limitações do setor formal, como sendo uma excelente *alternativa* (com todo cuidado que essa palavra exige, temos aqui a noção de que ‘alternativa’ carrega um teor de significado que coloca o objeto em posição de menor importância em comparação à primeira opção). E enquanto aparenta e cria um simulacro de caráter emancipatório, em essência guarda e esconde uma realidade de profundo abuso e crueldade para os trabalhadores que são completamente destituídos de seus direitos trabalhistas, sociais, de vida, tendo que aceitar qualquer condição imposta pelo capital.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> GARCIA DA SILVA (2014)

<sup>37</sup> É importante, aqui, evidenciar que quando nos referimos ao *capital*, o fazemos com base em noções amplas de complexidade, não se trata, portanto, de uma *personificação do capital*, algo como

É evidente que todos os trabalhadores são submetidos ao processo de reestruturação produtiva do capital, mas Tavares (apud Garcia da Silva, 2014) aponta para o fato de que, na acumulação flexível, as mulheres são mais subalternas do que os homens; isso devido às condições que lhes são impostas culturalmente, como por exemplo, o costume de desenvolver muitas atividades ao mesmo tempo, ou funções específicas e destinadas ao trabalho da mulher, geralmente associado ao cuidado do lar, de crianças, idosos, ou trabalhos mais delicados, para ‘mãos delicadas’, como costureiras e artesãs (que compatibilizam a empiria dessa pesquisa), enfim, trabalhos geralmente mal remunerados e de alta submissão às condições do capital, com poucas ou nenhuma garantia social.

Assim, Neves e Pedrosa (2007), apontam que:

[...] ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado (NEVES E PEDROSA apud GARCIA DA SILVA, 2014, p.54).

Ainda no que se refere à terceirização e informalidade Tavares (apud Garcia da Silva, 2014, p. 54) afirma que

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar os custos do trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opostos. Em vez da compra direta da força de trabalho, compra-se trabalho, serviço, mercadoria. A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação de trabalhador em empresário.

Temos, portanto, que o trabalho informal cresceu vertiginosamente no contexto das transformações no modo de produção capitalista. A partir disso, percebemos as conquistas históricas sendo retrocedidas e a luta do trabalhador se esvaziando de sentido e perdendo força de capacidade transformadora; ou, muitas vezes, conforme já indicamos a luta do trabalhador e resumida apenas a melhoras salariais, como se trabalho se resumisse a salário e os problemas do trabalhador se resumissem a seu mau pagamento.

---

um ser único, homogêneo, imperativo que manipula e orchestra as organizações estabelecendo relações de causa e efeito; e sim, compreendendo que as relações humanas sob a perspectiva capitalista são dotadas de redes de alta complexidade, bem distante de uma mera personificação.

É nesse bojo de discussão que a carteira assinada ganha centralidade, uma vez que é a expressão da formalidade do contrato de trabalho e uma maior garantia de direitos preservados, é como se fosse o troféu do trabalhador. Evidentemente, a carteira assinada não estende amplamente pelos setores de trabalho; assim, o que ocorre é um abandono dos trabalhadores informais, as mulheres em condição de informalidade, por exemplo, notadamente ficam sujeitas às limitações das leis e as suas demoradas regulamentações.

Desse modo, a carteira assinada se configura em um grande sonho dessas trabalhadoras, sendo cada vez mais distante à sua realidade de vida, tornando-se mais uma das muitas promessas do capital, uma garantia de qualidade de vida e estabilidade que acaba por se configurar em um pacote de exceções que apenas privilegia determinadas parcelas sociais em detrimento de outras, que permanecem renegadas. Essa sujeição ainda se agrava quando se trata do trabalho em domicílio, como no caso das artesãs e costureiras que são interesse dessa pesquisa, que recebem por peça produzida, assim não há garantia de trabalho, tem vezes que aparecem muitos pedidos e o trabalho contribui na garantia da reprodução da mulher e de sua família, mas às vezes, não aparecem pedidos e a mulher fica completamente submetida a uma situação de incertezas, insegurança, sem sequer ter garantias básicas necessárias para uma vida digna<sup>38</sup>.

Sem outras opções de trabalho, as mulheres se veem obrigadas a aceitar qualquer condição imposta pelo capital, é o tão conhecido “aceito qualquer coisa”, o “eu faço qualquer trabalho que você estiver precisando”. Assim, por mais que as mulheres percebam a importância da carteira assinada; ainda assim, acabam tendo de aceitar o trabalho que aparece, afinal de contas vinga a máxima do “se eu não aceito, tem outra mulher que aceita e ocupa o meu trabalho”, sempre tem alguma outra que vai se submeter a qualquer condição de exploração em decorrência de muitos fatores, dos quais um que impera é a *necessidade*. Assim, conforme já indicamos, mas é pertinente frisar, a reestruturação produtiva, acompanhada do alto nível de desemprego e dos poucos postos de trabalho formal, aumentaram ainda mais a condição de submissão dessas mulheres, expondo-as a trabalhos cada vez mais precários e sem garantias. E ainda maximizado pela condição mais ampla

---

<sup>38</sup>GARCIA DA SILVA (2014)

histórica de submissão das mulheres, muitas vezes associando o trabalho feminino a um trabalho desqualificado e mau preparado.

Quanto a essa precariedade do trabalho feminino, Bruschini e Lombardi (2002, p.174) afirmam que:

Note-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras. Mesmo que os dados sinalizem para um decréscimo relativo desse contingente na década de 1990, ainda assim, em 1998 nada menos que 36% da força de trabalho feminina ou 10 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. O desfavorecimento dessa colocação feminina fica ainda mais patente quando é confrontada com os homens: em 1998 apenas 10% deles se encontravam naquelas situações. A distribuição dos rendimentos de brasileiros e brasileiras na década de 1990, denota os baixos níveis de ganhos da população como um todo e das mulheres em particular. Em 1998, 39% dos ocupados e 47% das ocupadas recebiam até dois salários-mínimos (SM) mensais pelos trabalhos que desempenhavam, dentre os quais, respectivamente 18% e 26% recebiam até um salário mínimo. No decorrer da década em análise, as variações na distribuição dos rendimentos refletem movimentos conjunturais de ordem econômica. Assim, 40% dos ocupados em 1990 e 39% em 98 recebiam até 2 SM. As proporções referentes às ocupadas para o mesmo patamar de rendimentos são, respectivamente, 53% e 47%. Mulheres ganhando menos do que os homens é uma situação recorrente não só no Brasil, mas em todo o mundo. (...) Segundo a OIT/Organização Internacional do Trabalho, para o período 1991-1996, no Brasil, o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não agrícolas correspondia a 72% daquele recebido pelos homens; na França o ganho feminino equivalia a 81% do masculino e no Japão a 62%.

Além disso, algo que agrava e muito a precária condição do trabalho feminino é, de fato, a falta de segurança do trabalho inclusive em assegurar um auxílio em caso de adoecimento. Esse auxílio não é garantido, as mulheres em condição de informalidade não recebem esse auxílio, inclusive muitas vezes não tem sequer o seu trabalho (re)conhecido socialmente como um trabalho de fato; e sim, como uma habilidade, um afazer. Sem auxílio para atendimento em área de saúde, sem condições para pagar o INSS (conforma já apontamos no tópico 2.3), submetida a um trabalho que afeta diretamente sua saúde, com movimentos repetitivos, de alta duração, tendo seus corpos submetidos a condições de profunda exploração, definitivamente, um trabalho precário.

Em contrapartida, o discurso gerado socialmente afasta e camufla completamente essa cruel realidade, faz inclusive com que as trabalhadoras se sintam gratas pela condição em que se encontram, e ainda se perdem nas

nebulosidades do processo e acreditam ainda que esse tipo de trabalho lhes oferece melhorias e vantagens.

Assim, para as mulheres sob essas condições, evidentemente o importante é estar trabalhando, melhor do que ficar desempregada, assim, independente das condições de trabalho impostas, *ser-trabalhadora* é visto como mais seguro do que *ser-desempregada*. Não percebem, por exemplo, que a imperativa de um trabalho que proclama a permanência da mulher no âmbito doméstico, mais a aprisiona do que a liberta. Um trabalho que garante que as mulheres poderão adentrar na esfera pública, ganhar seu próprio dinheiro, ter uma renda própria, ter sua independência financeira, alcançar uma condição de *empoderamento*, são promessas e discursos que parecem fortes e de alta capacidade transformadora e mobilizadora. Assim, as trabalhadoras passaram a introduzir a discussão do *empoderamento* e da independência; desse modo, o capítulo se desenvolve com de trabalhos e citações de diversos autores. Com isso, o processo de finalização do trabalho foi sendo introduzido em tópicos.

Além disso, nessas formas de trabalho, esses discursos aparecem acompanhados da promessa de que as mulheres terão ainda condições de desenvolver seu trabalho doméstico não-remunerado, não se ausentando dos cuidados da casa e dos filhos. Essa imperativa é apontada por muitas mulheres como a principal vantagem do trabalho informal de um modo geral, incluindo notadamente o trabalho em domicílio. Essas pseudoconcretidades em forma de promessas transformadoras escondem o fato de que os espaços destinados a mulher na sociedade ainda são marginalizados e invisibilizados.

O pseudoconcreto se coloca incisivamente e impiedosamente, com suas simbologias, suas aparências, onde o espaço abstrato impera e praticamente submete as trabalhadoras a serem gratas por suas mazelas; as mulheres praticamente agradecem pelo abuso que sofrem diariamente; gratas por sua invisibilidade; gratas pela profunda condição de precariedade do trabalho a que são submetidas; gratas por sua condição de subcidadã; gratas por sua negação de ser enquanto pessoa, humana. Definitivamente, trata-se de uma profunda condição de alienação, em que por mais que sintam os sintomas desses abusos se perdem nas nebulosidades de suas aparências, sabem que são exploradas, sentem isso na pele, na vivência, no cotidiano, nas dores físicas e psicológicas que surgem em decorrência do trabalho abusivo, mas se perdem em meio às representações e simulacros que compõem e

fazem parte desse processo alienante. Trata-se de uma opressão naturalizada e construída social e historicamente.

Assim, a pseudoconcreticidade se ergue em forma de vantagens e benefícios para o trabalho feminino. Algo que não precisa muito tempo pra que se perceba como inverdade, uma camuflagem encobrendo a real perversidade a qual as mulheres são submetidas. Desse modo, o capital submete essas mulheres às suas condições, independente de quais sejam. Por fim, compreendemos que um modo muito proveitoso de concluir essa discussão é justamente voltando ao início quando colocamos o trabalho informal como um *refúgio dos sem opção*, como apontou Malaguti (2000), entendemos que esse “*refúgio*” carece de muitas aspas, uma vez que no dicionário o vocábulo é definido como: “1- lugar para onde se foge para escapar de um perigo; asilo, retiro. 2- aquilo que serve de amparo, de proteção”. Evidentemente, o trabalho informal não é um refúgio, vez que não oferece proteção, nem amparo, pelo contrário, só aprofunda os perigos, camuflando-os.

### **5.3. Quando *empoderamento* se torna um vocábulo ‘vazio’ de sentido: a desvalorização e invisibilidade do trabalho da mulher**

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação. (DEBORD, 2006, p. 13)

Ao longo de toda essa pesquisa, pudemos notar que o trabalho da mulher se configura permeado por relações de controle, domínio, exclusão, marginalização, invisibilidade, informalidade, alienação, precarização, desvalorização, exploração. Um trabalho absolutamente subalterno e submisso, à mercê das condições impostas pelo capital. Notadamente, em decorrência de um período de transformações no mundo do trabalho, algumas condições de trabalho foram reinventadas e outras novas foram sendo criadas e impostas aos trabalhadores. Nesse processo, as mulheres que começaram a “entrar” (já explicitamos a pertinente das aspas anteriormente) no âmbito laboral e as que sempre estiveram neste passam a sofrer mais ainda a pressão das novas forças e condições impostas pelo capital. Isso se deve, sobretudo, a histórica condição de subalternidade feminina.

O trabalho das artesãs e costureiras, que é o nosso foco de análise, por exemplo, é absolutamente mal pago, onde os contratantes adquirem seus produtos por intermédio da cooperativa, que repassa para as trabalhadoras, que confeccionam o produto em suas respectivas casas e, posteriormente, levam até a cooperativa que,

por fim, entrega o produto ao cliente. Não havia um compromisso de fato da cooperativa para com as cooperadas, algumas apenas participavam de determinadas produções e paravam de participar, a relação era basicamente de recebimento e entrega de produtos.

Evidentemente, a quantia recebida pelas cooperadas era bem abaixo do valor do produto e do valor pago pelo cliente à cooperativa, segundo afirma a cooperada A:

Como a cooperativa entrou para o mundo da moda, a moda não tem essa produção o ano todo. Porque o mercado o que acontece? A gente cobrava um preço justo pelo trabalho das artesãs, mas se você for lá no interior você vai ver que tem outras trabalhando pela metade do preço. A gente não conseguia concorrer, entendeu? E aí as artesãs “ não, mas eu também não vou trabalhar de graça”. Aí a gente pensou em vender produtos da cooperativa, por isso que teve uma loja no Fashion Mall. (COOPERADA A)

Portanto, esse trabalho em domicílio desenvolvido por essas artesãs e costureiras nem sempre promovia a renda necessária para a sua reprodução. Pelo contrário, tratava-se de uma renda com contornos de complementar, extra, não sendo muitas vezes reconhecida como renda principal (por mais que em alguns casos fosse uma renda principal embora não fosse fixa). Alguns fatores justificam isso, um deles é o fato de que as mulheres quase sempre se veem obrigadas a aceitar um baixo valor pelo produto, recebem o mínimo possível para a produção, submetidas a uma superexploração e enorme desvalorização, tanto de importância e (re)conhecimento social, quanto de valoração salarial, vez que recebem as piores remunerações pelo produto. Isso se expressa na fala da cooperada A quando afirma que o valor que as cooperadas recebem é tão baixo que nem sequer seus filhos se interessam por aprender as técnicas e se manterem no mesmo ofício:

É, na verdade, ultimamente eram mais os velhos, porque as mais jovens não querem, não gostam mais de aprender a costurar, daqui uns anos não tem mais. Um exemplo, tinha lá uma que ela aprendeu com a mãe, mas não quer mais fazer nada. Até por isso de “Vou trabalhar o dia inteiro pra ganhar 10 reais? Então, não. Vou ficar na internet” (risos) Mas isso é algo que o mercado te que ver porque não valoriza e corre o risco de se perder. (COOPERADA A)

A quantia recebida pelas cooperadas era tão abaixo do valor final do produto que não tinham a mínima condição de serem consumidoras de seu próprio trabalho. Tratava-se, como pudemos observar no capítulo 3, de um produto de altíssimo valor agregado, toda a produção da cooperativa era de alta qualidade, com materiais de primeira linha, além é claro de carregar dois nomes: o da cooperativa e o do contratante, que geralmente era um profissional já renome nas áreas de arquitetura,

design, produção artística. Definitivamente, não tem acesso ao que produzem e muitas vezes nem sequer sabe como é o produto finalizado. Não tem a visão geral de seu trabalho, apenas aquelas cooperadas que comumente frequentavam a cooperativa tinham essa noção um pouco melhor. Mas as cooperadas que participavam pontualmente só em algumas produções ou parte delas, não tinham essa visão geral do produto, apenas de sua parte no trabalho que se perdia em meio a tantas tramas.

Além disso, tem-se que as cooperadas algumas vezes tinham encomendas repentinas e tinham que realizar um trabalho às pressas sem receber nenhum auxílio adicional pelo trabalho de caráter especial de urgência. Isso ocorria, às vezes, quando uma cooperada entregava o produto com defeito, assim, se estivesse muito próximo ao prazo de entrega, a gerente da cooperativa repassava o pedido para uma outra cooperada mais experiente, essa cooperada teria que fazer, além do pedido dela, a correção do trabalho da outra. Um acúmulo absurdo de trabalho, em curto espaço de tempo, absolutamente mal pago, uma vez que o preço por peça continuava o mesmo ou, em alguns casos, até diminuía caso a cooperativa tivesse gastos maiores do que o previsto durante a produção. Isso se expressa na fala dessa cooperada:

A pessoa chegava com 20 blusas erradas ela voltava pra consertar as 20, senão ela não recebia por nada. Mas antes dela levar essas peças ela levava um piloto pra fazer igual, ela fazia um lá na nossa frente pra saber que “olha esse é nosso padrão, lindo, leva”, mas às vezes chega em casa não presta atenção e faz uns errados.(COOPERADA A)

Sendo assim, as cooperadas tinham uma relação direta apenas com as intermediárias, não tinham contato direto com o contratante. As trabalhadoras não conheciam os arquitetos e designers de renome, por exemplo, apenas em algumas ocasiões especiais; não negociavam diretamente com esses profissionais. Muito em decorrência disso, que havia uma constante desconfiança por parte das cooperadas, que percebiam a grande diferença entre o que recebiam e qual viria a ser o valor final, isso quando descobriam.

Outro aspecto que também evidencia o quanto o trabalho feminino é superexplorado, refere-se à jornada de trabalho. É interessante, nesse aspecto, perceber que por mais que o discurso forjado seja o de que as mulheres conseguem administrar melhor seu tempo e que, portanto, o trabalho é menos exaustivo; o fato é que, por trás dessa pseudoconcreticidade há uma essência de absoluta

perversidade. Isso porque o trabalho da mulher continua sendo exaustivo e como ganham por peças produzidas, precisam produzir o máximo que podem, trabalhando muitas vezes mais horas do que trabalhariam no mercado formal. Assim, o trabalho feminino se converte em dores, desgastes, lesões, um trabalho completamente superexplorado, além de desvalorizado social e economicamente, levando suas trabalhadoras à exaustão, conforme podemos notar na fala da cooperada abaixo:

Dependendo do trabalho aí eu acordava cedo pra dar conta, porque lá eles te entregavam e era tudo assim pra ontem, né? Então, você tinha que dar conta. Às vezes tinha época em que eu **dormia em cima da máquina**, porque eu tinha que dar conta. Fazer aquilo tudo dentro do prazo, porque eu sempre fui responsável com isso. (COOPERADA B, grifo nosso)

O cotidiano, vivido por essas trabalhadoras, expressa o quão forjado é o discurso que promete a emancipação feminina. Isso porque o discurso da emancipação vem acompanhado de variados e distintos argumentos, dos quais um dos que são cada vez mais repetidos é o: *empoderamento*.

O *empoderamento* feminino aparece no bojo da discussão social, levantando a máxima de que a mulher precisa protagonizar a luta por seus direitos, guarnecendo-se de *poder*, porque

Luta por seus direitos quem os reconhece, mas acima de tudo, quem se reconhece como digno deles. (...) O empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, “por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima” (FERRARI apud HEFFEL, 2016, p.7).

Sardenberg (2009, p.1), ao tratar das origens do conceito de *empoderamento* afirma que:

Apesar das origens “radicais” do conceito de empoderamento - ele surgiu da “praxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização – a problematização dessa práxis seguiu dois caminhos bastante distintos. Por um lado, o conceito foi levado para a academia, ganhando espaço nas perspectivas feministas sobre “poder”, enquanto, por outro, foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais.

Nos últimos anos temos acompanhado muitas imperativas lançadas acerca do termo *empoderamento*, que vem sendo usado amplamente, ganhando novos contornos, novas acepções e interpretações. Encontramos, com certa facilidade e frequência, o termo sendo usado tanto no âmbito de agências acadêmicas,

governamentais e não-governamentais, aparece muito também no movimento feminista atual, especialmente no bojo da discussão de gênero e de desenvolvimento. Evidentemente, o termo é empregado com significados diferentes nos múltiplos discursos desses diversos agentes citados, de modo que não existe um consenso quanto ao conceito de empoderamento. É importante frisar que essa discordância entre as agências e o movimento feminista não é apenas teórica, é também de cunho político, convertendo-se em concepções distintas e muitas vezes contrárias e divergentes sobre o mesmo tema. Exemplo disso, é que algumas agências de nível global, por vezes lançam campanhas onde o *empoderamento* feminino é tratado como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, para a melhora na economia; isso, visto sob o ponto de vista das múltiplas bandeiras levantadas pelo movimento feminista, mostra o quanto o tema é tratado de modo simplista, leviano, sendo condensado e resumido a aspectos econômicos, tirando o social da centralidade da discussão, ou até mesmo, excluindo o social da discussão. (Sardenberg, 2009). No que tange às múltiplas definições e concepções sobre o termo empoderamento, compatibilizamos algumas abaixo em forma de citação direta para que de nada se altere nas propostas de entendimento dos autores apresentados.

A partir disso, temos que Sardenberg (2009), parafraseando Mosedale (2005), revela algumas elucidações sobre o *empoderamento*, afirmando que:

- a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo;
- b) ninguém “empodera” outrem—isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);
- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas;
- d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente. (Mosedale apud Sardenberg, 2009, p.3)

A mesma autora, ainda parafraseando Mosedale (2005), destaca também a importância de se refletir sobre o termo *poder*, a partir de distintas formas, como:

- a) poder sobre – como no caso de A tem poder sobre B, referindo-se à dominação, subordinação, dominação/resistência;
- b) poder de dentro - que se refere à auto-estima, auto-confiança;
- c) poder para - em relação à capacidade para fazer algo; trata-se do poder que alarga os horizontes do que pode ser conquistado por uma pessoa, sem necessariamente estreitar, invadir, os limites de outra pessoas (ex., aprender a ler);

d) poder com - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva. (Mosedale apud Sardenberg, 2009, p.4)

Sharma (apud Sardenberg, 2009), de modo a corroborar com a discussão exposta até o momento, contribui afirmando que:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (Sharma apud Sardenberg, 2009, p. 6)

Já Costa (2006), compreende o *empoderamento* feminino como uma ameaça para as relações patriarcais e conseqüentemente para o patriarcado. Assim, afirma a autora:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (Costa apud Sardenberg, 2009, p. 7)

Amalgamando essas e outras concepções sobre o *empoderamento* feminino, Batliwala, afere que, a despeito de todas as concepções e buscas por definições, o *empoderamento* invariavelmente precisa “questionar as relações patriarcais e, portanto, implica em mudanças no que refere ao controle dos homens sobre as mulheres, particularmente aquelas do seu grupo doméstico.” Ou seja, para a autora, o *empoderamento* apenas se efetiva se for desenvolvido pela via que rompe com as relações patriarcais; caso contrário, trata-se só de mais um pouco do mesmo, que ainda mantem a subjugação feminina de forma mascarada e dissimulada (ou até mesmo de forma escancarada). A resistência frente às relações patriarcais é, portanto, determinante para o efetivo *empoderamento* feminino, sendo fundamental inclusive que se exija o posicionamento do Estado para garantir a preservação dos direitos da mulher.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Quanto a isso é interessante a colocação de Heffel (2016, p.5) ao afirmar que: “Desse modo, o Estado também deve fazer seu papel, não apenas legislando, de modo a tentar coibir discriminações e abusos contra a mulher, sob ameaças de sanção. Efetivamente, deve promover a conscientização e maximizar a igualdade entre os gêneros, por meio de políticas públicas de ações afirmativas. Cabe ao Estado a garantia dos meios necessários à realização da mulher como cidadã e agente de

Assim, temos que, seguindo essas concepções acerca do *empoderamento* e fazendo um contraponto com as condições de trabalho impostas à mulher, podemos aferir seguramente que o discurso do empoderamento vem se ‘*esvaziando*’ de significado cada vez mais. Contudo, ainda que esse discurso seja ‘*esvaziado*’ de sentido nesse processo; o fato, é que não perde em nada a sua centralidade e importância para o bojo da discussão. Isso significa, que apenas estamos indicando que na conjuntura imposta pelo capital, as mulheres são absolutamente subalternas e submissas, alienadas de sua condição de ser e de viver.

Dessa forma, os discursos são apropriados e incorporados a outras prerrogativas do capital que ‘*surgem*’, são construídas social e culturalmente, escondendo a real situação a qual as trabalhadoras são submetidas, então os discursos acabam por fomentar essa exploração, travestida de *emancipação* e *empoderamento*; em uma realidade onde as mulheres são cada vez mais comandadas pelas decisões do capital, tendo inclusive, muitas vezes, as pautas de suas lutas guiadas por seus desmandos, enfraquecendo e ‘*esvaziando*’. Mas, ainda assim, são pautas fundamentais para o movimento como um todo. O fato de o capital, o espaço abstrato, adentrar em todos os interstícios da vida humana, inclusive nos movimentos de resistência, não faz com que esses movimentos percam seu caráter de importância. Pelo contrário, é justamente nesse momento que se tornam mais necessários, visto que muitas vezes, constituem as *mediações* necessárias para que as trabalhadoras possam minimamente se reconhecer e perceber a condição de superexploração a que são submetidas, exigindo a partir disso melhorias e o direito por uma vida digna. Sobre essa importância das

---

desenvolvimento. Além disso, deve promover ações capazes de enaltecer a dignidade, oportunizando à mulher a participação ativamente nas escolhas e na condução dos caminhos da cidadania com inclusão na sociedade (LIMA, 2015, p.14). Nesse sentido, o conceito de inclusão enquanto processo implica a necessidade de os sistemas político e jurídico sempre terem de incluir as pessoas, no caso as mulheres. O Estado deve formular, implementar, conferir e avaliar as políticas públicas para as mulheres, garantido-lhes os direitos políticos, decorrentes do fato singelo de que a sociedade produz desigualdades, sejam históricas ou naturais (LIMA, 2015, p. 27), mas que contra elas as mulheres devem mobilizar-se, para a formação do que se conhece por capital social. Nos cargos públicos, por exemplo, fatores culturais buscam explicar até que ponto, índices de participação e confiança de homens e mulheres impactam as suas propensões a se envolverem e serem bem sucedidos politicamente (SACCHET, 2008).” De modo a corroborar com essa concepção, introduzimos ainda a noção de Freitas e Silveira (2007, p. 83) quando aferem que: “É preciso mencionar o papel dos Estados, que não raramente apóiam ativamente a família tradicional e os papéis de gênero enquanto, simultaneamente, encorajam a migração das trabalhadoras. O papel ambíguo de Estados em sustentar esse novo padrão do trabalho global das mulheres é uma questão-chave para futuras pesquisas.”

*mediações* como forma de se superar as imediatidades e as aparências, Mirla Cisne (2002, s.p.), aponta que

Um projeto emancipatório da humanidade necessita pensar prioridades na ação política, sem perder de vista como as diversas clivagens que perpassam as relações sociais podem ser simultaneamente trabalhadas, em suas dimensões próprias e inter-relacionadas.(...) A teoria social crítica, ao contrário das visões equivocadas e pobres de conhecimento da realidade, apreende e formula as mediações, que se situam no movimento dialético entre a universalidade – leis tendenciais e grandes determinações de um dado complexo social – e a singularidade – campo da aparência, da imediatidade/facticidade expressa na vida cotidiana, espaço em que, “cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo a uma causalidade caótica” (...) A particularidade, compreendida como “campo de mediações”, “síntese de determinações”, permite ao sujeito “negar” (“superar”) a aparência, processando “o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações (no qual se entrecruzam vários sistemas de mediações), sistemas estes que são responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real”.

Desse modo, quando aferimos que o vocábulo ‘empoderamento’ se torna vazio de sentido, não nos referidos ao *empoderar-se* bradado pelo movimento feminista em si (embora, em parte, muitas vezes no próprio movimento esse vocábulo também se perde nas nebulosas de seu sentido), mas particularmente ao *empoderamento* maximizado e difundido pelas organizações de um modo geral e incorporado pelas mídias.

Esse último discurso, especificamente, esvazia o vocábulo de sentido, perde-se a *verdadeira* noção de uma luta por uma *real* emancipação feminina e não essa pseudoemancipação, esse pseudoempoderamento em forma de pseudoconcreticidade, que apenas potencializa as mazelas das condições de trabalho feminino, camuflando suas *reais* intencionalidades, escondendo a sua perversidade em essência.

Submetidas a esses pseudo-discursos emancipatórios, as mulheres naturalizam sua precária condição de trabalho, passando inclusive a propagar sobre supostos benefícios que lhe garantiriam uma melhora na vida, sem perceber o quanto ainda são subjugadas. Por ser uma dominação muitas vezes silenciosa, com intermediários bem preparados, em situação de informalidade, as trabalhadoras não se percebem como sujeito explorado, podem ter noção dessa condição, mas de um modo geral, parcialmente, percepção que se expressa notadamente quando reivindicam condições salariais. Mas, para além das questões salariais, as pautas da luta acabam se perdendo em meio ao domínio do capital, que espacialmente, vai ocultando, dissimulando, criando simulacros, forjando as pseudoconcretidades.

Essa profunda condição de superexploração, desvalorização, informalidade, precarização do trabalho feminino evidencia o quanto a temática de gênero e trabalho é permeada por pseudoconcretidades que se erguem como verdades absolutas e dadas, mascarando completamente uma essência muitas vezes cruel e perversa para as trabalhadoras. Assim, termos como independência e empoderamento são esvaziados de sentido.

Assim, o discurso de emancipação feminina se configura uma falácia, assim como seus imperativos de independência e empoderamento; em que, quando mais se imagina dona de sua vida, mais a mulher pertence ao capital e está subordinada a sua lógica de dominação, por vezes travestida de *conquistas*. Não se tratam se conquistas, são concessões que ganharam forma em sociedade porque de algum modo serviam ao interesse maior do capital. Assim, o capital se apropria dos discursos e das lutas, apenas reconhecendo aquilo que for conveniente. Portanto, podemos aferir que o empoderamento da mulher é, de fato, questionável sob uma série de distintas e variadas circunstâncias, tanto no âmbito da coletividade, quanto no âmbito individual e particular. Assim, algumas mulheres, em determinados momentos históricos, sob algumas condições específicas, conseguiram de certa forma – salvas as devidas proporções –, alcançar uma breve condição de empoderamento para si e para a sociedade como um todo. Mas se o empoderamento da mulher é questionável, o *empoderamento do capital* - por assim dizer-, é *real* e se impõe por todo espaço abstrato.

Dessa forma, a emancipação feminina, o empoderamento feminino, a independência feminina acabam se tornando argumentos vazios, vão se vaziano à medida que o capital deles se apropria. O que não significa que se enfraquecem, pelo contrário, o movimento das mulheres, como um todo, ganha força, quanto mais se fazem presentes as forças do capital, mais se fazem presentes as resistências a essas forças. E, assim, as mulheres seguem resistindo e trabalhando, se afirmando e se negando através desse trabalho, em um desafio diário de superação das pseudoconcretidades que surgem, a todo o momento, camuflando e criando nebulosidades que dificultam completamente o entendimento crítico dessas trabalhadoras acerca de sua própria condição de vida, em um processo de alienação e desalienação cotidiana.

## 6. Considerações Finais

Zobeide, uma cidade sonhada, uma cidade diferente de todas as outras já vistas. Nas letras de Ítalo Calvino surge pelas ruas dessa cidade uma mulher que corre nua. A mulher corre e só se pode observar suas costas, assim os homens a perseguem no intuito de se aproximar dela, de ao menos ver seu rosto, quanto mais eles a procuram, mais ela corre deles. Até que em uma das esquinas, ela desaparece. Desse modo, no ‘relato’ de Oswald (morador de Zobeide), quanto mais tentava se aproximar da mulher se afastava de si mesmo. Aquela mulher era sua sina, num desejo não apenas de encontrá-la, mas de possuí-la. Assim, construir Zobeide tornou-se uma obrigação, criar na realidade tudo que havia em seus sonhos, todos constroem Zobeide a partir de suas motivações. Dessa forma, Zobeide torna-se uma armadilha. E a destruição de um sonho por outros sonhos tornou Zobeide uma cidade feia, feia aos olhos de quem não é morador de Zobeide. É uma feiura para os ‘de fora’, os que não sonharam com aquela mulher.

Calvino nos desperta e nos inquieta para pensar as múltiplas e profundas analogias que podemos fazer com relação às cidades reais, às cidades de fato, às nossas cidades. Vivemos e pertencemos cada vez mais a uma cidade que pouco ou em nada reflete os nossos sonhos. Pelo contrário, nossos sonhos, nossas mulheres que correm pelas ruas, são cada vez mais amordaçadas, presas, trancafiadas, nossos sonhos são tolhidos. Vivemos uma cidade imposta, onde tudo é uma obrigação, nada é prazer. E os desejos? Onde ficam? E as cidades do desejo? E a nossa Zobeide? Morta. Encarcerada. Presa. Amordaçada. Vivemos permanentemente uma cidade de armadilhas, que aparentemente nos permite gozar, mas que nos cobra por cada gozo. Zobeide nos parece distante, fictícia, surreal, imaterial. Mas não é! Zobeide é real! Zobeide existe! Em nosso cotidiano vivemos constantemente uma busca pelo desejo. Somos sonhadores tanto quanto os moradores de Zobeide. E, tanto quanto eles, nos deparamos com as armadilhas da cidade. Deparamos-nos com os horrores da cidade. São tantos os horrores e tão recorrentes que aprendemos a banalizá-los. Banalizamos as práticas perversas que se espalham pelos interstícios da sociedade. Um verdadeiro horror. Mas banalizamos. Deixa de ser um horror, chegamos ao ponto, inclusive, de buscar justificativas para tal desumanidade. Assim, não há espaço nessa cidade para os excuído, a não ser o espaço da submissão, da subalternidade, da força de trabalho vendida a custos míseros. Assim, a cidade tem cor, idade, sexo, *status*, e só servirá e atenderá aos desejos de alguns; não de todos. Não há espaço para os desejos de todos. Apenas os privilegiados impõem seus desejos nessa cidade. Assim algumas práticas são aceitas e consideradas louváveis e outras são marginalizadas. Vivemos as armadilhas da cidade, vivemos uma perpétua crise urbana. Definitivamente, nossa cidade é feia. É feia não somente para os ‘de fora’, mas também para nós, moradores. É uma feiura entranhada, banalizada, camuflada, forjada, que ganha formas de beleza. Uma feiura produzida e forjada como bela. (Produção própria inspirada em *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino)

É com essa oportuna referência a Zobeide de Ítalo Calvino que propomos a *introdução da finalização*, por assim dizer. Chegamos aos finalmentes dessa investigação, retomando e nos voltando para o seu cerne, o seu início. Assim, é fundamental ter a noção de que a luta se lê no espaço, de fato, só ela impede que o espaço abstrato se estenda globalmente, apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial. A partir disso, pode-se considerar que o espaço abstrato funciona de maneira altamente complexa, tanto no privado quanto no

público, tanto no coletivo quanto no individual. Com isso a *transformação do mundo* não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado. Nada muda se persistir a cotidianidade no espaço abstrato com seus interditos, simbolismos, pseudoconcreticidades, repleto de intencionalidades, onde aparência esconde essência e alienação se aprofunda na vida dos trabalhadores.

Quando propomos um estudo acerca do trabalho feminino, nos sentimos comprometidos a iniciar a discussão a partir da percepção do mundo da pseudoconcreticidade. Isso porque os processos e as condições de trabalho são desenvolvidos de forma ‘natural’, como algo dado, como a regra, a lei, como forma de aparência e não em essência. Ao nos interessarmos por pesquisar uma cooperativa na favela da Rocinha (Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha LTDA), onde, como o próprio nome indica, predomina o trabalho em domicílio artesanal e de costura desenvolvido por algumas mulheres, nos deparamos diretamente com a forma como a ‘coisa’ se apresenta. Isto é, com as suas representações desse trabalho, com as pseudoconcreticidades.

Somos impedidos, por assim dizer, de perceber o que há por trás das atividades desenvolvidas, não conseguimos de um modo direto ter a noção da essência do trabalho desenvolvido por aquelas mulheres e as contradições que envolvem seus processos. Assim, somos levados a crer que se trata de uma cooperativa, onde as mulheres podem trabalhar, ter um acréscimo em sua renda mensal, além de receber qualificação e ainda poder continuar em casa mantendo sua ocupação de cuidado da casa e dos filhos. É essa a condição que somos levados *imediatamente* a perceber a partir das *aparências*. O que é fundamental que se perceba é que apenas temos condição de ter conhecimento ‘real’ da ‘coisa’ quando conseguimos ultrapassar essas aparências, quando rompemos com essa pseudoconcreticidade, ou seja, quando vamos além dessas primeiras noções que temos acerca do trabalho dessas mulheres. E foi o que nos propusemos a desenvolver ao longo dessa investigação, um *ir além* das aparências, de modo a perceber os reais processos que envolvem e estão relacionados ao trabalho dessas mulheres.

É necessário frisar, contudo, que em nossa tentativa de romper com os simulacros, muitas vezes podemos estar trabalhando para reforçá-lo. Assim, quando nos propomos a analisar a COOPA-ROCA precisamos fazer com que o esforço de romper com as aparências não resulte em reforçá-las. É importante destacar, nesse

momento, que trata-se de uma cooperativa onde as mulheres, de um modo geral, são nordestinas, moradoras da favela da Rocinha, com um baixo poder aquisitivo, e em contrapartida, constatamos que o produto de seu trabalho está cruzando a fronteira do país, recebendo destaque em passarelas de moda e vitrines de grife nacionais e internacionais. Isso nos coloca em um esforço de análise que exige uma percepção que vá além das aparências, evidenciando a apropriação multiescalar do trabalho. Além das múltiplas apropriações de seu trabalho, essas mulheres não podem consumir o seu próprio produto, uma vez que são produtos de alto valor agregado. Isso exige também uma crítica em relação à própria concepção acerca do termo cooperativa, no intuito de entender que a COOPA-ROCA nunca foi ao longo de sua história uma cooperativa de fato. Embora algumas práticas do cooperativismo fossem desenvolvidas, muitas outras que são de caráter obrigatório não eram obedecidas.

Portanto, quando nos referimos à destruição da pseudoconcreticidade, é visando desenvolver uma análise do trabalho das mulheres da COOPA-ROCA que rompa e ultrapasse as ideias consensuais de que as atividades ali desenvolvidas garantem a tal *emancipação feminina*, ou garanta<sup>40</sup> uma expressiva melhora nas condições de vida das participantes, ou que as mulheres são autônomas e donas de seu trabalho. O que sabemos para todos os fins, que não acontecia na cooperativa em questão.

Assim, poderemos perceber como as pseudoconcreticidades se erguem camuflando a realidade de precariedade e superexploração do trabalho feminino, em forma de aparências que propagam o discurso de *emancipação feminina* e de *empoderamento*, quando na verdade, o trabalho das mulheres é cada vez mais sujeito à invisibilidade, sendo um discurso falacioso, que mais presta um desserviço do que um serviço para o movimento como um todo.

Assim temos que, resumidamente, esses discursos emancipatórios que bradam a liberdade feminina, o fim da sujeição da mulher, o empoderamento e a luta, ao invés de proporcionarem a compreensão das mulheres sobre a sua condição de vida e de seu eu-no-mundo e sua *emancipação real*, só promovem o ocultismo.

---

<sup>40</sup> Ou que garantiam caso efetivamente a cooperativa feche as portas em decorrências dos problemas levantados anteriormente ao longo da pesquisa. Até o fechamento desse trabalho ainda não se sabia ao certo se a cooperativa voltaria com suas atividades ou não. Ao que tudo indica, a coordenadora (agora atual dona da marca COOPA-ROCA) seguirá com as atividades da “cooperativa” em um novo formato e com uma nova atuação, que não envolve as antigas cooperadas.

Esses discursos emancipatórios e de empoderamento comumente não levam muito tempo para se revelarem como meros oportunistas e apropriadores de *discursos reais* para finalidades e intencionalidades múltiplas; em que tudo se ergue em forma de estranhamento. Não estamos nos referindo a luta real e legítima que através de suas angústias, medos, revoltas, sonhos, desejos, lançam essas máximas como forma de reafirmação e identidade. Estamos nos referindo, especificamente, a apropriação dessas máximas pelo capital para fins de suas intencionalidades múltiplas, que acabam por perpetuar e aprofundar ainda mais as mazelas vivenciadas por esse grupo. Então, são jargões que sob a voz do capital só bradam a perpetuação da submissão feminina. É uma apropriação. É uma dominação. É uma farsa. Configura-se o que denominamos aqui por *falácia da emancipação feminina*.

Em outras palavras, mais atrapalha do que ajuda. Uma vez que se apropria do ‘*lugar de fala*’; rouba o protagonismo da luta tomando a centralidade da discussão para si e não para quem de fato o movimento abarca; assim, ‘esvazia’ a luta e suas pautas de sentido, propagando termos ricos de significados como se fossem chavões, usados pelo *marketing* de maneira leviana e infundada gerando apenas debates rasos que terminam por provocar cada vez mais o aumento do desconhecimento e das nebulosidades, ao invés de esclarecer. Assim, o mundo se ergue estranho a essas mulheres.

Assim, para linhas gerais do que pretendemos aqui discorrer, temos que frisar de modo bem simples e direto que a mercadoria produzida pelas mulheres da COOPA-ROCA no final de sua produção é algo estranho às suas criadoras, não lhes confere identidade. É de fato um produto estranho, pensado, montado, criado, desenhado, moldado por Outros, cabendo a elas “apenas” a execução do serviço (apenas entre aspas, porque de fato consideramos essa a etapa mais árdua da produção, que é o trabalho em si). Então, temos que essa mercadoria estranha às mulheres moradoras da Rocinha é comercializada e vendida, não apenas nos limites nacionais, mas cruza o oceano e vai para as passarelas europeias.

Pois bem, essa mercadoria ainda assim é impregnada de significados do trabalho aplicado e carrega seus símbolos junto no processo da venda. Ou seja, junto com o produto vendem-se as mulheres, a Rocinha, o cooperativismo. Tudo que envolve o imaginário por detrás das mercadorias a acompanha no momento da venda. Assim, se em algum momento de sua história, a cooperativa de fato teve o

intuito de proporcionar a emancipação de suas integrantes, lhes garantindo melhores condições de vida, auxílio, apoio, suporte, o fato é que só o fez no discurso. Ficou limitada ao discurso, não atingindo nem de perto as práticas e as ações.

Partindo da premissa básica de que, definitivamente, há um público-alvo que consome exatamente o tipo de produto criado pela cooperativa. Não somente pelo produto em si, mas por toda simbologia e significado que carrega, configurando-se fundamental que seja um produto especificamente feito ‘*por mulheres*’ e ‘*na Rocinha*’ e que ganhe o rótulo de ‘*cooperativa*’.<sup>41</sup> Algo que também carrega uma série de significados associados particularmente a projetos inovadores, de cunho social, que se voltam para a comunidade. Assim, um produto feito por uma cooperativa carrega significados que nos remetem a ideias de ajuda, apoio, suporte, em que os fins não são unicamente lucrativos – por isso, devemos sempre nos valer da crítica de até que ponto esses projetos efetivamente promovem o que prometem ou apenas fingem promover fazendo na verdade o oposto, gerando ainda mais a exploração do trabalhador.

Percebemos, então, a partir desses pressupostos que ao pesquisar os processos de trabalho doméstico não-remunerado e do trabalho em domicílio desenvolvido por algumas mulheres da COOPA-ROCA, precisamos voltar nosso olhar para o cotidiano dessas mulheres. É através da análise crítica do cotidiano que teremos condição de ultrapassar as pseudoconcretidades que encobrem a essência das atividades desenvolvidas, assim temos por base a concepção de um cotidiano que aliena, mas que é também desalienante, assim, temos que se no espaço as pseudoconcretidades forjam, coisificam e programam o cotidiano, por outro lado, é nesse cotidiano que surgem as inquietações, as reivindicações, o descontentamento com as coisas do mundo, um convite a rua, um convite a ação, um convite a vida.

Por fim, compreendendo que apenas através de mediações conseguimos romper com as pseudoconcretidades, indicamos aqui para fins de conclusão instigadora (daquelas que não servem para concluir), que as discussões feministas, a nosso ver, funcionam como *mediações* (sob as conceituações que apontamos no

---

<sup>41</sup> Aqui resguardado o fato de que nossa intenção não é desmerecer o produto, mas perceber que ele não se basta por si só, não podemos nos limitar ao objeto material e concreto, é necessária a noção ampla de toda a complexidade simbólica que esse objeto carrega.

capítulo 1) que permitem muitas mulheres de ultrapassarem as aparências e pseudoconcretidades inerentes e presentes *ao/ no /do espaço abstrato* e apreender a *essência* dos fenômenos; tendo uma chance de autoconhecimento, autopercepção; de se enxergar como parte do processo; de vivenciar um cotidiano de (des)alienações constantes; de perceber sua condição de submissão e subalternidade o que, evidentemente, é o primeiro passo para que se possa romper com as aparências quebrando novos paradigmas; de se reconhecer enquanto *ser* e exigir a vida digna que lhe é garantia por direito; de lutar; de ser ativa e protagonista de suas ações; de estar nos espaços que achar oportuno e conveniente, quando e como quiser; é o que fornece apoio e suporte de referenciais para se reconhecer não apenas como indivíduo, mas em sociedade e na coletividade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado; uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna.** Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 95-117, janeiro-abril/2012.

ABREU. Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila. **Subcontratação e trabalho a domicílio- a influência do gênero.** In: Martins, Heloisa Helena T. S., e Ramalho, José Ricardo (orgs). Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, CEDI/NETS, p.62-75, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. **HOMO SACER, o poder do soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. (Parte I, 1, O paradoxo da soberania, pp. 23-36).

AGUIAR, JOÃO. **Da dominação simbólico-ideológica (directa) da classe à dominação simbólico-ideológica (indirecta) de classe.** In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme e MONTEIRO, Arakin. Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global. Bauru:SP: Canal6 editora, 2012, pp. 65-103.

ALMEIDA, J. P. **As multifacetadas do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas.** 2010, 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2010

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, G. **O novo (precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** Boitempo Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, capitalismo global e “captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica.** In: Lourenço, Edvânia; Navarro, Vera; Bertani, Iris; Silva, José F.S. da; Sant’ana, Raquel (Orgs.). O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 41-59.

AMORIM, Henrique. **Trabalho, classes sociais e luta política. In: Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global.** Bauru: SP: Canal6 editora, 2012, pp. 105-117.

ANDRADE, J. E. J. **A incorporação da emancipação feminina à pauta da social-democracia.** In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina, 2010

\_\_\_\_\_. **A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social-democracia.** *Lutas Sociais*, São Paulo, n.24, p.09-17, jan./fev. 2010.

ANTUNES, Caio. **Considerações sobre trabalho, alienação e subjetividade.** In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.* São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 121-135.

ANTUNES, Caio. **Trabalho e liberdade em Mészáros.** *Estudos do Trabalho*, Ano V, Número 10, Marília, UNESP, 2012, pp. 1-16.

ANTUNES, R. **Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato.** *ARGUMENTUM*, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Negação e Afirmação do Trabalho.** 3.ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001. 261 p.

\_\_\_\_\_. **OS EXERCÍCIOS DA SUBJETIVIDADE: as reificações inocentes e as reificações estranhadas.** *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 121-131, 2011.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes (orgs). *O avesso do Trabalho.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005, cap. 5, pp. 67-74.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. . **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas.** *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 17/18, p. 267-310, 2001.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. ; FERREIRA, V. C. **Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva.** CONGRESSO ÇUSO-AFRO-BRESILEIRO DE CIÊNCIA SOCIAIS, 8., 2014. *Anais...* Coimbra, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BARBIERE, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teóricometodológica.** Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

BATISTA, Roberto Leme. **Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade.** In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (Orgs.). *Desafios do trabalho.* Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, pp. 143-172.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição.

BENDER, M. **Consequências da Reestruturação Produtiva e do Neoliberalismo para o Trabalhador Latino-Americano.** CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., 2013. *Anais...* Santiago, 2013. .

BERMÚDEZ, Mónica De Martino. **Gênero y subjetividad em el mundo del trabajo.** In: *Trabajo y subjetividad: entre lo existente y lo necesario.*

BETTIOL, T. M.. **O trabalho informal no Brasil um resgate histórico.** In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho Educação Sociabilidade, 7., 2009, Marília. *Anais...* Marília, 2009.

BONFIM, C. R. S. **A condição histórico-social da mulher na perspectiva socialista: um estudo das trajetórias de rosa luxemburgo e alexandra kollontai.** In: seminário internacional enlaçando sexualidades. 3. 2013, Salvador. *Anais...* Salvador, 2013. p. 1-15.

BORGES NETO, João Machado. **Por que o duplo caráter do trabalho é o “ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política”?** Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 111-129, 2008. Editora UFPR

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 15-98.

BRAGA, S. A. C.; JIMENEZ, S. V.; RABELO, J.; GONÇALVES, R. P.; SEGUNDO, M. D. M. **Alienação da sexualidade, emancipação feminina e emancipação humana.** *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 14, p. 73-86, 2014.

BRUSCHINI, M.C.A. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação?** (Brasil, 1985/95). In: *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios.* Campinas,SP: ABEP,NEPO/UNICAMP, Belo Horizonte,MG: CEDEPLAR/UFMG e São Paulo: Editora 34, 1999, pp. 13-58.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX.** *Cadernos Pagu* (UNICAMP), UNICAMP - Campinas, SP, v. 17/18, p. 157-196, 2002.

BRUSCHINI, M.C.A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2007, vol.37, n.132 pp.537-572. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0100-

1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>. Acesso em: 10 de set de 2016

CACCIAMALI, Maria Cristina e BRAGA, Thaiz. **Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, janeiro/2002.

CARDOSO, L. A. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

CARLOTO, Cassia Maria. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Em: Serviço Social em revista, Londrina, v. 4, nº2, 2002. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm). Acesso em: 11 de set. 2016.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente** – SP. Presidente Prudente: [s.n.] Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2003.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004.

CARVALHO, Inaiá. **Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia**. Salvador: CRH, 1986. 131p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer**. Introdução. Petrópolis,RJ:Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHINALI, Israild Giacometti. **Empregada doméstica: mulher e trabalhadora. Uma proposta de intervenção do serviço social**. Dissertação (mestrado em Serviço social). São Paulo: PUC, 1982.

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). Teoria e Educação no labirinto do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2014, pp. 191-229.

CISNE, M. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. *Anais...* Campinas, 2005.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

COLLADO, Patricia A. **Os trabalhadores não são imateriais: uma recusa ao renovado ímpeto pela fetichização da mercadoria força de trabalho**. In:

Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 99-106.

COLLI, Juliana. **A trama da terceirização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha Ltda. Disponível em: [http://www.coopa-roca.org.br/quem\\_somos.asp](http://www.coopa-roca.org.br/quem_somos.asp). Acesso em: 20 de abr de 2015.

CORREIA, Silvia. **Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente – SP**. Presidente Prudente: [s.n]. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2010.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CULTI, M. **O cooperativismo popular no Brasil: Importância e Representatividade**. Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, Amsterdam, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, capítulos I, II e VII (p.13-26, 27-36 e 111-118).

DELGADO, Maria Berenice Godinho. **Terceirização e trabalho feminino**. In: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994.

ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: ANTUNES, R. (org.) *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços: heterotopias** (Des espaces autres – conferência no Cercle d'Études Architecturales, 14 de março de 1967).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2009.

FREITAS, T. V.; SILVEIRA, M. L. **Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: crítica à sociedade do mercado**. São Paulo: SOF, 2007. 96 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, pp. 29-69.

GARCIA DA SILVA, Keila. **Diaristas e bordadeiras. Formas de apropriação**

**do trabalho feminino na contemporaneidade.** Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.

GEMAQUE SOUZA, Charles Benedito. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia.** *Confins* [Online] n 5. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5633>. Acesso em: 25 Junho 2016.

GUIMARÃES, Mariana de Souza. **O design dos objetos artesanais produzidos no cotidiano de mulheres idosas.** Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2010. Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16441/16441\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16441/16441_4.PDF). Acesso em 22 de set de 2016

HARVEY, David. **Espaços da esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Space as a key word.** In HARVEY, David Spaces of globalcapitalism. Towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso,2006, p. 117-148.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: AnnaBlume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** SãoPaulo: Martins Fontes, 2014, p.9-24.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo:Boitempo, 2011, p.175-210.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 477-543.

\_\_\_\_\_. **Para entender O Capital, Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 25-161. Apoio: MARX, Karl. O Capital, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEFFEL, C. K. M.; SILVA, V. **A construção da autonomia feminina: o empoderamento pelo capital social.** In: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, 12., 2016, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande, 2016.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e terra, 2008. (Estrutura da vida cotidiana, pp. 31-61; Sobre os preconceitos, 63-88).

HIRATA, H. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** *Cadernos Pagu*, UNICAMP, v. 17-18, p. 139-156, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero.** In: RevistaLatino-americana de estudos do trabalho. São Paulo: Associação latino-americana de estudos do trabalho, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-27.

HOFFMAN, R.; LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002.** *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-59, 2004.

HOLZMANN, LORENA. **Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.258-273.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Série Relatórios Metodológicos*. IBGE, 2007.

JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>. Acesso em: 20 de abr de 2015.

JUNIOR, Antonio Thomaz. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos).** São Paulo: Presidente Prudente, 2009. (Introdução, pp.68-93); (5.1-Sujeitos históricos e (des)pertencimento de classe do trabalho, pp. 110-133). Disponível em: [http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2009/thomazjunior\\_a\\_ld\\_prud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2009/thomazjunior_a_ld_prud.pdf). Acesso em: 13 de out de 2016.

JUNQUEIRA, L. e TREZ, A. **Capital Social e a Sobrevivência das Cooperativas de Trabalho.** In: *Anais Enanpad* 2004.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho** (M. Nobre, Trad.). Paris: PUF. 2000.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In TEIXEIRA, Marli, EMÍLIO, Marilane, NOBRE, Miriam e GODINHO Tatau. (org.). *Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres.* São Paulo, 2003. p. 55-64.

KON, Anita. **Família e trabalho: considerações teóricas sobre a participação no Mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnitaKon.pdf>. Acesso em: 20 de abr de 2015.

KONDER, Leandro. **Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da História neste início do século.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). *Teoria e Educação no labirinto do capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2014, pp. 141-166.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAVALLE, Adrián Gurza. **As dimensões constitutivas do espaço público. Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria.** *Espaço & Debates*- São Paulo- v.25 – n.46 –p. 33-44 – jan/jul 2005.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila e JORGE, Ângela. **Emprego: questões em desenvolvimento.** Documento de discussão 30, 1998, 44 pp.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; LINHARES, Leila e JORGE, Ângela. **Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade.** Textos para discussão nº 717, IPEA, 2000, 48 pp.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991, p.77-119 e 205-216.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 79-88

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausência.** Contribución a la teoria de lãrepresentaciones. México: FCE, 1983, p.17-104.

\_\_\_\_\_. **Le retour de la dialectique: 12 motsclef por Le monde moderne.** Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173 (tradução)

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo, 1991, p.103-117; 141-145.

\_\_\_\_\_. **La production de l'espace.** 4.ed. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. **La ciudad y ló urbano.** In LEFEBVRE, Henri. Espacio y política: El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976, p. 63-71

LEITE, Márcia de Paula. **Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo.** Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): 57-93, 2004.

LOMBARDI, M. R. **Reestruturação produtiva e trabalho: percepções dos trabalhadores.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. no.61, p. 64-87, 1997.

LONDERO, J.C. **Políticas de gênero e integração das mulheres no mercado de trabalho: análise comparativa entre as agendas públicas de Brasil e Argentina a partir dos anos 1990.** (Tese de doutoramento, 2012).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez Editora, 2015. (Capítulo I, Ideologia, pp. 17-45; Capítulo IV, Marxismo, pp.118-142).

LUFTI, Eulina Pacheco et al. **As representações e o possível.** In MARTINS, José de Souza(Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996, p.87-97.

LUKÁCS, G. **A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares.** In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Grandes Cientistas Sociais.* São Paulo: Editora Ática, 1981, p.59-86.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Segunda parte, I, O trabalho, itens 1 e 2, pp. 41-126).

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 33-74.

MACDOWELL, Linda. **Thinking through class and gender in the contexto of working class studies**. Journal compilation, 2008 Editorial Board of *Antipode*.

MACHADO, L. Z. **Gênero, um novo paradigma?** Campinas, SP: Cadernos Pagu (11), 1998, pp. 107-125.

MAIOR, J. L. S. **Um conceito marxista de salário**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 95-109, dez. 2014.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2001.

MARIN, M; NADER, M. B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.

MARINHO, P. A.; GONÇALVES, H. S. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. *SciELO*, v. 56, p. 80-90, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e História da modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2013. (A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico, pp. 59-82).

\_\_\_\_\_. **As temporalidades da História na dialética de Lefebvre**. In MARTINS, José de Souza(Orgs.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo:Hucitec, 1996, p.13-23.

\_\_\_\_\_. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014. (Terceira parte, A diferença contra a desigualdade, pp. 159-178).

MARX, K. **Manuscritos econômico -filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo, Nova Cultural, 3a edição. 1988.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural, Os Economistas, 1982.

\_\_\_\_\_. Capítulo VI inédito de *O capital*, resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1964). **Lettres sur “Le Capital”**. Paris,

Éditions Sociales.

MASSEY, Doreen. 1990. **Power-Geometries and the Politics of Space-Time. (Hettner-Lecture 1998)**. Heidelberg: Departamento de Geografia da Universidade de Heidelberg.

\_\_\_\_\_. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia – ano. 6 – Nº 12 – 2004 – pp. 07/23.

\_\_\_\_\_. **O sentido global do lugar**. ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. ; SABBATO, A. . **10 Anos de Mensuração dos Afazeres Domésticos no Brasil**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM USO DO TEMPO - IATUR, 35., 2013, Rio de Janeiro. *Resumos...* Rio de Janeiro: IATUR, 2012.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. ; SABBATO, A. . **Os Afazeres Domésticos Contam!**. *Economia e Sociedade* (UNICAMP), v. 31, p. 168-185, 2005.

MELO, H. P.; TELES, J. L. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2016.

MENDONÇA, Lígia. **Luta de gênero e classe**. In: COLETIVO NACIONAL DE MULHERES MST (Org.). Compreender e construir novas relações de gênero. São Paulo (SP), 1998. p. 6-11.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. (Capítulos III e IV, pp. 91-172).

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 94-115.

MORAES, B.M. ; AYRES, N. ; TERCEIRO, E. ; JIMENEZ, S. V. **A Categoria Trabalho em Marx e Engels: uma Análise Introdutória de sua Legalidade Onto-histórica**. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, v. 2, p. 36-47, 2010.

MORAES, M. L. Q. de. **Usos e limites da categoria gênero**. Campinas, SP: Cadernos Pagu (11), 1998, pp. 99-105.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Usos e limites da categoria gênero**. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51203>. Acesso em: 20 de abr de 2015.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, S. D. **Precarização do Trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho**. *Temporalis*, Brasília, v. 14, p. 39-56, 2014.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. ( o livro todo)

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moares. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2004, pp.243-284.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução, um estudo de caso das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1995.

OLIVEIRA SANTOS, Vinícius. **A vigência da centralidade da categoria trabalho: uma oposição às teorias do fim do trabalho vivo e do fim de sua centralidade**. Revista Urutáguia – revista acadêmica multidisciplinar – Nº 18 – mai./jun./jul./ago. 2009 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **As possibilidades de aplicação do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana**. In GODOY, Paulo R. Teixeira de (Orgs.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 157-184.

PALLAMIN, Vera M. **Espaço público e as lutas por reconhecimento**. Espaço & Debates – São Paulo – v.25 - n.46 – p. 55-61 –jan/jul 2005.

PAULA, Gustavo de. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Rocinha fashion – Como cem mulheres moradoras do morro carioca ganharam fama no mundo da moda**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2209:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2209:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 20 de abr de 2015.

PEREIRA, A. G. **Divisão Sexual do Trabalho: limitação à igualdade de gênero e ao desenvolvimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNCERO, 17., 2012, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2012.

PESQUISA DA ECONOMIA INFORMAL URBANA – ECINF. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2003.

PESQUISA DA ECONOMIA INFORMAL URBANA – ECINF. Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2011.

PIRES, D. E. P. **Reestruturação produtiva e conseqüências para o trabalho em saúde**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-263, abr.

2000.

RABENHORST, Eduardo ramalho e CAMARGO, Raquel Peixoto do Amaral. **(Re)presentar: contribuições das teorias femininas à noção de representação.** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(3): 981-1000, setembro-dezembro/2013. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>

RABOTNIKOF, Nora. **El espacio público: variaciones em torno a um concepto.** Espaço & Debates- São Paulo- v.25 – n.46 –p. 45-54 – jan/jul 2005.

ROCHA- PINTO, S. R.; IRIGARAY, H. A. **A Instrumentalização do Terceiro Setor.** *Gestão*, v. 6, p. 109-122, 2008.

RODRIGUES, Carla. **Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução.** Cadernos Pagu (34), janeiro-junho de 2010: 209-233.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RODRIGUES, V. O. **Feminismo e marxismo, um diálogo (im)possível? Análise das revistas *Crítica Marxista* e *Cadernos Pagu*.** In: SEPECH - Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas, 3., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina, 2010, p.2099-2111.

ROY, L. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva.** São Paulo: Alínea, 1999.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, (Coleção Brasil Urgente).

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia.** 9 ed. São Paulo. Best Seller, 1998.

SANTANA, A. T.; MENDONCA, M. R. **Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais.** *Revista Pegada Eletrônica* (Online), v. 10, n. 2, p. 1-13, dez. 2009.

SANTANA, Alex Tristão de e MENDONÇA Marcelo Rodrigues. **GEOGRAFIA E TRABALHO: uma leitura a partir das transformações territoriais.** Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alex\\_Tristao\\_de\\_Santana\\_e\\_Marcelo\\_Rodrigues\\_Mendonca\\_GEOGRAFIA\\_e\\_TRABALHO.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Alex_Tristao_de_Santana_e_Marcelo_Rodrigues_Mendonca_GEOGRAFIA_e_TRABALHO.pdf). Acesso em: 13 de abril de 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes e OLIEVIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.** Revista *Katálysis*, Florianópolis, vol. 13, nº 1, p. 11-19, jan/jun 2010.

SANTOS, V. O. **A vigência da centralidade da categoria trabalho: uma oposição às teorias do fim do trabalho vivo e do fim de sua centralidade.** *Revista Urutagua* (online), v. 18, p. 167-175, 2009.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES - PROJETO TEMPO, 1., 2006, Salvador. *Transcrição de comunicação oral...* Salvador, 2009.

SARTI, C. A. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro.** *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n.16, p. 31-48, 2001.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem.** Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45, julho de 1996, pp. 15-36.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Coopa-Roca luta por nova sede - Cooperativa de artesãs do Rio pode triplicar produção em prédio de cinco andares.** 2009. Disponível em <http://www.rj.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RJ/coopa-roca-luta-por-nova-sede,3c78b7a5feb26410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 20 de set de 2016

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO (SESCOOP). **Cooperativismo: primeiras lições.** 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

SILVA, C. **A DESIGUALDADE IMPOSTA PELOS PAPEIS DE HOMEM E MULHER: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero.** *Direito em Foco*, v. 5, p. 1-9, 2012.

SILVA, J. M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica.** *Espaço e Cultura* (UERJ), v. 27, p. 39-55, 2010.

SILVA, K. G. **Diaristas e bordadeiras.** Formas de apropriação do trabalho feminino na contemporaneidade. 2014. 132 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

SILVEIRA, Maria Lúcia e FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das**

**mulheres: crítica à sociedade de mercado.** São Paulo: SOF, 2007. 96p. (Coleção Cadernos Sempre viva. Série Economia e Feminismo, 1)

SOUZA FILHO, Augusto. **Trabalho na sociedade contemporânea: trabalho informal.** 2007. Disponível em [www.unihorizontes.br/pi/pi\\_1sem\\_2007administracao/trabalho\\_informal.pdf](http://www.unihorizontes.br/pi/pi_1sem_2007administracao/trabalho_informal.pdf). Acesso em 18/10/2008.

SOUZA, Eloisio Moulin de e CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero.** RAM, Ver. Adm. Mackenzie, v.11, n.3, Edição Especial. São Paulo, SP. Mai./Jun. 2010. P.46-70.

STECHEER, Antonio, GODOY, Lorena y DÍAZ, Ximena. **Relaciones de producción y relaciones de gênero em um mundo em transformación.** In: Trabajo y subjetividad: entre lo existente y lo necesario. SCHVARSTEIN, Leonardo y LEOPOLD, Luis (comps.). Buenos Aires:Paidós, 2005, pp.71-111.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004. (Capítulos I e II, pp. 27-130).

TOLEDO, Enrique de la Garza. **Trabajo no clásico, organización y acción coletiva em trabajadores no clásicos.** In: Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global. Bauru: SP: Canal6 editora, 2012, pp. 145-173.

TORRES, Augusto Martins. **Gênero, raça/etnia e saúde: interfaces dos saberes e práticas da enfermagem.** v.1, n.1 ANAIS. 72ª Semana Brasileira de Enfermagem e 42ª Jornada Maranhense de Enfermagem. 2011.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações.** São Paulo: Conrad, 2002.

VEGA CANTOR, Renán. **La expropiación del tempo em el capitalismo atual.** Revista Herramienta nº 51, Octubre de 2012, año XVI.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILHENA, J.; ROSA, C. M.; Ibrahim, E. **Corpos invisíveis. Violência e dor.** In: Vilhena, J ; Novaes, J.V.. (Org.). *Corpo para que te quero? Usos, abusos e desusos.* Rio de Janeiro e Curitiba: PUC-Rio e Appris, 2012, p. 157-183.

## 7. Anexo

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa: NAS TRAMAS DAS PSEUDOCONCRETICIDADES: quando discursos emancipatórios mascaram a real condição de precariedade e superexploração do trabalho feminino na Rocinha-RJ.

Pesquisadora: Jéssica Santos da Silva

Profª Orientadora: Drª Regina Célia de Mattos

1. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar os processos que estão associados ao trabalho feminino. Para tal partimos de uma empiria específica, que é o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho em domicílio artesanal e de costura desenvolvido pelas mulheres da Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha LTDA.

2. Sobre a entrevista: serão realizadas entrevistas com roteiro de questões abertas organizado em blocos temáticos. Caso você autorize, a entrevista será gravada para facilitar e tornar mais fidedigno o registro das informações prestadas.

3. Confidencialidade: todas as informações coletadas durante a entrevista são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento do inteiro teor das entrevistas. No entanto, trechos das mesmas poderão ser utilizados na apresentação dos resultados da pesquisa, mas você não será identificado.

4. Benefícios: ao participar desta pesquisa você não terá benefícios diretos. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as condições de precariedade e superexploração do trabalho feminino.

5. Contatos: a qualquer momento você poderá desistir de participar, sem qualquer prejuízo para você. Caso queira informações ou esclarecimentos sobre este estudo, você poderá solicitá-los pelo e-mail [santos3031@gmail.com](mailto:santos3031@gmail.com) ou pelo telefone [021-998701045](tel:021-998701045). Minha orientadora e eu estaremos à disposição para informações que não tenham ficado claras.

6. Riscos: tomaremos providências e nos esforçaremos para que você não seja identificada no bojo da pesquisa. No entanto, pode haver algum risco de identificação. Neste caso, você pode decidir por não participar.

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, leia por favor todos os itens acima e preencha os que se seguem:

---

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecida a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo NAS TRAMAS DAS PSEUDOCONCRETICIDADES: quando discursos emancipatórios mascaram a real condição de precariedade e superexploração do trabalho feminino na Rocinha-RJ.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

Rio de Janeiro,        de        de        .

---

Nome e assinatura da entrevistada

---

Jéssica Santos da Silva - pesquisadora